



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

MARIA CONCEIÇÃO COSTA

CLÍNICA PSICOLÓGICA ANTIRRACISTA: UMA NOVA
EPISTEME PARA UMA PSICOLOGIA BRASILEIRA
DECOLONIAL

Recife

2022

MARIA CONCEIÇÃO COSTA

**CLÍNICA PSICOLÓGICA ANTIRRACISTA: UMA NOVA EPISTEME
PARA UMA PSICOLOGIA BRASILEIRA DECOLONIAL**

Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Clínica. Linha de Pesquisa: Práticas Psicológicas e Demandas Contemporâneas.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Francisco.

Recife

2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONCENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDOS E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

FICHA CATALOGARÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco Unicap

C837c	Costa, Maria Conceição. Clínica psicológica antirracista : uma nova episteme para uma psicologia brasileira decolonial / Maria Conceição Costa, 2022 230 f. : il. Orientadora: Ana Lúcia Francisco. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Clínica. Doutorado em Psicologia Clínica, 2022. 1. Psicologia clínica. 2. Psicologia - Brasil. 3. <u>Antirracismo</u> . I. Título. CDU 159.9(81) Pollyanna Alves - CRB4/1002
-------	---

MARIA CONCEIÇÃO COSTA

**CLÍNICA PSICOLÓGICA ANTIRRACISTA: UMA NOVA EPISTEME
PARA UMA PSICOLOGIA BRASILEIRA DECOLONIAL**

Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Clínica. Linha de Pesquisa: Práticas Psicológicas e Demandas Contemporâneas.

Recife, 11 de novembro de 2022

Banca Examinadora:



P/p Profa. Dra. Elisabete Figueroa dos Santos
Universidade Paulista



P/p Profa. Dra. Miriam Cristiane Alves
Universidade Federal de Pelotas



P/p Profa. Dra. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas
Universidade Católica de Pernambuco



P/p Profa. Dra. Paula Cristina Monteiro de Barros
Universidade Católica de Pernambuco



Profa. Dra. Ana Lúcia Francisco (orientadora)
Universidade Católica de Pernambuco

Aos que já se foram, memória e ancestralidade, mas estarão sempre por perto.

Mainha – Maria José Costa que me inspirou a ser posicionada, livre, estudiosa, independente, vaidosa, justa, guerreira e inquieta.

Joás Costa – nosso menino.

Vovó Mida - (Emília Ferreira Costa).

Dedico esta tese a minha irmã-amiga Silvana Maria de Santana, que foi cedo demais morar no orum. Possivelmente, uma das 1ª vítimas das sequelas uma doença até então desconhecida, em outubro de 2020.

Este é o meu ponto de partida.

Esta tese pertence à irmandade da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, pois, a partir da Marcha das Mulheres Negras de 2015 ela começou a ser gestada. Uma tese das mulheres.

Esta tese pertence também à irmandade da Anpsinep:
Lucinha da Silva, Jesus Moura, Karina Oliveira, Igo Ribeiro, Conceição Nascimento,
Robenilson Barreto, Bruno Mota, Veridiana Machado, Elcimar Pereira, Karen Luz,
Carlos Vinicius, Simone Cruz, Jussara Ferreira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as teóricas, todos os teóricos que insistiram em falar do racismo, mesmo sendo silenciadas (os) todos os dias, mesmo sendo desacreditadas (os).

Ana Lucia Francisco, mestra, sua crença foi fundamental, seu apoio, sua e dedicação são exemplos para mim. Sem você, isto não seria possível.

Ao seu Luiz Costa (Painho/ meu Pai/), meu primeiro exemplo inspirador. Primeiro pesquisador, curioso e fuçador de coisas novas que me guiou pelo mundo dos livros e das descobertas. Inspirou minha alma a ser inquieta.

Ao meu companheiro de uma longa caminhada: Antonio de Campos.

Raimundo/Munga, Ana e Ramon, família e força presentes sempre, em muitos anos de peleja e amor.

Jaridson (Jairo), Washington, Zé Costa nossa infância está presente sempre nas minhas melhores lembranças de família. Grata por me tornarem “bendita” entre os homens. A Janaina, Luiza, Ramon, Theo, Gabriel e Alison. Ser tia é muito bom com vocês me *assobrinhando*.

À Anpsinep: vocês me agigantam, orgulham-me, sou grata ao universo por essa missão: crescer com vocês.

Ao Observatório Negro: inspiração na luta pelo reconhecimento de minha negritude e força para combater os racismos.

À minha eterna “chefa”, parceira e amiga Elizabete Godinho, pessoa com a qual aprendo a cada dia o significado da luta pelos direitos humanos.

Aos amigos da caminhada nos direitos humanos de “Quando o Universo” nos permite os encontros: Mércia Silva, Rivane Arantes, Paulinho Moraes, Rigo Arantes, João Cândido, Edu Paysan, Alexandre Pacheco que me possibilitou gerir e gesta direitos humanos, um caminho difícil num país de tantas violações.

Às professoras e aos professores do doutorado, em especial à profa Simone Walckoff.

Às amigas irmãs que estão sempre comigo: Alexsandra Silva, Lilian Alves, Tadzia Negromonte, Maria de Jesus Moura, pois sabemos onde tudo isto começou. Sou grata por vocês sempre acreditarem em mim. Jesus, nossos passos vêm de muito longe.

Às tias que me ensinam o que é amor e afeto, ofertando-me leveza: Tia Nipe (Floripes), Tia Dinha (Elza), Tinha Luzia, Tinha Nila (Maria Odete) e Tia Dogue (Antonia). Às primas...

À Cássia Rosato, suas dicas teórico-metodológicas foram preciosas. Sua leitura atenta me fortaleceu, amiga. A gente sempre caminha juntas.

Às professoras da banca examinadora: foi uma caminhada rica ouvir suas contribuições para esta tese: Elisabete Figueroa, Miriam Alves, Paula Barros e Cristina Amazonas.

À Lilian Alves. Mulher, é tão mais fácil andar contigo ao meu lado: “Eu sozinha ando bem, com você ando melhor”. Eu corro!

Clélia Prestes – sempre uma inspiração.

Rebeca Duarte e Ronaldo Sales: militantes-intelectuais que me mostraram que é possível pensar com a teoria racial, criticamente.

À Maria de Jesus Moura – por abrir os caminhos e por estar sempre aqui! Gratidão, respeito e amor.

Profa. Dra. Valdenice José Raimundo. Agradeço o carinho e dedicação com que sempre cuidou de mim e das minhas dificuldades na pós. A universidade não seria a mesma sem você. Em seu nome, agradeço à Unicap pela oportunidade de voltar para minha 1ª casa teórica, onde me graduei psicóloga há 27 anos.

Às Foucaultianas: Anna Karina Xavier, Cassia Rosato e Silvana Santana (em memória e amor).

À Maria Lucia da Silva (Lucinha) - minha inspiração, gratidão e admiração sempre!

Às mulheres que confiam suas dores, alegria e conquistas a mim na escuta terapêutica no consultório sentindo-se acolhidas. Cada escuta é um aprendizado para mim.

Às mulheres que falaram em terapia sobre a saúde mental e o quanto uma escuta clínica posicionada e antirracista lhes fortalece todos os dias. Suas narrativas mudaram meu eixo:

1. Narrantes – em terapia: Luiza Mahin, Tereza de Benguela, Alquatune.
2. Narrantes – terapeutas: Maat, Iansã, Iemanjá.

COSTA, MARIA CONCEIÇÃO. **Clínica Psicológica Antirracista: uma nova episteme para uma psicologia brasileira decolonial**. 2022. 224 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2022.

RESUMO

Esta tese busca problematizar a clínica psicológica numa perspectiva interseccional, querendo compreender limites e possibilidades desta clínica para o acolhimento de pessoas negras que reportaram ao racismo em suas narrativas. De forma específica, pretende-se compreender como o processo de construção do racismo brasileiro rebateria na clínica psicológica; descrever teorias e práticas antirracistas na clínica psicológica; compreender os modos como a clínica psicológica contempla as vozes racializadas. Os objetivos propostos direcionaram-se a refletir sobre o processo de construção do racismo estrutural brasileiro, o que exigiu uma postura interseccional, dado que este racismo expressou sua vertente profundamente discriminatória, o que causou a apartação da sociedade brasileira colocando as pessoas negras na condição de subalternas e pessoas brancas na condição de privilegiadas. Por consequência, estimulam-se construções e posições subjetivas racializadas da população negra e racistas da população branca, o que definiu o lugar e o não lugar dos sujeitos. Como caminho metodológico, utilizamos entrevistas narrativas realizadas com 6 mulheres negras, sendo três pacientes/clientes e três terapeutas (também mulheres negras) a partir das quais cartografamos suas trajetórias, buscando analisar suas situações de experiências clínicas, não exitosas para cliente/pacientes, devido a sua cor e como foram possíveis para as terapeutas. O percurso cartográfico pensado como um “caminhar” permitiu mapear os processos de experiências do racismo em uma perspectiva dos estudos da colonialidade, interseccionalidade e processo decolonial. Mais que um método, um posicionamento cartográfico guiou-nos na forma de realizar a pesquisa, entendendo-se esse processo como formulação de uma pesquisa interventiva. Esse estudo poderá contribuir com a construção de proposições que permitam a caracterização de um posicionamento ético-estético-político para uma clínica antirracista, bem como para indicativos voltados para uma *episteme* política dirigida à escuta dessas populações e das demandas de sofrimento psíquico por situações de racismo. Ser um sujeito negro no Brasil significa ser um não sujeito, ao passo que, por outro lado, a branquitude se reflete no absoluto lugar do todo, o qual não se dá conta da dor e sofrimento do outro, pois este outro pelo racismo é invisibilizado e por vezes negado e silenciado. Como resultados encontramos, a partir das narrativas e das produções teóricas levantadas, que podemos considerar que uma clínica antirracista é um conceito ainda faltante na psicologia brasileira, pois essa não reflete sobre o racismo, nem o seu (institucional) e nem o da sociedade (estrutural), como deveria. A clínica psicológica se constitui no cotidiano ainda alheia às questões raciais, quando podemos levar em conta que há uma clínica que nega o racismo. Entretanto, ponderamos que a exceção se dá com as psicólogas negras encontradas por nós, realizando tal prática na psicologia e na clínica há pelo menos 40 anos, sendo aqui tomadas como as clássicas da psicologia, pois fazem uma

psicoterapia em uma ação que considera as narrativas sobre o racismo e os agravos do racismo à saúde mental. Apontamos que é preciso escutar essas autoras que discorreram a sobre a clínica a partir da leitura de Frantz Fanon, sendo autoras que definimos como as clássicas contra-hegemônicas, que trazem a fundamentação teórica dessa tese: Virgínia Bicudo, Neusa Santos, Lucia da Silva, Isildinha Baptista, Jesus Moura, as quais já fazem (e faziam) uma clínica antirracista, brasileira e descolonizada, portanto decolonial. Para um compromisso ético-político, é preciso incorporar na psicologia os conceitos de interseccionalidade (Caletiva Rio Combahee, krenshaw) e o princípio sociogênico (Fanon e Winter), para uma leitura crítica e transformadora dessa realidade social. Encontramos, a partir do conhecimento decolonial, que o caminho para a conceituação de uma clínica antirracista pressupõe um posicionamento ético – estético, político, portanto, em uma *práxis*. Pontuamos que a clínica antirracista não deverá ser realizada só por e para pessoas negras, mas por todas(os) as(os) profissionais que tenham consciência racial, levando em conta as(os) psicoterapeutas(os) negras(os) e *letramento racial* considerando as(os) terapeutas brancas(os).

Palavras-chave: Psicologia. Clínica. Antirracismo. Decolonialidade. Interseccionalidade.

COSTA, MARIA CONCEIÇÃO. **Anti-racist Psychological Clinic: a new episteme for a decolonial Brazilian psychology**. 2022. 224 f. Thesis (Doctorate) Postgraduate Program in Clinical Psychology at the Catholic University of Pernambuco, Recife, 2022.

ABSTRACT

This thesis seeks to problematize the psychological clinic in an intersectional perspective, wanting to understand the limits and possibilities of this clinic for the reception of black people who reported racism in their narratives. Specifically, it is intended to understand how the construction process of Brazilian racism would rebound in the psychological clinic; describe anti-racist theories and practices in psychological clinic; understand the ways in which the psychological clinic contemplates racialized voices. The proposed objectives were directed to reflect on the construction process of Brazilian structural racism, which required an intersectional posture, given that this racism expressed its profoundly discriminatory aspect, which caused the separation of Brazilian society, placing black people in the condition of subaltern and privileged white people. Consequently, racialized constructions and subjective positions of the black population and racists of the white population are encouraged, which defined the place and non-place of the subjects. As a methodological path, we used narrative interviews with 6 black women, three patients/clients and three therapists (also black women) from which we mapped their trajectories, seeking to analyze their situations of clinical experiences, not successful for clients/patients, due to their color and how they were possible for the therapists. The cartographic route thought as a “walk” allowed mapping the processes of experiences of racism in a perspective of studies of coloniality, intersectionality and decolonial process. More than a method, a cartographic positioning guided us in the way of carrying out the research, understanding this process as the formulation of an interventional research. This study may contribute to the construction of propositions that allow the characterization of an ethical-aesthetic-political position for an anti-racist clinic, as well as to indications turned to a political episteme aimed at listening to these populations and the demands of psychological suffering due to situations of racism. Being a black subject in Brazil means being a non-subject, while, on the other hand, whiteness is reflected in the absolute place of the whole, which is not aware of the pain and suffering of the other, because this other is made invisible by racism and sometimes denied and silenced. As a result, we, based on the narratives and theoretical productions raised found, that we can consider that an anti-racist clinic is a concept that is still lacking in Brazilian psychology, as this does not reflect on racism, neither its (institutional) nor that of society (structural), as it should. The psychological clinic is constituted in everyday life still alien to racial issues, when we can take into account that there is a clinic that denies racism. However, we consider that the exception occurs with the black psychologists we found, carrying out this practice in psychology and in the clinic for at least 40 years, being considered here as the classics of psychology, as they perform psychotherapy in an action that considers the narratives on racism and the harms of racism to mental health. We point out that it is necessary to listen to these authors who spoke about the clinic based on the reading of Frantz Fanon, being authors that we define as the counter-hegemonic classics, who bring the theoretical foundation of this thesis: Virgínia Bicudo, Neusa Santos, Lucia da Silva, Isildinha Baptista, Jesus Moura, who already do (and did) an anti-racist clinic, Brazilian and decolonized, therefore decolonial. For an ethical-political commitment, it is necessary to incorporate in psychology the concepts of intersectionality (Caletiva Rio Combahee, krenshaw) and the sociogenic principle (Fanon and Wynter), for a critical and transforming reading of this social reality. We based on decolonial knowledge, found that the

way to conceptualize an anti-racist clinic presupposes an ethical position – aesthetic, political, therefore, in a praxis. We point out that the anti-racist clinic should not be carried out only by and for black people, but by all professionals who are racially aware, taking into account black psychotherapists and racial literacy considering the white therapists.

Keywords: Psychology. Clinic. Antiracism. Decoloniality. Intersectionality.

COSTA, MARIA CONCEIÇÃO. Clínica Psicológica Antirracista: una nueva episteme para una psicología brasileña decolonial. 2022. 224 f. Tesis (Doctorado) Programa de Posgrado en Psicología Clínica en la Universidad Católica de Pernambuco, Recife, 2022.

RESUMEN

Esta tesis busca problematizar la clínica psicológica en una perspectiva interseccional, queriendo comprender los límites y las posibilidades de esta clínica para la recepción de personas negras que denunciaron el racismo en sus narrativas. Específicamente, se pretende comprender cómo el proceso de construcción del racismo brasileño repercutiría en la clínica psicológica; describir teorías y prácticas antirracistas en la clínica psicológica; comprender las formas en que la clínica psicológica contempla las voces racializadas. Los objetivos propuestos estuvieron dirigidos a reflexionar sobre el proceso de construcción del racismo estructural brasileño, que exigió una postura interseccional, dado que ese racismo expresó su aspecto profundamente discriminatorio, lo que provocó la separación de la sociedad brasileña, colocando a los negros en la condición de subalternos y privilegiados. gente blanca. En consecuencia, se fomentan construcciones racializadas y posiciones subjetivas de la población negra y racistas de la población blanca, que definían el lugar y el no lugar de los sujetos. Como camino metodológico, utilizamos entrevistas narrativas con 6 mujeres negras, tres pacientes/clientes y tres terapeutas (también mujeres negras) a partir de las cuales mapeamos sus trayectorias, buscando analizar sus situaciones de experiencias clínicas, no exitosas para los clientes/pacientes, debido a su color y cómo fue posible para los terapeutas. El recorrido cartográfico pensado como un “paseo” permitió mapear los procesos de vivencias del racismo en una perspectiva de estudios de colonialidad, interseccionalidad y proceso decolonial. Más que un método, un posicionamiento cartográfico nos orientó en la forma de realizar la investigación, entendiendo este proceso como la formulación de una investigación intervencionista. Este estudio puede contribuir a la construcción de proposiciones que permitan caracterizar un posicionamiento ético-estético-político para una clínica antirracista, así como a indicios encaminados a una episteme política encaminada a la escucha de estas poblaciones y de las demandas del sufrimiento psíquico por situaciones de racismo. Ser sujeto negro en Brasil significa ser un no-sujeto, mientras que, por otro lado, la blancura se refleja en el lugar absoluto del todo, que no es consciente del dolor y del sufrimiento del otro, porque ese otro es invisibilizado por el racismo y a veces negado y silenciado. Como resultado, encontramos, con base en las narrativas y producciones teóricas planteadas, que podemos considerar que una clínica antirracista es un concepto que aún falta en la psicología brasileña, ya que esta no reflexiona sobre el racismo, ni su (institucional) ni el de la sociedad (estructural), como debe ser. La clínica psicológica se constituye en la vida cotidiana, aún ajena a las cuestiones raciales, cuando podemos tomar en cuenta que existe una clínica que niega el racismo. Sin embargo, consideramos que la excepción se da con los psicólogos negros que encontramos, realizando esta práctica en la psicología y en la clínica desde hace al menos 40 años, siendo considerados aquí como los clásicos de la psicología, pues realizan la psicoterapia en una acción que considera las narrativas sobre el racismo y los daños del racismo a la salud mental. Señalamos que es necesario escuchar a estos autores que hablaron de la clínica a partir de la lectura de Frantz Fanon, siendo autores que definimos como los clásicos contrahegemónicos, quienes traen el fundamento teórico de esta tesis: Virgínia Bicudo, Neusa Santos, Lucía da Silva, Isildinha Baptista, Jesus Moura, que ya hacen (y hicieron) una clínica antirracista, brasileña y descolonizada, por lo tanto decolonial. Para un compromiso ético-político es necesario incorporar en la psicología los conceptos de interseccionalidad (Caletiva Rio Combahee,

krenshaw) y el principio sociogénico (Fanon y Winter), para una lectura crítica y transformadora de esta realidad social. Encontramos, con base en el conocimiento decolonial, que la forma de conceptualizar una clínica antirracista presupone una posición ético – estética, política, por lo tanto, en una praxis. Señalamos que la clínica antirracista no debe ser realizada solo por y para personas negras, sino por todos los profesionales con conciencia racial, teniendo en cuenta a los psicoterapeutas negros y la alfabetización racial considerando a los terapeutas blancos.

Palabras clave: Psicología. Clínica. Anti racismo. Decolonialidad. Interseccionalidad.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrapso	Associação Brasileira de Psicologia Social
AMMA	Instituto AMMA Psique e Negritude
Anpsinep	Articulação Nacional de Psicólogos(os) Negras(os) e Pesquisadoras(res)
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CEAV	Centro de atendimento a famílias vítimas de violência
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CRPPE	Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
IES	Instituições de Ensino Superior
IHU	Instituto Humanitas
IPEA	Pesquisa Econômica Aplicada
MPF	Ministério Público Federal
Neabi	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da universidade
NUDARA	Núcleo de Estudo em Relações Raciais Dandara dos Palmares
OMS	Organização Mundial de Saúde
Oneg	Observatório Negro
PCF	Partido Comunista Francês
PCRI	Programa de Combate ao Racismo Institucional
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
SERES	Seminário de Estudos das Relações Étnico-Raciais e Subjetividades
TEN	Teatro Experimental do Negro
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1.	OS CAMINHOS POR ONDE ANDEI.....	17
2.	PSICOLOGIA E RACISMO: UM DESCRITOR IMPORTANTE PARA UMA CLÍNICA ANTIRRACISTA (OU O CAMINHAR NO ESTADO DA ARTE).....	28
2.1	O QUE E COMO FALAVAM SOBRE O TEMA?.....	31
2.2	O QUE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS FALARAM E COMO FALARAM SOBRE O TEMA?.....	34
3.	CAMINHOS METODOLÓGICOS – UM <i>HÓDOS METÁ</i> NECESSÁRIO.....	45
3.1	PROBLEMA DA PESQUISA.....	46
3.2	UM <i>HÓDOS METÁ</i> CAMINHANTE.....	47
3.3	POSICIONAMENTO TEÓRICO-CARTOGRÁFICO.....	51
3.4	OUVIDOS AS NARRANTES COAUTORAS.....	55
3.5	ENTREVISTA NARRATIVA.....	58
3.6	OUVINDO AS NARRANTES.....	60
4	E O DITO DO RACISMO NA CLÍNICA PSICOLÓGICA.....	63
4.1	OUVINDO AS NARRATIVAS (ANÁLISE DAS ENTREVISTAS).....	63
4.1.1	Ouvindo as Narrativas – O que dizem as Clientes/Pacientes.....	65
4.1.1.1	<i>Luiza Mahin</i>	65
4.1.1.2	<i>Aqualtune</i>	75
4.1.1.3	<i>Tereza de Benguela</i>	83
4.1.2	Ouvindo as Narrantes – O que dizem as terapeutas.....	88
4.1.2.1	<i>Nanã</i>	89
4.1.2.2	<i>Yemanjá</i>	95
4.1.2.3	<i>Maat</i>	98
5	UMA OUTRA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA DECOLONIAL E ANTIRRACISTA: AS VOZES NÃO OUVIDAS (TEORIAS E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA CLÍNICA PSICOLÓGICA).....	107
5.1	VOZES NÃO ESCUTADAS (OU VOZES SILENCIADAS).....	127
5.1.1	Voz de Juliano Moreira (1893 – 1933).....	127
5.1.2	Voz de Virgínia Leone Bicudo (1910 – 2003).....	129
5.1.3	Voz de Guerreiro Ramos (1915 – 1982).....	133

5.1.4	Voz de Neusa Santos Souza(1948 – 2008).....	136
5.1.5	Voz de Maria Aparecida (Cida) Bento.....	138
5.1.6	Voz de Isildinha Baptista Nogueira.....	142
5.1.7	Voz de Maria Lúcia Silva.....	143
5.1.8	Voz de Maria de Jesus Moura.....	147
5.2	A CLÍNICA ANTIRRACISTA – CONCEITUANDO-SE NAS NARRATIVAS.....	151
6.	RUPTURAS OPERADAS NAS CIÊNCIAS MODERNAS, CONTRIBUIÇÕES DE FRANTZ FANON PARA UMA CLÍNICA ANTIRRACISTA.....	157
7.	CONSTRUINDO OUTROS CAMINHOS POSSÍVES (CONSIDERAÇÕES FINAIS).....	191
	REFERÊNCIAS.....	199
	ANEXO 1 – Quadro Teórico.....	212
	ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	217
	ANEXO 3 – Termo de Consentimento e Confidencialidade.....	218
	ANEXO 4 – Anuência.....	219
	ANEXO 5 – Carta de São Paulo/2010.....	220
	ANEXO 6 – Carta de Recife/2022.....	221
	ANEXO 7 – Resolução 018/2002.....	222

“Tudo sobre minha mãe...”



Mainha, primeira mulher negra a me inspirar.

1. OS CAMINHOS POR ONDE ANDEI

Epígrafe...

É preciso contar tudo que
me atravessou para
chegar até aqui

Ceça.

Esta tese teve por objetivo problematizar a clínica psicológica, em uma perspectiva interseccional, buscando compreender limites e possibilidades desta clínica para o acolhimento de pessoas negras que reportaram ao racismo em suas narrativas. Nosso interesse surgiu ao questionarmos em que medida essa não compreensão passaria a reiterar um processo de humilhação racial, incidindo nas subjetividades de pessoas negras e brancas, rebatendo na inibição de um processo terapêutico, fruto da incapacidade da (o) terapeuta em avançar nessa compreensão, o que refletiria seu próprio racismo.

Realizamos um estudo tomando a cartografia como um caminho para a construção da tese a partir do próprio caminhar da pesquisa, tornando-a real (KASTRUP; BARROS, 2010). Nesse caminhar, optamos por utilizar a narrativa de pessoas que sofreram racismo e foram em busca de processos psicoterápicos que não deram certo no primeiro momento. A partir dessas experiências, procuramos mapear os processos de enfrentamento ao racismo e suas implicações na clínica como um ato político.

A escolha do tema aconteceu com base nas escutas realizadas na minha trajetória de psicóloga social, de psicóloga clínica, atuando com políticas públicas e na militância do movimento social, por meio de demandas variadas, bem como sendo gestora no serviço público na área da assistência social, trabalhando com direitos humanos e com práticas preventivas no campo das violências, sem deixar de citar minha experiência como professora universitária. Surgiu também na escuta realizada de caso de racismos ocorridos em escolas, além da escuta de mulheres vítimas da violência doméstica de gênero.

Entretanto, foi a partir de 2015, com minha participação na preparação inicial da Marcha das Mulheres Negras, que ocorreria em novembro do mesmo ano, em Brasília, e que mobilizou por meses, nacionalmente, ativistas e várias organizações de mulheres negras que a temática se tornou especialmente relevante. Em Recife, participei de algumas ações preparatórias e tinha

intenção de que estar lá, na Marcha, porém, o diagnóstico da chicungunha uma semana antes da viagem impediu minha participação *in locu*.

A resistência das mulheres negras foi uma busca pela saúde mental coletiva, um autocuidado irmanado no enfrentamento às dificuldades, congregando mulheres de todo o país. Ela também significaria aquilo que nos sugeriu Ferreira Neto (2004) trazendo Foucault à cena, por revelar que a resistência figura como um “processo ativo de criação e transformação”, uma criação diferenciada que busca **novas formas de subjetividade** (FERREIRA NETO, p. 171). As mulheres negras começariam a ser ouvidas?

Uma possível psicologia clínica social (ou das ruas) se instauraria e, desde então, essas mulheres passaram a solicitar apoio da saúde mental. Por isso, um dos resultados propostos do doutorado será a instauração de grupos terapêuticos de mulheres em comunidades, pensando a saúde mental das mulheres negras. Hoje, já faço a parceria com a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco¹ nos encaminhamentos aos atendimentos terapêuticos de mulheres negras. A escolha do tema também foi motivada pela minha passagem pelo Observatório Negro, uma organização de mulheres negras que, por 11 anos, de 2003 a 2014, realizou ações na defesa da população negra, quando minha militância nas relações raciais se fortaleceu. Em 2008, entrei no Mestrado na UFPE para pesquisar as relações raciais, principalmente as ações afirmativas, com as cotas nas universidades. Em seguida, na Anpsinep, fundada em 2010 e que, desde então, organiza psicólogas (os) negras (os) e pesquisadoras (es) no país na busca por pautar as relações raciais na psicologia.

Anos depois, ao entrar no Doutorado de Psicologia Clínica, em 2016, aliando a militância com a temática, estudos e pesquisas, observei a necessidade de fazer algo voltado ao tema do enfrentamento ao racismo e saúde mental, bem como voltado para as mulheres negras (ainda influenciada pela Marcha das Mulheres Negras de 2015). Nesse momento também me tornei colaboradora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – Neabi, da Unicap e do Instituto Humanitas – IHU, ambos demandavam reflexões nessa temática. A partir dessas experiências, e após algumas mulheres me procurarem para atender suas demandas, de suas filhas/filhos, narrando experiências do encontro doloroso com situações de racismo e a falta de resposta de profissionais de psicologia na clínica, surgiu assim o problema de pesquisa. Como uma psicóloga social poderia responder na clínica, de modo a fazer funcionar o enfrentamento ao racismo na área da saúde mental e na escuta clínica? Uma tarefa se avizinhava...

¹ Rede de Mulheres Negras de Pernambuco é uma articulação sem fins lucrativos, que se forma após a Marcha da Mulheres Negras de 2015, que atua contra o racismo, o machismo e pelo bem viver sem a violência.

(R)encontrei a clínica em 2017 (após mais ou menos 10 anos de ausência²), para acolher as demandas de mulheres negras e lhes oferecer um espaço de escuta. Pensei que a relevância desse trabalho poderia se dar porque acreditava que seria na psicologia da saúde e na clínica que poderia observar os impactos do racismo na saúde física e mental das pessoas negras. Para compreender isso, poderia pensar saídas aos processos do racismo estrutural, presente em toda a sociedade e institucional, aquele que opera nas estruturas das instituições. Além disso, a partir do levantamento das produções realizadas nesse campo-tema, encontrei 4 trabalhos focados nesse assunto, o da saúde mental e o da clínica psicológica, justificando a relevância da minha pesquisa, especialmente em uma pós-graduação em Psicologia Clínica.

Percebendo a pouca pesquisa ou ausência do tema na clínica psicológica, constatei o que denominamos como lacuna de pesquisa. Nos últimos cinco anos (2015 – 2020), significativamente, tem-se falado sobre saúde mental da população negra, psicoterapia, atendimento e apoios psicológicos para a população negra. O número de pesquisas sobre o tema aqui encontrado demonstra uma lacuna importante a ser explorada nos estudos da psicologia e do racismo.

Minha entrada no consultório se deu ao criar um grupo de mulheres, o que acabou originando não um grupo terapêutico, mas um grupo de estudo e pesquisa denominado de GT Clínica Psicológica Antirracista, estudando Neusa Santos, Frantz Fanon e Grada Kilomba, que da sua potência foi rebatizado (hoje) de Grupo Ayo Clínica antirracista. Ayo³ significa alegria.

Após essas atividades, realizei, em 2018, um projeto piloto de escutas às mães de crianças negras que sofreram racismo, principalmente nas escolas. A partir das narrativas de cinco mulheres, cartografamos suas trajetórias de mães de filhos e filhas, bem como suas expectativas de serem mães de crianças e jovens negros e suas perspectivas frente às situações de racismo que se abateriam sobre estes (as). Realizamos isso eu e outra pesquisadora, apoiadas por minha orientadora, debruçando nosso olhar sobre a experiência dessas mães em suas trajetórias de maternidades face ao medo da violência racial. Esta pesquisadora, Dra. Simone Walckoff, mulher branca, mãe de criança negra, compreendia tal urgência. Esse triste fato se confirmou, trazendo as verdades daquelas mães negras com a morte nada acidental da criança

² Atuei na clínica social e em serviço especializado de atendimento à criança e adolescente, depois com vítimas de tortura e violência do estado, saindo dessas áreas em 2008, entrando na gestão pública.

³ Significado do Nome Ayo: “alegria”, “felicidade”. Ayo é um nome de origem nigeriana que surgiu a partir da língua iorubá e significa “alegria” e “felicidade”. É um nome predominantemente masculino, mas que também é dado para meninas. A língua iorubá, ou yorubá, é um idioma da família linguística nígero-congolesa e é usado em muitos países africanos, tais como Serra Leoa, Togo e, principalmente, na Nigéria.

Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos. Que caiu do 9º andar de um prédio no Recife em junho de 2020⁴.

Ainda no ano de 2018, a experiência de resistência das mulheres me tocou mais, visto que tinha como tema de pesquisa as mulheres negras no parlamento, com o título da pesquisa **Do Poder das Bruxas ao Poder Político – trajetória das mulheres no exercício de poder** (COSTA, Maria Conceição e FRANCISCO, Ana Lúcia, 2017). Especialmente marcante, em uma noite Carioca de 14 de março de 2018, aconteceria o silenciamento de Marielle Franco. Foi uma das vereadoras mais votadas nas eleições de 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), defendia a luta do feminismo, a pauta dos direitos humanos contra as violações, porém criticava a intervenção federal no Rio de Janeiro, bem como as ações truculentas da Polícia Militar. Ao denunciar as situações de abuso de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes, enfrentou-se com muitos que não gostavam da sua voz. Foi assassinada a tiros com seu motorista, Anderson Gomes. Sua morte lamentável animou essa pesquisa sobre as mulheres em luta.

Em 2019, então atuando como coordenadora de um Programa de Combate ao Racismo Institucional – PCRI, na prefeitura do Recife, a saúde mental aparece como um tema importante a ser cuidado a partir dos casos de racismo que nos chegavam. Comecei a associar atos racistas e seus rebatimentos na saúde mental, com sequelas por muito tempo, embora já tenha realizado consultoria na área das relações raciais pensando esse mesmo Programa ainda em 2015 na mesma prefeitura. Em 2020, no auge da pandemia, com atos de racismo expostos todos os dias na mídia, nós, da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) – Anpsinep, lançamos a campanha **Saúde Mental da População Negra Importa**. Em seguida, em parceria com a Abrapso (2020), realizamos o curso virtual com a temática da Saúde Mental da População Negra.

Aquela foi uma campanha da Anpsinep e, em seguida, o Conselho Federal de Psicologia – CFP lança, também em 20 de novembro do corrente ano, uma outra campanha no campo das escutas clínicas, “Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?”, reafirmando o que prevê a Resolução CFP nº 18/2002 – do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a qual estabeleceu as

⁴ O garoto negro era filho da empregada doméstica Mirtes Renata, que havia deixado a criança sob os cuidados da patroa branca, Sarí Corte Real, esposa de Sérgio Hacker, prefeito de Tamandaré, no litoral de Pernambuco, enquanto levava o cachorro da família para passear. A empregadora, flagrada por câmeras de segurança deixando o menino sozinho no elevador, foi autuada por homicídio culposo. “Se fosse uma mulher negra acusada de matar uma criança branca por negligência, o rosto dela estaria estampado em todas as capas de jornais no mesmo dia do crime”, diz Mônica Oliveira militante há 32 anos e da Coordenação da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco (Jornal el País. BREILLER, Pires. São Paulo, 6 jun. 2020).

normas para atuação de psicólogas(os) frente ao preconceito e à discriminação racial. Isto trouxe para cena a necessidade urgente de promover o enfrentamento e combate a todas as formas de racismo. Em 2021, em outra campanha da Anpsinep – **A Juventude negra quer viver – “Corpo marcado, corpo tombado: sem vida não há saúde mental”** publicizou mais uma vez o tema. Esta pesquisadora esteve nesses momentos à frente ou em apoio a tais ações. O movimento de mulheres negras ganhou pauta desde então, para mim, que passei em 2021 ser a coordenadora geral da Anpsinep.

Esta tese se propôs a lançar mão de autoras da área que discutiram temas sobre colonialidade, racismos, interseccionalidade e clínica, a partir da perspectiva da clínica psicoterápica. O exame da literatura revelou que, embora já haja uma produção significativa de pesquisas na academia, ainda há um despreparo na psicologia brasileira para lidar com as questões raciais (ARRAES, Jarid, 2015), fato constatado a partir das queixas que chegam aos consultórios e aos movimentos sociais, demandando por indicações de profissionais de psicologia aptos a lidar com os problemas decorrentes do racismo. Existia a busca preferencialmente por psicólogas (os) negras (os). Essas queixas cresceram e crescem à medida que as pessoas que buscaram pela psicologia eram pessoas informadas, engajadas em lutas sociais, pessoas de classe média, pessoas de renome e/ou artistas, além de pessoas de baixíssima renda.

A questão-problema que aqui se coloca é como as pessoas negras que buscam terapia são acolhidas em suas queixas e demandas. Isso ficou evidenciado, por exemplo, na frase célebre que circulou na internet no ano de 2015, que dizia “Meu psicólogo disse que racismo não existe” (ARRAES, Jarid, 2015), o que exploraremos no Capítulo Psicologia e Racismo: um descritor importante para uma clínica antirracista (ou o caminhar no estado da arte). Circulando nas redes sociais (“lugar” hoje de muita informação e questionamentos) alguns depoimentos vão dizer da decepção com atendimento psicológico. Tais falas foram oriundas de pessoas negras que relatavam sua decepção com a incompreensão de seus problemas por parte de profissionais de psicologia psicoterapeutas e, em grande maioria, profissionais brancas (os).

E sendo eu uma profissional com leitura teórica e militância social engajada nas questões raciais, senti a necessidade da criação de um **construto teórico** que pensasse uma outra *episteme* para a psicologia brasileira, de modo a dar sustentação ao campo-tema eleito para o desenvolvimento dessa tese, ou seja, pensar uma psicologia que aportasse a clínica psicológica em sua variedade de demandas e situações, elegendo aqui a nomeação de clínica antirracista. Para isso, observei o que dizia Jesus Moura, ainda em 2009, em sua dissertação, quando fez referência à atuação da psicologia frente à discriminação racial. Para ela, essa prática

psicológica ainda seria afetada pela “ideologia do racismo que atinge a todos sem perdão e cria um clima de evitação, de resistência em tratar a questão” (p. 47). A autora refletiu (e reflete ainda) tais questões na psicologia desde a década de 1990, tanto aqui em Pernambuco quanto na psicologia nacional, chamando atenção para a necessidade de trazermos o tema das relações raciais para a nossa ciência, explicitando desse modo o impacto do racismo na saúde mental da população brasileira, o que nos reforça a ideia que sim “o racismo humilha e faz sofrer”⁵.

A clínica antirracista deveria se constituir como uma clínica política na medida que promoveria a desestabilização da escuta clínica “tradicional”, contemplando questões relativas às desigualdades raciais e de gênero, muitas vezes, negligenciadas por esta clínica. Isso só seria possível observando-se e trazendo pontuações para a construção de uma psicologia que se fizesse questionadora dos impactos do racismo na saúde mental da sociedade brasileira, de modo geral, e da população negra, em particular. Uma psicologia que considerasse o racismo estrutural e seu impacto sobre si diante do racismo institucional.

Esta clínica se abriria para uma perspectiva de constituir-se a partir daquilo que demanda do sujeito. Não tendo uma fórmula pronta, mas construindo-se na escuta que acolheria, como nos sugeriu Sueli Rolnik (1997, p. 5): “abrir-se à escuta para aquilo que estamos em vias de diferir!”. Abriria-se a possibilidade de uma clínica do *ethos*. Ou seja, a construir-se na escuta efetiva dos sujeitos que trazem suas demandas e ao trazê-las poderiam, conosco, realizar uma clínica potente, aquela voltada para a expansão da vida e das possibilidades de se viver. Como realizar uma clínica da potência? Penso que trabalhar em direção a uma clínica que acolhesse as angústias diante do racismo estrutural e que fortalecesse as pessoas negras para lutar contra a posição de subalternidade, falando e agindo em nome próprio e não pelas narrativas da branquitude.

O que seria uma clínica psicológica antirracista? Sobretudo uma clínica potente, ética, com já pontuado anteriormente. Já em Fanon (2008), pensador das questões raciais a partir do processo de colonização refletido no sujeito negro, e da “Diáspora Africana, do pensamento psicológico, do pensamento da descolonização”, como sugere Gordon (1980, p. 13), poderia se compreender que “A civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial” (p. 31). Daí reporto-me, em uma atitude decolonial, descolonial e contracolonial, a intelectuais atuais que sustentaram suas observações, referindo-se ao que Fanon, em 1950, formulou no campo da saúde mental e do sofrimento psíquico. Algumas dessas intelectuais foram Maria Lucia da Silva (2011), Grada Kilomba (2019), Marcio Farias (2018), Clélia Prestes

⁵ Campanha do Conselho Federal de Psicologia-CFP, 2002: O Preconceito Racial Humilha, a Humilhação Social faz Sofrer.

(2019), Lia Schucman (2018), Jesus Moura (2009) e Lilian Alves (2021). Nessa direção valeria também lembrar Isildinha Nogueira (1998), psicanalista brasileira da atualidade, que sugeriu que o ideal de ego do negro seria branco (suegido por Neusa Santos e Frantz Fanon muito antes) e isso fundamentaria a necessidade da mudança estrutural na sociedade, para a construção de uma identidade negra positivada. A isso a psicologia poderia responder com a consolidação de outra *episteme* que refletisse a construção de uma teoria nossa, local, embora não marginal. Essa vertente fundamentar-se-ia no processo de descolonização e decolonização do pensamento (MALDONADO-TORRES, 2018).

Definir uma clínica como antirracista exige a consideração das relações raciais, a partir daquilo que Cuti (2018) sugeriu como sendo a doença psíquica da pessoa complexada, que seria a (pessoa) racista, pois, para o autor, o racismo sendo uma patologia social, também o seria individualmente. Isto produziu um complexo de superioridade inexplicável em pessoas que se acham superiores por condições físicas e sociais que as tornam superpessoas a partir de “sentimento congênito de superioridade” (CUTI, 2018, p. 199), sentimento especialmente presente em pessoas brancas.

Busquei com este trabalho de tese fomentar possibilidades de construção de uma prática psicológica que respondesse e atendesse demandas sociais presentes na realidade brasileira, face a ausência de conhecimentos científicos e técnicos capazes de auxiliar profissionais, situações de vulnerabilidade social, de gênero, de raça, com fatos de racismo que chegariam aos consultórios de psicologia. Faz-se necessário estimular produções teóricas e técnicas que respondam às dificuldades das instituições públicas para compreender e “lidar com os conflitos gerados nas relações raciais, nem para o acolhimento [...] nem para o tratamento das consequências do racismo incrustado na gênese da sociedade brasileira e reproduzido no espaço acadêmico”, conforme nos trazem as autoras Maria Lucia Silva e Jussara Dias (2018, p. 211), ao discorrerem sobre **Uma clínica Interventiva contra o Racismo**. A partir da fala dessas autoras, pode-se ampliar dizendo que a falta de preparo das instituições reflete a falta de preparo também das (os) profissionais psis que não atendem, não acolhem e não compreendem o problema, negando-o, o que é reiterado na fala de pacientes/clientes em sofrimento em decorrência do racismo, o que se reatualiza na frase: “**Meu psicólogo disse que racismo não existe**” (citado)! Tristemente, constatamos a existência de psicoterapeutas que negam a prevalência de racismo no Brasil, como ficou demonstrado na análise das narrativas por nós escutadas (explicitado no Capítulo das Narrativas).

Alio-me a Jussara Dias e Maria Lúcia da Silva (2018) para reafirmar a necessidade emergente e urgente(!) de uma clínica que dê conta de “enfrentar psíquica e politicamente os

efeitos psicossociais do racismo”, clamando por “Por uma clínica interventiva contra o racismo” (p. 209). Nessa proposição, para pensar uma Clínica que dê conta disso, a qual denomino de uma clínica crítica, posicionada, decolonial, antirracista, sendo importante caracterizá-la também como uma clínica psicossocial e política, para ser potente! Para fomentá-la, é preciso que se traga à reflexão que o racismo existe como um problema a ser enfrentado por esta clínica. Admitir sua existência como causador de sofrimento psíquico é não colocar no sujeito o peso do problema, sendo uma clínica acolhedora, a queixa do racismo torna-se real, sintomática, discursiva e narrável, porém acreditável.

Essa é uma clínica também do cuidado e da ética, que traz a acolhida problematizada, compreendendo que a dor pela cor não é um problema de autoestima baixa, que a narrativa é real, não é algo localizado em si, oriundo “da cabeça do sujeito”. Significa pensar um conjunto de ações desde a infância até a idade adulta que dê conta do que faz adoecer ao se apartar indivíduos e coletividades a partir do processo de desqualificação pela racialização, como ocorre na sociedade brasileira. Freire (1983), no Prefácio ao Livro *Torna-se Negro* de Neusa Santos, remete à esta ideia da dor, ao referir-se à violência que se instala no corpo negro, pois dirá que “Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (p. 1).

Por que uma Clínica Psicológica Antirracista? Precisamos perguntar sempre em um processo do cartografar. Por isso, antes de mais nada, posso compreender que pela obviedade da realidade brasileira em dados, pode-se justificá-la. Nos estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, realizados por (CERQUEIRA; MOURA, 2013) sobre taxa de homicídio, considerando-se o universo dos indivíduos que sofreram morte violenta no país entre os anos compreendidos entre 1996 e 2010, portanto um período de 04 anos, pode constar que, “para além das características socioeconômicas – como escolaridade, gênero, idade e estado civil –, a cor da pele da vítima, quando preta ou parda (portanto, negra), fez aumentar a probabilidade de o mesmo ter sofrido homicídio em cerca de oito pontos percentuais” (p.14) a mais que uma pessoa branca. Para Nima Lino Gomes e Ana Amélia de Paula Laborne (2018), é fato a crueldade do racismo atingindo a juventude negra: “Há ainda um dado pouco estudado e analisado” ao fazerem referência à situação das jovens mulheres negras em relação aos dados da violência. Mencionam que

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência do Mapa da Violência de 2017, ao trazer o recorte de gênero pela primeira vez, revela que as jovens

negras com idade entre 15 e 29 anos têm 2,19 vezes mais chances de serem assassinadas no Brasil do que as brancas na mesma faixa etária. No mesmo sentido, o Atlas da Violência (2017) mostrou que entre 2005 e 2015 a taxa de homicídios de mulheres brancas teve redução de 7,4%, enquanto a taxa de mortalidade de mulheres negras aumentou 22%. (2017, p. 1)

A população negra é a que mais morre no SUS. No recorte juvenil, a mortalidade da juventude negra é maior, conforme indicado nos trabalhos levantados. A mortalidade materna é alta, assim como tem as maiores taxas de analfabetismo e os menores salários. A população negra faz parte de 60% da população carcerária, assim como tem a construção da sua autoimagem deformada ou desfocada. Também é preciso observar as vicissitudes do povo brasileiro, que construiu sua subjetividade calcada na lógica do jeitinho, do discurso cínico e da não assunção das responsabilidades, vide nossas “elites” econômicas e de poder (políticos). Exemplo, somos um país racista, mas sem racistas, tomamos a parte pelo todo, invertemos a lógica da *gestalt*.

Desses dados, o que chama atenção em relação àqueles que abordam o sofrimento psíquico (sendo alarmantes quando pensamos sobre pessoas negras) é o fato de que foram relacionados com as tentativas ou práticas de suicídio. O que choca, também, é o fato da saúde mental como um todo, e a psicologia em particular, não se voltar para isso com um fenômeno crescente e preocupante, tal como apontam os estudos por mim encontrados, o que, por si só, já requereria uma ação em massa. Mesmo que as ações do próprio Conselho Federal de Psicologia – CFP pudessem ser observadas como preocupação com tais informes (dados de 2001), a categoria **psicologia brasileira** ainda não se voltou para isso, não sendo um tema do cotidiano, o que demonstraria um distanciamento da categoria da reflexão sobre a realidade social dessas populações.

Nesse caminho, contraditoriamente, um grupo de pesquisadoras (es) e psicólogas (os) negras (os), autoras (es) na área, buscou respostas aos problemas do racismo. A partir desse movimento, do qual sou uma das fundadoras, é que em 2010 nasceu a Anpsinep – Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es), que buscou, desde então, uma produção acadêmica da psicologia nacional e uma militância que fortalecesse profissionais que queriam se voltar ao tema do racismo, a partir da perspectiva da psicologia como uma ciência compromissada ética e politicamente. Essa Articulação nasceu na USP/SP com uma carta de princípios, a Carta de São Paulo (Anexo 5), com a qual se definiu uma atuação político-militante na psicologia. Essa Carta foi atualizada agora com a Carta de Recife (ANPSINEP, 2022) (Anexo 6).

A perspectiva do antirracismo chegou a mim como uma vertente da ação do feminismo negro interseccional. As autoras desse pensamento (CRENSHAW, Kimberle, 1998; COLLINS, Patricia Hill, 2005; PONS, Claudia, 2014; DAVIS, Angela, 2018; hooks, bell, 2019), entre outras, apontam que o antirracismo é atuação, isto é, mais que palavras. Isso interfere diretamente nas relações institucionais, o que me levou a pensar o racismo estrutural que define as relações brasileiras. Portanto, debelar os efeitos nocivos do racismo sobre indivíduos e grupos, mantendo-se em permanente debruçar-se sobre, é o que define uma ação para desconstruir, compreender e enfrentar os impactos do racismo na sociedade e seus rebatimentos na saúde mental. O Feminismo interseccional que vai ao encontro ao conceito de sociogenia descrito por Frantz Fanon e desenvolvido por Sylvia Wynter como sociogênese, e que será explanado no corpo desta tese.

Compartilhando essas inquietações, trago para psicologia a preocupação de voltar-se à realidade brasileira e considerar as complexidades nela contidas para que possamos constituir uma profissão e uma ciência psicológica de forma a desconstruir uma psicologia elitista e colonizada, como sugere Farias (2018, p. 62) ao dizer que “[...] uma psicologia proletária, eticamente comprometida com a realidade nacional e a superação das desigualdades estruturais, não pode cair no canto da sereia e não escutar o grito dos marinheiros”.

A proposta do autor se insere na lógica de uma “psicologia antirracista e preocupada com a emancipação dos povos explorados e oprimidos” (p. 62) fundamentando-se em uma psicologia que estaria, ainda, atrelada a um pensamento mecânico, acrítico da nossa ciência ainda colonizada apontando que seria preciso sair dessa lógica. Isso nos sugeriu também que, segundo suas palavras, precisaríamos refletir que

[...] Cabe ao saber psi ir a busca do sujeito concreto, das suas mediações culturais, simbólicas, estas atravessadas não só pela pobreza, como por outros marcadores sociais de desigualdade, absorvidos por signos e significados polissêmicos e dinâmicos que precisam ser estudados por uma psicologia que supere seu complexo de vira-lata. Assim, o reconhecimento de uma verdadeira humanidade não estereotipada, pode permitir que as denúncias sejam escutadas e as mortes não mais anunciadas, qualificando crônicas de vidas emancipadas. (FARIAS, 2018, p. 62)

Para fundamentar as ações do antirracismo, é preciso trazer ações concretas a partir de pesquisas, que, no caso da referente tese, foi de natureza qualitativa, via narrativas e com aportes teóricos consonantes com esta metodologia. Assim, considerar que as informações dialoguem com ações previstas na Lei 10.639/2003 – trazendo a história para a compreensão

da ação da psicologia e da identidade e origem das pessoas negras. Para tanto, os estudos, as formulações teóricas e a construção da Resolução 018/2002, do Conselho Federal de Psicologia, puderam nos subsidiar para refletirmos sobre o tema do racismo para a própria psicologia no Brasil (INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE, 2008a).

Em 2022, com lançamento de uma nova versão do livro “Torna-se Negro”, de Neusa Santos (originário de 1983), o potente Prefácio de Maria Lucia Silva empurrou-me para este lugar, pensar e reafirmar uma clínica posicionada, com acesso à terapia como possível e viável à população negra, após dois anos de pandemia, onde a covid-19 deu o tom da vida. Ainda assim, o que percebemos foi que o racismo não mudou, não arrefeceu; ao contrário, recrudescer e isso nos levou ao tema da saúde mental da população negra como aquele que de fato importa: a saúde mental em uma clínica antirracista.

Com este propósito, trago neste trabalho o tema dividido em capítulos que já se iniciam pelo tema de cada um. No 1º capítulo (do estado da arte) abordamos o modo como esta temática vem sendo abordada na psicologia, a partir do levantamento de trabalhos produzidos na pós-graduação. A Psicologia tem se constituído como campo de exercício profissional, voltada prioritariamente como uma atividade que observa os aspectos das construções subjetivas, declinada especialmente para grupos abastados, de pessoas brancas, deixando de considerar os subalternizados e esquecendo-se daqueles abandonados pelo estado. “Nasceu” a psicologia datada num momento histórico para ouvir quem pode e deve acessá-la e calar quem pode incomodar. Apurar o que havia sido produzido durante cinco anos deu um panorama de como o descritor psicologia e racismo seria importante para a compreensão do tema da clínica antirracista.

No 2º capítulo explicitamos o caminho metodológico percorrido, bem como ações que demonstram que tal prática clínica já vem ocorrendo, a partir de narrativas de ativistas, sobretudo, terapeutas negras.

No 3º capítulo trazemos as narrativas das mulheres ouvidas na pesquisa e dentro do dito do racismo na clínica psicológica. Essas mulheres falam de lugares diferentes, sendo ouvidas ou ouvindo em terapia.

No 4º capítulo apresentamos as vozes silenciadas pela psicologia que realizaram a clínica desde sempre pensando as questões raciais e as condicionantes sociais para compreender e definir o impacto do racismo na saúde mental das pessoas negras.

O 5º capítulo aborda as importantes contribuições de Frantz Fanon (1925 – 1961), para uma reflexão decolonial e revolucionária, que embasou uma clínica ética e politicamente posicionada. Portanto, uma clínica antirracista teria suas bases nas ações de Fanon.

2. PSICOLOGIA E RACISMO: DESCRITORES IMPORTANTES PARA UMA CLÍNICA ANTIRRACISTA (OU O CAMINHAR NO ESTADO DA ARTE)

Entendemos que ainda havia um silenciamento nas produções acadêmicas na psicologia sobre o tema das relações raciais. Nesse sentido, tínhamos por objetivo mapear e analisar estudos acadêmicos sobre o tema proposto na tese – problematizar a clínica psicológica – pensando-a como *problema* de pesquisa e como questão que pudesse nos levar a compreender seus próprios limites e possibilidades, já que a percebíamos como uma clínica historicamente demarcada por uma postura elitista. Desse modo, nosso objetivo era tê-la agora como uma política e antirracista. Para isso, a partir do estudo do estado da arte, levantamos as produções que abordassem temáticas relacionadas à psicologia e ao racismo, bem como à clínica de psicologia voltada à população negra, trazendo para a busca o debate moderno da colonialidade. Como um suleador para o levantamento desenvolvido, trabalhamos com as produções realizadas no Brasil em um período compreendido entre os anos de 2015 até o início de 2020.

Seguimos o método de rastreamento de produções acadêmicas, buscando identificar trabalhos e pesquisas que tratassem direta ou indiretamente dessa temática, a partir do banco de dados dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia. Encontramos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, selecionamos as bases, embora a BDTD já respondesse pela nossa procura: Portal Caps; Portal teses CNPq; BDTD ibic⁶ e, a partir dela, coletamos o que fora produzido. Isto, por não ser fácil falar da temática racial na psicologia e menos ainda na área da clínica psicológica, como demonstraremos mais abaixo.

Para construir um caminho que nos conduzisse ao estudo aqui proposto, fizemos uma busca que primeiro pudesse dar conta do campo tema da clínica como prática voltada ao cuidado terapêutico, lugar de possível reflexão do antirracismo em psicologia, como resposta ao racismo. Para tanto, utilizamos os descritores *psicologia e racismo*.

Com o tema do racismo na psicologia, optamos por utilizar, em um primeiro momento, três (3) possibilidades de descritores psicologia, racimos e antirracismo conjugando equações temas que trouxessem nitidez a uma produção psicológica balizada por teóricas (os) antirracistas. No campo das produções acadêmicas, entendíamos que já haveria um debate social e político que cada vez mais buscava incluir um modo de pensar o racismo na psicologia. Nossa dúvida inicial era se existiriam produções voltadas a esta temática na academia e de que modo elas seriam construídas, sobretudo no campo da clínica.

⁶ Disponível em: <http://bdttd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Estabelecemos um protocolo de pesquisa em que seguimos determinados passos. Primeiro a definição dos descritores da pesquisa, quando buscávamos localizar o termo desejado: a Clínica Antirracista. Conforme apontaremos, esse descritor não apresentou resultados significativos. Fomos, então, ao descritor Psicologia e Racismo, o qual nos deu uma margem maior com variedade importante de trabalhos produzidos. Dos trabalhos encontrados que falavam acerca do tema da psicologia, das relações raciais, separamos e descartamos os trabalhos acadêmicos que continham outros temas, de outros diferentes campos e áreas, como educação, literatura, história e ciências sociais, embora tais áreas também pudessem oferecer argumentação à pesquisa, em outro momento. Nosso interesse era saber como a psicologia falaria sobre isso, e se falaria.

Nesse depurar, chegamos aos trabalhos que dialogavam sobre o tema da tese por nós proposta, a partir de perguntas, as quais seguiram e com base no que elaboramos a respeito da proposta do protocolo de modo a nos guiar ao logo das buscas: 1) O que falavam sobre o tema? 2) Quem falava? 3) Como falavam? 4) Definir os tipos de produção.

Configurando-se ainda como novidade, o tema do racismo na psicologia teria aparecido nos últimos tempos de modo diluído nas produções teóricas que abordaram as relações étnico-raciais em seus estudos. E, mesmo sendo uma produção modesta, comparando-se com outras áreas de pesquisa nas ciências humanas, como nas ciências sociais e história, por exemplo, é significativa.

Os resultados dos textos encontrados foram organizados por:

- 1) Ano;
- 2) Tipo de documento;
- 3) Área;
- 4) Título/autoria;
- 5) Resumo.

Definimos os trabalhos relevantes ao campo-tema objeto da tese, no qual criamos critérios de exclusão – o descarte de trabalhos que não fossem dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e trabalhos que não trouxessem a psicologia como foco principal, mesmo com temas associados ao racismo. Como critério de inclusão adotamos: as pesquisas na área da psicologia que se aproximassem ao máximo da psicologia clínica, material do nosso interesse. Encontramos um total 114 trabalhos com o descritor psicologia e racismo. Destes, separamos 85 produções, sendo 29 excluídas por não serem da área da psicologia.

Como chegamos a isso? Após as tentativas de conjugação de alguns termos que pudessem responder melhor as nossas inquietações, utilizamos as equações *psicologia*

antirracista, clínica psicológica antirracista, clínica antirracista, psicologia e racismo. Isso na intenção de encontrar estudos que respondessem às perguntas dessa tese, ou seja, como a possibilidade de reflexão sobre a clínica faria funcionar modos ou processos de acolhida quando a ela se dirigissem as pessoas com as queixas de experiências vivenciadas do racismo. Como a clínica psicológica se estruturaria ouvindo narrativas que trouxessem as experiências raciais. Isso seria suficiente para fortalecer as pessoas negras que passaram por essas situações de racismo, após a acolhida? Pensamos ser importante refletir também acerca de quais leituras desses processos seriam possíveis na psicologia clínica.

Ao escolhermos e colocarmos os descritores *clínica psicológica antirracista, clínica antirracista, psicologia antirracista* não obtivemos sucesso, sendo os dois primeiros descartados como fontes de informação, pois a cada tentativa nos sites de busca do banco de dados a mensagem que vinha era esta: *Nenhum registro encontrado! Ou a sua busca não corresponde a nenhum registro!* (BDTD, 2020).

Encontramos 85 trabalhos e após depurarmos, o resultado da busca nos deu uma visão de que, sim, existia uma produção importante, mas ainda pequena comparando-se com outras áreas das ciências humanas, tais como em sociologia onde encontramos 350 trabalhos, em educação 940, história 1300 e direito encontramos 679, áreas que a psicologia dialogaria para estruturar o debate. Esta produção, ainda que significativa na psicologia, ao referir-se ao tema do racismo, não o seria quanto ao seu rebatimento na saúde mental, existindo ainda a necessidade de aprofundamentos a serem feitos. Isso porque dos 85 trabalhos encontrados chegamos a 12 produções que se aproximaram, de modo amplo, ao tema da clínica e da saúde mental, mas apenas quatro eram da área da psicologia clínica e um da saúde. Levando-se em conta a área e os conteúdos dos temas encontrados, a partir dos resumos dos trabalhos, instituição, o ano da produção e as fontes, apresentamos um Quadro geral 1 (Anexo 1) para dar uma mostra do que já fora produzido. Priorizamos, importante reforçar, a produção de teses e dissertações.

As produções da psicologia mais próximas à nossa pesquisa nos levaram a concluir que sim, embora elas estivessem aqui, ainda havia muito a fazer para a compreensão dos processos de exclusão, sofrimento, violência e apartação como consequências advindos do racismo estrutural brasileiro, apontado por Almeida (2018), processos que engendraram na sociedade uma subjetivação racializada e apartada. Pode-se questionar, também, como a psicologia poderia compreender o problema, para incidir sobre práticas racistas e suas consequências para sujeitos e grupos. A busca levou a confirmar que já havia uma produção importante, mas concentrada na sua maioria em pesquisa em psicologia (geral) e psicologia social, este último

um campo que desde a década de 1990, do século passado, alimentava a produção acadêmica no país com teses e dissertações sobre a psicologia das relações raciais. Nossa produção no mestrado na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na qual pesquisei as relações raciais (embora bem depois, no ano de 2010) foi uma prova disso. Entretanto, na psicologia clínica, encontrar uma baixa produção deixou-nos a conclusão de que existia urgência na busca pela produção de uma psicologia que refletisse sobre o racismo, bem como uma psicologia clínica antirracista. Havia uma lacuna precisando ser preenchida. Isso pressupôs a responsabilidade da tese agora construída, o que nos sugeriu pensar em sua relevância, necessidade e urgência.

Para análise dos documentos selecionados (teses e dissertações), realizamos a leitura dos títulos, dos resumos e palavras-chave, bem como dos Programas de Pós-Graduação aos quais estavam vinculados e as respectivas Instituições de Ensino Superior – IES. Optamos por pesquisar só em programas na área de estudos de psicologia e em português, reafirmando nosso compromisso com uma psicologia do cuidado e brasileira. Nesses resumos, encontramos o tema da psicologia e racismo, agregando também os temas de atendimento e acolhimento psicológicos, clínica, psicoterapia, antirracismo, sofrimento psíquico, saúde mental, subjetivação, cuidado, colonialidade/decolonialidade, interseccionalidade, entres outros. Mesmo que o descritor continuasse a ser *psicologia e racismo*, outros temas foram agregados para o desenvolvimento da tese.

Para nos assegurar da fidedignidade da busca e não perdermos informações no período definido (5 anos), voltamos várias vezes ao banco eletrônico de dados, reavaliando os temas e resumos. Em uma tentativa de depuração e cuidado com tais informações, voltamos várias vezes à análise dos resumos, até a conclusão da tese, num cartografar permanente.

2.1 O QUE E COMO FALAVAM SOBRE O TEMA?

Para entendermos como os trabalhos foram produzidos e pensarmos como falaram sobre o tema, procedemos uma análise mais geral dos 84 estudos encontrados. Falavam sobre psicologia e educação, educação étnico-raciais, psicanálise e arte, quilombolas, racismos nas piadas, subjetivações raciais tanto em pessoas negras quanto em pessoas brancas. Também sobre privilégio branco, ações afirmativas, formação em psicologia, saúde mental das mulheres negras, sobre o racismo que recai sobre as religiões de matriz africana, violência e necropolítica, biopoder, juventude negra, migração e racismo, diversidade sexual e de gênero, entre outros. Desses 85 trabalhos debruçamo-nos sobre 12 produções, após observarmos como estas

trouxeram variados modos de fazer referência ao tema do racismo em psicologia, na saúde mental e na clínica, aproximando-se do tema específico da clínica.

No demonstrativo abaixo, dividimos os estudos encontrados por áreas e títulos para entender melhor como cada uma dessas 12 produções falava do tema (ou o apresentava) podendo contribuir com nossa tese. Compreendeu-se como metodologia de um caminhar caminhante, fomos a cada área e a cada trabalho inúmeras vezes.

Ainda sobre o levantamento realizado, encontramos as produções distribuídas em 12 (doze) áreas da Psicologia, realizado e exposto no Quadro 1 (Anexo 1) deste modo, “classificadas”, em linha gerais na Psicologia, Psicologia social, Psicologia clínica, Psicologia institucional, Psicologia social e institucional, Psicologia/psicanálise, Psicologia da educação e aprendizagem, Psicologia da saúde e Psicologia experimental. Apresentamos, abaixo, o quantitativo das produções por divisão temática:

1. Psicologia (geral): 37 trabalhos;
2. Psicologia social: 28 trabalhos;
3. Psicologia clínica: 4 trabalhos;
4. Psicologia institucional: 3 trabalhos;
5. Psicologia cognitiva: 2 trabalhos;
6. Psicologia social e institucional: 2 trabalhos;
7. Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem: 2 trabalhos;
8. Educação/Psicologia: 2 trabalhos;
9. Psicologia/psicanálise: 2 trabalhos;
10. Psicologia da educação e aprendizagem: 1 trabalho;
11. Psicologia da saúde: 1 trabalho;
12. Psicologia experimental: 1 trabalho.

As produções na área da psicologia figuraram como uma rica iniciativa para refletirmos acerca da busca sobre psicologia e racismo. Nos programas de psicologia e em suas áreas de pesquisas, ainda foi pouco significativo encontrar grupos de estudo e pesquisas que levassem em conta as relações raciais e do racismo no Brasil, principalmente como prioridade, como também sobre seus rebatimentos nas construções subjetivas da sociedade brasileira. São produções pouco representativas (em grande escala), estimuladas pelas instituições formadoras, com linhas de pesquisa específicas e fomentos voltados ao tema. Ou seja, não existiria uma ação impactando na formação básica, que são os cursos de graduação em psicologia, nem na pós-graduação. Portanto, não houve um impacto nos estudantes, nem na categoria profissional

e nem na sociedade. Observamos que a psicologia, como ciência e profissão, estava ainda ausente dessa temática e, embora já sensível, calou-se diante do racismo brasileiro.

Na literatura internacional, entretanto, já encontramos o termo antirracista em psicologia e seus similares como a *psicologia africana* e a *psicologia crítica africana* (NOBLES, 1998). Para tanto, nessa busca consideramos encontrar autoras (es) que poderiam ser assim denominados, embora o termo não tenha sido teorizado como tal. Não se poderia falar de uma psicologia antirracista no Brasil, muito menos de uma clínica antirracista sem passar pelo pensamento de autoras e autores que já formularam sobre as relações raciais e racismo no passado (ou mesmo na atualidade), como pontuamos acima, tanto na academia quanto fora dela. Na psicologia e no campo da saúde mental brasileiras, trouxemos os exemplos das pensadoras (escritoras/pesquisadoras) como Neusa Santos (1983), Isildinha Nogueira (1998, 2002, 2018, 2022), Cida Bento (1992, 2002, 2022), Jesus Moura (2009), Maria Lucia Silva (2005, 2008, 2017, 2018, 2022) Virgínia Bicudo [1945] (2010) (2011), além de Lélia Gonzalez (2020) Kabengele Munanga (2008, 2010). Esses dois últimos, mesmo não sendo do campo da psicologia e não versando diretamente sobre o campo psi (especificamente), ainda assim construíram teorias sobre o tema na antropologia, sociologia e política que trouxeram contribuições à psicologia no campo das identidades, da personalidade e da autoafirmação das mulheres negras, por exemplo. Essas produções dialogaram com nosso trabalho porque refletiram sobre a possibilidade de a psicologia enfrentar-se teórica e eticamente o tema das relações raciais para a compreensão e enfrentamento ao racismo. Também porque vieram por vários caminhos, sobretudo a partir das falas de mulheres no campo clínico, o que nos deu a dimensão da clínica interventivista para pensarmos o racismo estrutural brasileiro e seus rebatimentos na saúde mental das mulheres negras.

Como autores clássicos internacionais que formularam importantes contributos no campo psi é relevante citar Frantz Fanon (2008, 2020), referência na formulação da colonização e saúde mental, além de Gloria Ladson-Billings (2006), Wade Nobles (1997) e Grada Kilomba (2018). Para pensar a colonização e o antirracismo, demos ênfase para Franz Fanon, referência citada em quase todas as formulações encontradas, como nos sugeriram Kawahala e Vivar Y Soler (2010, em seu artigo /resenha Por Uma Psicologia Social Antirracista: Contribuições de Frantz Fanon).

2.2 O QUE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS FALARAM E COMO FALARAM SOBRE O TEMA?

Conforme já expomos, escolhemos o período compreendido entre os cinco anos, devido às crescentes formulações acerca desse tema nesse período e também porque, ao participarmos de atividades acadêmicas e de encontros científicos⁷ de Psicologia, observamos que não só o tema do racismo apareceu com força nas produções acadêmicas, como também esteve associado com a temáticas acerca da colonialidade; decolonialidade; descolonização; sofrimento psíquico; interseccionalidade; realidade brasileira; negritude; branquitude; clínica antirracista; saúde mental da mulher e da população negra, entre outras discussões de igual importância.

Definimos os 12 trabalhos que mais dialogaram com os objetivos dessa tese e mais especificamente aqueles que versaram sobre psicologia e saúde mental, a partir da compreensão que o racismo teria um impacto importante nesse processo. Entretanto, desse montante dos 12 trabalhos, apurando um pouco mais, chegamos a apenas 6 trabalhos, os quais foram aproveitados nos referenciais teóricos, para refletir sobre a clínica antirracista. Mesmo que os trabalhos de pesquisa evidenciados até aqui trouxessem ricas contribuições para o tema a ser desenvolvido, apuramos que essas 6 pesquisas, tal como já explicitado, teriam mais proximidade com a temática que trabalhamos e que são enfatizadas naquilo que podemos chamar de um *quadro diferenciado*. Foram os trabalhos que apresentaram, a partir de seus resumos, temas relacionados ao atendimento clínico, psicossocial, psicoterapêutico ou análise psicanalítica. Observamos que no campo clínico das abordagens teóricas adotadas pela psicologia clínica brasileira, a única que se apresentou com fundamentação teórica de base na reflexão sobre o racismo nesse levantamento foi a psicanálise. Diversas autoras e autores escreveram fazendo uso das formulações psicanalíticas levando-nos a compreender o quanto a psicanálise contribuiu com a estruturação da clínica na psicologia brasileira, bem como ajudou na problematização da estruturação do racismo intersubjetivo (nesses poucos trabalhos), fundamentando a introjeção do preconceito racial. Desses doze trabalhos afinados ao nosso propósito, encontramos seis dissertações e seis teses abaixo relacionadas no Quadro 2.

Abaixo, a apresentação e, em seguida, a leitura de seus resumos no Quadro 2:

⁷ Encontro de Psicologia Política, 2016; 5º Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, 2018; XIX e XX Encontros da Abrapso, 2017 e 2019; e 7 Congresso Brasileiro de Saúde Mental, 2020.

Quadro 2 – Resumo das Produções que abordam a Psicologia Clínica e Racismo

1. Tá dentro, não tá fora?: subjetividade, interseccionalidade e experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme por Eliana Costa Xavier.

A dissertação ora apresentada se constitui de dois estudos empíricos com a proposta de conhecer e analisar a história de mulheres negras com doença falciforme e compreender como a subjetividade destas é construída e confrontada a partir do significado da doença que tem origem na ancestralidade negra. A pesquisa teve delineamento qualitativo e se caracterizou como exploratória-descritiva, onde a coleta das informações ocorreu através de entrevistas semiestruturadas que foram exploradas através da Análise Crítica do Discurso. Participaram 9 mulheres com diagnóstico de doença falciforme, autodeclaradas negras e atendidas pelo Centro de Referência da Anemia Falciforme do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (CRAF). O primeiro estudo procurou conhecer e analisar o acesso das mulheres negras com doença falciforme às políticas públicas de saúde a partir dos itinerários terapêuticos na busca por cuidados para as questões de saúde produzidas pela doença falciforme. E o segundo, buscou conhecer e analisar a história de mulheres negras com doença falciforme e compreender como a subjetividade destas é construída e confrontada a partir dos sentidos subjetivos associados aos marcadores de gênero, raça e classe social. Os resultados demonstram que o impacto psicossocial da doença falciforme depende expressivamente dos serviços e das políticas de saúde, no acesso às tecnologias referentes à doença para dirimir o processo de adoecimento, bem como do significado que o sujeito associa a sua doença. Observamos que o itinerário terapêutico das mulheres se revelou como um processo constante de busca pelo cuidado que foi construído nas articulações dos familiares das mulheres e de alguns profissionais, até o momento em que o Sistema Único de Saúde (SUS) passou a ofertar, mesmo que parcialmente, atenção e cuidado à condição de saúde diferenciada. O percurso terapêutico se submeteu às relações estabelecidas pelas iniquidades culturais, sociais e em saúde, e muito pouco por preceitos das políticas públicas. O racismo institucional, presente em todas as aproximações das mulheres negras na sociedade, responde à vulnerabilidade histórica que invisibiliza as mulheres negras. A doença falciforme, segundo as mulheres negras, é uma condição de saúde que guarda sentidos subjetivos demarcados pela interseccionalidade de raça, gênero e classe social. Na mesma direção, as mulheres demonstraram que a experiência do adoecimento, embora, intensa, incapacitante e profunda, não as afastou das suas construções de gênero, ao contrário, a complexidade da doença oportunizou que elas pudessem se construir como sujeitos de possibilidades.

Palavras-chave: Psicologia. Política de Saúde. Saúde da Mulher. Psicologia da Mulher. Negros – Psicologia. Subjetividade. Anemia Falciforme.

2. Os muitos nomes de Silvana: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras. por Ana Paula Musatti Braga

Esta pesquisa aponta alguns dos efeitos subjetivos e estratégias singulares de resistência frente à desigualdade racial no nosso país, abordando as vicissitudes de inscrição no laço social de mulheres negras e pobres. É fruto de uma intervenção clínico-política com um grupo de adolescentes em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental de São Paulo na qual foi se evidenciando, para nós, a necessidade de cada um desses adolescentes de defender intransigentemente a honra e o valor de suas mães frente aos outros membros do grupo. Tanto pelo seu excesso como pela sua repetição, essa situação nos sugeria um mal-estar e um não dito referido às configurações familiares e à posição destas mulheres nesta comunidade escolar, que nos levou a escutá-las. Tomando a indicação freudiana de que a psicologia individual seria também psicologia social e a formulação lacaniana de que podemos considerar o Inconsciente como sendo a Política, acreditamos ser indispensável escutar o sujeito levando em consideração o Outro, entendido tanto do ponto de vista socio-histórico, como libidinal. Isso significa que não poderíamos escutar estas mulheres sem considerar o campo de desigualdades sociais e raciais no qual estavam inscritas discursivamente, o que nos exigiu uma

interlocução fundamental tanto com pesquisas da antropologia social e da sociologia, como da história. A fala destas mulheres foi nos revelando que, além de outras identificações contingentes, o fato de serem reconhecidas e se reconhecerem como mulheres negras era um elemento fundamental nas suas vivências cotidianas. Uma vez que nosso passado escravista não teria sido suficientemente lembrado e admitido, alguns traços se fariam presentes por meio de uma transmissão simbólica, pelos subterrâneos da cultura, de uma posição de servidão a elas atribuída. Permaneceria de uma forma atualizada e insidiosa uma divisão racializada da nossa sociedade, ancorada na herança de uma cisão entre a mulher mundana cujo corpo seria visto como um corpo de gozo, mas sem valor social, a mucama, e a que seria valorizada socialmente à custa de um corpo assexuado, casta e educada, esposa do senhor de escravos. Apesar de tantos avanços, as conquistas femininas das últimas décadas não seriam totalmente estendidas a essas mulheres, negras e pobres, que seguiriam, frequentemente, apresentando no imaginário social um corpo ao qual se atribuiria a capacidade de satisfazer os desejos mais inconfessáveis de um homem à custa de ser visto como propriedade e domínio deste. A atitude racista se faria presente em relação a elas, entendida como o ato de segregação do gozo inadmitido de um sujeito no corpo de um outro, ou ainda, como Lacan apontou, impondo a um outro, seu modo de gozo. Mais do que uma identidade das mulheres negras, consideramos fundamental conceber a particularidade de um laço que se estabeleceria na relação com elas, na medida em que seu corpo seria capaz de despertar e revelar a relação do sujeito com o mais íntimo e insuportável de si mesmo: ela seria a estrangeira frente a um homem, por ser mulher; e seria estrangeira frente a uma mulher ou homem branco, por ser negra. A sua condição de estrangeira a deixaria assim como figura paradigmática de um Outro sexo, um sexo Outro, um gozo Outro, recaindo sobre ela as reações mais violentas de extirpação desse gozo. As estratégias de como manter o que seria próprio do gozo feminino não balizado pelo gozo fálico, posto que seria suplementar a ele frente a essa injunção de segregação e depreciação, seriam sempre singulares. Apresentamos um caso clínico, Silvana, apontando suas estratégias de resistência frente a um discurso social que a desqualificaria tentando lhe impor um estreitamento de sua vida erótica e sua redução a um modo único de gozo.

Palavras-chave: Discriminação Social. Feminilidade. Mulheres. Psicanálise. Racismo.

3. Os feminismos e suas vozes: uma leitura junguiana das experiências de mulheres participantes de coletivos feministas. Lima, Raul Alves Barreto

O surgimento do feminismo inicia-se por volta do século XIX, intensifica-se no século XX e adentra no século XXI de forma multifacetada e muito atuante. Em sua história, é possível perceber o quanto esse movimento cresceu e se pluralizou, adentrando em muitas áreas do conhecimento, discutindo novas pautas, construindo novos saberes, reivindicando suas ideias e ideais de diversas formas, ressaltando que atualmente os debates têm tido um alcance muito maior devido ao avanço da tecnologia como forma de expor seus conteúdos. O feminismo proporcionou uma revisão crítica do que é ser mulher no sentido mais profundo e complexo do termo, o qual indica para modos particulares de existir. A prática feminista também se constitui em espaços coletivos configurando uma abertura para o compartilhamento das experiências pessoais, fortalecimento interno e articulação de formas de ação. Com os objetivos de investigar as motivações que levam essas mulheres a participarem desses grupos e de compreender suas experiências enquanto mulheres feministas, realizamos um estudo qualitativo por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com nove mulheres participantes de coletivos feministas. As narrativas coletadas foram posteriormente categorizadas e dispostas em grupos temáticos e temas, sendo analisadas de acordo com a abordagem da Psicologia Analítica e da literatura feminista. Os resultados obtidos revelam para o potencial transformativo – individual e coletivo – dos grupos feministas, indicando para uma expansão de possibilidades de existir enquanto mulher e suas múltiplas transformações. As mulheres também narraram sobre a importância do feminismo enquanto espaço de fortalecimento, desconstrução e emancipação individual, demonstrando ainda um confronto contínuo para com os conflitos pertencentes às dinâmicas da persona e da sombra. Apesar dos muitos obstáculos e desafios enfrentados no cotidiano, imbuídas de um impulso heroico, elas procuram alcançar relações horizontais pautadas no respeito à diversidade, às diferenças e com um comprometimento consigo, com o outro, e com o mundo, consonantes ao dinamismo da alteridade. As participantes também demonstraram sensibilidade para outras formas de

injustiça social que não as atingem diretamente, como o racismo e o preconceito de classe. Por meio da noção de internalização da opressão, os resultados também auxiliaram na sustentação da hipótese do sexismo enquanto um complexo cultural que perpassa a psique individual e coletiva.

Palavras-chave: Feministas, Feminismo – Brasil, Mulheres – Conduta

4. Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil. por David, Emiliano de Camargo

Este trabalho parte do pressuposto que o racismo, enquanto relação de poder e sustentação de privilégios, produz subjetividades, podendo gerar sofrimento psíquico, afetando (inclusive) crianças e adolescentes negros e seus territórios. O objetivo desta pesquisa foi discutir as relações entre atenção psicossocial e racismo na perspectiva dos profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil (CAPSij). Para tanto, foi privilegiada uma perspectiva institucional de análise, a que pensa o racismo como instituição, como lógica de produção e reprodução das relações sociais. Para o alcance dos objetivos, foi realizada revisão de literatura sobre psicologia e relações raciais, com destaque para a relação entre loucura e população negra e a relação entre racismo e iniquidades em saúde, bem como um estudo empírico em um CAPSij. O estudo teve como procedimentos: observação participante; leitura dos prontuários; participação em reuniões e entrevistas com a equipe, com a intenção de: caracterização dos possíveis sofrimentos psíquicos relacionados ao racismo; utilização do quesito cor/raça no planejamento dos Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) dos(as) usuários(as) atendidos(as); e identificação das intervenções psicossociais de enfrentamento do racismo. O material colhido foi organizado em dois eixos temáticos: o primeiro, com base na apresentação de dois casos trazidos pelos profissionais, aborda o modo como a equipe pensa as relações entre sofrimento psíquico e racismo, e como desenha sua intervenção; o segundo aborda dimensões da organização do serviço e da esfera político-institucional. As intervenções e os projetos terapêuticos em andamento no CAPSij sugerem que a dimensão ético-política da luta antimanicomial já acolhe os efeitos do racismo na medida dos seus compromissos com as práticas de liberdade e da recusa dos processos de exclusão e de violência. No entanto, sugerem também que a tomada dos efeitos do racismo como uma questão antimanicomial, o que se chamou de uma aquilombação dos CAPS, pode ampliar a potência de um agir em saúde que contribua para a promoção da equidade racial e para a desinstitucionalização do racismo.

Palavras-chave: Racismo. Saúde mental. Negros – Saúde e Higiene – Brasil. Política de Saúde Mental.

5. A relação entre psicologia e racismo: As heranças da clínica psicológica. Por Maiara de Souza Benedito

Esta dissertação tem como objetivo investigar como a raça e o racismo afetam a prática dos psicólogos. A partir de uma leitura histórica da construção do que é ser negro no Brasil, discute-se as formas como a Psicologia pode contribuir para o enfrentamento do sofrimento causado pelo racismo. Adota-se a compreensão da raça enquanto uma construção social que reverbera em diversas faces do racismo, entre elas o racismo institucional, que pode refletir e determinar a forma como os negros acessam seus direitos. Apoiada na psicanálise vincular e no conceito de alianças inconscientes de Kaës, averigua-se se e como profissionais do campo da clínica psicológica identificam problemas relacionados ao racismo, analisando como eles atuam diante dessa problemática. As entrevistas abertas tiveram como base os pressupostos de Bleger e realizadas com três profissionais que atuam em dispositivos clínicos em serviços públicos e privados na região metropolitana de São Paulo. Em seguida, identificou-se de que modo as questões raciais são expressas no campo da clínica nesses dispositivos. Foram encontrados aspectos comuns entre as narrativas estudadas com relação ao racismo operar como uma transmissão psíquica entre as gerações e observou-se que há ambiguidade na diferenciação do racismo a outros tipos de preconceitos. Reconheceu-se a contradição entre desejo

e a culpa entre as vítimas do racismo nos relatos dos entrevistados. Evidenciou-se a problemática do lugar do negro nos espaços sociais e a relevância dos territórios onde eles podem ou não ocupar. Na clínica psicológica, admitiu-se a existência de estruturantes psíquicos, responsáveis pelo delineamento do sofrimento de ser negro, e que, nessa dimensão, há um espaço para elaboração desse problema. Percebeu-se a importância de respeitar o sujeito enquanto si mesmo antes de fazer os recortes sociais necessários. Além disso, foi descoberta a necessidade de se realizar parcerias para o enfrentamento do racismo, destacando-se ainda o valor da apropriação histórica para que os fenômenos raciais possam ser compreendidos e superados. Este estudo conclui que a atuação da Psicologia se faz necessária política e socialmente.

Palavras-chave: Alianças Inconsciente. Clínica Psicológica. Psicologia Social. Racismo. Relações Raciais.

6. Racismo e Psicanálise em Produções Acadêmicas. Por Rafael Aiello Fernandes.

A presente tese aborda a temática do racismo enquanto sofrimento socialmente determinado, visando produzir conhecimentos que contribuam para o enfrentamento desse grave problema brasileiro. Partindo dos fundamentos e dos pressupostos da psicanálise concreta, objetiva examinar criticamente quatro teses e uma dissertações, produzidas em programas de pós-graduação brasileiros, entre 1945 e 2015, que investigaram o racismo a partir de perspectivas psicanalíticas. Organiza-se metodologicamente por meio de leituras que conjugam apreciações teórico-metodológicas dessas obras com sua contextualização histórica em termos do movimento negro e dos debates sobre racismo no âmbito das ciências sociais. O quadro geral revela convergência dos autores quanto ao fato do racismo corresponder a fenômeno social que provoca sofrimento emocional importante. Por outro lado, indica discordâncias quanto ao modo mediante o qual o saber psicanalítico poderia contribuir com um processo de superação do racismo, na medida em que é concebido como fecundo na demonstração de efeitos subjetivos, mas não clinicamente relevante. Provavelmente, essa visão se firma sobre um conservadorismo, que pensa o uso da psicanálise na clínica dentro dos estreitos limites do enquadre padrão, forjado para o atendimento individual de neuróticos, mas desconhece a fecundidade da psicologia clínica social.

Palavras-chave: Negros. Racismo. Sofrimento. Psicanálise Brasileira. Psicologia Clínica Social.

7. O sujeito entre o ser e o não-ser: uma teoria do reconhecimento em psicanálise. Por Pedro Oliveira Obliziner

Esta pesquisa faz uma apresentação dos modos de reconhecimento presentes na psicanálise lacaniana. A noção de reconhecimento tem papel fundamental na prática analítica porque ela envolve pensar os modos de subjetivação e as alienações implicadas no processo de individuação do sujeito, o que permite que o trabalho clínico acesse a dimensão política de sua práxis. O reconhecimento aparece, primeiramente, enquanto reconhecimento de si na identificação a uma imagem que possibilita a gênese do Eu. Em seguida, surgirá como reconhecimento intersubjetivo, no qual a psicanálise seria um processo que permitiria o meu reconhecimento pelo Outro. Este paradigma será reformulado quando encontra um limite naquilo que há de irreflexivo no sujeito, o Real. Passamos, então, para o reconhecimento não-identitário que permitiria o acesso ao Real sem que isto implique em uma experiência traumática. Investigaremos, então, como este reconhecimento permite um contato com um objeto que não pode ser simbolizado, o que produz uma experiência de despersonalização que liberta o sujeito da hegemonia dos objetos narcísicos. Analisaremos, também, a aplicação deste desenvolvimento teórico na prática clínica, utilizando como material casos de violência de Estado, atendimentos realizados com ribeirinhos e moradores de Altamira afetados pela construção da usina de Belo Monte e com participantes de um grupo de testemunho do projeto Clínicas do Testemunho com pessoas perseguidas pela ditadura militar brasileira. Este estudo é precedido por uma contextualização dos eventos envolvendo a construção de Belo Monte, a destruição da forma de vida

dos ribeirinhos e um exame da semelhança da violência de Estado atual com a desempenhada durante a colonização, esta que foi baseada na classificação social pela ideia de raça.

Palavras-chave: Belo Monte. Identidade. Psicanálise. Racismo. Reconhecimento. Subjetivação. Violência de Estado.

8. Atuação Dos/As Profissionais De Psicologia No Tema Das Relações Étnico-Raciais. Por Carlos Vinicius Gomes Melo

Trata-se de uma pesquisa exploratória de cunho quantitativo e tem o objetivo de caracterizar a atuação das(os) profissionais de psicologia no tema de relações étnico-raciais no Brasil. Os dados foram coletados por meio de um WebSurvey e participam, como respondentes, psicólogas/os dos Estados brasileiros do Amazonas, da Bahia e de São Paulo. O formato da pesquisa tem o intuito de fazer um estudo comparativo de atuações nos três Estados, sob um recorte multicêntrico. Buscou-se compreender as associações entre os dados do processo formativo e ocupacionais das/os profissionais. Sobre a formação, por exemplo, houve a investigação sobre o nível de titulação, o perfil da Instituição de Ensino onde tiveram a formação e o interesse no tema das relações étnico-raciais. Sobre os dados ocupacionais, fez-se alusão ao tempo, ao número e as áreas de atuação, ao perfil do serviço psicológico, as populações étnico-raciais e socioeconômicas atendidas, as percepções de situações de racismo no cotidiano de trabalho e as intervenções técnicas elaboradas no tema das relações étnico-raciais, dentre outros itens. Tais dados foram processados no software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 20. Também sob o viés quantitativo, são analisadas as crenças das/os respondentes sobre "atuação e identidade do psicólogo/a" e sobre "humano e as categorias étnico-raciais populares no Brasil" (a saber, Pessoas Orientais, Pessoas Negras, Pessoas Indígenas e Pessoas Brancas). As crenças foram investigadas segundo o método de Evocações Livres e realizada a Análise Lexical de conteúdo, com auxílio do software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), versão 0.7. Nos resultados, o perfil das(os) profissionais são apresentados com a Estatística Descritiva e com a testagem de 12 hipóteses. A partir dos achados conclui-se com cinco (05) principais argumentos. O primeiro, é que há disparidades formativas e ocupacionais entre profissionais brancas(os) e negras(os). O segundo, é que há também disparidades étnico-raciais no atendimento das populações. O terceiro, acerca da influência política e filosófica cristão-católica na atuação das(os) profissionais de psicologia. Influência cristão-católica também notada no perfil do racismo brasileiro, que também pode ser identificado nas crenças das(os) participantes sobre as categorias étnico-raciais. O quarto diz respeito à prevalência do uso isolado do recurso da habilidade pessoal das(os) profissionais no, que é a Escuta Atenta e Sensível para o tema, alheio a outras ações, técnicas e procedimentos específicos para o tema das relações étnico-raciais. O quinto e o último argumento versa sobre a influência dos históricos institucionais dos respectivos Conselhos Regionais de Psicologia na difusão do tema das relações étnico-raciais, cada estado pesquisado, o que é observada pelas proporções das(os) profissionais quem pautam o tema no seu ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Pesquisa Quantitativa. Profissão de Psicólogo(o). Relações Étnico-raciais.

9. Onde se Esconde o Racismo na Psicologia Clínica? A Experiência da População Negra na Invisibilidade do Binômio Racismo e Saúde Mental. Por Damasceno, Marizete Gouveia

O presente trabalho propõe-se a verificar a existência e discutir a (in)visibilidade do racismo na pesquisa, ensino e prática da psicologia clínica. O trabalho é formado por três artigos, resultado de três etapas distintas da pesquisa. No primeiro artigo, o objetivo foi fazer um levantamento da produção bibliográfica brasileira que se ocupou do racismo contra negros e da saúde mental das pessoas alvo. Constatou-se a incipiente produção nessa área, dentro do critério de periódicos indexados. A produção acadêmica da psicologia envolvendo relações raciais é de modo geral baixa no Brasil, sendo pouca a contribuição da Psicologia Clínica e menos ainda das disciplinas que compõem os serviços públicos de saúde mental. A segunda etapa, empírica, ocupou-se em coletar relatos de mulheres negras sobre

suas experiências de psicoterapia com profissionais brancos(as). Foram realizadas sete entrevistas, a partir de cujos conteúdos foram levantados quatro eixos temáticos: (1) Razão para buscar psicoterapia; (2) Processo psicoterapêutico; (3) Fatores terapêuticos coadjuvantes, e, (4) Formação do(a) psicoterapeuta para atender pessoas negras. Constatou-se o descontentamento das mulheres com os serviços psicoterapêuticos recebidos, uma vez que relações raciais e suas experiências de racismo como fonte de sofrimento mental, quando abordadas em sessão, não foram em geral bem recebidas, consideradas ou exploradas. A terceira etapa do trabalho, também empírica, entrevistou sete profissionais psicoterapeutas brancos(as) para colher relatos sobre suas experiências, ou ausência delas, de atendimento a pessoas negras. Por meio de análise de conteúdo, quatro categorias foram identificadas, quais sejam: (1) Formação; (2) Modos de intervenção para com as vivências raciais; (3) Pressupostos epistemológicos da psicologia; e, (4) Relação terapêutica inter-racial. Constatou-se uma lacuna na aquisição do conhecimento a respeito das relações raciais no Brasil, apontada pelos próprios profissionais. Dessa forma, foi possível concluir que existe a necessidade de se incluírem relações raciais na formação psicológica, de forma a habilitar o (a) profissional a identificar o racismo como determinante da saúde mental da população negra. Requer-se igualmente o treinamento de habilidades específicas, o que possibilitará a capacitação adequada do (a) profissional para o atendimento adequado a clientes negros(as). Conclui-se que o racismo na psicologia clínica se torna presente por omissão: a invisibilização do racismo como gerador de sofrimento psicológico reverbera, por sua vez, tanto na teoria quanto no ensino-pesquisa, e retorna na prática clínica universalizante. Conclama-se a psicologia clínica a rever a aplicação de forma universal das teorias, métodos e práticas criadas por e para um único grupo, autodefinido como modelo para todos os povos; é necessário que se considerem as especificidades da existência étnico-racial-cultural de cada povo.

Palavras-chave: Racismo. Saúde Mental. Psicologia Clínica. Formação profissional.

10. Nacer e Crescer Negro no País do Branqueamento: Os Efeitos do Racismo na Subjetividade Infantil. Por Kenia Soares Maia

Esta tese apresenta um estudo sobre os efeitos do racismo na subjetividade infantil. O foco nos estudos do racismo na relação com a infância advém do desejo de contribuir na construção de ferramentas para a psicologia aprofundar seu conhecimento e comprometimento com esta temática. Foi realizada uma cartografia que serviu de diretriz ética/política na construção de modos de pesquisar o racismo, buscando com isso, a não reprodução do racismo epistemológico na escrita sobre o negro no Brasil. A cartografia é um método baseado no pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que compromete o pesquisador na horizontalização da relação sujeito/objeto, buscando desfazer a hierarquia estrutural da epistemologia tradicional acadêmica, historicamente produzida. Este posicionamento cartográfico se torna um dispositivo na democratização das relações entre pesquisador e mundo a ser conhecido, iniciando as mudanças que pretendemos sugerir na direção da desconstrução de desigualdades e opressões, a partir da postura do pesquisador e da forma de construir narrativas. Parte dessa pesquisa foi realizada em campo, com crianças atendidas no Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Estácio de Sá e outra foi uma pesquisa bibliográfica que inclui estudos de escritores da sociologia brasileira como Nina Rodrigues e Oliveira Viana; trabalhos acadêmicos contemporâneos sobre o racismo e a infância; autores da psicanálise como D. W. Winnicott e autores da psicologia que abordam o racismo como Frantz Fanon e Neuza Santos Souza. Jean-Paul Sartre também foi um dos autores que nos referenciou nesta tese a partir de seus escritos sobre o racismo e o antissemitismo.

Palavras-chave: Racismo. Infância. Branquitude. Psicologia. Cartografia.

11. Formando psicólogas/os para as relações raciais: avanços e contradições nos cursos de Psicologia da Bahia. Por Jamille Georges Reis Khouri

Este trabalho parte da premissa de que o racismo é uma ideologia fundamental para o entendimento das desigualdades sociais no Brasil e da construção subjetiva do brasileiro, bem como do sofrimento psíquico vivido por pessoas negras, vítimas do racismo. Dessa forma, defende a urgência das/os profissionais de Psicologia acessarem este debate, sendo capazes de construir práticas antirracistas e

acolher a esta demanda. Tradicionalmente, a formação em psicologia apresenta um sujeito apartado da sua realidade social, transformando problemas sociais em individuais. Atualmente, reconhece-se mudanças nesse processo, identificando concepções que analisam o sujeito de forma integrada à realidade social, além de práticas que apontam para um compromisso social dessa ciência e profissão. É no bojo dessas contradições que se encontra esta dissertação. A pesquisa tem o objetivo de estudar significações da presença do debate das relações raciais nos cursos de formação em psicologia da Bahia. Para tanto, realizou sete entrevistas com as coordenadoras e as professoras responsáveis pela discussão das relações raciais de quatro instituições de ensino do Estado da Bahia. As significações foram analisadas a partir de quatro eixos temáticos, sendo eles: 1. Avanços conquistados; 2. Avanços desejados; 3. Fatores que dificultam o avanço; 4. Fatores que facilitam o avanço. Os cursos pesquisados demonstram que é sim possível avançar, no entanto, não se deve perder de vista o racismo e as concepções tradicionais e preconceituosas de sujeito, de sociedade, de ciência e de psicologia, que dificultam e impedem a consolidação de outro projeto de formação. Consideramos, portanto, que discutir relações raciais é urgente, necessário e representa um avanço para a psicologia e para a sociedade como um todo, já que a sociedade – e as subjetividades – não podem ser compreendidas sem o conceito de raça e racismo. Concluimos, portanto, que só é possível construir uma psicologia crítica e compromissada com a transformação social se esta for antirracista, sendo a formação em nível superior, espaço privilegiado para o desenvolvimento de posicionamento ético e político.

Palavras-chave: Relações Raciais. Psicólogos – Formação Profissional. Compromisso Social.

12. Do laço social ao corpoema: enlaces entre negritude e psicanálise. Por Ohnmacht, Taismin da Motta

A presente pesquisa busca compreender como se dá a dialética sujeito-Outro, na situação em que o sujeito porta traços que remetem à negritude, frente a um discurso ideológico racista que se pretende total. Parto da hipótese de que há peculiaridades na constituição psíquica da pessoa negra devido ao apagamento da singularidade do sujeito que a violência racista promove. Há um enredo de expectativas imaginárias para os afrodescendentes que os remete sempre ao mesmo lugar; de pobreza, de serviços subalternos, de subserviência à cultura eurocêntrica, à qual o negro está submetido e com a qual se relaciona, porém, remetido à margem, reencenando sempre o mesmo drama de expropriação de corpo e cultura. Para tanto, foram pesquisados os poemas de um sarau de poesia negra do sul do Brasil, assim como a própria dinâmica do sarau que reserva o lugar de enunciação apenas para as pessoas negras. O texto criativo foi entendido como fenômeno discursivo capaz de elucidar essa relação, traçando aproximações teóricas entre psicanálise, estética e política. O método utilizado foi o método psicanalítico, baseado na transferência da pesquisadora com o sarau, na interpretação, assim como na compreensão dos textos poéticos dentro da perspectiva de análise psicanalítica do discurso. Esta pesquisa partiu da compreensão do racismo como estrutural. No sarau há duas principais vertentes de poemas, os poemas que versam sobre aspectos históricos, e os que compõem a constituição e reconstituição do corpo. Cada poema retraça os limites sempre imprecisos entre sujeito e Outro; a essa composição poética, que é também uma composição de gozo, denominei corpoema. A partir da investigação realizada, foi possível perceber alguns elementos que se repetem nos poemas e que sugerem movimentos específicos do sujeito em relação ao Outro: ao negro, é necessário encontrar referências que digam respeito à sua negritude e que permitam nomear o sofrimento provocado pela violência racista. Assim, na relação com um grupo de pessoas que ocupam o mesmo lugar social, estabelecem-se enunciados que buscam dar conta de um enquadre fantasmático de um Outro que possa ser desejante também das marcas que remetem à africanidade, mas como nenhum traço pode ser totalizante, a alienação é seguida pela separação, afinal a experiência da negritude é singular, e a linguagem poética ajuda a garantir essa singularidade. A identificação que se dá na reunião de pessoas que são quase todas negras remete a identificação ao traço unário, um traço que se repete, mas que na repetição porta a diferença. Esse corpo, que traz em si traços que estão em relação com uma linguagem social, é também sede do gozo, nas bordas dos orifícios de encontro com o Outro. Narrativas poéticas que criam um Outro discurso capaz de acolher as referências à africanidade, que buscam retraçar as bordas do corpo negro e que operam como estratégia de resistência frente à violenta relação de poder colocada pelo racismo.

Palavras-chave: Negritude. Racismo. Psicanálise. Sujeito-Outro. Constituição Psíquica.

Nas produções elencadas, encontramos aproximação com o campo-tema proposto por essa tese e as possibilidades de uma postura antirracista. Precisávamos compreender como o tema teria sido abordado e como poderia nos ajudar em direção a um posicionamento ético-estético político. Por exemplo, no que encontramos sobre estudos relacionando psicanálise e racismo, sofrimento psíquico, saúde mental das mulheres, entre outros existiria um modo de pensar a clínica antirracista? Algumas possibilidades se apresentaram relativas à clínica em quatro produções, embora tenha encontrado tal possibilidade nas autoras que descreveram suas experiências como prática clínica, a exemplo de Lucia Silva, Jesus Moura e Isidinha Baptista. Nenhum dos trabalhos encontrados recentemente na busca teórica tocou na problematização da clínica como essas autoras o fizeram e também como o fazemos agora nessa tese.

Os 6 trabalhos embasados em autores que abordam as relações raciais fundamentados na psicanálise, a exemplo de Sigmund Freud, René Kaës, Jacques Lacan, Virgínia Bicudo, Neusa Santos, Felix Guattari, Isildinha Nogueira, entre outros.

Justificamos ainda o encontro com estas 12 produções porque as (os) autoras (es) a quem nos afiliamos para refletir sobre colonialidade e saúde mental, psicologia, relações raciais, negritude e branquitude, foram as (os) autoras (es) Maria Lucia da Silva (2018), Isildinha Nogueira (2022), Cida Bento (2022), Jesus Moura (2014) e Frantz Fanon (2008) que puderam ser definidas (os) como aquelas (es) que refletiram saúde mental e o racismo listados nessas produções, na fonte teórica da psicanálise para discorrer sobre trauma, retorno do reprimido, negação, recalque e todos os jogos perversos, por exemplo, que o racismo trouxe para a constituição psíquica e social. Por pensar também o trabalho clínico da psicanálise na problematização da sua práxis, a partir de uma dimensão ético-política.

As pesquisas contidas nas teses e dissertações trouxeram para nós a importância de refletir sobre processos de subjetividades produzidos nas relações de poder e sustentação de privilégios, a partir do racismo. Sua importância se deveu por trazer fortemente o tema da saúde mental, bem como os dados do quesito raça/cor, categorizado pelo IBGE, por exemplo, para construção de políticas públicas. Por objetivarem discutir as relações raciais no campo da atenção psicossocial e o racismo na perspectiva de profissionais de saúde, a partir de uma revisão de literatura enfocando o tema da psicologia e das relações raciais na psicologia brasileira, destacamos nesses trabalhos que essa foi a interlocução necessária para refletir “a

relação entre loucura e população negra”, o que poderia ser sugerido como a relação entre racismo e as iniquidades em saúde.

É necessário afirmar que encontramos trabalhos fundamentados em autoras com as quais também já dialogamos e dialogaremos (teoricamente) estruturando a tese. As principais referências da autoria, já citadas, foram justamente Neusa Santos (1983), Virgínia Bicudo (2010), Frantz Fanon (2008), Isildinha Nascimento Nogueira (1998), Cida Bento (2002), Maria de Jesus Moura (2009), Maria Lucia Silva (2018), citadas em vários trabalhos destes selecionados. Em nossas formulações teóricas, reunimos ainda outras autoras, tais como: Clélia Prestes (2020), Grada Kilomba (2019), Paula Rita Gonzaga (2019), Marizete Gouveia Damasceno (2018), Márcio Farias (2017), Lia Vainer (2017), Deivison Faustino (2018), Janaina Damaceno Gomes (2013), Jussara Dias (2008, 2018) entre outros. Autores e autoras que produziram e levaram a problematizar a psicologia clínica, de modo mais geral, e com base psicanalítica, de modo focado na teorização do tema do racismo na psicologia brasileira.

Tais produções trouxeram ainda algo bastante relevante que foi o modo como a habilidade pessoal de cada pesquisadora/pesquisador, denominada aqui de “recurso da habilidade pessoal das(os) profissionais”, apresentou-se para espelhar como olhou para o fenômeno do racismo. Esse recurso seria a “Escuta Atenta e Sensível para o tema”, mas alheia a outras ações, técnicas e procedimentos específicos voltados para o tema das relações étnico-raciais.

O encontro dessas produções levou a refletir sobre a necessidade de problematizar os limites e possibilidades da clínica do acolhimento quando reportamos as narrativas sobre o racismo nas vozes das pessoas negras. Precisaríamos levar em conta suas narrativas para, então, perceber como as condições históricas e como esta clínica se estruturou na sociedade, a quem ela permitiu ouvir a voz e se ouve. Isso posto, foi importante ponderar como os aspectos da construção do racismo brasileiro rebateram sobre ela e, partir daí, sugeriu-se a possibilidade de uma *episteme* política para uma clínica psicológica. Objetivamos ousadamente contribuir com a construção de indicadores que permitissem olhar para a postura clínica pensando em uma prática psicológica antirracista.

No diálogo sobre racismo, optamos por trazer autoras que, ao refletirem sobre estudos da colonialidade, como Frantz Fanon (2020), Lélia Gonzalez (2020), Cida Bento (2022), Maria Lucia Silva (2017), Joaze Bernardi e Maldonado-Torres (2018) apontassem nas suas produções estas problematizações, como sugeriu Claudia Pons (2014) sobre os dois primeiros ao trazer que este foi “um dos principais traços do pensamento de Fanon” (p. 3), fato também identificado por Lélia Gonzalez em sua própria obra. Ambos possibilitaram estudar o que os danos

psicológicos teriam causado em razão do processo contido na relação de dominação/exploração entre “colonizador e colonizado”. Ele, na Argélia, França e Tunísia e ela no Brasil e na América Latina. Importante seria trazer também a autoria de pesquisadores e pesquisadoras, especialmente de mulheres negras que refletissem sobre o tema aqui proposto, a partir de uma análise do antirracismo como movimento teórico e metodológico, assumindo uma posição ético-política para problematizar o *ethos do cuidado*.

Ao refletir sobre o tema do racismo, problematizamos a quantidade ainda pouco representativa de produções acerca desse campo-tema na psicologia brasileira, utilizadas na graduação. No campo das produções acadêmicas, observamos que havia uma construção teórica geral, tanto social e política, que incluiria pensar as psicologias de fato, o que já possibilitou a ampliação do seu olhar, enquanto ciência, sobre um problema social tão relevante. No entanto, na clínica ainda havia uma produção pequena relativa às questões estruturantes para a sociedade. E no diálogo sobre racismo, trazer o tema requereu, além do olhar ampliado sobre a questão, também abertura para autoras, mulheres negras, que pudessem fundamentar a tese. Pensadoras que já refletiam sobre este tema a partir de uma análise do antirracismo como movimento teórico e metodológico, assumindo uma posição ético-política, problematizando o *ethos do cuidado*, uma visão proposta, social e teoricamente, pelo feminismo negro.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS – UM *HÓDOS METÁ* NECESSÁRIO

É de bom tom preceder uma obra de psicologia por uma tomada de posição metodológica. Fugiremos à regra.

Deixaremos os métodos para os botânicos e os matemáticos.

Existe um ponto em que os métodos se dissolvem (!).

Gostaríamos de tomar posição sobre este ponto.

Fanon – Introdução. (PNMB, 2008, p. 29).

Gostaria de *tomar posição sobre este ponto* (PNMB, 2008, p. 29). Começo o capítulo tentando dizer como cheguei aqui. Os métodos são para os organizados, eu... prefiro caminhar dizendo que “é preciso se deixar afetar pelo campo” como indicou Despret (2011 apud BARROS, Letícia Maria Renault de; BARROS, Maria Elizabeth Barros de, 2014, p. 186). Quero dizer que para uma mulher-negra-nordestina-pesquisadora isso é o cotidiano, pois como não acadêmica, no sentido estrito, alio-me com Gloria Ladson-Billings (2006) quando diz: “Minha pesquisa faz parte de minha vida, e minha vida faz parte da minha pesquisa” (p. 270). Entendedoras, entenderão! E assim, minha gente, começo falando das possibilidades, percalços e caminhadas. Mapeando o mundo vamos cartografando a vida de uma pesquisadora.

As perguntas chegaram, ficaram e vão prosseguir. Afinal, não temos absoluta vontade de construir verdades, mas os questionamentos são necessários porque diante da realidade de ausência de cuidado no tema do racismo na clínica, não poderíamos escolher por não falar sobre. Diante de uma psicologia que não se implicou ainda o quanto deveria, diante do racismo estrutural como não falar? Faço questionamentos tomando de empréstimo o que trouxe Paula Rita Gonzaga em sua tese (2019), ao se perguntar diante da maternidade sobre várias situações. Aqui, pergunto ante a clínica, conseguiremos produzir uma clínica antirracista sem reconhecermos o racismo brasileiro, que se entremeia na ciência psicológica?

Disse-nos a autora que: “Mesmo diante das imagens controladoras que nos definem como seres estritamente irracionais, bestializados, podemos ser intelectuais? Podemos propor revoluções estéticas, acadêmicas, artísticas, políticas? Podemos ser amadas?” (p. 36). Parafraseando-a podemos perguntar diante das negativas de se falar do racismo – na clínica – com imagens controladoras e negando essa falar podemos ser antirracistas na clínica

psicológica? Podemos propor revoluções e revisões nos modos de fazer essa clínica psicológica? Podemos falar e ser ouvidas? Como podemos produzir amor diante do não falar?

Vou logo dizer, nem usei um diário de bordo ou de campo como deveria. Este foi o dia a dia, o diário da vida real, mas óbvio, fiz anotações. No trabalho, no doutorado, por quase dois anos do trancamento desse mesmo doutorado, onde continuei pesquisando, na sala de aula como professora, no grupo de estudo antirracista que inventei (Ufa!), flanando as aulas de psicologia social nas ruas do Recife, queimando o feijão no fogo em casa, na militância das relações raciais na Anpsinep, mas sobretudo, na clínica no Ilê Psi (nome do consultório onde fazemos uma psicologia clínica ética e politicamente posicionada). Em mais de dois anos de pandemia da Covid-19, o mundo mudou, eu mudei. Entre aventuras teóricas, metodologias construídas e trilhadas, muita coisa aconteceu. Hum, teve ainda uma série de visitas às tias, lá no interior da Bahia (Santaluz e uma Covid-19 – levinha – ao final. Descrevo na tese o que foi a pesquisa.

Como tudo começou na pesquisa...

3.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Os pressupostos teóricos e práticos das abordagens em clínica psicológica contemplaram as populações historicamente marginalizadas, especificamente a população negra? Como a clínica acolheu pessoas que a ela se dirigiram com queixas de experiências do racismo? Esse problema de pesquisa justificou-se considerando não só a pouca produção acerca do tema, como também apoiado na própria narrativa de pessoas que não se viram acolhidas em seus relatos/sofrimentos. Buscou-se pensar o fortalecimento de pessoas que sofreram situações de racismo e como se dera o acolhimento de suas angústias, a partir de sua condição de pessoas negras, no processo de autoidentificação ou autodeclaração desse pertencimento racial.

Nossa intenção aqui é procurar compreender como o racismo que rebate nas pessoas negras é compreendido pela psicologia clínica a partir das construções subjetivas dessas pessoas. E em que medida essa não compreensão passa a reiterar esse processo de humilhação racial, incidindo nas subjetividades de pessoas negras e brancas e inibindo um processo terapêutico pela incapacidade da (o) terapeuta de avançar nessa compreensão, o que refletiria seu próprio racismo.

O problema da pesquisa trouxe questões (problematizações) complexas e nossas palavras-chave ajudaram a aproximar um construto teórico que dialogou com outros campos do saber como a sociologia, antropologia, história, filosofia para apoiar a psicologia nas lacunas

existentes. Buscamos nessa tese (e ao longo da pesquisa) pensar a realização uma de clínica, mas não uma clínica que interpretasse. Ao contrário, tratou-se de pensar como a clínica que se institui a partir de trocas e de conquistas de lugares, construiu dispositivos que possibilitassem que os sujeitos - também da pesquisa – se vissem nas trajetórias terapêuticas, frente ao racismo que experienciaram. Agora em duas funções ouvidas e ouvidoras, ou seja, clientes/pacientes e terapeutas.

Ademais, como se fez o reconhecimento desse “fenômeno” estrutural da sociedade brasileira sendo causador de sofrimento psíquico? Como se pensou proporcionar, deste modo, o fortalecimento para a superação e o enfrentamento ao racismo? A clínica surgiria aí como possibilidade de ação interventiva para buscar compreender tais narrativas, a partir de oferta de práticas psicológicas? Nosso desejo foi o de perceber e fundamentar, construir ou constituir uma psicologia antirracista, uma psicologia fortalecedora do sujeito negro, a partir das mulheres negras. Potente para si, como ciência e prática psicológica, como também para as políticas públicas. Dessa feita, a tese aqui proposta poderia responder à problematização inicial.

Refletindo sobre essas questões e o esforço de lhe dar algum contorno definimos como objetivo geral dessa tese problematizar a clínica psicológica, em uma perspectiva interseccional, buscando compreender limites e possibilidades desta clínica para o acolhimento de pessoas negras que reportam ao racismo em suas narrativas. De forma específica buscamos compreender como o processo de construção do racismo brasileiro rebate na clínica psicológica; descrever teorias e práticas antirracistas na clínica psicológica; compreender os modos como a clínica psicológica contempla as vozes racializadas.

3.2 UM *HÓDOS METÁ* CAMINHANTE

Posicionando-me... Falei em terceira pessoa, no plural de modéstia, pois cheguei até cheguei aqui por várias mãos e honro as que vieram antes de mim, mesmo não reconhecidas e/ou não citadas na academia. Falei em primeira pessoa quando quis dizer de mim e do que penso com força, tentando ressaltar e me responsabilizar pelas ideias aqui desenvolvidas. Descolonizando o pensamento busquei trazer um posicionamento decolonial como aquela que considerou o (re)conhecimento como algo construído em vários lugares e de várias formas. Desconstruindo a postura cartesiana de que o método, para ser científico, precisa ser objetivo e neutro, que diria tudo!

Procurei trazer os pressupostos do feminismo negro interseccional, que postulou reivindicar o reconhecimento do lugar de fala e de escrita! Trazendo que a interseccionalidade é uma metodologia poderosa (COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma, 2021). Assim, afinei-me ao que nos trouxe minha amiga, irmã e parceira de pesquisa Lilian Alves (2021), ao afirmar que

importa salientar que, como atitude política e feminista de reconhecimento às produções acadêmicas femininas, optaremos pela manutenção do primeiro nome e sobrenome das autoras nas primeiras citações, visto que agindo assim evitamos referenciar apenas seus sobrenomes que além de as invisibilizar, as coloca por trás dos nomes familiares, geralmente masculinos. Tal posição se dará em toda escrita. (p. 23)

Justificou sua postura política-acadêmico apresentando a metodologia da escrita a partir da conceituação da “*escrevivência de nós*”, construída pela grandiosa Conceição Evaristo, da transformação da *experiência do pesquisar* tornando-a num “espaço clínico-terapêutico” (ALVES, Lilian, 2021). Tomando de empréstimo sua posição, faço este meu posicionamento também, pelo lugar de fala negada a muitas e muitos que vieram antes de nós e não tiveram reconhecimento merecido. Aqui, sobretudo, as mulheres precisaram falar, porque foram ouvidas. Eu preciso falar, mesmo que escrevendo!

Na caminhada traçada agora, também assumi, escolhi, elegi trazer majoritariamente escritoras, pesquisadoras, pensadoras negras para publicizar que elas fizeram e fazem teorias fora da academia e por que não dizer, dentro dela. Nesse sentido, os homens negros também foram priorizados, após as mulheres negras. Isso é uma postura decolonial, uma postura política, antipatriarcal, mas sobretudo é ser antirracista. Então vamos lá... O que é ser antirracista? É agir!

O registro do processo de pesquisa foi realizado por um registro diário, anotações – ferramenta que permitiu sistematizar as experiências vivenciadas para posterior análise – objetivou, assim, salvaguardar observações no percurso investigativo da pesquisa, bem como a implicação dessa pesquisadora.

Nosso “campo”, sendo variado, foi o encontro das informações com pessoas e acontecimentos, passeatas, congressos. Diário, por ser aquele caderninho que não saiu da bolsa da pesquisadora, mas que fora perdido e que tinha por função quase que um diário pessoal. Os pedaços soltos de *post it* coloridos me salvaram, bem como um caderno grande, vertical, porém pesadíssimo, o qual não dava para levar a todos os lugares. Folhas soltas, pensamentos soltos. Relato o ocorrido, os achados, os observados, mas principalmente, o que ouvi.

Só sei que foi assim...⁸

“A experiência que está na base da pesquisa - e, portanto, da análise – é criadora” mencionaram Letícia Maria Renault de Barros e Maria Elizabeth Barros de Barros (2014, p. 196), auxiliando-me na busca por uma análise das narrativas. Estas autoras me ajudaram a traduzir o pensamento fortalecendo a ideia de que a experiência da pesquisa nos faz pesquisar. O processo da análise do pesquisado, do ouvido e do narrado possibilitou o caminhar da tese com mais tranquilidade. Foi possível constituir, ao mesmo tempo, a compreensão do necessário à objetividade, com todo cuidado que esse termo solicitou, bem como ajudou no entendimento de como compreender os sentidos do caminhar na análise cartográfica e:

Embora diversos, os procedimentos de análise empregados articulam-se segundo uma atitude comum. Tal atitude é o que define a análise em cartografia. Analisar é, de fato, sustentar um *ethos* analítico específico, permitindo que a pesquisa se volte para si mesma e se interrogue acerca da implicação e da participação, levando à problematização e ao reposicionamento do lugar dos participantes. Daí o paradoxo da análise, o de constituir-se ao mesmo tempo como um acesso à objetividade e como um procedimento de proliferação de sentidos e de singularização. (p. 200)

É importante refletir (ou repensar) os vínculos da pesquisa, pois, quando escutava as narrantes para esta tese, também escutava minhas clientes. Essa experiência me remeteu a elas. E quando em processo psicoterapêutico escutei as minhas clientes falando sobre si, escutei as narrantes da pesquisa. Quando durante sessão terapêutica as clientes diziam que estar ali era poder falar sobre tudo, nessa clínica política que faço. Afinal, “é minha terapia” (sic). É saber que uma clínica que considera as dimensões do racismo é libertadora, porque é uma clínica do encontro. Importante pontuar que experiencio chamá-las clientes, não de pacientes, por serem vozes ativas na clínica. A clínica antirracista é, sobretudo, um lugar em que a acolhida se faz por confiança nos processos. Uma terapeuta negra faz a diferença nessa compreensão, entretanto ser uma psicóloga negra não deveria ser a condição de uma escuta libertadora. Todas as pessoas que fazem da psicologia clínica sua profissão deveriam ter a responsabilidade pela escuta aberta e posicionada, principalmente as terapeutas brancas, mas estas não o fazem, é um fato. Deveria ser dever de ofício “um *ethos* analítico” político generalizado e do cuidado.

Com isso, fez muito sentido o que trouxeram Christian SadeI, Gustavo Cruz Ferraz e Jerusa Machado Rocha (2014) sobre o *ethos* da confiança na pesquisa, sugerindo que:

⁸ Diria Chicó, no *Auto da Compadecida*, filme brasileiro de comédia dramática, lançado em 2000. Dirigido por Guel Arraes e com roteiro de Adriana Falcão, João Falcão e do próprio Arraes, o filme é baseado na peça teatral *Auto da Compadecida* de 1955 de Ariano Suassuna.

O que se busca é a constituição de um plano de experiência compartilhada, em que as singularidades dos encontros que se fazem presentes no campo concorram para multiplicar as possibilidades de conexões entre sujeitos e mundos. Entretanto, para isso não basta apenas um suporte teórico ou conceitual. Tampouco isso se realiza simplesmente por meio da formalização de um contrato ou da instituição de regras. (p. 68)

Compreendi nessa reflexão a necessidade do *ethos* da confiança e do cuidado, em um caminhar sempre ético na clínica, portanto, ético-político. E continuaram as autoras acima a refletir que:

É nesse sentido que visamos, neste texto, discutir a confiança como pista para o método da cartografia. A confiança, no sentido pragmático com o qual trabalhamos, ajuda-nos a discutir o aspecto ético da cartografia em sua conexão com o aspecto metodológico. O *ethos* da confiança tem o sentido de abertura ao plano da experiência e de aumento da potência de agir. A cartografia como método pressupõe uma descentralização nas práticas de pesquisa, em prol de um processo coletivo e compartilhado de produção de conhecimento.

Em vez de um regime de suspeita em relação à experiência, no qual toda dimensão de vínculo é tratada sob a égide do controle e do juízo, a cartografia aposta na riqueza deste plano. Conta com a sua potência de criação, abrindo-se para ser articulada por ele. Eis o que encontramos na palavra confiança – com fiar – fiar com, tecer com, composição e criação com o outro/outrem (p. 68-69).

Trouxe aqui as narrantes, não mais informantes, como sugeriu o Prof. Osmundo Pinho (UFRB) ao refletir sobre o tema Descolonizando a antropologia: em busca de metodologias emancipatórias (Vídeodebate: Decolonialidade e Perspectiva Negra, 2016, UNB). Sugeriu ele que informante, para pessoas negras (sobretudo, jovens negros) remeteria a um termo policiaisco. Nas vozes das narrantes, na clínica escutei como a psicoterapia não as contemplou e nem as escutaram quando se reportaram ao racismo, e o que isso causou de dano. Trouxemos a frase de Fanon quanto à fadiga. Afinal, cansa deparar-se todo dia com o racismo sobre si, cansa lutar todo dia por uma causa perdida. Ele dirá quanto à fadiga que “Fadiga é a recusa a continuar; pôde-se começar, até mesmo avançar na realização do ato, mas eis que surge esse peso enorme nos braços, essa carga fora do comum nas pernas, esse vazio inusitado na cabeça e, acima de tudo, essa angústia que aperta o peito” (FANON, 2021, p. 262).

Tais vozes narrando suas dores disseram de uma fadiga associada a uma ansiedade constante. Dessa ansiedade, nasceu a culpa de sentir-se diferente, culpado mesmo sem pecado.

O que fizeram, senão nascer negras? Podemos observar o que buscaram as psicoterapeutas ao se colocar sobre as diferentes falas das pessoas. É possível sugerir que receberam a responsabilidade de colocar como um problema individual, psicopatologizando o sofrimento decorrente do racismo, como bem ponderou Isildinha Baptista Nogueira (2020), a psicanalista que falou da dor no corpo em relação ao racismo⁹.

Após convocarmos tais mulheres para que dessem seus depoimentos (na pesquisa da tese), observamos as dificuldades dos encontros em tempos ainda de pandemia. O problema do não entendimento das terapeutas ao ouvir os relatos de casos de racismo nos levou a concluir que os problemas eram de uma clínica não posicionada. Afinal, “o que move a análise em cartografia, portanto, são os problemas” (BARROS, Letícia Maria Renault; BARROS, Maria Elizabeth Barros de, 2014, p. 196). Estas terapeutas não consideraram o problema do racismo como um condicionante social de sofrimento e não ouviram as pessoas negras.

3.3 POSICIONAMENTO TEÓRICO-CARTOGRÁFICO

No caminho para a construção da tese, adotamos aquele que nos levou a uma abordagem teórica cartográfica, que tomou como perspectiva o próprio caminhar da pesquisa (KASTRUP, Regina; BARROS, 2010). Utilizamos como recurso principal a narrativa de pessoas que sofreram racismo e estavam em processo psicoterápico. Buscamos mapear os processos de enfrentamento ao racismo e suas implicações na clínica como um ato político.

Entendemos que a cartografia foi um caminhar de pesquisa na perspectiva de que esta possibilitou refletir como as ciências humanas se debruçaram sobre os processos de produção de subjetividades. Tornou possível sair do modelo cartesiano, assim proposto como um “método” por Félix Guattari e Giles Deleuze (2000 [1980]), a título de sugestão, nunca de imposição, pois para eles era um processo do devir. Um processo de pesquisar sempre em construção.

Desenvolveram a ideia da cartografia como uma leitura das situações descritivas a exemplo de um mapa, que tem nos desenhos, cores, rios, fluidez e caminhos, um paralelo ao rizoma, pois que este, “como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes e

⁹ Especial "Associações Livres", organizado pelo Psicanalistas pela Democracia. Organização: André Costa, Bruno Fedri, Denise Mamede e Paulo Endo. Disponível em: <https://youtu.be/LvGG4qsi-cM>. Acesso em: 10 abr. 2022.

radículas” (p.10). O sentido da cartografia seria, então, “acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas” (KASTRUP, Regina; BARROS, 2010, p. 10).

Nesse caminhar, Félix Guattari e Giles Deleuze apontaram sobre “Os bulbos, os tubérculos, são rizomas” (2000 [1980], p. 14), sugerindo que os rizomas seriam como as Plantas, com sua raiz ou radícula, que poderiam ser *rizomórficas*. Mesmo que tivessem adotado um sentido absolutamente diferente, pois o rizoma como caule é o que faz ligação com toda a planta. Por mais que não seja a planta, mas parte dela, transferindo a seiva para toda aquela. No entanto, mesmo levando a seiva à radícula, distingue-se dessa por não ser broto, bem como distingue-se da raiz por não ser sustentáculo, mas ligadura, o rizoma se faz por ligaduras.

Ainda assim, permite-se ser sustentáculo também. Os rizomas são como linhas que se interconectam. Félix Guattari e Giles Deleuze (2000 [1980]) trouxeram as principais características de um rizoma:

Diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. Ele não é o Uno que se torna dois, nem mesmo que se tornaria diretamente três, quatro ou cinco etc.

Ele não é um múltiplo que deriva do Uno, nem ao qual o Uno se acrescentaria ($n+1$). Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares nas dimensões, sem sujeito nem objeto, exibíveis num plano de consistência e do qual o Uno é sempre subtraído ($n-1$). Uma tal multiplicidade não varia suas dimensões sem mudar de natureza nela mesma e se metamorfosear.

Oposto a uma estrutura, que se define por um conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre estes pontos e relações biunívocas entre estas posições, o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza. Não se deve confundir tais linhas ou lineamentos com linhagens de tipo arborescente, que são somente ligações localizáveis entre pontos e posições.

Oposto à árvore, o rizoma não é objeto de reprodução: nem reprodução externa como árvore- imagem, nem reprodução interna como a estrutura-árvore. O rizoma é uma antigenealogia. É uma memória curta ou uma antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada.

Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. São os decalques que é preciso referir aos mapas e não o inverso. (p. 31-32)

Dessa feita, explicaram a conexão dos princípios, de ser conexão e de heterogeneidade ligando qualquer ponto de um rizoma. Com isso, poderia ser conectado a qualquer outro princípio e deveria sê-lo, portanto, num processo caminhante.

Sendo a cartografia aqui um processo caminhante, não se tratou de uma metodologia solta na medida em que seguimos pistas que guiaram o trabalho da pesquisa, compreendendo-se que o acompanhamento de processos não poderia predeterminar (antecipadamente), a totalidade daquilo que denominamos *procedimentos metodológicos* (KASTRUP, Virgínia; PASSOS; ESCÓSSIA, 2013). Tais autores definiram as pistas como aquelas que guiaram a cartografia, na nossa pesquisa, possibilitando a manutenção de uma atitude de abertura, o que produziu e deu a calibragem do caminhar no próprio percurso da minha pesquisa. O que posso dizer, uma inversão, ou seja, “[...] o *hódos-metá* da pesquisa” (2013, p. 13) (**grifo nosso**).

Como na pesquisa o "método está em transformação, alteramos a metodologia caminhante no caminho metódico. Foi preciso “transformar o metá-hódos em hódos-metá”, caminhar:

Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento - um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso, não se abre mão do rigor, mas se é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo, de que fala Canguilhem. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção (KASTRUP, Virgínia; PASSOS; ESCÓSSIA, 2013, p. 10-11).

Para tanto, algumas pistas foram surgindo e as seguimos (ou tentamos seguir) (KASTRUP, Virgínia; PASSOS; ESCÓSSIA, 2013) tais como que o cartografar foi o acompanhar processos (POZZANA, Laura; KASTRUP, Virgínia, 2009 apud KASTRUP; PASSOS; ESCÓSSIA, 2013); habitar um território existencial (ALVAREZ; PASSOS, 2013), implicado em uma política de narratividade (Eduardo Passos e Regina Benevides), com a formação do cartógrafo sendo o mundo: corporificação e afetabilidade (POZZANA, Laura, 2013). A pesquisa nos afetou e foi afetada por nós. Enquanto hódos-metá, a cartografia nos levou a pressupor que “Quando iniciamos uma pesquisa, nem sempre o problema da duração

do objeto, ou seja, a sua dimensão processual e de produção de subjetividade está bem definida, ganhando clareza durante a investigação” (KASTRUP, Virgínia; PASSOS, 2013, p. 395).

Para as autoras acima, a cartografia seria um método de investigação que não buscou desvelar aquilo que já estaria dado como natureza ou realidade preexistente. Partimos, então, do pressuposto de que o ato de conhecer foi um ato criador da realidade, colocando em questão “o paradigma da representação”. Portanto, a cartografia que subsidiou esse trabalho de tese se constituiu indicativamente como me posicionei como pesquisadora, na construção do caminho metodológico *hódos-metá*, conforme já dito acima. Se não gerou dados, pois este não foi seu objetivo, a cartografia aqui realizada gerou efeitos (BARROS, Letícia Maria Renault; BARROS, Maria Elizabeth de Barros, 2013), tanto na pesquisadora quanto nas narrantes. Pudemos sugerir nesse caminhar o que seja, após as escutas das narrativas, uma clínica antirracista. Entretanto, não uma perspectiva fechada em termo, mas em processo sempre.

Essa perspectiva me trouxe a responsabilidade da pesquisa intervenção em que pesquisadora e narrantes foram amparadas pelo compromisso ético-estético-político do encontro. A partir das narrativas construídas, criamos uma metanarrativa que permitiu compreender como o racismo rebateu na vida dessas pessoas como um condicionante social, problematizando-o na clínica, na psicologia e na sociedade.

Por isso, compreendi a cartografia como o processo de fazer pesquisa, “como um método segundo o qual toda pesquisa tem uma direção clínico-política e toda a prática clínica é, por sua vez, intervenção geradora de conhecimento” (BARROS, Regina Benevides de, PASSOS, 2013 p. 26). A clínica foi a pesquisa e prática se encontrando, isto é, uma *práxis*.

Para analisar as narrativas aqui trazidas, foi preciso compreender que o conhecimento se processou como um ato criador e a cartografia precisou comprometer-se de maneira muito significativa com os modos de análise do processo de pesquisa, o qual deveria ser empreendido. Tal análise não se exerceu unicamente sobre dados, isto é, sobre uma objetividade que seria tida como independente da própria pesquisa, ao contrário (BARROS, Letícia Maria Renault; BARROS, Maria Elizabeth de Barros, 2013), foram fatos da vida vivida, fatos narrados:

O que move a análise em cartografia, portanto, são problemas. É a um problema que ela se volta e são também problemas o seu resultado. É preciso lembrar as indicações de Bergson (1974), de que toda “solução” é coextensiva a um modo de colocar o problema; o problema não é dado, ele depende da criação dos termos nos quais ele vai se apresentar. Analisar é, assim, um procedimento de multiplicação de sentidos e inaugurador de novos problemas. (BARROS, Letícia Maria Renault; BARROS, Maria Elizabeth de Barros, 2013, p. 3)

O problema seria perguntar para ouvir a voz. Buscamos os pressupostos teóricos e práticos das abordagens em clínica psicológica para saber se contemplaram as populações historicamente marginalizadas, nas suas preocupações, especialmente a população negra. Gostaríamos de saber como a clínica acolheu as pessoas que a ela se dirigiram com queixas específicas, de experiências do racismo. Como já dito, esse problema justificou-se quando, na busca por responder ao escopo da pesquisa encontramos pouca produção teórica acerca do tema da clínica, diante do racismo. Houve apoio às pessoas quando estas não se viram acolhidas em suas narrativas/sofrimento? Pensamos que as terapeutas entrevistadas fizeram parte daquela parcela pequena, porém significativa, de práticas psicológicas antirracistas no seu fazer psicoterápico que buscou fortalecer as pessoas negras que sofreram tais situações de racismo, acolhendo suas angústias a partir de sua condição também de pessoas negras e no processo de autoidentificação ou autodeclaração. Houve a representatividade, assim como o espelhamento.

3.4 OUVINDO AS NARRANTES COAUTORAS...

Por ser coordenadora de um grupo, por ser coordenadora nacional de uma Articulação de Psicóloga (os) Negras(os) e Pesquisadoras (res), por ser ex-conselheira presidenta do CRP 2, militante da psicologia social conheço muita gente da psicologia no campo das relações raciais e dos direitos humanos.

Contatamos pessoas que eram artistas, psicólogas, estudantes, mas não deu certo, muitas ocupações e as entrevistas foram marcadas nesse período mais ameno da pandemia. E por que entrevistas? Por que escutá-las e não apenas receber respostas escritas? Sendo psicóloga a fala é o principal instrumento de encontro e de acolhida. Portanto, compreendi que na cartografia o objetivo principal seria “pesquisar a experiência”, esta compreendida, sobretudo, como o plano (de forças) no qual os processos a serem investigados efetivamente se realizariam. Como saber desta experiência sem a escuta, sem o olho no olho?

Silvia Helena Tedesco, Christian Sade e Luciana Vieira Caliman (2013) sublinharam, quanto à entrevista na cartografia,

que não indicamos um modelo de “entrevista cartográfica”. Isto por dois motivos. Em primeiro lugar, falamos de entrevista na cartografia, pois a eficácia da entrevista na pesquisa dos processos está estreitamente ligada ao “ethos cartográfico” que seria praticado, não apenas na entrevista, mas em

toda a pesquisa, desde a construção inicial do campo problemático à narrativa utilizada no relatório final. (p. 93)

As autoras continuam comentando alguns procedimentos que apontaram a presença desse *ethos* no momento da específico na entrevista:

Como veremos, não existe entrevista cartográfica, mas manejo cartográfico da entrevista. [...] Não falamos de uma técnica fechada, de um método soberano, mas de um *ethos*, a partir do qual escolhas têm lugar face às características de cada situação. Ou seja, o método é pensado na inversão do seu sentido etimológico. Ao rachar a palavra método ou metá-hódos, percebemos que hódos (caminho) vem depois e inteiramente condicionado pela metá que o antecipa e o predetermina.

[...] Porém, pensemos no método como hódos-metá “como uma aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado” (PASSOS; KASTRUP, Regina; ESCÓSSIA, 2009, p. 10). Ao mesmo tempo, lembremo-nos dos procedimentos metodológicos presentes em nossas práticas (TEDESCO, 2008). Nestes também falamos de métodos, de estratégias preferenciais. E ali também tomamos o cuidado de sublinhar, nessas posturas reiteradas, seu caráter facultativo e provisório. (p. 94)

Ao falarem da performatividade da entrevista, afirmam:

No caso do método e dos procedimentos, trata-se bem mais do compartilhamento de certa direção, de sugestões sobre modos de agir dirigidos à instalação de graus de abertura à indeterminação (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 217) e que, na nossa proposição, funciona como um conjunto aberto de pistas que servem para sugerir encaminhamentos, mas também para serem equivocadas, expostas como matéria intensiva, como fragmentos reutilizáveis nos ritornelos de criação. **O cartógrafo não varia de método, mas faz o método variar.** (p. 94) (**grifo nosso**).

As narrantes, também aqui consideradas coautoras, foram escolhidas dentre o universo de pessoas negras em processo de psicoterapia cuja queixa estava dirigida aos atos racistas dos quais foram vítimas e seus rebatimentos em sua saúde mental. Isso tanto no presente ou durante toda sua trajetória de vida. Desse universo, convidamos 8 mulheres negras, sendo 4 em processo psicoterapêutico, realizado por 4 profissionais de psicologia, também negras. Após ouvirmos as pacientes/clientes passamos a escutar as narrativas das terapeutas e suas experiências de escuta.

Todavia, destas 8 mulheres, duas não puderam participar, após inúmeras tentativas, uma devido às dificuldades em seu horário de trabalho e outra por mudança de estado. Então, 6

foram entrevistadas, sendo 3 mulheres que estavam realizando psicoterapia com as psicólogas negras, as quais são aproximadas ao tema das relações raciais e se posicionam publicamente nessa direção. As terapeutas, as profissionais, foram aquelas que haviam indicado suas pacientes/clientes, sendo, portanto, de suma importância ao processo. E nós fomos, então, a cada uma das atendidas e fizemos o convite diretamente para participarem como voluntárias na pesquisa.

Todas eram de Pernambuco, mas com terapeutas da cidade do Recife. Após o aceite, receberam o termo de consentimento *on-line* quando, então, realizamos as entrevistas, com tempo médio de 30 minutos/60 minutos de gravação (de voz, filmagem e ambas juntas), em dias e horários mais adequados às entrevistadas. Os locais variaram. Foram no local de trabalho de cada uma delas, para quem estava remota, e em casa ou no consultório onde atendo, quando a entrevista foi presencial.

Foram narrativas cartografadas nas trajetórias de pessoas negras, que já passaram por outros processos psicoterápicos e que os deixaram por não responderem às suas expectativas/perspectivas, frente aos processos clínicos. Todas foram procurar uma nova terapia, após o insucesso da primeira tentativa. Agora, foram objetivamente procurar terapia com uma psicóloga escolhida por ser negra, iguais a si, espelhando suas experiências.

Ouvimos também as três (3) psicólogas negras, psicoterapeutas, que atendiam as mulheres acima, buscando entender a importância da escolha e suas implicações ao serem escolhidas. Percepções importantes, serem escolhidas, em um compromisso ético político da escuta, o *ethos* do cuidado.

Diante disso, apoiei-me nas formulações de Paula Rita Bacellar Gonzaga (2019), autora de uma das pesquisas encontradas nesse meu caminhar teórico, para trazer tais mulheres até esta tese. Como sugere Paula Gonzaga (2019), entende-se aqui que este foi um processo de encontro, o qual pode “diluir a dicotomia de pesquisador/objeto; ativo/passivo no processo de investigação” (p. 45), sugerindo que fossem participantes ativas.

A apresentação das narrativas de experiências de racismo, especialmente em processos terapêuticos, denotou um lugar da clínica e o modo como ela lidou ou não lidou com esta realidade. Procuramos compreender como os sofrimentos suscitaram a compreensão de atitudes ou atos racistas por parte das primeiras terapeutas procuradas por elas. E, assim, como o sentimento sobre racismo chegou para elas, as narrantes. Se como algo de fora para dentro, quando foram racializadas pelos sujeitos brancos ou se perceberam que tais pessoas não pensaram sobre sua própria branquitude, não problematizando, assim, seus lugares de fala, portanto, de privilégios (RIBEIRO, Djamila, 2018).

O pensamento colonial rebateu nessas relações dado que o sujeito do racismo, aqui narrando sua experiência traumática, foram sujeitas negras. O sofrimento psíquico suscitado emergiu não de um ato em si, mas de uma longa trajetória de racialização a partir das relações interracialis dos sujeitos pretos e brancos em uma sociedade historicamente constituída. Desse modo, para os fins desse trabalho de tese utilizamos a perspectiva na qual conjugamos as categorias preto e pardo para definir população negra, conforme definição do IBGE (2010), sendo o pertencimento racial dessas mulheres.

Como já assinalado para a construção da pesquisa, utilizamos o recurso da escuta das narrativas por meio das entrevistas, o que possibilitou aproximação com as vozes racializadas de mulheres. A escolha da entrevista narrativa como recurso permitiu mais que uma coleta dados, na perspectiva de que os enredos trazidos por estas pessoas tornariam a compreensão mais rica, como sugeriu Sandra Jovelovitch (2008) ao definir esse método qualitativo.

A partir das histórias contadas por estas mulheres, entendemos que as narrativas foram dos acontecimentos sobre si, bem como uma tentativa de ligar tais acontecimentos dando-lhes sentido, como sugeriu a autora citada anteriormente, Paula Rita Bacellar Gonzaga (2019). Ao considerarmos os acontecimentos isolados, eles podem figurar como simples proposições das falas que descrevem acontecimentos de modo independente em seus relatos. Contudo, se tais acontecimentos estivessem estruturados em uma história, tal como sugere a autora, seria pela maneira como foram contados que permitiram a operação “de produção de sentido do enredo”. Além disso, Jovelovitch (2008) sublinha que “é o enredo que dá coerência e sentido à narrativa, bem como fornece o contexto em que nós entendemos cada um dos acontecimentos, atores, descrições, objetivos, moralidade e relações que geralmente constituem a história” (p. 92).

Compreendendo o sentido como o que permeou toda a história contida em uma narrativa, reconhecendo deste modo sua dimensão expressa, sobretudo, pelas funções e sentidos do enredo, utilizamos essa forma de análise aos discursos narrados.

3.5 ENTREVISTA NARRATIVA

Para tanto, a entrevista narrativa consistiu no processo de alguém “contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social” (JOVELOVITCH, Sandra, 2008, p. 84 em que estivera inserido. Que estas mulheres nos contaram suas histórias frente ao racismo, foi para além do “perguntas e respostas”. Sabemos do que falaram, ouvimos suas histórias. A entrevista narrativa é um processo de pesquisa qualitativa baseado na experiência

da Fritz Schütze (1977 apud JOVELOVITCH, Sandra, 2008). Ele foi um sociólogo alemão que trouxe a experiência do *narrare* (em latim) como uma ideia original que se desenrolou em projetos de pesquisa sobre estrutura de poder nas comunidades locais onde desenvolveu esse “método de pesquisa qualitativa, “considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas” (JOVCHLOVITCH, Sandra, 2008, p. 95).

Fritz Schütze (1977 apud JOVCHLOVITCH, Sandra, 2008) sugeriu, ainda, que foi permitido desenvolver um método de geração e análise de dados narrativos, mais conhecido por nós como entrevista narrativa. Por isso, tendo sua principal característica a exploração de narrativas ditas “improvisadas”, as quais trouxeram relatos que a entrevistada produziu sem preparação e sem a interrupção da entrevistadora (GERMANO, 2009). A pesquisadora Idilva Maria Pires Germano (2009) refere, desta maneira, que seria uma variante do método aplicado aos estudos biográficos ou à entrevista narrativa autobiográfica, apontando que “o entrevistador solicita que a pessoa conte sua história de vida a partir de um convite amplo e não diretivo” (p. 1), ocorrendo somente no final fazer perguntas específicas, quando e se necessário. Esta forma de pesquisa aqui por mim apresentada se realizou a partir de uma questão gerativa narrativa, assemelhando-se à questão problema trazida por Paulo Freire (2005).

Jovelovitch (2008), apoiando-se ainda em Farr (1982), sugere, também, que nessa técnica, a entrevista narrativa não seria neutra, mas ao contrário se “constitui uma cosmovisão particular” (p. 96), fortalecendo para nós, a ideia da entrevista narrativa como aquela que permitiu a escuta posicionada. A ideia básica de Schütze (1977 apud JOVCHLOVITCH, Sandra, 2008), (como sugeriu também Jovelovitch), seria reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes, tão diretamente quanto possível. Para isso, Schütze (1977 apud JOVCHLOVITCH, 2008) sugeriu 6 passos de uma entrevista narrativa: 1º. Preparação; 2º. Início: começar a gravação e apresentar o tópico inicial; 3º. A narração central: não se fixar perguntas, apenas encorajamento não verbal; 4º. Fase de questionamento: apenas questões iminentes; 5º. Fala conclusiva: parar de gravar e continuar a conversação informal e 6º. Construir um protocolo de memórias da fala conclusiva.

Na experiência trazida nesta tese, as pessoas foram ouvidas individualmente, podendo ficar mais à vontade, narrando sua trajetória de vida e as situações específicas de racismo. Sendo assim, houve emoção e empolgação: “*Agora posso falar. Não tô doida*”; “*Eu acho que a contribuição para pesquisa é importante para a gente avançar, dentro dessa pesquisa vão surgir outros gatilhos para outras pesquisas*”. Naquele momento, a entrevistadora esteve também a sós, permitindo um falar livremente, como ocorre em processo terapêuticos. Nisso, ouvi-las foi me ouvir também. A exceção foi a primeira entrevista que foi acolhida e escutada

com uma entrevistadora de apoio (também psicóloga), pois seu depoimento foi gravado em dois celulares, com anotações de apoio, pela insegurança da pesquisadora-entrevistadora de que algo acontecesse àquela entrevista. Para evitar atropelos, fomos ao exagero de duas pessoas presentes a uma entrevista e dois aparelhos de gravação de voz e filmagem para que nada desse errado. Deu tudo certo! Ufa!

As narradoras priorizaram o relato de fatos em que sofreram racismo e buscaram a psicoterapia para superar a dor com este fato. Para a cartografia desta tese, o foco foi a experiência de pessoas que procuraram por psicoterapia e ali não encontraram a acolhida que esperavam. O critério de permanência na pesquisa seguiu esta realidade buscando não reativizar estas mulheres, mas dispensando aquelas que tiveram experiências de racismo, mas não estavam em psicoterapia. Tendo como sul (norteador) a seguinte questão disparadora:

Para pessoas em psicoterapia:

(1) Conte-me o que levou a fazer a passagem de uma terapeuta branca para uma terapeuta negra ou (2) Conte-me o que a levou a fazer a psicoterapia, realizando a passagem de uma terapeuta branca para uma terapeuta negra?

Para as psicoterapeutas:

(1) Relate-me o que trouxe sua paciente/cliente negra a buscar uma terapia com você, que também é uma terapeuta negra?

No desenrolar das narrativas, mesmo sendo livre, pudemos intercalar questões como: O fato de sua terapeuta ser negra tem impactado na sua terapia? Facilitou o processo terapêutico? O assunto racismo ou relações raciais é trazido na terapia?

“Tudo que nós tem é nos...” (EMICIDA, 2021) E nossa voz... Disseram as mulheres em terapia. “Ser negro é sentir na pele”, disse o professor Alexsandro de Jesus da UFPE (OPINIÃO PE, 2018). Nesse sentido, a empatia desta entrevistadora com as mulheres ocorreu sem ser assistencialista, pois elas eram resistentes a uma clínica não inclusiva. Contudo, persistentes até encontrarem uma terapeuta que as ouvissem de fato. Estimularam uma clínica que as considerasse, estruturaram a clínica antirracista, que não reativiza, mas acolhe. Foram acolhidas.

3.6 OUVINDO AS NARRANTES...

Entendendo-me como uma pesquisadora que procurou caminhar em um posicionamento cartográfico, ao guiar-me na forma caminhante no realizar da pesquisa, considere que isso me

possibilitaria estar em uma pesquisa interventiva. Ao propor que as pessoas a serem contatadas para narrar suas histórias fossem mais que informantes. Encontrando o Prof. Osmundo no meu caminho, passei a lhes denominar de narrantes diluindo esse processo que distanciava pesquisadora – sujeitas, não mais objeto de uma pesquisa. Este processo de investigação buscou pessoas ativas no processo de participação da pesquisa.

Ao convidá-las, observei sua vontade de estar ali, seu desejo de fornecer suas histórias e o desejo transparecia no ânimo e disponibilidade logo em participar, como relatam algumas:

Tá bom! Bom dia, gente. Eu que agradeço o convite, é uma honra estar participando da sua pesquisa de doutorado. É [...] meu nome é Luiza Mahin, sou uma mulher negra, recifense, tenho 27 anos, sou jornalista e o meu processo de escolha por uma terapeuta negra ele começa [...] eu acho que 2014 mais ou menos, por que tem todo um [...] não é que necessariamente naquela época eu sentia necessidade de procurar a terapia, mas esse processo de entendimento começa ali em 2014 por que foi quando eu comecei a aceitar o meu cabelo natural, né?!

Como eu sou uma mulher negra de pele clara e alisava o cabelo, eu nunca tive esse entendimento de que era uma mulher negra, pensava sempre que eu era morena. E morena pra mim era tipo ok, sabe?!

Não sou nem branca, mas também não sou negra, sou morena. Que era uma narrativa muito constante dentro da minha família “morena clara ou morena escura”, a gente não usava o termo “negro”.

*Ficar à vontade tá complicado nesse atual momento da minha vida porque vou começar a desabafar, vou chorar, vou pedir uma cerveja, vou chorar de novo e vai ser daquele jeito [...] Queria dizer que depois eu queria ler (**sua pesquisa**), é um tema que me interessa bastante.*

Entrevistada – terapeuta: Obrigada também pelo convite para participar de uma pesquisa que pra mim é cara, ela é tão cara justamente por ela ser faltando e ser faltante de um lugar que nos amputa dos próprios cuidados que a gente precisa, mas que a gente procura e não consegue acessar por diferentes motivos.

Sou psicoterapeuta, sou socióloga como primeira profissão, sou psicóloga, sou mulher negra, sou mãe, avó e falar dessa experiência de atender mulheres é falar também de como foi ter sido atendida por mulheres negras, como paciente ou como a pessoa que ajuda no processo psicoterapêutico de mulheres negras que chegam.

Suas falas demonstram que se sentiram participantes de uma pesquisa desenvolvida por uma pesquisadora negra, psicoterapeuta negra que as quis como parte importante do pesquisar, como algo importante na construção de outra escuta clínica.

Compreendo que possibilitei um processo de encontro permitindo nos escutar, cada uma escutou “o que havia para ser dito” (GONZAGA, Paula Rita Bacellar, 2019, p. 35) a partir do seu ritmo e da sua possibilidade. Falaram porque já estavam em processo psicoterápico com profissionais negras que possibilitavam falar livremente acerca do quanto o racismo as atravessou e as feriu. Mesmo que não fosse o principal tema o sofrimento psíquico ou mental, este apareceu em suas narrativas com força.

Nesse caminhar, apoiamo-nos nas formulações de Paula Rita Bacellar Gonzaga (2019), autora de uma das pesquisas encontrada nessa caminhada (no estado da arte), para trazer essas mulheres até a referida tese, sugerindo que fossem participantes ativas. Inspirada por Patricia Hill Collins (1997), em Frantz Fanon (2008), Paula Rita vai dizer o que quero transmitir nessa construção teórica que faço agora: “**Escrever esta tese é um ato de teimosia, insurgência e reconhecimento da necessidade que ocupemos como sujeito as instituições que, ao longo da consolidação desse país, nos entendeu apenas como objetos**” (GONZAGA, Paula Rita Bacellar, 2019, p. 39) (**grifo nosso**).

4 E O DITO DO RACISMO NA CLÍNICA PSICOLÓGICA

4.1 OUVINDO AS NARRATIVAS (ANÁLISE DAS ENTREVISTAS)

Para fundamentar o *corpus* da pesquisa trouxemos (BAUER; GASKELL, 2008) as narrativas que estruturaram essa tese. Como já dito, realizamos a escuta das narrativas em entrevistas que foram momentos de encontros em que o relatado enriqueceu o trabalho. Com isso, organizei os relatos de cada narrativa dividindo em duas partes: a primeira das mulheres que falaram em psicoterapia, ou seja, clientes/pacientes sendo atendidas por psicoterapeutas negras; a segunda, das mulheres que as ouviram, suas terapeutas. Resguardando a confiança em mim depositada, apresento minhas participantes por nomes dos orixás, divindades sagradas do Candomblé, deusa egípcia e também com nomes de heroínas brasileiras: Iansã, Iemanjá, Maat, Luiza Mahin, Tereza de Benguela, Aqualtune. Por confiarem suas experiências, repito, deixo aqui seus nomes em sigilo. Entremio suas narrativas a uma fundamentação teórica que me ajudou a melhor compreender seus relatos.

No texto, trago em recuo as citações conforme as normas da ABNT orientam, mas trago também em recuo os relatos acrescidos do *itálico* para diferenciar as falas das narrantes que são, de fato, a fundamentação da tese.

Para compreendermos o narrado, trago a pergunta inicial para encaminhar os relatos das experiências. A cada uma solicitei que começasse seu relato nos trazendo a informação de quem era. Destaquei a questão abaixo, que foi dita para todas as entrevistadas. Comecei cumprimentando-as e me apresentando: Obrigada por aceitar participar e contribuir com o meu trabalho de tese e a minha pesquisa. Sou Ceça Costa, pesquisadora de doutorado de Psicologia Clínica na Universidade Católica.

Explicitarei que, nesta pesquisa, sua participação não é como uma informante, mas sim como colaboradora, quero dizer como coautora. Queria que você se apresentasse, falasse seu nome, de onde veio, de onde você é, idade, profissão, enfim. Vou te fazer uma única pergunta e você vai narrar livremente a sua experiência para mim.

Quero agradecer em meu nome, em nome da universidade, da minha orientadora, Ana Lúcia Francisco, e dizer que estamos à disposição. Qualquer dúvida, você pode perguntar, você pode questionar. Temos a obrigação e o dever moral de te responder, tá? Obrigada. Eu vou fazer a pergunta, aí você se apresenta e começa a relatar a partir do que eu te falar: **Quero que você se apresente e quero que você me narra (conte) o que te levou a procurar terapia com uma**

terapeuta negra. Como é que se deu essa passagem? Como é que é essa história? Fique muito à vontade e desde já agradeço por ter aceito por contribuir com a minha pesquisa. Ao final da pesquisa, vou querer fazer alguma devolutiva do que eu encontrei, porque eu estou considerando que você não é uma informante, você é uma participante. Você é uma pesquisadora comigo.

Na escuta das entrevistas, ouvir mulheres negras foi um momento inspirador, para mim, uma terapeuta negra. Ao convidá-las a narrar suas experiências, senti que foi como rever a minha própria clínica. A cada narrativa trazida senti que mais uma voz não foi silenciada. Das narrantes¹⁰, posso dizer que todas se colocaram muito à vontade. Concluí que o fato de ser uma entrevistadora negra as deixou muito tranquilas, disponíveis a uma fala livre de amarras, propiciando relatos com pouca ou nenhuma hesitação. Ao contrário, estas mulheres queriam falar sobre isso, sua demonstração de estar à vontade, de querer falar mais e mais me levaram a pensar, retomando Emicida na música Principia¹¹, quando diz: *Tudo que nós tem é nós...* E estas mulheres me dizem... E temos nossa voz...

Então, caminhemos, cartografando as narrativas de mulheres negras e seus encontros com a psicoterapia. Elas falaram a partir das experiências vivenciadas com psicólogas brancas e com algumas poucas negras, que não faziam uma leitura racial na clínica. Aqui também cartografamos as experiências das psicólogas negras, que foram as psicoterapeutas que atenderam aquelas mulheres, após tais experiências de se sentirem negadas, digo não escutadas. Estas terapeutas foram denominadas por nós como psicólogas antirracistas, que fizeram e faziam da sua clínica uma ação psicológica posicionada. Portanto, já refletem o antirracismo há tempos.

Compreendendo que o racismo é estrutural (NASCIMENTO, 1940; ALMEIDA, 2018) estando presente na sociedade brasileira e que está em todos os lugares, portanto, não se encontra à margem da ciência psicológica. Como uma prática social, esta ciência também

¹⁰ Trouxe aqui as narrantes, não mais informantes, como sugeriu o Prof. Osmundo Pinho (UFRB) ao refletir sobre o tema *Descolonizando a antropologia: em busca de metodologias emancipatórias* (vídeo debate: *Decolonialidade e Perspectiva Negra*, 2016, UNB).

¹¹ Artista: Emicida. Artistas em destaque: Pastor Henrique Vieira, Pastoras do Rosário, Fabiana Cozza. Álbum: *Amarelo*. Data de lançamento: 2019. Refrão:
 E tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é
 Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é

reflete a sociedade. No entanto, é urgente revermos essas práticas que negam sua existência, como afirmaram algumas narrativas trazidas nas entrevistas. Recorto aqui também o que me trouxeram as suas terapeutas, a exemplo da psicóloga Maat. Ela nos disse que, nos seus mais de 30 anos de experiência de psicóloga, em uma caminhada quase sempre solitária em uma prática antirracista, aqui no Nordeste que:

A marca que o racismo faz na vida das pessoas, o sentimento de impedimento para as realizações. Autoestima baixa, insegurança extrema e o que tá no fundo disso é a questão da raça e todas as referências negativas colhidas no decorrer da vida sobre ser negro. Isso é o que mais tenho identificado e que acredito ser importante (2022).

4.1.1 Ouvindo as Narrativas – O que dizem as Clientes/Pacientes

4.1.1.1 Luiza Mahin

A primeira entrevista aconteceu no dia 08/10/2021, no Consultório Ilê, local onde atendo mulheres negras. Estava animada, um pouco receosa, em um estado de ânimo a sentir-me pesquisadora, porque seria uma entrevista presencial. Recebi uma profissional que trabalha com comunicação e o início da narrativa foi um reencontro caloroso, pois esta jovem era uma jornalista que havia me entrevistado três anos antes, para falarmos sobre o tema da psicologia, racismo e relações raciais. Lembrava-me, então, que já havia concedido uma entrevista na qual o tema era o da psicologia antirracista. Assim, denominarei este encontro de ouvir as narrativas.

Joia! Posso começar? Tá bom! Bom dia, gente. Eu que agradeço o convite, é uma honra estar participando da sua pesquisa de doutorado. É [...] meu nome é Luiza Mahin, sou uma mulher negra, recifense, tenho 27 anos, sou jornalista e o meu processo de escolha por uma terapeuta negra ele começa [...] eu acho que 2014 mais ou menos, porque tem todo um [...] não é que necessariamente naquela época eu sentia necessidade de procurar a terapia, mas esse processo de entendimento começa ali em 2014, por que foi quando eu comecei a aceitar o meu cabelo natural, né?!

Como eu sou uma mulher negra de pele clara e alisava o cabelo, eu nunca tive esse entendimento de que era uma mulher negra, pensava sempre que eu era morena. E morena pra mim era tipo ok, sabe?! Não sou nem branca, mas também não sou negra, sou morena. Que era uma narrativa muito constante dentro da minha família “morena clara ou morena escura”, a gente não usava o termo “negro”.

Ao se descrever reportou algumas vezes ao ano de 2014, como sendo o ano em que começou a pensar sobre si como negra e parar de alisar o cabelo, voltando ao processo de transição, que é o momento de fazer o desuso da química capilar. Sentiu a necessidade de usar o cabelo natural porque o alisava desde os 11/12 anos. Esta é a realidade de muitas crianças negras, que são obrigadas a passar por isso desde muito cedo. Outras, solicitam às mães, por negarem desde cedo suas características de pessoas negras, já apontado um sofrimento com o racismo, o que é muito comum aparecer nas escolas de educação infantil. Voltando dirá que, então, com 20 anos passou pelo processo de tentar voltar ao cabelo natural, porque o cabelo estava muito devastado. Passou pelo processo da transição dizendo que *“Tava tudo péssimo. A saúde do meu cabelo tava horrível, enfim...”* Prosseguiu nesse caminho dizendo que nesse ano se mudou para João Pessoa para estudar jornalismo. Foi lá que trouxe os relatos de suas experiências com estudo e estágio, quando vivenciou situações significativas de racismo sobre si, referindo que já estava começando a refletir mais sobre o tema.

Relatou situações de preconceito não explicitado, mas nem por isso menos dolorosas, nos vários lugares em que passou, sofreu com tais fatos “velados”, não ditos, dissimulados, reforçando que ocorreram, sobretudo, no campo dos estágios – profissionais. Trouxe também como questão a hipersexualização da mulher negra, a fetichização do corpo negro, como aquele sensual, exótico. Tocável e disponível. Reportou-se, ainda, ao processo da invisibilização. Em uma manifestação, explicitou que estava em um lugar não considerado como seu, por exemplo, um estágio em um órgão público da justiça, como o Ministério Público Federal – MPF. Continuou relatando suas experiências em momentos cruciais de racismo, o que pode ser estendido a toda uma população negra, levando-a a questionar: *“Será que ocorreu mesmo isso, o racismo?”* Será que aconteceu? Nesses momentos, a pessoa faz questionamentos duvidando da sua capacidade de ver a realidade com nitidez. Ela duvidou se o fato ocorrera e se estava bem, assim como se poderia resistir aos tais fatos, dado pensar não serem reais. *“Seriam eles reais ou seriam coisas de minha cabeça?”* Pensava. Sempre a dúvida estressante. Mesmo sabendo o que houve, pois escutou e vivenciou as situações, embora escutando falas recorrentes, havia dúvida de si mesma.

E ela continua falando *“Será coisa da minha cabeça? A mulher invisível? Um mundo invisível?”*. Falou também de sua trajetória no processo de consciência racial, trazendo a importância de estudar o tema na universidade, refletindo como essa experiência possibilitou a força e a compreensão inicial dos processos pelos quais passou. Quatro anos depois, em 2018.

Nesse processo, foi falando assim para as pessoas: *“Não, não sou morena. Essa palhaçada parou”*. Conta-nos que foi estudar uma disciplina que estimulou ainda mais o

processo de tentar entender, de ler, de se aproximar da questão da negritude. Começou participando de um curso do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da universidade – NEABI, o qual, segundo ela, “foi um divisor de águas pra mim”, entrando em contato com pessoas de outros cursos, da militância do movimento negro, conhecendo uma professora de história, *Solange Rocha* (UFPB), que foi referência no movimento negro da Paraíba e que a influenciou muito.

Continuou relatando que começou um trabalho com um site realizando a leitura de várias questões, quando foi se percebendo e compreendendo como mulher negra, posicionando-se em um ato político. Inicia o seu processo de autorreconhecimento trabalhando esses temas já com seus pais na sua casa (aqui em Recife). Retornando para sua casa cheia de informação, passa a trocar ideias com o pai e mãe, mas reforça que não foi fácil.

Muita ideia com meu pai, meu pai é um homem negro, minha mãe é branca, mas meu pai é um homem negro e tinha essa leitura totalmente errada de achar que chamar alguém de negro era ofender a pessoa. Por isso, a gente usava o termo “morena clara” e “moreno escuro”, daí comecei a ter conversa com ele de puxar a cadeira mesmo, sentar do lado, fala assim “É assim, assado, tem isso isso e isso. Deixa eu te falar isso aqui, não sei o quê”. Foram anos conversando com ele, ele foi compreendendo e eu vi a mudança acontecendo com meu pai. Ele passou a aniquilar diversas narrativas racistas que ele tinha e por compreendendo várias coisas, por exemplo, o meu cabelo. Ele não curtia muito meu cabelo e hoje em dia... (Risos) meu Deus, é incrível.

Continuou seu relato ponderando: “*Chega emociona, né? Porque é o pai*”. Em relação à sua mãe, uma mulher branca, disse que apesar de ser meio assim capenga, ela já teria uma leitura racial um pouco mais elaborada que antes pelas conversas que mantinham. A nossa participante considerou que esse trabalho com o seu site foi como um divisor de águas. Assim, em junho de 2019, ela retorna ao Recife, após concluir ao curso no primeiro semestre. Quando voltou, iniciou um tempo em uma fase bem ruim aqui, porque lá em João Pessoa ela tinha como se manter sem depender dos pais, estagiando e tendo seu próprio dinheiro, ganhando também auxílio estudantil da faculdade. Os pais não precisavam se preocupar tanto com ela. Com o retorno, sentiu o peso de estar desempregada, o peso de ser mais uma para os pais cuidarem.

Relatou que teve dificuldades de (re) adaptação no Recife, em relação ao desemprego, a sua vida, sua família e com os amigos. Tudo havia mudado. No entanto, começou a seguir os movimentos sociais locais pelas redes sociais, os quais lidavam com o tema do enfrentamento ao racismo. Iniciou seguindo a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, o movimento de estudantes Afronte da UFPE, entre outros.

Em nossa leitura, ela precisava se enturmar, mas agora com pessoas que pudessem a fortalecer na pauta racial, com suas semelhantes. Saindo em busca desses grupos, deparou-se com a Rede de Mulheres, até porque, nos grupos de mulheres que acessavam as informações a partir do coletivo, um fato comum foi que, nos últimos tempos, havia ocorrido a busca pela prática da psicoterapia pensando a saúde mental. Isso aconteceu nesse momento da pandemia do covid-19 que assustou o mundo em 2020, visto que o tema da saúde mental se tornou importante para muitas pessoas.

A Organização Mundial de Saúde – OMS demonstrou preocupação com os agravos advindos da pandemia nesse campo, o da saúde mental. Referiu-se ao período pandêmico, mas ressaltou as consequências pós-pandemia, chamando a atenção para as consequências que viriam depois, algo no nível do estresse pós-traumático, só que agora no campo coletivo. Nunca se falou tanto em saúde mental e terapia.

Para as mulheres negras, foi um pouco antes que tal pauta chegou. Ainda em 2015, o tema ganhou força no marco da Marcha da Mulheres Negras em Brasília e houve um aumento da procura pelos cuidados em saúde mental. Um lema importante para as mulheres periféricas, Quilombolas, comunitárias, originárias, tradicionais foi o *autocuidado*, ideia que ganhou corpo. Dito isso, tivemos também a busca pelo **bem viver** (PRESTES, Clélia, 2018) como um conjunto de valores importante para as mulheres na América Latina. E nesse caminho as mulheres foram fortalecidas pelo movimento feminista negro e pelas pautas dirigidas à saúde, refletidas no lema que a **saúde da população negra importa** (Campanha da ANPSINEP, 2020). Isso trouxe o tema à baila. Nem sempre ocorrida de modo tranquilo. As mulheres que beberam tristemente da ideia de que a vida da população negra importa, o fizeram porque foi sobre elas que recaíram – e recaem – todo o peso do cuidado com os seus familiares, quando estes eram mortos, por exemplo, em situação de violência (vide a situação da juventude negra). Foram elas que tiveram que estar diante do movimento Vida Negras Importam (2020)! Não havia saúde mental que aguentasse. Estes dois anos foram cruciais para que o tema de uma clínica da saúde mental aportasse à população negra, acolhendo-a enfim. Com isso, publicizou-se a ideia de uma clínica antirracista que a cada dia toma corpo!

Sendo assim, Luiza Mahin precisava encontrar seus pares. Ela precisava se aquilombar. Foi então que resolveu participar de um evento de mulheres negras, promovido pela Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, avaliando sua decisão como acertadíssima. Trouxe a questão de ter uma mãe muito católica, preocupada com sua entrada no movimento de mulheres negras. Disse-me da mãe que *“Ela tinha muito problema com religião afro. Muito. E quando fui me aproximando do movimento, fui conhecendo muita gente de candomblé, de umbanda”*. Mas

não falou se aderiu ao culto. Fez referência de que não foi um negócio fácil para ela, chegando a fugir de pautas sobre o racismo religioso evitando, assim, esse contato. Mesmo trabalhando com um site de Identidade e Cultura Negra disse: *“Eu fugia dessas pautas. Algumas pautas eu não queria contato”*.

Nesse período, começou a ir atrás de informação também, conversando, fazendo muita troca. *“Foi um negócio de podar mesmo, não foi fácil”*. Lembrou que em uma manhã, já em Recife, iria para um evento das mulheres negras. Antes de ir, sua mãe, que estava prestes a sair para trabalhar, fez questão de se despedir e *“dizer: ‘Vou trabalhar, olhe, você vai pra esse evento, né?!’*. Ela disse que sim *“Vou”*, e a mãe lhe falou: *“Deixa eu pedir só uma coisa. Não ingresse em nenhuma religião dessa não’*. Pronto, foi só isso que ela falou e saiu. [Preocupação de mãe]. *Ela não teve ideia de como aquilo me machucou, fiquei arrasada com aquilo ali. Beleza, fui para o evento”*. Lá chegando conheceu pessoas, entres elas uma militante que era uma das coordenadoras da Rede. Refere que foi importante porque teve mais cedo o episódio com a mãe. Aqui podemos perceber como é importante o papel da família para fortalecer ou machucar as pessoas, influenciando ou não nas impressões sobre o tema.

Indo ao evento, que era uma roda de diálogo entre as mulheres negras, pôde colocar para fora sua tristeza com a fala da mãe (acima). Nesse dia, sentiu-se amparada pelo grupo, mas também por uma liderança mais velha e acolhedora. No grupo, pôde ter um desabafo livre, pois, ao tentar falar sobre si, desabou no choro, lembrando o que a mãe dissera mais cedo, em sua casa. Relata que foi um choro copioso ao tenta contar o que aconteceu, com a orientação da sua mãe *“Não ingresse em nenhuma religião dessa não”*, na sua cabeça. Significou, assim, que era uma religião **que é coisa de negro**, demonizada, perigosa. A mãe aceitou sua filha negra, mas sob certas condições. Isso nos remete às famílias inter-raciais, ponto que não aprofundaremos aqui, por não ser objeto dessa análise na tese. Entretanto, são fatores como estes que puderam levá-la a angústia de não ser compreendida nas primeiras tentativas de fazer psicoterapia. Uma família na qual o racismo impera.

Diante do grupo, Mahin pensava sobre a mãe e sua fala: *“Vou falar aqui”*. Relata que pensou ser muito tranquilo o que iria contar ao grupo. Mas, ao começar a contar, veio o choro e ela não entendia sua reação. Ela tremia, sem conseguir falar. Olhava-se e perguntava: *“O que tá acontecendo aqui? O que é isso? O que tá havendo aqui?”*. Quanto ao evento, refere que *“Foi incrível. O evento foi ótimo, sai de lá ‘Vou com certeza participar’, sendo que alinhado a isso tinha toda aquela questão né?!”* Falar não é fácil, após anos e anos de silenciamento.

Ela continuou precisando se organizar naquele período e surgiu inscrição do mestrado da UFPE. Fez a seleção e passou. Nas aulas, passou a ter mais necessidade da terapia, pensava

que a pós-graduação nunca fosse uma coisa para ela. Reporta que nunca pensou “*É pra mim*”, a sensação “*era sempre uma coisa assim muito acima da minha intelectualidade, então eu nunca tive interesse de fato*”. É recorrente a ideia que nossos corpos negros não podem adentrar o mundo acadêmico, um mundo objetivo, científico, classista. Que este mundo não é para nós, pretas. Isso passou se modificar desde 2004 com a adoção de políticas de ações afirmativas com as cotas raciais na UERJ e na Unb (COSTA, Maria Conceição, 2010), mas ainda localizadas. A partir da adoção pelo estado brasileiro da política que instituiu a Lei nº 12.711 de 2012, as ações se ampliaram e permitiram maior diversidade no ensino superior. Mesmo que a lei esteja ameaçada com a possibilidade de revisão nesse ano de 2022, mostrou-se como muito potente na luta pela descolonização do ensino superior público e, ainda que lentamente, as instituições privadas.

Em sua narrativa, diz **Luiza Mahin** o quanto o seu primeiro contato com psicólogas negras foi um divisor de água, inclusive comigo, pesquisadora com quem conversou. Questionei se era seu primeiro contato com psicólogos/os falando sobre o tema do antirracismo. Ela respondeu que sim. Brincamos sobre aquele momento e rimos, descontraídas na entrevista. Trouxe um retorno importante daquele momento da entrevista para inserir no seu blog (o qual tinha começado fazia pouco tempo), o que chegou como informação importante para ela.

Após um tempo, comentei com ela que lembrei que a havia indicado a sua atual terapeuta, mas expliquei que antes desse encontro aqui, para esta pesquisa, não lembrava dela. Logo, não sabia que a iria entrevistar. Uma inversão dos papéis, pois eu já havia sido entrevistada há alguns anos para o seu blog. Fiz isso em nome da ética na pesquisa e na vida. Relatei que solicitei a algumas psicoterapeutas que me indicassem suas pacientes/clientes. Foi então que sua terapeuta, Yemanjá, indicou seu nome, porque solicitei alguém que pudesse falar sobre isso – a experiência terapêutica frente ao racismo.

Ela começa a narrar seu contato com a terapeuta. Da resistência, achando que não precisava, reiterando o que ouço na clínica. A psicoterapia não é para pessoas negras, de periferia, é algo fora da realidade dessas pessoas. Ela continua.

Tive acesso à Yemanjá (terapeuta), conversei com ela minha realidade que não tinha dinheiro e perguntei a ela o que poderia fazer porque minha mãe se propôs a pagar ali aquele valor. Daí eu comecei a terapia, na verdade terapia nunca foi uma coisa que eu quis fazer na vida, porque dentro de casa eu sempre ouvi “Ah, meu psicólogo é Deus, lalala, eu não tenho paciência”. Sempre tive isso dentro de casa, aí sempre achei “Isso não é pra mim, negócio de ficar contando minha vida para outros, não quero”. Eu pensava isso.

Precisamos perguntar por que é recorrente pessoas falarem isso em relação à psicologia e à psicoterapia? “*Isso não é pra mim, negócio de terapia*”. Então, ela narrou o seu processo.

Quando comecei a fazer terapia, no início eu não tinha paciência, falei “Vei, isso aqui não dar em nada, não vai dar em nada mesmo”. Sem falar na questão financeira também, eu ficava muito mal de ver que eu tava dando mais um gasto para minha mãe e aí eu acho que talvez tinha ido um mês ou dois meses para sessão com Yemanjá, terapeuta, e depois parei.

Eram sessões presenciais. Perguntei sobre o impacto de ser sua terapeuta, uma mulher de pele preta, negra retinta, ao que relatou:

Nossa, gente... a sensação que eu tinha “O que eu contar aqui pra ela, eu sei que ela vai ter uma leitura muito séria da coisa, não vai despercebido. Inclusive, eu acho que ela vai ter uma leitura melhor do que eu, de coisas que não tô visualizando”. Sem falar que eu me sentia muito à vontade, eu acho que se fosse uma terapeuta branca teria coisas que eu amenizaria, não entraria tão a fundo por não me sentir à vontade. E com ela não, com ela saía abrindo a mata e entrando.

A forma como ela acolhia tudo aquilo ali, sabe?! Ela foi minha primeira terapeuta. Nunca tinha tido experiência antes, mas, apesar de 2019 não foi um período tão bom, porque como eu disse passei um período pequeno com ela, porque eu não tava me sentindo bem com minha mãe tendo que pagar aquilo ali.

Inventei uma história, uma desculpa e sai. Ela ainda falou assim: “Se for por causa de dinheiro, não saia”, mas era por causa de dinheiro, eu “Não” e sai.

Saiu da terapia com Yemanjá por não poder pagar, estava sem condições para isso. Em sua fala, ela trouxe a reflexão de como as dificuldades econômicas são fatores de exclusão das pessoas negras no acesso à psicoterapia. Pode não ser o único, mas é um fator importante e, nesse sentido, mesmo as pessoas negras de classe média e média alta reportam a dificuldade de ter suas narrativas consideradas quando relatam situações de racismo. Ela reforçou a ausência dessa compreensão do racismo como fator de sofrimento psíquico.

Narrou também que nesse processo da pandemia estava fazendo o mestrado. Com isso, teve muita crise de ansiedade naquele período em que a mãe adoeceu. Tinha certeza que era ansiedade, porque eram crises recorrentes. Relatou que, na época, muitos psicólogos estavam fazendo atendimento de graça por intermédio do WhatsApp, então, ela foi atrás desses profissionais. Nesse relato, informou que tinha uma terapeuta para qual ela mandava mensagem às três horas da manhã, porque acordava nesse horário com o corpo tremendo, tendo uns

espasmos. Naquele momento, tinha a questão de estar desempregada. “*Aí eu disse: ‘Não, eu vou ter que voltar para terapia’, fui para terapia do meu plano de saúde*”. Aqui entra tema da saúde suplementar que oferece a psicoterapia de modo inadequado, disponibilizando para os usuários qualquer terapeuta. Felizmente conseguiu uma profissional e era uma mulher negra. Relata suas impressões acerca da pessoa.

[...] Eu lembro que quando a vi a primeira vez... uma mulher negra de cabelo alisado eu com meus preconceitos disse “Tem consciência não, ela não. Vamo ver no que vai dar”. Conversei algumas coisas com ela e eu via que ela realmente não tinha essa leitura, ela não era uma psicóloga antirracista, não tinha essa leitura do que é o racismo, então eu comecei a ter desinteresse. Porque eu falava as coisas e não tinha um [...] sei lá, não era Yemanjá ali. [Entendo]. Ai fiquei “Não, não tô gostando”.

A experiência aqui trazida com uma psicóloga negra, mas sem consciência racial, mostrou-se inócua. Isso, para mim, demonstrou que não será necessariamente uma pessoa negra que irá automaticamente compreender a questão racial na clínica. Entendi como um problema anterior. Com isso, reafirmei, não basta querer e ser negra para ter uma compreensão antirracista, fazendo a clínica funcionar assim. O dispositivo seria anterior e viria com o processo de formação ainda na graduação, vindo com uma postura ético política. Alio-me com Neusa Santos (2021) em um processo político, ao sugerir o tornar-se negro para o ser preciso tornar-se uma psicóloga negra. Confirmando a necessidade de entender a condição da pessoa negra, seu emocional elaborado por si e sobre si. Por outro lado, não é correto cobrar esse posicionamento desta pessoa (refiro-me às psicólogas negras que não fazem a leitura racial) quando a formação falhou para todos. Ademais, o privilégio de não precisar pensar sobre o problema é da branquitude. Pessoas brancas que não refletem o tema precisariam sair do seu lugar de privilégio e não colocar mais uma carga sobre as psicoterapeutas negras, por estas não terem consciência ou até negar o racismo. As pessoas brancas precisam assumir-se antirracistas fazendo frente ao racismo com práticas.

Digo para Mahin que não basta ser uma psicóloga negra para entender o tema racismo. É necessário um processo de formação para uma clínica implicada no enfrentamento ao racismo e a todas as formas de exclusão e violação de direitos. Ela aquiesceu e disse que percebeu começando a indicar leituras para aquela terapeuta negra, que não conhecia e nunca teria lido o clássico “Tornar-se negro”, de Neusa Santos (1983, 2021). Tendo consciência racial, passou a mostrar o caminho para essa psicóloga, a qual lhe atendia em terapia de 15 em 15 dias. Mas sobre a terapeuta negra que a atendeu, qual seu lugar no mundo branco da psicologia?

Retornou à terapia com Yemanjá e, neste processo de retorno, o começo foi lento, mas ela não tinha paciência e pensava que a terapia não ia dar em nada. À medida que ela contava os fatos, “[...] porque era muita coisa pra contar, um hiato gigante que a gente tinha ali”. Foi entendendo isso, que era um processo lento. E disse: “*Eu que sou muito agitada, muito, quero tudo pra ontem*”. Trouxe a observação de que estavam percebendo juntas e sua terapeuta falou: “*Tá vendo como você tava semana passada? Tá vendo agora como é que tá?’. É... é sobre isso*”.

Aqui sua percepção foi importante para pensarmos como a representatividade importaria ou o espelhamento. Pudemos observar sobre o racismo e a fase especular – da negação à representatividade. Ela disse como se sentiu ao poder falar sobre suas dores sem ser desacreditada. Começou relatando que com sua terapeuta negra retinta Yemanjá ela se sentia à vontade. Relatou também que:

Eu acho que comecei a terapia em maio ou abril, é sobre poder nomear as coisas e não ter receios. É sobre poder dizer “Isso aqui foi sobre racismo”, “Isso aqui foi hiperssexualização”, “Isso aqui foi...”. “Isso aqui tem a ver com aquele processo da solidão da mulher negra” e saber que ela não vai dizer “O que é isso? Tá doida, é? De onde tu tirou isso?”

Por isso, fez referência em ter a certeza de que seria compreendida pela terapeuta. Que não sairia da terapia como a “doida”, como muitas vezes chegou a pensar. Pensava também que tinha algo errado. Agora não, pois foi compreendida.

É muito bom se sentir acolhida, abraçada, respeitada, inclusive. É sobre [...] uma coisa que eu falo direto pra ela “Minha maior inimiga sou eu mesma”, eu percebo isso, nitidamente. Porque eu tenho que tá lidando comigo o tempo inteiro, contra minha cabeça, porque as vezes eu fico “Cara, nada a ver, tá doida, é?! Isso aí não tem nem importância, não tem nem valor”, mas aí quando apresento pra ela (para a terapeuta), ela “Ei, vamos trabalhar isso aqui”., tem coisas até que eu solto. ela fica “Epa, deixa eu pegar isso aqui. O que foi isso aqui?!” E eu, “Não, mulher”.

Fala da simplicidade da sua psicoterapeuta e o quanto era atenciosa, não demonstrando saber mais que ela. Era uma relação mais próxima e, para ela, isso teria sido incrível, mas reforçou que foi uma escuta de quem a entendeu, quem compreendeu sua fala. Aqui percebi que havia a necessidade de um processo empático, de troca. Ela reportava que teve muita pressa. As condições sociais, sempre abaixo do esperado, colocaram as mulheres negras nessa pressa de resolver tudo rápido, de assumir todas as responsabilidades. É tudo pra ontem! Lembro aqui

de Soujourner Truth “E eu não sou um Mulher?” Não sou humana? Poderia ser traduzido assim e não preciso de descanso, carinho e afeto? Isso fala da solidão e do peso de ter que cuidar de tudo.

Fez referência à importância da terapia e da falta que fez quando não acontecia, dizendo do vazio que ficou sem a terapia, não importando a hora em que acontecia.

Veja, 8 horas da manhã a gente fazendo terapia e ela tava no ambiente do trabalho, normalmente a gente faz na segunda à noite e ela já tá em casa, mas na quarta ela tava no ambiente de trabalho aí ficava numa correria danada e ela “Não, perai. Vai dar certo”. Ela entrou numa sala que não tinha mais ninguém, se trancou lá e a gente começou. Tem sido, meu Deus, maravilhoso.

Não sei nem... né? Eu tava até dizendo a ela quarta-feira, ela dizendo um monte de coisa, eu disse “Meu amor, é muita terapia aí viu?! Muita terapia ainda” e ela “Vamo simhora”, eu “Vamos simhora, é sobre isso”. Eu cheguei em Yamnájá e tamo aí caminhando. [Chegou chegando]. Entendesse?

Nesse relato, fiz uma colocação: **Então eu posso perguntar a você.. Você acha que ser uma terapeuta negra faz diferença para uma mulher negra, quando busca a terapia ou faz uma diferença uma terapeuta negra para uma mulher negra que queria discutir racismo?** Ela relata que fazia sim, “faz diferença sim, faz muita diferença, é como te falei, pelo menos comigo”. Sua experiência com a terapeuta negra foi singular.

[...] como falei, em 2019 quando vi Yemanjá pela primeira vez eu fiquei “Cara...”. Foi uma sensação tipo... tô em casa. Foi praticamente isso [...] pós retomada esse ano, só se confirmou essa informação, porque é muito... Eu acho que, como você também falou, não é só pessoas negras têm que ser antirracistas, pessoas brancas também. Óbvio. Mas é muito diferente quando a pessoa também passou por aquilo, sabe?! Sem falar que Yemanjá é uma mulher preta retinta, é outra parada. Eu acho que o fato da pessoa passar por aquilo, entender na pele o que é aquilo, é uma diferença muito grande, mas eu não descarto o fato de uma terapeuta ou um terapeuta branco que também tá ligado nessas questões que seja importante. Acho que incrivelmente importante.

Como eu nunca tive um terapeuta branco ou uma terapeuta branca, no meu caso sinto que pra mim é muito importante por eu saber que ela vai entender pelo lugar de vivência que ela tem também. Eu acho que vai muito por aí também. Eu acho que é isso.

Eu a interrompi novamente, pois penso que sua narrativa começou a esgotar para mim, porque falou tudo que precisava ouvir. Perguntei: Você quer falar mais ainda? Tem o tempo que precisar...

Ela me disse que não saberia, mas se eu tivesse alguma pergunta... Respondi que a ideia era que ela falasse livremente. Expliquei que ela era a primeira entrevistada e que já estava feliz. No seu relato, ela já me deu um milhão de ideias, além da primeira. Então, a convidei para fazer um programa com filmagem. Filmando as narrativas, porque a sua história me abriu um portal, um leque, o que ela aceitou. Isso poderá ser um dos produtos resultado dessa tese (talvez um documentário). Com essa primeira narrativa, pude confirmar que houve um processo sensível por parte da psicóloga negra ao acolher a fala da paciente/cliente quando trouxe suas dores advindas das experiências raciais vivenciadas.

Ao finalizar, ela fez referência a uma frase da psicóloga Jesus Moura¹², uma das referências no tema desenvolvido nessa tese, entrevistada por ela e que ficou muito forte na época da entrevista. Disse que até a colocou nas redes sociais: “*A psicologia não pode se atrelar a nada que cause sofrimento*”. Se o racismo causa sofrimento, então, será preciso debelá-lo. Após o meu convite, ela respondeu que seria ótimo. “*Conte comigo, eu gosto de uma roda de conversa, gosto de gente. Vai ser perfeito. (Risos). Gente, muito obrigada. Bom trabalho, boa pesquisa*”. Eu disse, obrigada a você!

4.1.1.2 *Aqaltune*

Esta narrante¹³ foi escutada à distância, porque morava no interior. Após as apresentações, começamos a entrevista. Ela começou me cumprimentando e, por ter falhado minha gravação, ela se propôs, gentilmente, a gravar e me enviar (o que de fato aconteceu). Convidada, portanto, a narrar sua experiência, iniciou dizendo:

É uma satisfação estar contribuindo com você nesse processo de coleta de dados, de escuta, de análises. Sou Aqaltune, sou natural de Teresina – Piauí, nordestina, preta, filha de pai e mãe pretos. Na minha família, todo mundo é preto. É uma satisfação (contribuir com a pesquisa). Tenho 44 anos recém-

¹² Jesus Moura é uma das psicólogas referências no tema das relações raciais no Brasil, citada no Capítulo da memória da psicologia.

¹³ Trouxe aqui as narrantes, não mais informantes, como sugeriu o Prof. Osmundo Pinho (UFRB) ao refletir sobre o tema Descolonizando a antropologia: em busca de metodologias emancipatórias (Vídeodebate: Decolonialidade e Perspectiva Negra, 2016, UNB). Conforme explicado no Capítulo 3. Caminhos Metodológicos – Um *Hódos Metá* Necessário.

completados agora. Trabalho no INCRA, sou antropóloga, terminei meu mestrado agora em Extensão rural e o que me levou a fazer terapia foram, justamente, os gatilhos que o mestrado me deu.

De pronto, já relatou o motivo de sua ida a uma psicoterapeuta, mencionando que a vida acadêmica foi o disparador que a levou a fazer terapia. Proferiu também que foram os gatilhos provocados a partir de seu mestrado. Percebo, em minha prática profissional, que tem sido recorrente esta motivação em um número expressivo de pessoas negras que fazem ou fizeram cursos de pós-graduação. E conta que esse processo se deu porque, conversando com uma amiga que também sofreu as mesmas questões que ela sofrera, trouxe como queixa a questão da escrita. Prosseguiu dizendo que não conseguia escrever a dissertação, porque foi sofrendo alguns traumas no decorrer da pós-graduação, como também no decorrer da vida toda. Assim, disse:

Quando chegou o momento do mestrado, esses gatilhos foram aprofundados, eles vieram com muita força e eu não conseguia. Aí eu falei com minha amiga que já tava fazendo terapia e ela disse “Vou te passar o contato da minha terapeuta”, só que a terapeuta é preta e quando conversei com a terapeuta ela disse que eu não podia porque se tratava de uma amiga de uma paciente dela. Então, eticamente não podia, ela perguntou se poderia indicar alguém, falei que sim e ela indicou a minha terapeuta (atual) que é de Recife. Aí a gente tá até hoje nessa caminhada, uma caminhada pra finalização do mestrado que foi muito doída, mas eu acredito que se não tivesse tido uma ajuda de uma profissional, não teria conseguido sozinha.

Ela foi me apontando diversos caminhos de valorização de escrita, da minha pessoa, da busca do amor próprio. Sempre costumo dizer pra ela que foi uma saga, a saga do mestrado, que foi perdurando até o último momento que foi o da defesa, mas ela me ajudou muito a perceber todas essas questões de valorização de escrita, do meu trabalho...

Indica como é recorrente as pessoas negras na academia, sobretudo na pós-graduação, sentirem que estão fora daquele espaço, como relatou Mahin, a primeira narrante. “*Aquilo não era pra mim!*” Disse-me ela. Nunca pensam sobre a universidade “*É pra mim*”, reforçando a ideia e a sensação de ser “*muito acima da minha intelectualidade*”. Isso começou a ser problematizável com a chegada de pessoas negras ao Ensino Superior, mesmo com os adocimentos. Aquilane continuou trazendo seu sofrimento com a vida acadêmica e a importância da terapeuta nesse processo. O que a terapeuta reforçou em relação à sua escrita, o quanto esta seria produção da sua percepção do mundo e que isso lhe pertencia. “*Que o trabalho era meu, que a escrita era minha, ela me ajudou em todos os sentidos*”.

Também é questionável com a chegada da garotada negra, via cotas raciais, às universidades, sobretudo às públicas. As ações afirmativas trouxeram à cena brasileira, em um primeiro momento, o racismo escancarado, problematizando o tema. Um debate nada fácil conforme eu já aponte em minha dissertação (COSTA, Maria Conceição, 2010). Mesmo que isso tenha sido atualizado nesses últimos três anos com a gestão da política pública do governo federal, atacando as universidades e suas conquistas. No caso das pessoas negras, ousou dizer que também foi um fator adoeecedor pela invisibilidade das nossas produções, como também pelos nossos saberes que não foram considerados. Não temos “caras” de acadêmicas, cientistas, pesquisadoras, mas somos também. Seria preciso reafirmar isso trazendo a público toda a produção já existente nos últimos vinte anos (vide o estado da arte no 1º capítulo).

Chegam a doer os relatos de como a academia nos desautoriza nas nossas produções colocando sobre as pesquisadoras negras uma incapacidade acadêmica e a descrença em sua capacidade de produzir teoria, daí possivelmente a paralisia da escrita. Esta pesquisadora vivenciou isso. Surgem os sofrimentos, provocando essa paralisação de produzir e um sofrimento que rebate hoje na clínica. É comum a procura na clínica de mulheres, intelectuais negras, acadêmicas em sofrimento, as quais adiaram sua entrada na pós-graduação, por exemplo, trazendo também uma triste estatística de pós-graduadas desempregadas ou subempregadas, em sua grande maioria também negras. A academia, apesar e com as cotas, continua branca e racista, classista, vide a luta por sua implantação incipiente ainda no nível dos programas de pós, nos mestrados e doutorados.

A todo momento elas, as mulheres narrando, dialogaram sobre a questão de mulheres negras estarem ajudando mulheres negras. Mulheres pretas. Nessa narrante (Aqualtune) percebi um semblante cansado, mas animado com a entrevista. Semblante que refletiu a realidade de muitas mulheres negras, nossa realidade, estamos cansadas. Por outro lado, revela muita nitidez da situação em que se encontrava.

Relatou a experiência de troca e sua confiança no processo terapêutico, embora já tivesse tido uma experiência anterior, em que não gostou da psicoterapia. E sobre sua terapeuta atual, continuou:

É muito importante tê-la nesse processo de autoconhecimento. Pra mim, não foi uma troca de uma terapeuta branca por uma preta, porque lá atrás eu fiz terapia, mas foi muito rápida porque eu desisti. Fiz psicanálise por uns 3 meses, com uma pessoa aqui de Teresina. A gente não conversava, não tinha uma conversa tão aberta, era só me ouvindo e nesse trabalho que faço com minha terapeuta a gente conversa. Existe conversa, perguntas, apontamentos para que eu possa perceber se a gente tá no caminho certo ou não. Quando

a gente fala, a gente fala não para o outro, a gente fala pra gente. A fala é nossa, ela serve pra gente. Não houve essa troca (na experiência anterior de terapia). Mas estou muito feliz (com minha terapeuta).

Questionou um método de atendimento onde não havia troca, ao fazer referência à psicoterapia na sua experiência com psicanálise (*feedback*). Afinal, se uma parte falava e a outra só escutava, quando surgiam as questões do racismo como eram abordadas? Entende-se aqui que não eram abordadas. Era um processo terapêutico sem a fala do outro a reverberar o que lhe era endereçado; mas havemos de perguntar, as psicanalistas falam? Não haveriam de falar? Em seu depoimento, a psicanalista Maria Lucia da Silva (2020) trouxe ¹⁴ o incômodo, já presente para ela há tempo, sobre o silêncio de psicanalistas e o silenciamento da psicanálise no Brasil em relação ao racismo. A resposta precisa ser construída em uma atitude antirracista da psicanálise brasileira. A nossa narradora continuou:

Eu tô muito feliz com a minha terapeuta, porque a gente consegue trabalhar pontos do dia a dia, a gente já avançou muito. Sempre digo pra ela “do ponto que eu cheguei ao ponto que tô hoje eu já avancei bastante”, porque era muito difícil... o amor próprio tava totalmente destruído, jogado no lixo e ela me ajudou bastante nesse processo, nessa caminhada. Tenho feito muitas reflexões, faço bastante reflexões. É... Tomo minhas decisões e o engraçado que quando a gente tem o momento da sessão é justamente quando preciso de mais ajuda. Por que uma semana, né? Então, até chegar a outra semana é um turbilhão de emoções, de tudo.

Então, todas as sessões elas são importantes nessa caminhada que eu tô, ela tem contribuído bastante, tem me ajudado bastante. Acho que todo mundo deveria (...) todo ser humano deveria fazer terapia porque é um processo de autoconhecimento. É um processo de você se ouvir, muitas vezes a gente não escuta a gente. A gente tem dificuldade de ouvir o outro, imagine a gente. Se escutar não é fácil, se conhecer não é fácil. São tantas coisas que acontecem que as vezes a gente fica “meu Deus, eu vivenciei isso? Eu passei por isso?”, a terapia tem me feito muitas transformações e muitas reflexões (destaques meu).

¹⁴ Psicanalista que Falam experimenta a forma – filme de uma sessão de análise, trocando os lugares. São as analistas que falam de si, do que querem e que lhes interessa dizer, pelo tempo que decidirem. Sem roteiro de perguntas, convidamos à fala em associação livre, como no dispositivo clínico destinado à escuta do inconsciente. Heide Tabacof – diretora e idealizadora do projeto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0SDyvf71kc>. Acesso em: 22 mai. 2022. Lançamento 6º Episódio: Maria Lúcia da Silva, Psique e Negritude. 25 de jul. de 2020 (Episódio gravado em novembro de 2019 e finalizado, com disponibilização ao público, em junho de 2020). No lançamento em 20/06/2020, uma live com falas da criadora do projeto Heidi Tabacof, contando sobre a gênese e percurso do projeto, e de Maria Lúcia da Silva sobre sua participação no episódio.

Nesse momento, aproveitando uma de pausa em sua fala, pedi que contasse sua história de vida e o que lhe fizera perceber esses gatilhos que apareceram no/durante mestrado. Porque seria importante sua fala sobre o modo de narrar e se escutar: “*Escutar a si mesmo não é fácil. Conhecer a si mesmo não é fácil*”.

Ela continuou:

Então... sou a filha segunda de três irmãos, somos três filhos e minha mãe demorou assim...9 anos da minha irmã pra mim, pra minha mãe me ter. Foi um enfrentamento difícil pra mim e eu acredito que também para minha irmã, pra minha família de modo geral. Só que lá atrás eu não tinha essa compreensão. A gente passou por diversas situações. Situações de ciúmes, de defesa do território (risos) hoje eu entendo isso. Ao longo da minha caminhada, tive muitas dificuldades. Dificuldades em relacionamentos, de amizade, em relacionamentos afetuosos. Tive muita dificuldade. Antes eu não tinha coragem de dizer isso pra mim, hoje eu tenho coragem de dizer isso pra mim. Isso tudo são as marcas que vão sendo deixadas na gente ao longo da caminhada.

Na escola, eu nunca fui uma pessoa sociável e nem na universidade. Sempre tive minhas dificuldades, por isso sempre estudei muito, li muito, busquei muito. Sempre tive muitas dificuldades e as limitações que eu acredito que é do ser humano, que é de cada um. Mas alguns conseguem mais porque são ajudados profissionalmente logo. Durante a minha vida escolar, sempre foram negadas algumas coisas, estudei numa escola particular aqui de Teresina. Diga-se de passagem, muito boa, mas a escola sempre tem os queridinhos e sempre fui... (não concluiu a frase) eu estudava numa escola com muitos meninos brancos, meninas loiras e tudo isso vai juntando para que a gente seja colocada para escanteio. São meninas bonitas, bem-nascidas, ditas “bem-nascidas” e que são escolhidas para tudo. A gente que não é bonito, não é padrão, a gente não é escolhido pra nada. Pra gente, o que resta é estudar, mas até estudar é complicado porque a gente nunca vai acompanhar aquela galera, eles estão à frente da gente em alguns momentos. Não que eu não esteja, mas sempre você precisa provar para o outro que é bom.

E isso acontece na universidade, na escola, na graduação, na pós-graduação [...] professor que julgou a gente, que disse que a gente não sabe escrever. Isso foi gerando muitos traumas, principalmente da graduação e no término da pós-graduação.

No trabalho também aconteceu a mesma coisa, trabalhei em organizações sociais, concorri a vaga de um trabalho e era pra ser assistente de coordenação, pra decisão meu ex-chefe disse que eu não era pra ser colocada naquela função porque eu não sabia escrever. Essa questão da escrita ficou muito latente, você julgar o outro porque não sabe escrever, escrever é tão complexo, é tão pessoal. Tem gente que escreve azul caneta e faz sucesso, tem gente que faz megaproduções e não faz sucesso. Então, o escrever... a produção é muito livre.

Rimos da situação em um processo de mútua afetação. Afinal, estou finalizando minha escrita da tese, com as entrevistas e isso rebateu em mim, a dificuldade com a escrita. Sinto-me espelhada por esta entrevista. O papel se inverteu um pouco, vejo-me nela. Acabou um mestrado recentemente e a escrita foi um impedimento para ela. Isso tem sido um impedimento para mim, em alguns momentos.

Esse relato foi muito forte, intenso e dolorido. Trouxe o processo de exclusão a que são submetidas as pessoas negras, sobretudo as crianças e adolescentes. Falou da invisibilidade desde sempre, mesmo sendo ela uma menina de classe média em um estado do Nordeste. O fato de estudar em uma boa escola não a livrou do racismo, da exclusão. Passou pelo processo da invisibilização, mesmo sendo uma boa aluna. Com isso, a timidez ou o mutismo seletivo, acabou sendo a saída, porque foi se somando para colocá-la no lugar do *escanteio* (sic). Afinal, não ser considerada bonita, não ser o padrão trazia isso “*a gente não é escolhida pra nada*”. Ocorreu o de praxe, o perverso, esforçava-se para ser a melhor, sobressaindo naquilo em que ninguém tomaria o seu lugar: restou-lhe estudar! Ocorre que estudar não tira a invisibilidade do racismo. Em seu relato, refere que nunca conseguiu acompanhar os outros. Eles estariam sempre à frente daquela gente preta. O esforço de precisar provar o tempo todo a capacidade de estar onde se chegou leva a um processo de sobrecarga de sofrimento, comum às pessoas negras. Isso se traduz na luta permanente pelo reconhecimento. Os sofrimentos advindos da luta contra o racismo recaem no indivíduo como um processo a ser enfrentado sozinho. Com isso, a busca por isolamentos e também o isolamento social provocado pelos outros se reflete na exclusão permanente sobre a pessoa. Voltamos ao processo de descrença, autossabotagem, auto-ódio. A desvalorização de fora penetra no seu âmago.

Uma das saídas encontrada por ela foi hoje valorizar seus familiares, fortalecendo as próximas gerações para que não passem o que ela e irmãs passaram. Sobre isso, relata o cuidado com os sobrinhos:

Por isso, (continua) com meus sobrinhos tenho exercitado bastante valorizar o que eles fazem, porque é criatividade. A gente não pode dizer que o outro não é criativo. Tem tanta coisa que é repetida que o povo ama na televisão, na poesia, na escrita. Tantas coisas repetidas e todo mundo é muito ovacionado, então essa questão da escrita vai trazendo a gente e foi um dos pontos que me fizeram ir. Na nossa trajetória de vida ficou muito latente, a questão dos relacionamentos também ficou muito latente.

Foram os gatilhos que foram me puxando, hoje a gente está no processo da terapia resolvendo questões do dia a dia sobre o que decidir, mas na verdade têm outras coisas que estão imbricadas no nosso íntimo que precisam ser resolvidas, mas bem avançado e muito bom. Esses gatilhos de não saber

escrever, de não saber me relacionar, dos pré-julgamentos vão trazendo a gente para terapia. Me levaram fortemente para a terapia, então a gente na terapia já tá tratando de muitos, dos relacionamentos não resolvidos, dos relacionamentos que não deram certo, de amizades interesseiras. Tudo isso está sendo trabalhado que a gente, do ponto que a gente se coloca para o mundo né? As pessoas tratam a gente do jeito que a gente se mostra.

Questionei se uma terapeuta negra facilitou isso. Uma terapeuta branca talvez não conseguisse [...]. Qual seria a dificuldade na terapia da pessoa não negra? Qual seria a dificuldade de ela entender esse lugar, esses gatilhos que você traz na terapia?

Ela respondeu que não conhecia esse processo, ter uma terapeuta negra. Suponho que a terapeuta anterior, a psicanalista, não era negra. E caminhou, narrando...

Essa terapia com uma profissional preta está sendo muito bom porque ela entende exatamente o que eu sinto. Eu acredito que ela vivenciou muitas coisas assim também, então ela entende exatamente o que eu sinto. O racismo porque eu tive momentos na minha adolescência que eu fui rejeitada porque eu era negra, amizade também, teve um menino na escola que disse que não queria falar comigo porque eu era preta. Então quando a gente fala isso com uma mulher preta, ela com certeza... ela entende porque ela vivenciou em algum momento isso.

Ela refletiu justamente o que significou ser escutada, ser ouvida, ser olhada. Ao dizer que “*porque ela entende exatamente o que eu sinto*”, presente que a terapeuta, sendo uma mulher negra, já passou episódios de racialização, de negação, além de outras tantas violências. Novamente, reporto aqui ao processo do espelhamento.

Ao retomarmos a narrativa, disse-lhe, compreendendo a empatia, que em algum momento da vida [...] a terapeuta experienciou isso sim. E ela continuou narrando que percebeu assim:

É, é não é uma coisa que “Será que você escutou isso? Será que você não entendeu errado?” porque eu tenho certeza que iriam falar isso. Então, é justamente a diferença. Eu penso que tem uma diferença porque ela vivenciou algo em algum momento da vida porque eu já vivenciei então isso vai ajudando vai catalisando bastante pra gente encontrar soluções, as saídas.

O que transpareceu aqui foi uma queixa recorrente de quem vivenciou experiências de racismo sobre si, a desconsideração da fala. As pessoas perguntavam, “tem certeza? Isso não será coisa da sua cabeça?” E as (os) terapeutas encaminhavam a situação como se fosse algo de baixa autoestima individualizando, portanto, patologizando, o sujeito negro. Não será um mal-

entendido, o que foi trazido pela primeira entrevistada em sua experiência no estágio (por exemplo). Sua terapeuta não o fez, não questionou, duvidando da situação e dela, acolheu sua queixa real, que o racismo existiu.

Aqualtune caminhou em sua fala, positivando e comprovando que uma terapeuta negra faz a diferença, pois as experiências de racismo introjetam no indivíduo uma descrença de si. O racismo brasileiro foi interiorizado, constituindo uma subjetividade coletiva racialmente posicionada. É preciso falar e nominar o racismo para que o sofrimento acabe. Uma terapeuta negra pôde ajudá-la a resgatar-se disso:

Pra mim, está sendo uma viagem bem bem bacana sabe que tem momentos que eu estou cabisbaixa, que eu não estou gostando muito da paisagem, mas tem momentos que eu estou gostando da paisagem. Estou gostando da movimentação que estou tendo nesse espaço que eu estou vivendo, então para mim a terapia com uma profissional preta está sendo muito importante. É um diálogo gostoso, parece que [...] são 40 minutos e parece voa, eu queria mais. Mas está sendo muito bom para mim, eu estou achando muito bom.

Esta positivação da experiência com a psicoterapeuta negra nos levou a refletir que o letramento racial (ou *Racial Literacy*), (SCHUCMAN, Lia Vainer, 2012) e a responsabilidade por desconstruir essa subjetividade social são urgências na clínica psicológica para as terapeutas brancas.

Finalizamos agradecendo sua disponibilidade em falar, coloco a pesquisa à disposição e o quanto ela já me deu novas ideias ao tema. Convido-a para uma conversa com as outras colaboradoras para um diálogo sobre o tema. Também reafirmo o que sua fala me ensinou a fazer, porque esta é uma pesquisa decolonial. Ela responde que:

Sim, com tranquilidade (aceita participar de uma roda e diálogo). Eu acho que a contribuição para pesquisa é importante para a gente avançar, dentro dessa pesquisa vão surgir outros gatilhos para outras pesquisas. Só (quero) agradecer. Não só agradecer. Eu acho que é uma oportunidade de contribuição e colaboração com a pesquisa.

Quando a minha terapeuta me falou, eu disse “não, eu topo, não tenho problema nenhum”. Eu acho que a gente contribui nesse processo é importante, porque a academia precisa. Eu não sou psicóloga, não sou da área de terapia, mas a gente sabe que a partir das falas, das entrevistas que são feitas, que são capturadas [...] porque tecnicamente você já sabe, né? Você sabe o ponto da sua pesquisa, não sei nada sobre sua pesquisa, só sei o que está lá no termo, mas assim é uma forma de melhorar a questão da atuação dos profissionais de perceber como é que se aborda.

Eu acho que as abordagens são importantes, porque eu falo de abordagem porque a gente também aborda em campo. Sou profissional, sou antropóloga, trabalho no INCRA. A gente trabalha com comunidades quilombolas e a gente precisa saber abordar também tão uma fala traumática, uma fala bruta pode estar o matizar com as outras pessoas, né? [Sem dúvidas] Então acho muito importante nesse processo, em todos os processos, você ter esse emocional bem trabalhado porque você consegue trabalhar. Pra mim, a terapia tem feito isso, ter controle de certas coisas. Claro que não dá pra você melhorar 100% em um ano de terapia, mas eu posso que uns 15% eu já melhorei. Dá pra chegar a muito mais, mas é o meu parâmetro. Melhorei 15%. É o que consigo perceber, melhorei 15%.

Ao longo da minha caminhada na terapia, que eu não quero deixar de fazer, quero continuar fazendo porque é uma forma de me escutar e de falar, porque nem todo mundo tá disposto a ouvir a gente. Então, a profissional ajuda bastante a gente a se perceber nesse mundo cão que a gente tá vivendo, com os nossos bichos que são muitos que a gente precisa domar. Eu tô gostando muito de fazer terapia, muito mesmo, acho que deveria ter começado antes, não deveria ter parado.

Finaliza sinalizando: “*Eu tô gostando muito de fazer terapia, muito mesmo, acho que deveria ter começado antes, não deveria ter parado*”. Essa pesquisa, ao ouvir as mulheres, permitiu que elas também se escutassem fora do espaço terapêutico e que pudessem perceber a si mesma. Foi catártica para a narradora e para a pesquisadora.

4.1.1.3 Tereza de Benguela

A entrevista de **Tereza de Benguela** aconteceu à noite, *on-line*, pois ela estava no trabalho. Apresentei-me para ela e agradei sua disponibilidade. Após se apresentar, dizendo ser **Tereza de Benguela**, que tinha 32 anos, sendo profissional de educação física, educadora social e mulher negra. Na sua apresentação, trouxe a consciência racial. Atuava na área de saúde mental diretamente há 6 anos e sempre foi uma área que lhe interessou bastante. Inclusive, reportou que a intersetorialidade da educação física seria como ferramenta para controle de ansiedade.

Sempre fui a favor de acompanhamento psicológico, psicoterapia, sempre falei muito sobre, mas nunca fui praticante. Aquela coisa de faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço, até que eu passei por uma situação difícil na vida. Tive uma relação bem difícil, me separei de uma forma bem violenta e por necessidade mesmo emergente precisei procurar uma ajuda na psicoterapia.

Tinha uma amiga minha que fazia terapia e me indicou a psicoterapeuta dela, fui a uma sessão e era uma mulher branca. Sempre tive esse recorte, queria que fosse uma mulher, queria que fosse uma mulher negra, mas não era uma exigência na época. Até que eu fui numa consulta com essa terapeuta, na primeira consulta as coisas ainda estavam muito recentes da separação, da violência vivida e sempre contou muito a relação que eu vivia que era interracial. No contexto da ruptura, da violência, esse recorte foi muito evidente pra mim que sempre militei, que sempre fui muito atenta aos recortes sociais.

Esta narrativa me reportou ao tema da solidão da mulher negra, tanto do ponto de vista afetivo, quanto do ponto de vista social. Sua narrativa de violência doméstica fora silenciada e desacreditada. Logo, foi uma situação de revitimização. São relevantes os dados que demonstram o quanto o racismo e outras formas de violências são potencializados sobre as mulheres negras. Os dados indicam que durante uma década os casos de homicídios contra mulheres brancas decaíram, de modo importante, apresentado uma queda de 9,8% no total. No caso das mulheres negras, tiveram aumento, isso nos períodos compreendidos entre 2003 e 2013, em um percentual de 54,2%, (segundo o Mapa da Violência de 2015 citado por MACHADO, Lilian Alves; COSTA, Maria Conceição, 2022 – no prelo). Em relação à violência doméstica, os dados seguiram a mesma direção e acentuam-se. Assim, de 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica foram negras, além do que 53,6% das mulheres negras compõem o universo de vítimas de mortalidade materna (BRASIL, 2015 apud MACHADO, Lilian Alves; COSTA, Maria Conceição, 2022 – no prelo).

Outro assunto a ser mencionado foi o processo de relações inter-raciais ou famílias inter-raciais, que traduziriam uma forma de violência acentuada pelas relações raciais, o que precisaria ser melhor aprofundado nos estudos e pesquisas sobre raça e gênero. Não podemos esquecer da idealização da mulher branca como a “bela, recatada e do lar” pronta para casar e a negra para transar e trabalhar, nisso residindo a violência física e simbólica que recai sobre as negras fora e dentro das relações afetivas e sexuais. Reporto-me ao que Sueli Carneiro já apontou em 1995 (reeditado em 2018), sobre a exaltação da beleza da mulher branca, o que tem a mesma função justificadora para explicar a predileção de homens negros e brancos pelas mulheres brancas, o que os igualaria no machismo e na misoginia contra as mulheres negras.

A partir da fala de **Tereza de Benguela** surgiu a necessidade de refletir o cuidado que não houve por parte de sua terapeuta branca, bem como a ausência do autocuidado, da impossibilidade de cuidar de si. Com isso, quando afirmamos a necessidade de juntar pessoas negras em terapia, terapeutas e suas clientes, pensamos no aquilombamento. Trata-se de um conceito trazido por Abdias Nascimento (1980) e Beatriz Nascimento [1982] (2007) no texto

“O conceito de quilombo e a resistência cultural negra” e “Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso”, que traz o Quilombo como sendo a ampliação da resistência negra, o lugar de força e integração coletiva. Assim sendo, o “Quilombo não significava escravo fugido. Quilombo queria dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, 1980, p. 263). Continua o autor trazendo a ideia do Quilombo e do quilombismo:

Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sociopolítico em termos de igualitarismo econômico. Os precedentes históricos conhecidos confirmam esta colocação. Como sistema econômico, o quilombismo tem sido a adequação ao meio brasileiro do comunitaríssimo e/ou *ujumaaísmo* da tradição africana. Em tal sistema, as relações de produção diferem basicamente daqueles prevalentes na economia espoliativa do trabalho, chamada capitalismo, fundada na razão do lucro a qualquer custo, principalmente o lucro obtido com sangue do africano escravizado. Compasso e ritmo do quilombismo se conjugam aos mecanismos operativos do sistema, articulando os diversos níveis da vida coletiva cuja dialética interação propõe assegurar a realização completa do ser humano. Nem propriedade privada da terra, dos meios de produção e de outros elementos da natureza. Todos os fatores e elementos básicos são de propriedade e uso coletivo. Uma sociedade criativa no seio da qual o trabalho não se define como uma forma de castigo, opressão ou exploração; o trabalho é antes uma forma de libertação humana que o cidadão desfruta como um direito a uma obrigação social. Liberto da exploração e do jugo embrutecedor da produção tecno-capitalista, a desgraça do trabalhador deixará de ser o sustentáculo de uma sociedade burguesa parasitaria que se regozija no ócio de seus jogos e futilidades. (p. 264)

A autora Beatriz Nascimento (2007) também assinala que Quilombismo tem por fundamento ético “assegurar a condição humana das massas afro-brasileiras, há tantos séculos tratadas e definidas de forma humilhante e opressiva” (p. 264). A fala de Tereza de Benguela nos remeteu a tal ideia. Com isso, ela relatou que sua primeira terapeuta falhou ao não aceitar sua queixa. A falta de cuidado com as mulheres tem sido superada quando estas mulheres encontram outras mulheres negras em grupo, aquilombadas, agregadas em rede, o coletivo fala mais alto como as redes de mulheres, grupos, mulheres comunitárias. Por isso, reflito, não seria necessário e urgente pensar além do letramento racial para terapeutas brancas a necessidade de pensarmos grupos terapêuticos, como o aquilombamento na clínica, saindo da lógica individualista? Continuemos a ouvir Tereza. Retomando sua experiência com a terapeuta, disse-nos que

Era algo que influenciava bastante e quando expus para ela a situação, ela me falou sobre vitimismo, sobre eu estar me colocando de sofrimento excessivo e naquele momento, naquela situação não havia interferência o fato da relação ser uma relação ser interracial e eu me levantei da cadeira e saí no meio da sessão. Não consegui dar continuidade ao processo. Pouco tempo depois conversando um colega de trabalho ele me indicou algumas profissionais da área e foi quando comecei a fazer um acompanhamento.

A experiência com terapeuta branca sem leitura racial foi um choque. A profissional não considerou quando a narrante colocou que, por ser seu casamento numa relação inter-racial, algumas questões interfeririam no relacionamento e na violência doméstica. O letramento racial como faltante é algo perceptível às terapeutas brancas, que são homens e mulheres que não se sentem responsáveis por refletir o racismo na clínica, negando-o como problema.

O termo *vitimismo* tem sido utilizado para desacreditar a fala das pessoas negras. Isso causa, além de indignação, a reflexão sobre como encarar ou sentir – empaticamente – a dor do outro.

Ela continuou sua fala: “*Estou até hoje fazendo, tendo acompanhamento, vejo necessidade mesmo*”. Pergunto se foi seu colega a falar da terapeuta com qual está agora:

Ele falou de vários e fui peneirando. Várias e vários, aí fui fazendo o recorte por gênero, enfim. Duas eu conhecia e não queria. Queria alguém neutro (neutro sentido de não serem conhecidas dela). Das outras que ficaram fui fazendo o recorte até tentar chegar a uma que eu conseguisse me sentir acolhida. E deu certo! Ainda bem que eu sei que é algo que, infelizmente, não é tão comum. Mas foi assim que eu comecei a fazer terapia. Tem quase 2 anos.

Perguntei se era presencial ou *on-line*. Ela respondeu que era *on-line*. “*A gente ainda tá nesse processo [...] o mundo tá, né?!*” Com isso, reforço a pergunta inicial, dado ter uma experiência prática com terapeutas brancas e negras, trazendo o cerne das questões: **Como foi sua passagem dessa terapeuta, aquela que lhe disse que era *vitimismo*, para essa que você tá agora, que é uma terapeuta negra que te acolheu, como você afirmou?**

Eu acredito que meu desespero, na minha desorganização emocional, no sofrimento que eu tava, fui pra qualquer lado e posso falar com muita tranquilidade que dependendo pra onde eu fosse já era esperado eu ouvir o que ouvi. Não sei se de forma tão direta, mas eu já tinha em mente esses filtros. Tanto é que quando eu falava sobre isso com minhas amigas e colegas de trabalho, sempre defendia muito porque faz muita diferença. São recortes que a gente que sente na pele sabe que são dolorosos, que são vivos, são reais. Não dizendo que as pessoas brancas não saibam que existem, é comum as pessoas brancas negarem que existem, então não porque esperei que fosse

diferente naquele momento. Acho que por fragilidade mesmo da situação. Pra mim, foi essencial. Era o que eu tava precisando, é o que eu estou precisando. Passar por ela me fez “estartar” muitas coisas, inclusive um desejo que eu sempre boto para dormir é de adentrar a área de psicologia. Ele aparece, eu canto uma cantiga de ninar. Mas do quanto as pessoas fragilizam as áreas, os setores, nós temos muitos espaços ainda para serem ocupados. Pra gente acolher nosso povo, nossa gente.

Para finalizar a entrevista pergunto se ela quer me dizer mais alguma coisa. Para mim, ela já tinha falado bastante coisa interessante e importante para o que eu tinha por objetivo. Ela respondeu: “Já?! (risos)”, dando a entender querer falar mais. Deixo à vontade, mas compreendo que está em horário de trabalho e não me proponho a tomar mais seu tempo, peço então: Pode ficar à vontade (para continuar), ao que responde demonstrando suas dificuldades ainda com a situação envolvendo a separação, que trouxe um componente do racismo na relação.

Ficar à vontade tá complicado nesse atual momento da minha vida, porque vou começar a desabafar, vou chorar, vou pedir uma cerveja, vou chorar de novo e vai ser daquele jeito [...] Queria dizer que depois eu queria ler, é um tema que me interessa bastante.

Terminei nossa conversa convidando a participar da banca da defesa. Refletiu dizendo ainda:

Ai, coisa massa, coisa linda. Eu tenho umas questões quando eu falo sobre esse tema. Eu falo rotineiramente apesar de ser uma pessoa esquecida da vida, porque é algo que eu vivencio diariamente. Observo muito na minha vida desde muito tempo, onde chego, onde é que estou, quantas pessoas negras tem, os lugares que eles estão ocupando, quem são essas pessoas, enfim. Me afeta diariamente e as vezes com tanta força. Muita força, sabe?!

Naquele momento que eu precisei e consegui procurar auxílio, talvez aquilo tivesse me derrubado mais ainda. Um elemento de força pra me deixar mais pra baixo e por isso que é algo que me interessa, até para despertar para a essencialidade do processo e de quanto o povo negro é negado a isso tudo por questões financeiras, por questões sociais. A gente tem o direito de sofrimento negado desde o início, tem que ser forte, não pode reclamar.

Finalizei as escutas das narrantes que eram atendidas em terapia. Todas trouxeram o sentimento de que suas terapeutas negras as ouvem. Qual a dificuldade quando foram terapeutas brancas senão o racismo destas?

4.1.2 Ouvindo as narrantes – O que dizem as terapeutas

Por sua vez o olhar das psicoterapeutas sobre o tema foi importante, por isso as ouvi. Obviamente, por serem psicólogas negras com consciência racial, bem como pelo seu compromisso ético político, sabiam da importância de suas presenças para as pessoas que atendiam. Tal como sabiam as suas responsabilidades partilhadas com esta pesquisadora e a importância do campo tema pesquisado, psicoterapeutas que fazem uma clínica antirracista.

Tais mulheres foram profissionais singulares. Foram nomeadas como orixás de fortaleza, sabedoria e cura. Dei a cada uma delas os nomes de aconchego, acalanto e força. Além do nome de uma deusa, Maat ou Ma'at. Tornaram-se: Maat, Yemanjá e Nanã.

Das dúvidas, sai em busca de um caminho. Caminhei por este plano, ao narrarem suas experiências também. Sugeri também uma única questão geradora para todas, este foi o mote necessário para narrativas livres. Após agradecer a disponibilidade de serem ouvidas e indicarem suas pacientes/clientes, pus-me a ouvi-las.

Queria agradecer a você por aceitar participar da minha pesquisa. Agradecer a indicação da sua paciente para nos dar o depoimento. A minha pesquisa vai estar à sua disposição e você será convidada a participar de uma roda de diálogo. Caso permita, com sua paciente e todas as outras entrevistadas nesse momento da devolução. Na minha perspectiva, vocês não são informantes, são coautoras da pesquisa. Por isso, vocês vão saber de todo processo. **Eu queria que você me relatasse livremente, como você achar melhor, como foi para você a chegada de pessoas ou de uma pessoa querendo uma terapeuta negra ou de uma paciente que estava com uma terapeuta branca e resolveu migrar para uma terapeuta negra?**

Constituí a estratégia de solicitar às terapeutas negras que sugerissem as pessoas que atendiam em terapia, passando a serem minhas informantes. Ocorreu que o termo informante não deu conta do que tais mulheres representariam para mim no cartografar da tese. Passei a denominar a todas como pessoas narrantes (conforme já explicado anteriormente), as quais me trariam suas experiências clínicas. Propus aqui que as terapeutas passassem a ser também informantes no lugar das escutas e acolhida, agora também denominadas por mim como narrantes, das experiências de terem sido escolhidas, seriam assim uma espécie de *terapretas*.

Embora cada terapeuta tenha trazido sua experiência de uma escuta às pessoas negras, foram relatos de uma escuta geral, de como posicionam-se ético-politicamente no fazer em sua clínica psicológica.

4.1.2.1 Nanã

Nanã foi a primeira entrevistada terapeuta a me trazer sua narrativa para compor a tese. Assim, começou dizendo...

Obrigada também pelo convite para participar de uma pesquisa que pra mim é cara, ela é tão cara justamente por ela ser faltando e ser faltante de um lugar que nos amputa dos próprios cuidados que a gente precisa, mas que a gente procura e não consegue acessar por diferentes motivos. Sou Nanã, sou socióloga como primeira profissão, sou psicóloga, sou mulher negra, sou mãe, avó e falar dessa experiência de atender mulheres é falar também de como foi ter sido atendida por mulheres negras, como paciente ou como a pessoa que ajuda no processo psicoterapêutico de mulheres negras que chegam.

Sua leitura da pesquisa foi crítica por conhecer a realidade e ao trazer que minha pesquisa é faltante, daí sua importância. Isso me encheu de orgulho por ser esta também uma terapeuta pesquisadora, que acolhe as dores das mulheres. Também da experiência de ser terapeuta negra e já ter sido analisante de terapeuta também negra e compreender a impotência do espelhamento, o abebênico (GONZAGA, Paula, 2018). E assim me diz ela: “*Na clínica que eu desenvolvo, busco ofertar justamente o que não encontrei, que é esse lugar de poder ser legitimada no sentimento que a gente sabe que é o tempo todo destituído e a partir de valores morais sobretudo, uma destituição de saber de nós próprias*”. E continuou a fortalecer este lugar de pesquisadoras que somos ao trazer suas impressões tanto sobre a pesquisa quanto sobre a clínica psicológica.

É como se a gente não soubesse sobre nós e tudo o que nós dizemos chega no plano raso de dizer “não, não é isso aí que você sente”. Então você tá dizendo como você se sente e ainda assim você sofre mais um trauma ao ser deslegitimada. Contar sobre as mulheres que eu atendo [...] acho que tem vários casos interessantes da gente falar. Eu não vou citar nomes, mas vou contar um pouco de como é que elas chegam. Hoje na clínica atendo majoritariamente mulheres negras, todas elas já passaram por vários tipos de violência. Violência física, sexual, assédio sexual, assédio moral, perseguição no trabalho. Mulheres que são vistas como as que aguentam mais peso, mais sofrimento, também são as mais consideradas burras, mesmo aquelas que estão em lugares que elas têm competência para estar. Por exemplo, em concurso público, que estão ali porque têm algum know how e por isso chegaram ali. Geralmente essas mulheres narram esse descaso que nós da psicologia, nossa própria ciência tem de vácuo, esse saber cuidar e como cuidar dessas pessoas que chegam narrando experiências racistas, experiências de racismo com violência ou com agressões.

Há uma queixa recorrente sobre a atuação da psicologia de não saber cuidar e nem lidar com as pessoas negras que precisam ir à terapia. Encontrei inúmeros relatos assim, que a psicologia não saberia lidar com essas dores, desconsiderando-as. Nanã continua seu relato sobre como as mulheres se sentiram na pandemia. Como terapeuta relata as condições de mulheres em situações muito precárias, com necessidade de sobrevivência mesmo.

E nesse período, sobretudo da pandemia, esses casos têm ficado cada vez mais grave, porque existem mulheres que não têm [...] como é a situação da maioria que nós temos no Brasil, somos as primeiras a levantar e as últimas a dormir. Poucas de nós somos as que têm acesso à educação, saúde, bom transporte para voltar a tempo pra pegar o filho na escola, rede de suporte para que fiquem com nossos filhos até que a gente cuide dos filhos das outras. Têm várias experiências de dor e desamparo social que vão entrando na nossa bagagem como sendo honra ao mérito. E se você não tem é porque você não tem o mérito para. [...] Voltando ao ponto das mulheres que, sobretudo na pandemia, tão entrando em desespero por não terem trabalho fixo e por terem sofrido ainda mais, as faxineiras, por exemplo, tiverem que diminuir suas faxinas e, com isso, encarregar a ela própria de ter que se virar e dar comida aos próprios filhos.

Refletiu como psicóloga a situação do desamparo social dessas mulheres, mas pontuou também a condição da ciência implicada ou não em uma compreensão de como essa realidade rebata na vida das pessoas, tendo em vista o rebatimento da pobreza, afinal, as pessoas negras são pobres ao tempo em que também as pessoas pobres são negras no país. Até onde a psicologia se implica, então? Caminhamos na sua narrativa.

*A gente vem de uma ciência psicológica que pensa, sobretudo em inconsciente, uma responsabilização das mulheres pela sua própria história e aí a gente deixa de fora muita coisa como, por exemplo, como é que eu cuido de uma mulher sem necessariamente passar por uma questão ontológica? Pelo sofrimento existencial, pelo inconsciente quando ela ali “eu não sei como vou fazer hoje para dar o jantar dos meus filhos, porque uma faxina minha diminuiu” e uma faxina diminuir significa um valor a menos de receber. Então, como é que na nossa ciência a gente fazer diferente para que possa ampliar, fazer com essa clínica que a gente possa ampliar, essa clínica que a gente chama ampliada, a gente possa restituir dignidades? Como é que a gente alcança o lugar e o território que essa mulher está ao ponto de poder indicar o serviço para o mínimo de dignidade dela no cotidiano? Vi muitas mulheres tendo que recorrer a outras formas de “não sei o que fazer nesse momento”, sobretudo porque a gente tá falando aqui de racismo. [...] Um racismo que é estrutural e a gente não pensa sobre ele enquanto clínica, enquanto psicologia a gente não pensa sobre ele, mas a gente que é negra e está na profissão mesmo quando a gente não quer lembrar, a gente é cutucada a lembrar, porque sofremos na própria pele. Eu fico o tempo todo trazendo isso das mulheres e de mim, porque não tem como ser diferente. Uma **clínica política implicada**, ela vai dizer de nós o tempo todo e por ser de nós o tempo*

todo é porque a gente tá aqui tentando falar sobre esse lugar que é necessário, que é importante e que é faltante na psicologia. Não sei se você quer que eu fale de um caso específico [...]

Eu lhe respondi que não, pois queria que falasse como as mulheres chegaram para ela e o que elas narraram. Por que elas saíram de uma psicóloga branca para uma psicóloga negra ou por que elas procuraram já uma psicóloga negra.

A primeira que chegou pra mim diretamente, ela nem sabia que eu era negra. Ela encontrou em contato porque alguém me indicou. Não sei se ela se ligou na fotografia do WhatsApp. Eu disse “Olha, preciso falar com você por chamada de vídeo”, e aí depois que falei isso, ela viu minha foto e disse “Uau, você é negra, nem acredito, vou morrer de alegria”. Aquilo me chamou muita atenção, porque até a mim lá atrás quando sofri racismo na clínica como paciente, eu não me toquei que é pelo fato da pessoa que estava me atendendo não ter esse olhar político sensibilizado para causas raciais, então quando ela disse isso imediatamente tocou em mim “Uau, é mesmo, pela primeira vez eu vou atender uma pessoa negra como sendo uma psicóloga negra”. Ao mesmo tempo que ela vinha cheia de dores, de muitos sofrimentos na formação dela, porque ela é estudante de psicologia e disse que é a única ou uma das poucas negras nas turmas porque ela estava desvalorizada e que ela achava que era tímida em sala de aula. Só que ela foi olhar para o histórico da vida dela e disse que não, que sempre foi espontânea e brincalhona, mas quando chegava na sala de aula ela se fechava, parecia que era a pessoa mais fechada do mundo e as pessoas diziam “Você não participa, né”? (grifo nosso)

O modo como as pessoas chegaram a essa clínica disse muito sobre elas, mas disse também como esperariam que essa clínica as acolheria. O espelhamento foi algo positivo. Quanto a isso, Paula Rita Barcelar Gonzaga (2019) traz a ideia de que o espelho de Oxum enxergou o mundo, a beleza e a morte como parte de si, sendo uma representação construída da nossa imagem a partir do reconhecimento também da ancestralidade. “Oxum é o autoconhecimento”. Já Iemanjá, “Senhora de todas as cabeças”, traz um espelho que enxergou os outros, ou seja, o processo do conhecimento chegou pela empatia. A autora em tela o fez pensando no poder simbólico das orixás mulheres que refletiram o feminino no sagrado da força. Simbolizaram os orixás que acolhem as mulheres refletindo-os e refletindo-se nelas. Compreendi que, desconstruindo a imagem que não poderiam acessar certos lugares, como a clínica, ao se ver diante das terapeutas negras, as mulheres a que elas recorreram perceberam que sim, poderiam, porque se viram ali espelhadas. Ao que a autora denominou como abebénico, ou seja, algo a “vivenciar o espelho como imagem e como reflexo, como sujeita e como distorção imagética, como presente, passado e futuro” (GONZAGA, Paula, 2019, p. 144).

Continuou nossa terapeuta narrante:

Quando ela chegou pra mim (a cliente/paciente), ela já chegou dizendo assim “Eu achava que era tímida, mas acho que a pressão é muito grande e esperam algo de mim que eu não sei se tenho pra dar, a pressão fica muito grande e acabo não me expressando em sala, fico pagando de tímida”. Depois que a gente fez a primeira entrevista que conversamos do porquê ela estava chegando, primeiro ela contou dessa timidez e ao longo do processo ela foi percebendo e me ajudando a olhar como é diferente você ser atendido por uma psicóloga negra. E não que necessariamente a psicóloga precisa ser negra, mas que precisa legitimar e validar o sofrimento que está ali frente a frente. A partir disso, ela foi trazendo várias outras experiências que vão se conjugando com as experiências de outras mulheres que na clínica também reclamam desse lugar de destituição de saber de si próprio. Dessa indução a pensar que o que a pessoa está pensando, sentindo e relatando é coisa da cabeça dela. Desde a coisa mais simples “mas você não é tão negra assim”, até coisas mais [...] quase aberração de dizer “eu acho que você precisa de um diagnóstico de mania persecutória”. Ela disse que ficou estarecida e como estudante de psicologia que estava se encaminhando para esse olhar de uma clínica despatologizante, ela perguntou para a psicóloga “mas você acha que um rótulo vai definir esse meu sofrimento?” Então é um soco no estômago para todas nós profissionais de pensar assim “como é e quais são os lugares que eu estou tentando encaixar essa pessoa?” E aí vários relatos de [...] voltando para ela, do momento em que ela chega na clínica e ainda na sala, na antessala as pessoas perguntam se ela quer alguma coisa. As pessoas não esperam que ela seja paciente da psicóloga, e aí essa pergunta se você está querendo alguma coisa é do tipo que parece não tem nenhum efeito se fosse uma pessoa branca, mas a gente que é pessoa negra sabe o que essa frase está querendo dizer, né? “Querendo alguma coisa” é como se você não fosse a paciente esperada, então a partir do momento em que ela chega no lugar na recepção do consultório, ela é desrespeitada, ela é invalidada existencialmente a partir do momento que chega lá.

Este não seria o seu lugar, o lugar. Este não é nosso lugar, nós terapeutas negras também passamos pelo racismo e temos nosso acesso negados em alguns lugares, lugares ditos como **não é lugar de negra**. Isso pelas nossas posições de não subalternas, quando assumimos os lugares de senhoras destes espaços, seja o da clínica, o da academia – lugar do suposto saber – da sala de aula, da gestão de projetos, do gerenciamento público, o racismo que nos atravessou, também atravessou aquelas que acolhemos na clínica.

Enquanto ela (a paciente/cliente) estava ao telefone (ligando para o consultório ou para terapeuta), ela disse que não era [...] que não tinha, que aparentemente ia ser tudo normal, tudo tranquilo, mas aí quando põe o pé ela não é a pessoa esperada, quando ela relata os casos de racismo em sala de aula ela não é a pessoa que é legitimada, pelo contrário é a pessoa que precisa desconfiar dela mesma porque ela não está [...] ela está usando história da cabeça dela. [Era uma psicóloga branca ou negra?] era uma psicóloga branca. Então, quando ela chega para mim e diz “uau, você é

negra” [...] ela está agora, nesse momento, dando um tempo de terapia porque nem o mínimo ela está conseguindo pagar. E é o mínimo mesmo, trinta reais. A gente tentou outros modos de arte, algum trabalho manual que ela pudesse fazer, mas ela entrou em outro processo e não está em terapia nesse momento.

E continuou relatando que sua paciente/cliente no tempo que esteve em terapia evidenciou como fez uma transição de poder se olhar melhor e de poder ressignificar pontos sobre ela mesma validando-os para si. Porque foi deslegitimada por uma psicóloga branca e ao fazer esse caminho inverso, de acordo com a indicação que ela percebia, procurou uma terapeuta que a acolhesse.

E ao fazer essa inversão (de uma terapeuta branca para uma negra) ela não se encontrava nem no que ela dizia, nem no que a psicóloga direcionava, nem no que ela dizia. Porque ela pensava “se ela está dizendo que o que eu estou sentindo não existe, isso é coisa da minha cabeça, então se isso é coisa da minha cabeça porque é que eu sofro tanto?” Então, nem ela conseguia legitimar de volta. A partir do momento que a gente foi fazendo nesse caminho inverso, a gente foi conversando sobre o que significava o racismo, como é que o racismo nos atravessa, como é que ele é produtor subjetividade, como é que ele é produtor de lugares sociais. Como é que ele destitui pessoas de seus saberes porque a partir do momento em que ela narra que era muito espontânea e na sala de aula não conseguia se expressar, então a gente vê aí uma pessoa que faz uma transição para poder estar no lugar que comporte ela em silêncio. E que ela não precisa se manifestar para não ter que entrar em contato com esses atritos que socialmente ela vai ter que enfrentar quando ela abre a boca.

O abrir a boca significou precisar exercitar o lugar de fala. Falar contra as amarras do racismo significou incomodar, significou ser negada, significou ser silenciada, então, foi necessário levantar contra e falar. A terapia fortaleceu esse momento, o momento da fala.

E aí ao abrir a boca ela vai causar muito incômodo, a gente vai para outro ponto “Você quer ou não continuar a causar incômodo?” E ela dizia assim “Eu quero abrir a boca, se causar incômodo, problema de quem se incomodar”. A gente estava nesse espaço de construção, de como é que eu vou reposicionar em sala de aula, ela já estava conseguindo perceber quais ações em sala de aula de colegas ou de professores eram racistas, o que significava para ela aquele racismo, como é que chegava nela, como é que atravessava, o seu posicionamento. E como é que a partir desse posicionamento ela se reposicionava para dizer assim “Olha, não vou mais ficar calada”. [...] Aí volta em outro consultório de uma psicóloga que tem uma sensibilidade para a relação social, étnico-racial e o modo como ela existe, o modo de como concebe o mundo, o modo como o mundo a concebe. O atrito de raça, classe e gênero são elementos imbricados e, ao mesmo tempo, tão sedimentadores de modos de existir, sonhar e desejar.

O deslegitimar das condições do atrito de raça, classe e gênero são pontos importantes para compreendermos a interseccionalidade como uma necessidade, como apontam as feministas negras. Sem considerar que tais **elementos** estão **imbricados** nos processos de exclusão e de violência presentes no racismo brasileiro, os quais sedimentam os lugares de opressão, não existirá uma clínica politicamente implicada. Sem compreender o princípio da interseccionalidade, a clínica psicológica não avançará, muito menos a psicologia.

Essa experiência dela em sala de aula, por exemplo, é como se fosse o tempo inteiro essa pressão de dizer “Esse lugar não é o seu”. Você tá aqui, mas esse local não pertence às pessoas negras. Pra ela, permanecer em sala de aula precisava de muito empenho e força de vontade dela para ultrapassar vários outros obstáculos que não somente o conteúdo, as disciplinas, as provas. Ela tem uma sobrecarga a mais de ter que dá conta para poder permanecer, pra poder realizar o desejo dela, que sempre se cobra. Não sei se eu respondi.

Em relação à sua última frase, mencionei que ela havia respondido muito bem. Mesmo em pouco tempo, falou o mundo em relação à sua experiência. Disse que se ela desejasse falar mais, poderia ficar à vontade. E acrescentei: Eu queria saber como foi essa passagem, mas você já me relatou como foi impactante para ela (a cliente) e como foi diferente chegar em um lugar e em uma terapeuta perante a qual se sentiu acolhida, se sentiu escutada, que considerou o que ela trouxe como sofrimento a partir do narrado, porque ela (terapeuta) sofreu com uma pessoa negra. Para mim, está ótimo.

Eu acho que é mais no sentido de quando ela diz assim “Nossa, como é massa chegar e ter alguém que sabe mais ou menos por onde é que a gente vai andar, que eu não preciso explicar. Porque ela disse assim “Tem terapeuta que eu tenho que chegar e contar toda uma história para poder convencer a pessoa de que é verdade o que eu estou dizendo”, então quando ela chegou para mim e disse “Tem um bocado de etapas que eu queimo quando a psicóloga é negra e que eu não preciso me explicar o tempo todo”. Eu achei isso bacana, porque eu não fazer essa leitura, essa de queimar etapas. Quando a gente queima etapas fica tudo muito mais leve, mas aí pensando de um modo geral isso deveria ser tão básico. [...] Qualquer pessoa chegar a legitimar a gente acolher cuidar e dizer “Ok, eu estou aqui pra você, independente do quê”, que não fosse um papel nosso ficar dizendo “Isso é verdade, isso é mentira, isso é coisa da sua cabeça, saia desse lugar de vítima”. Eu acho que era mais nesse sentido mesmo, sonhar com uma psicologia que a gente não precise se perceber queimando etapa, que a gente chegue só não querendo ser e nesse lugar de ser relaxar podendo dizer que se é assim sem esses saberes a priori que vão destituir a gente do que a gente sabe sobre nós.

Respondi que escutei também algo como “Eu não preciso te explicar o que eu passei, você já sabe o que é isso, eu não preciso explicar pra você que eu fui no shopping me perseguiram, não preciso detalhar quando e como eu estava vestida, você já sabe do que eu estou falando”. Realmente, foi uma outra escuta. Posto isso, eu disse a Nanã: eu quero te agradecer, queria só que você falasse um pouco de você assim... “Sou Nanã..”, o seu nome completo, sua idade, onde você atende. Ela prontamente disse, “*Sou Nanã das águas e da lama, psicóloga, CRP 02/00000. Eu atendo em Recife, mas somente de modo remoto neste momento. Talvez volte a atender presencial janeiro ou fevereiro. Só.*”

4.1.2.2 Yemanjá

Comecei, com a segunda psicoterapeuta, novamente, pedindo que se apresentasse, que me relatasse o que levou sua paciente à sua procura. Ela me disse que não tinha muita certeza, mas achava que foi por indicação de alguém especificamente. Disse que

Porque ela enquanto mulher negra queria ter acesso à uma psicóloga negra e que pudesse dialogar com ela sobre alguns sofrimentos, algumas inquietações que ela trazia. Essas inquietações ela informa que durante muito tempo vinha se questionando, mas procurou outros terapeutas e não se sentiu acolhida no atendimento. Então, por ser algumas demandas que traziam a questão racial ela preferiu procurar uma terapeuta negra. Boa parte das demandas que ela apresentou era em relação ao processo de aceitação, porque ela é uma mulher negra, mas de pele clara. Ela se sentia muito incomodada, ela tinha muita inquietação em relação a quem ela era, como estava se enxergando quanto pessoa porque ela trouxe que não se enxergava em alguns espaços. Principalmente por ela ser mulher negra, ter uma função e estar em alguns espaços que pra ela era muito difícil essa relação com esses espaços, se enxergar como mulher negra e a relação familiar. Como a família trazia essa discussão racial e como mulher e filha. Além da questão racial, tinha também a questão do machismo, de como era o olhar do pai e do irmão com relação a ela no processo de criação, de construção social ou familiar.

Pergunto, então, se ela (a cliente) falou por quantas terapeutas não negras ou negras passou e com quais não se sentiu acolhida? Ela respondeu que não e prosseguiu dizendo que:

[...] ela não trouxe o detalhe, só disse que já tinha tentado fazer terapia, mas nesse processo terapêutico ela não conseguiu se enxergar, não conseguiu ter empatia com o terapeuta. [Em quê sentido essa empatia?] No sentido do acolhimento das crenças e das demandas que ela trazia, principalmente por ela ser essa mulher negra com todos os traços negros e de pele clara. Então,

na maioria das vezes as queixas que ela trazia não eram bem acolhidas e como ela já tinha essa [...] na verdade, eram duas dificuldades: a de lidar com essa questão interna e a outra “Não só como me olho, mas como as pessoas me veem também e além de me ver como é que acolhem o meu sofrimento”.

Continuo perguntado: Você acha que com você ela se sente [...], ela fala que se sente acolhida? Responde que sim e continua narrando:

É muito bacana, a gente tá num processo terapêutico que ela iniciou e deu uma parada por conta de questões financeiras, depois de um ano ela retoma esse processo e diz que aquele processo terapêutico mesmo por pouco tempo foi muito importante, porque fez com que ela refletisse muito as coisas. Quando ela retoma, retoma com algumas queixas, mas retoma trazendo a ideia de que cuidar da saúde mental dela nesse momento era prioridade. Ela veio fazendo o check-up e percebeu que saúde mental dela também era importante. E aí a gente está num processo bem bacana no momento que [...] não é que ela vivesse em negação, ela sempre teve muita clareza, mas hoje a gente até brinca. A gente até chama no processo terapêutico a história do personagem, né?! A gente vem trazendo essa discussão de como é pra ela viver, como é para ela ocupar ou vivenciar o processo de várias pessoas e vários personagens, porque em casa ela é uma pessoa, na rua ela é outra, no trabalho é outra. É nessa linha dela sim. E eu falo esse personagem nessa linha dela se entender, dela se olhar no espelho e enxergar essa mulher negra principalmente em relação aos traços. Foi uma das últimas coisas que a gente dialogou, como era pra ela por exemplo se apresentar para outra pessoa.

Relata também como a paciente/cliente se apresentou na vida, como personagem por conta do racismo.

O processo da relação dela do envolvimento amoroso, que era uma grande dificuldade “Nossa, mas aí eu vou me encontrar com ele, vou dormir com ele e ele vai me ver sem maquiagem”. E aí a gente fez esse trabalho, essa discussão e com essa história do personagem o diálogo foi muito bem, foi trazido a partir da linha de “Esse personagem é diferente dessa pessoa que estava por trás dessa maquiagem?” E como era pra ela enxergar isso. Tá sendo muito bacana, porque ela também tinha essa história durante muito tempo de se colocar nesse lugar de [...] ela tinha muito medo das relações amorosas. Ela conheceu uma pessoa agora, a gente foi trabalhando essa relação amorosa e tá sendo muito legal. [...] Há umas 5 ou 6/7 sessões ela dizia assim “Vamos repetir o tema da sessão” e aí o tema da nossa sessão tava sendo o mesmo. Tá sendo muito legal porque a gente vem num processo de desconstrução porque ela não enxergava que poderia se relacionar com ninguém. Ela tinha muita dificuldade de se relacionar, ela não trazia, quando perguntava pra ela assim “O que é amar?”, ela dizia “Eu não sei”, “O que é se apaixonar?” E ela “eu não sei”. E aí a gente trabalhando durante esse retorno do processo terapêutico essas construções dela se olhar como pessoa, dela saber o que é gostar de alguém e aí gostar de alguém sem assumir personagem, gostar de alguém assumindo quem ela é.

E perguntei novamente, você diria para uma mulher negra que a atitude de um terapeuta e uma clínica antirracista seria o quê? Ela transcorreu dizendo:

Uma clínica antirracista é poder acolher o sofrimento dessa mulher, entender como essa pessoa [...] o primeiro momento é se olhando. Eu tento trazer uma coisa no meu processo terapêutico, que na maioria das vezes essas mulheres chegam “Tô com depressão, tô com isso, tô com aquilo e eu quero que você me diagnostique. Yemanjá, eu tenho ou não tenho? Tenho isso ou aquilo outro”. O que venho trazendo dentro dessa clínica antirracista é antes de você querer saber o que você tem, você saber quem é você, como você tá se enxergando. Tento trazer esse olhar, as vezes a gente vai lá no consultório e “Olha, quem traz esse diagnóstico é o terapeuta, a gente tá aqui pra entender e pra olhar para sua saúde mental, pra você. Como você olha a vida? Como que você se enxerga?”. Uma clínica antirracista é poder fazer com que o seu paciente ali entenda que a vida é feita de felicidade, alegria e tristeza. E a gente precisa aprender olhar para alegria e tristeza e entender o contexto no qual a gente tá vivendo. E na maioria das vezes essas pessoas se assustam porque elas não param pra olhar pra si e nem para o seu redor. A gente vem tão no momento de querer um diagnóstico pra tudo e às vezes esse diagnóstico é poder se enxergar, se olhar, se acolher e entender que se você está bem vai ser bem mais fácil de olhar ao seu redor.

Então, pergunto a Yemanjá: Você acha que para fazer uma clínica antirracista necessariamente teria que ser uma terapeuta negra?

Eu fico meio balançada, mas entendo que sim, porque na maioria das vezes o que já escutei dentro e fora do processo é que é às vezes as terapeutas (brancas) não têm sensibilidade de enxergar coisas simples ou de trazer demandas simples como “as pessoas me olham por conta do meu cabelo”, “As pessoas me tratam de tal forma”, “Tal coisa que que foi trazido para mim causou um sofrimento muito grande” e as pessoas (...) alguns terapeutas têm um pouco de dificuldade com coisas simples que é muito doloroso pra essas pessoas. Acho que uma clínica antirracista é o ideal é que ela seja feita por terapeutas pretos, mas não só pretos, terapeutas que estudem e tenham um olhar mais sensível para a pessoa que está ali na sua frente.

Complemento questionando se ela considera o racismo como uma causa de adoecimento psíquico. E ela responde que sim. Mencionei que se ela tivesse mais alguma coisa a dizer, poderia ficar à vontade, ao que complementa

Essa é a ideia. Essa lógica que a gente tem de enxergar de como a gente [...] as pessoas tão chegando no consultório querendo que a gente dê um diagnóstico e eu sempre brinco “Eu não sou psiquiatra, eu sou psicóloga”. É muito dessa lógica “Eu preciso...” e é muito bacana quando você trabalha fazendo com que as pessoas entendam que bem mais que um diagnóstico, elas precisam parar e olhar pra si e se entender.

Terminamos e sigo em busca por outra narrativa de terapeuta.

4.1.2.3 *Maat*

Na referida análise, busquei compreender como as terapeutas perceberiam o movimento da procura pela clínica feita por psicólogas negras. Sendo também mulheres negras, como perceberam e se colocaram ante uma procura específica: **quero uma psicóloga negra**. Nesse sentido, existiriam condicionantes teóricos e uma metodologia específica que se faz necessária? Qual o posicionamento explicitado? Busquei saber.

Para essa narrante, perguntei como foi que ela, uma terapeuta negra, entendeu a chegada de uma pessoa, também negra, pedindo para que fosse sua terapeuta justamente pela sua condição social/racial. Ela começou:

Terapeuta, iniciei a profissão em 1985, me mantive terapeuta todo esse tempo. Inicialmente, eram poucas as clientes negras, por muitos anos, inclusive. Acho que algum movimento social da psicologia [...] esse movimento da terapia antirracista mudou muito a demanda, a procura por terapeutas negras. Hoje, posso dizer que 90% da minha clientela é negra, mudou muito o cenário, antes era o contrário, 90% de pessoas brancas. [...] Muitas clientes chegaram com histórias anteriores de psicoterapia com psicólogos brancos, alguns traziam “Foi muito bom o processo, me ajudou muito, mas tem alguma coisa que ficou faltando nesse campo da identidade, da construção, do ser negro/negra” e por isso essas pessoas entenderam que tava na hora de buscar uma terapeuta que tivesse esse olhar com mais profundidade. Então, alguns vinham com essa perspectiva de ser diferente o processo com uma terapeuta branca. Alguns diziam também que queriam falar coisas e se sentiam bloqueados pra falar dessas suas demandas de racismo [...] vivido ao longo da vida e de suspeita de racismo. Às vezes nem de compreensão, mas de achar que tinha alguma coisa a ver com a questão racial, mas se sentiam desconfortáveis de falar com suas terapeutas e esse desconforto impedia essas pessoas de trazerem essa demanda pessoal.

De pronto, observei sua calma ao narrar os fatos, sua voz suave de quem trazia a sabedoria de ter ouvido e vivido. Afinal, são 37 anos de caminhada terapêutica. De trazer uma experiência que acalma. Não tendo uma metodologia única de análise de entrevista na cartografia, buscamos o que nos trouxeram Silvia Helena Tedesco, Christian Sade e Luciana Vieira Caliman (2013), quando reportaram que a entrevista na cartografia não buscava o acesso exclusivo à informação, significando aqui o conteúdo do dito. Significaria que: “[...] sim, o acesso à experiência em suas duas dimensões, de forma e de forças, de modo que a fala seja acompanhada como emergência na/da experiência e não como representação” (p. 98). Por isso,

a experiência aqui exposta foi importante para a compreensão do tema. As vozes aqui apresentadas são também as que escutam. A terapeuta narra que identificou outras demandas que surgiram semelhantes às aquelas referentes à questão racial:

Mas que foi dito, mas também foi sentido em algumas situações como se ouvisse ou minimizasse como se o que tivesse sendo dito não fosse relevância. Não necessariamente na perspectiva que já ouvi muito de dizer que não é racismo, de se colocar de maneira efetiva dizendo que aquilo não é racismo, que não tem nada a ver. Mas de alguma forma dizendo isso por não intervir, não manejar a temática, as demandas dos clientes a situações de racismo.

Essa terapeuta ouviu de suas narrantes que costumavam ser desacreditadas por terapeutas brancas, pois diziam que não era racismo aquilo a que se referiam, negando a fala exposta no processo terapêutico. O que justificaria tamanha negação por parte das terapeutas senão seu próprio racismo?

Principalmente que muita demanda tem a ver com autoestima baixa, tem a ver com autorreferência comprometida pelas questões do racismo, as inseguranças e as terapias não relacionavam a questão do racismo. Então, o sentimento de que falta alguma coisa ou que sempre faltava alguma coisa era muito nesse campo, algumas posturas (...) não se foi relatado que explicitamente uma postura racista do ponto de vista de suas demandas, mas também é uma forma que eu compreendo que é racista você não dar ouvidos, você não atender, você não escolher essas demandas. Às vezes as pessoas também procuraram terapeutas que trabalhassem nessas perspectivas, aprofundando a temática, que pudessem entender suas demandas pessoais, suas angústias e ansiedades que envolviam a questão racial.

Ocorrendo a negação do racismo, existiria a falta de manejo adequado e o não cuidado com os agravos à saúde. Questionei Maat a respeito de que não significaria apenas ser uma terapeuta que entendesse o racismo, o fato de ser uma terapeuta negra importava, seria isso? Ao que ela responde positivamente:

Isso. Senti esse movimento mais recente das pessoas buscarem informações sobre os terapeutas “Quem é a terapeuta negra que eu posso...? Maat”. (Justificando o que fora apontado acima). Ou outras pessoas indicadas, sempre são nomes que de alguma forma fazem, falam ou se colocam nesse campo antirracista. Por algum tempo, algumas pessoas não relataram o sentimento de ter sido suficiente o encontro com uma pessoa negra, mas a preocupação que eu acho que é mais recente desses últimos anos, 4/5 anos, que é de especificar quem elas e eles querem pra terapia. A maioria da minha clientela é mulheres, mas têm homens negros também.

Compreendi que não bastaria ser uma terapeuta negra, precisaria tornar-se negra, como uma atitude política, proporcionando um encontro, uma acolhida. Entendi na sua fala que não existiria homogeneidade entre nós, terapeutas negras. Ao analisar sua fala, deixei-me afetar pelo campo. Escutando uma terapeuta negra e sua cliente/paciente, percebi que o fazer da clínica posicionada requeria se abrir à escuta sem amarras. Afinal, quando me tornei antirracista? Quando o racismo sobre mim se abateu? E quando isso aconteceu? A partir de sua trajetória de quase quatro décadas. Lembrei das minhas primeiras experiências clínicas, pós-universidade, atendendo crianças com histórico de violência, uma mãe que morrera violentamente após um assalto (caiu e bateu a cabeça numa calçada) e ela estava, ainda bebê, em seus braços nessa hora. A outra, com 6 ou 7 anos, o pai fora assassinado com um tiro e o tio, por culpa, matou-se enforcado em uma árvore, não suportando a culpa e a ausência do irmão.

Alguns anos depois, ajudei a construir um serviço para crianças e adolescentes vítimas de violência, na qual a experiência com uma menina negra que falava do incômodo com seus cabelos me tocou. Percebi os meus, quando tinha idade dela. Aquela menina a quem atendi há 21 anos, quando ouvindo suas queixas sobre sua cor, sua pele, seu cabelo, resolvi que minha figura seria um fortalecedor da autoestima de crianças e adolescentes, daquela garota em particular. Também da galera jovem que eu atendi e atendo até hoje. Não adiantaria falar de autoestima se ela não fosse vislumbrada em uma psicóloga – psicoterapeuta negra com os cabelos naturais, assumindo sua cor, sua cultura, suas crenças e seu posicionamento ético-político. A terapeuta é o espelho que reflete a sua clientela. Isso, para tudo.

Além do espelho da representatividade, será pelo seu viés performativo que a palavra atuará na experiência, podendo instaurar ou modulá-la. A palavra transmitirá e transformará a experiência vivida. A entrevista possibilita impactar na experiência do dizer que serão “os efeitos dessa experiência compartilhada, produzida e ostentada na prática *lingueira* da conversa em curso na entrevista, que a cartografia elegeu como seu objeto. Este segundo aspecto aludiu diretamente ao manejo da entrevista” (TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira, 2013, p. 98).

Continuei ouvindo a narrativa, interrompi e perguntei: Como a pessoa que indicou para ser entrevistada por mim, chegou até você? Ela relatou um pouco sobre sua paciente/cliente, a quem entrevistei anteriormente. Contou-me que a jovem estudava na faculdade em que ela ensinou e montou um grupo de estudo, também de pesquisa, no campo das relações raciais. O grupo congregou pessoas de várias áreas, não só de psicologia, a exemplo do direito, comunicação, administração, gastronomia, educação física e fisioterapia. A sua cliente era uma

pessoa que fazia parte do grupo pesquisa. Assim, ela procurou Maat, nossa narrante, para entrar no grupo, mas não ficou porque estava “*tão instável que não conseguiu nem se manter no curso*”. Não entrou no grupo e nem permaneceu no curso de educação física, tendo se afastado. Por ser uma pessoa que estivera em terapia, mas saíra, voltou tempos depois para fazer terapia com ela, porque chegou no ponto em que estava com muitos impedimentos na sua vida. Não conseguiu avançar no curso em absolutamente nada. Mesmo que fosse uma pessoa que estivesse precisando de ajuda, já tinha uma base nessa questão racial, tinha a consciência racial. Não se descobriu no processo terapêutico, pois já chegou à terapia com a bagagem. Entretanto, disse-nos sobre aquela cliente/paciente:

Mas chega com uma bagagem de uma identidade, mas sem compreender o quanto esses impedimentos tinham a ver com questões da construção dessa identidade. Uma família negra, pai negro, mãe negra, mas também pais e pessoas que adquiriram toda uma cobrança social racista e que de certa forma passavam pra ela. “Tem que ser, tem que ser assim, tem que ser assado...”. E como ela é autoexigente, então como ela não conseguia ser perfeita, essa perfeição dos 150%/200% que os negros e as negras têm que ser, então ela colapsava... Tudo que ela começava a fazer e via que não ia dar conta, a desistência no meio do caminho, a não construção, a não manutenção das coisas traziam muito esse elemento de cobrança que é histórico na família por conta da questão do racismo.

Com isso, perguntei: Ela chegou para você porque queria uma terapeuta especificamente negra que desse conta do tema? Respondeu que sim.

Isso. Ela tinha a referência da minha pessoa na faculdade e da amiga dela que era conhecida minha, que fez parte desse grupo. Ela disse na primeira sessão que quando ela admitiu que precisava fazer uma terapia, pra ela só podia ser com uma mulher negra e a referência que ela tinha era minha pessoa.

Informei para nossa narrante que sabia sobre ela, pois, sendo uma referência no tema, nos meus estudos apareceu como a única e a primeira referência em Pernambuco. Queria dizer que, na minha pesquisa, ela também apareceu na fundamentação teórica. Você autoriza citar seu nome como a terapeuta que eu entrevistei? Quanto às narrantes que são as clientes/pacientes não vou identificá-las, mas as terapeutas eu estou pensando, a partir das falas, especialmente da sua.

Sim, se você acredita que o conteúdo que eu ofereço [...] vai ser importante para seu estudo, pode publicar. Sem problemas.

Coloquei que, antes de publicar a tese ou até apresentá-la para a banca de defesa final, pretendia enviar para as três terapeutas, para olharem a fidedignidade ou pelo menos a análise do que me colocaram como possibilidade de uma clínica antirracista, a partir das suas experiências.

Pudemos acompanhar a experiência levando em conta as suas duas dimensões expostas acima. Isso permitiu compreender, também, como a perspectiva pragmática da linguagem, como sugerem as autoras, que “afirmar a entrevista como procedimento privilegiado de acesso imediato à experiência em toda sua extensão” (TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira, 2013, p. 302), é importante para mim no caminho cartográfico que escolhi ouvindo as terapeutas como o fiz agora com Maat. Nossa entrevistada continuou sinalizando como sua trajetória de pesquisadora e professora envolvida permitiu a aproximação com aquela que seria sua cliente/paciente, tempos depois. Por outro lado, trouxe a resistência de suas pares, as colegas psicólogas da faculdade em que trabalhava, que negavam o tema explicitamente.

*Abrindo um parêntese, comecei a dar aula no final dos anos 90, 98 eu acho. Na faculdade, não tinha nenhuma discussão racial, diretamente para grupos de sala e tudo mais. Tinha grupo cultural que fazia algumas apresentações, mas eu abri estágio no SOS Racismo¹⁵ na época e uma das alunas minhas foi fazer. Ela teve experiências na época que ninguém tinha, de fazer escuta, uma escuta clínica e racial das demandas que as pessoas que chegavam na SOS que foram vítimas de racismo e buscavam apoio psicossocial e jurídica. Uma menina que se identifica como parda, como negra, parda porque tem a pele clara, mas que veio de uma família tradicional e que não entendia como isso era importante, que não falava de raça, aliás. Ela entra, conhece um negão, casa e tem um filho já de 16 anos. A gente resolveu ir fazendo psicologia em cena que era uma atividade que a psicologia na faculdade tinha anualmente de colocar as escutas, trechos de escutas e a experiência dela como estagiária na temática racial. Foi inédito. [...] E umas das coisas que lembro, que chama atenção era **minhas colegas professoras achando um absurdo dizendo que isso não tinha nada a ver com psicologia, resistindo a apresentação (!)**. Foram muitas resistências, mas também muitos aceites por parte dos alunos que aplaudiram e tal. A faculdade sempre foi muito aberta para vocês discutir essas coisas, ela nunca fechou portas, mas internamente foi muita resistência. Então ela fez mais essa parte, eu a teórica. Ela apresenta a SOS, traz as falas e eu faço a contestação teórica. Acho que foi um marco também, a primeira*

¹⁵ O SOS Racismo foi um serviço que existiu dentro da ONG Djumbay de 2000 a 2002, em Recife. Consistiu em uma atividade de psicóloga social, realizando atividades de formação e elaboração de atividades voltadas à escuta para casos de racismo e, como isso, rebatia no sofrimento mental (COSTA, 2010).

ação efetiva dessa faculdade sobre esse tema. Posso te indicar também uma outra pessoa e te falar como essa pessoa chega. (grifo nosso)

Sendo assim, afirma que para além da resistência das colegas professoras e psicólogas havia curiosidade de alunes em dialogarem sobre o tema. Podemos inferir que, desde a década de 1990, já havia o interesse sobre o tema por parte dos alunos da graduação. As instituições firmadas pelos seus condutores – professores/ras e gestores/as resistiam ao assunto. O racismo institucional firmava-se como o modo de manifestarem a forte oposição ao tema.

Nossa narrante continuou a lembrar de várias outras histórias, mas trouxe uma como importante para relatar, por ser, na sua perspectiva, “*muito interessante*”. Prossegue dizendo que consistiu na experiência de uma mulher negra, que era casada com um homem branco e que foram transferidos para morar fora do país. Eles não estão no Brasil e esta mulher procurou uma terapeuta negra, pois já tendo tido experiências com psicoterapias antes, sentia também que algo faltava porque o tema do racismo nunca tinha sido tematizado, nem a questão da identidade, da construção do eu dela negro, “*Porque as terapeutas não a deixavam confortável para fazer essa abordagem. Quando ela entra no processo terapêutico, ela entra num processo não apenas de descoberta de ser negra, mas entra num processo de como essa negritude dela se apresenta nas relações e o choque cultural do país que ela vive hoje e o choque cultural da realidade vivida aqui foi muito grande*”.

Continuou a terapeuta a trazer sua experiência clínica quando pude perceber as histórias de mulheres negras em várias situações, as quais logo que reportadas à clínica trouxeram muitas reflexões importantes sobre manejo e compreensão dos fatos, além da recusa das terapeutas no sentido de ter envolvimento com a clínica política. Sua narrativa nos trouxe ainda que:

Mais uma coisa que acho importante, é muito comum nas demandas das mulheres negras esse sentimento de incapacidade. A marca mais constante que o racismo traz é o que chega no determinado ponto onde a pessoa tem tudo para ficar ok, pra coisa dar certo, pra coisa andar, se desdobrar de alguma maneira e a pessoa não consegue e vem esse sentimento de impedimento. É um fantasma que persegue, que tá ali continuamente ameaçando destruir, impedir, estragar aquilo que a pessoa tá fazendo.

O processo fantasmagórico do racismo nem seria tão fantasmático. Afinal, o racismo é um problema real, embora difuso na manifestação no país. O racismo está introjetado, é o auto-ódio que funciona bem como o opressor internalizado, como mecanismo de escravização, colonização e subalternização. Ter conhecimento e/ou consciência do problema racial não é

suficiente. Enquanto o branco não se racializar na sua brancura, saindo do lugar de privilegio, deixando de ser o referencial não haverá paz para o negro. Compreendemos que essa entrevista buscou o tempo todo intervir, isso por meio do manejo que buscou fazer com que os dizeres pudessem emergir encarnados, vindo carregados da intensidade dos conteúdos, assim como dos eventos e, sobretudo, dos afetos ali circulantes. “A fala deve portar os afetos próprios à experiência” (TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira, 2013, p. 100). Nessa caminhada, “[...] a entrevista visa não a fala “sobre” a experiência e sim a experiência “na” fala” (TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira, 2013, p. 100). A terapeuta Maat continua narrando sua caminhada terapêutica:

A outra perspectiva bem forte é chegar para uma coisa, um determinado objetivo na terapia, mas o pano de fundo do processo é esse de não conseguir acreditar ou não avançar em determinadas coisas ou ir com a sensação de que não vai dar certo. “Não vai funcionar, não é bom o suficiente, não é capaz pra isso”. Aparentemente pessoas extremamente poderosas, militantes, que eu acho que é uma demanda que vi com feministas e vi agora com mulheres negras militantes. “Eu entendo do racismo, eu sei, já li, já pesquisei, conheço mundos e fundos, mas na vida pessoal aquilo tá ali”. [...] Aquilo que Isildinha¹⁶ fala [...] desde o momento que ouvi quando ela diz “mais que a coisa escrita, o conhecimento sobre aquilo não é suficiente para retirar as marcas que foram forjadas, cristalizadas na psique das pessoas”. Então, é isso que chega nesse momento.

Apoiando-me em Isildinha Nogueira (2017), trago sua referência ao *apartheid* psíquico, frisando que:

Nós, os negros, vivemos uma segregação silenciosa, o que durante muito tempo funcionou como se tivéssemos um sentimento persecutório, uma vez que o preconceito era negado Sentimos uma perseguição sem razão. [...] O negro pode ser consciente da sua condição, das implicações histórico-políticas do racismo, mas isso não impede que ele seja afetado pelas marcas que a realidade sociocultural que o racismo deixou inscrita na sua psique (2017, p. 122).

Nossa terapeuta narrante relatou sobre suas pacientes/clientes que:

As pessoas, mesmo militantes, chegam (com a queixa) por relacionamentos, por ter dificuldade com alguém (a queixa aparente, pondero), mas depois que vai abrindo essa história de vida o ponto, o nó é esse (o racismo que se abate sobre ela é a queixa real, concludo). A marca que o racismo faz na vida

¹⁶ Isildinha Baptista Nogueira. Psicóloga/psicanalista (São Paulo).

das pessoas, o sentimento de impedimento para as realizações. Autoestima baixa, insegurança extrema e o que tá no fundo disso é a questão da raça e todas as referências negativas colhidas no decorrer da vida sobre ser negro. Isso é o que mais tenho identificado e que acredito ser importante.

Isildinha Baptista Nogueira (2017) salienta a ideia de que as pessoas negras foram marcadas, de alguma maneira, por estigmas, os quais lhe deixaram as marcas da marginalização e discriminação. Marcados também por esta cor que as diferenciava. E por tudo que a marca negra pudesse representar de negatividade, com esse estigma de escravizadas, não totalmente libertas ainda hoje de tal jugo, um peso adocedor. Nesse sentido, seria por causa de tal estigma que os negros teriam sofrido toda sorte de discriminação, tendo por base a ideia de sua inferiorização. Sendo assim, por tal incapacidade, “*não merecedores de possibilidades sociais iguais*” aos brancos. A autora ressalta que sabemos que as condições socioeconômicas e a ideologia moldam as estruturas psíquicas das pessoas. Embora seja um fato que esse processo não seja imediatamente verificável, dadas as representações da estrutura psíquica, não seriam nem o puro reflexo das condições objetivas dessas pessoas. Confirma a psicanalista citada que as estruturas psíquicas foram, portanto, contaminadas pelas condições objetivas que receberam, tanto no plano do inconsciente quanto na elaboração própria, a partir das quais foram assimiladas e incorporadas, “*tonando os sujeitos cativos e mantenedores de tais condições*” opressivas.

É o que analiticamente se dá no processo de identificação, em que o sujeito introjeta, parcial ou totalmente, por meio da imitação ou da incorporação, o objeto amado ou odiado, ou ambas as coisas simultaneamente, reagindo, assim, ao amor ou ao ódio pela incorporação das propriedades do objeto. [...] Esse mecanismo é o que a psicanálise caracteriza como de identificação com o agressor. Dessa forma, o agressor é internalizado. Assim, não é necessária a presença física de um agressor, porque o negro passa a se autorrejeitar. O ser “negro” corresponde a uma categoria incluída num código social que se expressa dentro de um campo etno-semântico em que o significante “cor negra” encerra vários significados. (NOGUEIRA, Isildinha, 2017, p. 123)

Significados esses todos negativos no Brasil, mesmo quando sutilmente adocicados, comparativamente ao ser branco. Continua Isildinha Nogueira (2017) a fazer refletir dolorosamente que “O signo “negro” remete não só a posições sociais inferiores, mas também a características biológicas supostamente aquém do valor das propriedades biológicas atribuídas ao branco (p. 123).

A ausência de uma postura implicada passaria por muitas questões, mas todas seriam subjacentes ao racismo introjetado, permeado por ações de privilégio quando as pessoas brancas se negariam a compreender suas responsabilidades pelo fato. Com isso, compreender uma postura antirracista passaria pela compreensão de posicionar-se de fato contra o racismo. Para compreender o conceito de letramento racial (*Racial Literacy*) recorro a Lia Vainer Schucman, psicóloga, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que traduziu para o português o conceito de France Winddance Twine, uma socióloga afro-americana. O conceito fora utilizado pela primeira vez 2003, por France Winddance Twine. Já Lia Vainer Schucman sugere que a autora propôs algo que apontasse para a desconstrução real do racismo nas identidades raciais brancas, ressaltando que a partir das ações dos sujeitos brancos ao se perceberem racializados também, e adquirindo o que ela chamou de uma compreensão do processo de racismo a partir do *Racial Literacy*, o termo foi caracterizado como:

Um conjunto de práticas que pode ser melhor caracterizada como uma “prática de leitura” – uma forma de perceber e responder individualmente às tensões das hierarquias raciais da estrutura social – que inclui o seguinte:

- (1) um reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude;
- (2) a definição do racismo como um problema social atual, em vez de um legado histórico;
- (3) um entendimento de que as identidades raciais são aprendidas e um resultado de práticas sociais;
- (4) a posse de gramática e um vocabulário racial que facilita a discussão de raça, racismo e antirracismo;
- (5) a capacidade de traduzir e interpretar os códigos e práticas de nossa sociedade e
- (6) uma análise das formas em que o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquia de gênero e heteronormatividades. (TWINE, 2006, apud SCHUCMAN, Lia Vainer, 2012, p. 103-104).

Significando segundo Lia Vainer Schucman (2012, p. 103), “literalmente alfabetização racial”, algo necessário à academia brasileira.

5 UMA OUTRA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA DECOLONIAL E ANTIRRACISTA: AS VOZES NÃO OUVIDAS (TEORIAS E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA CLÍNICA PSICOLÓGICA)

A história da psicologia é escrita a partir de uma episteme colonial, portanto excludente. Ao olharmos para o século XX, século da (pós) modernidade, teremos avanços grandiosos na história da humanidade. O ano de 1900 foi a chegada da ciência e da tecnologia, das construções modernas, da ampliação das máquinas a todo vapor, do capitalismo crescente. Entretanto, também é o período de intensos conflitos, pois tivemos duas guerras que mudaram a humanidade, a primeira ocorrida entre 1914 e 1918 e a segunda que eclode 25 anos depois. Esta última, a 2ª guerra, vai de 1939 até 1945, trazendo a face da exclusão entre a branquitude europeia, pelas agruras do nazismo e do holocausto. A Europa vivenciou a racialização sobre si e o que não era problematizável, considerando que a África, Ásia e América já eram racializadas há séculos.

A própria história da psicologia tem suas controvérsias ao nos apresentar que, em 1879, Wilhelm Wundt cria o primeiro Laboratório de Psicologia Experimental de Leipzig, tornando-se o pai da psicologia moderna, “quando antes, Fechner já o fizera” (SCHULTZ, 2016, p. 68), mas não foi reconhecido. Aquele que inaugura a psicologia como ciência, pois coube a ele (Wundt) propor teorias e métodos para além da experimentação desenvolvida por Fechner. Mas esta é a história oficial, ocorre que outras versões devem existir e devemos procurá-las, trazendo à superfície o caminho tracejado pela ciência psicológica e, especificamente, pela clínica psicológica nesses 143 anos de referência.

É possível afirmar que Freud [1905]/(2020) inaugura a clínica psicológica ao se colocar à escuta de suas pacientes histéricas na compreensão de que os sintomas portam um sentido. O olhar e a escuta da dinâmica psíquica, pelo menos parte dela “decifrada”, permitiriam a “cura” desses sintomas. Trouxe a noção de fazer a clínica da cura ao “criar” a psicologia clínica. Podemos demarcar o início desse processo ainda em 1900, quando publica a *Interpretação dos Sonhos*, embora seja em 1905 (1904) com a obra “Sobre a Psicoterapia” (*Über Psychotherapie*), que o fará.

Pode-se sugerir que Freud (2020) inaugura tal procedimento analítico tornando o inconsciente acessível ao consciente, o que “ocorre através da superação da resistência” (FREUD, 2020, p. 56). É a partir do “gesto freudiano de reconhecer a verdade do sofrimento psíquico **que** (acrescento) se firma a Psicanálise” (IANNINI; TAVARES, 2020, p. 10).

Freud ajudou a estruturar um modelo clínico, portanto clínico psicoterápico, que nos fez enfatizar “mais a escuta do sofrimento que a visão do mesmo” (MOREIRA, Jacqueline de Oliveira *et al.*, 2007, p. 5). Essa perspectiva nos levou a refletir sobre a importância da demanda na escuta clínica e no modo de caminhar no processo, sustentado pelo *ethos* da confiança, pois Freud, ao enfatizar a confiança do cliente no profissional que “o trata”, afirma que:

Não se trata de uma fala moderna, mas de informações de médicos antigos, quando se diz que essas doenças não são curadas pelo medicamento, mas pelo médico, provavelmente a personalidade do médico, na medida em que através dela se exerce influência psíquica (FREUD, 2020, p. 65).

Com isso, o pai da psicanálise ressalta a ideia de que é sobretudo a relação paciente-psicoterapeuta que orientará o método e os resultados.

Em seu texto *Projeto para uma psicologia científica*, Freud nos guia para uma reflexão que, coerentemente com sua postura de quem sempre questionou o que estava dado, sugeriu que a ciência significaria “mais um compromisso com a inquietação do que com as certezas advindas do conhecimento” (SALRODI, Nina, 2013, p. 14), postura que o levou, construindo um modo próprio de ver e fazer ciência, a um pensar que combinava as influências diversas que recebera de seus mestres, à época, mas sempre a partir de suas próprias escolhas e impressões.

Inaugurou-se, assim, a psicologia clínica com sua vertente direcionada ao cuidado em saúde, principalmente uma ideia de saúde mental no bojo do projeto da modernidade. Contudo, sérias críticas vêm sendo tecidas em torno desse projeto, especialmente a partir dos estudos de decolonialidade. Sugere-se a necessidade de pensar sobre a colonialidade para descolonizar o pensamento. A serviço de quem estava a ideia do moderno? É sabido que nas ciências humanas já vencemos a polêmica do que é ou não científico, desde de Thomas Kuhn (1996), cabendo agora questionar o que seja moderno e lembrar que essa foi a lógica da escravização, invasão e espólio de povos e nações. Vale frisar também a lógica etnocêntrica.

Podemos, ainda, refletir sobre a necessidade de se realizar uma clínica, ou seja, uma clínica na qual a/o terapeuta esteja afinada/o eticamente com o seu tempo, compreendendo que esse tempo é o tempo da afirmação de posturas não “neutras” que rompam a lógica do distanciamento do problema sintoma. A proposta de decolonialidade é esse fazer-se sujeito da ação sobre si e sobre o outro, tempo do cuidado e do fazer-se mudanças.

Quais as estruturas sociais que se orientam em defesa da saúde mental? Qual saúde mental é possibilitada às pessoas subalternizadas? Os cuidados em saúde mental chegam às pessoas negras e a toda a população vulnerável? Bem sabemos que a resposta é negativa,

levando-nos a perceber quanto a prática psicoterápica é ainda elitizada, embranquecida e epistemologicamente distante da realidade brasileira, ou seja, uma clínica inacessível. Freud, como já citado, desnudou um processo de reação e resistência às mudanças o que realizou na ação clínica médica ao instituir em 1911 o processo da psicanálise apresentando-a aos pares e suportando suas resistências, afinal nada mais revolucionário. Ofereceu escuta àquelas a quem ninguém ouvia! A atualização da prática clínica, a manutenção de seu vigor inaugural permite trazer outras reflexões e questionamentos.

A atualidade do tema está presente nos questionamentos de estudiosas e psicólogas que perguntam até onde se implica a psicologia e/ou a psicanálise. Pergunta trazida por Maria Lucia Silva (2017), ao relatar a experiência no Instituto Sedes Sapientae (São Paulo), relatando sua perplexidade de uma instituição renomada com aquela até compreender a existência do racismo como promovendo o “sofrimento psíquico e a interferência na construção das subjetividades de brancos e negros” (p. 72) nesse país. No entanto, permanece sua perplexidade ao observar que continuam sem ali colocá-lo como um problema da psicanálise, por exemplo. A omissão da instituição frente ao racismo e à discriminação racial constitui o incômodo da sua pergunta: “como uma instituição historicamente comprometida com as questões da sociedade brasileira podia ainda não ter pautado o tema?”. Relata a autora:

E a incompreensão aumentava ao constatar que, nas discussões em sala de aula e /ou na supervisão todos eram unânimes no reconhecimento e na concordância de que o racismo promovia sofrimento psíquico e interferia na construção das subjetividades de brancos e negros. Então, por que essa omissão e **por que o desconforto em tratar o tema quando ele surge?** (SILVA, Maria Lúcia da, 2017, p. 72) (**grifo nosso**).

De tantas outras instituições e estudiosos da clínica surgem os questionamentos assim como fizeram, também, Marcio Farias e Emiliano de Camargo David (2020), em seu texto provocativo onde trazem “Pode a psicologia escutar? Reflexões sobre a demanda negra. Psicanálise e questões raciais”. Os autores apresentaram situações nas quais revelaram que psicólogas (os) não saberiam lidar com questões raciais nos seus consultórios, portanto na clínica psicológica, conforme apontada nos estudos encontrados no caminhar do estado da arte. A jornalista e escritora Jarid Arraes na Revista Fórum, ainda em 2015, com seu célebre artigo “Meu psicólogo disse que racismo não existe”, revelou o quanto as queixas eram (e ainda) são recorrentes na população negra que faz ou busca a psicoterapia. Seu texto jornalístico “bombou” nas redes sociais e até hoje é uma referência da queixa sincera dos usuários – pessoas negras –

dos serviços terapêuticos. A ressonância foi lastimável, muita gente confirmou dizendo até hoje “Isso também ocorreu comigo”.

Vale lembrar o que encontramos em nossa busca no levantamento bibliográfico ao adotar um posicionamento nessa tese sobre psicologia e racismo. Encontramos eco nessas indagações e constatações ao propormos a referente temática. Buscamos pesquisar também o que a psicologia, em seus artigos, teses e dissertações, vem abordando acerca da prática clínica face às situações raciais. A título de exemplo ressaltamos, do levantamento bibliográfico realizado, “Os muitos nomes de Silvana: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras” (MUSATTI, 2015); “Racismo e Psicanálise em Produções Acadêmicas” (FERNANDES, 2018); “A relação entre psicologia e racismo: As heranças da clínica psicológica” (BENEDITO, 2018); “Atuação dos/as Profissionais de Psicologia no Tema das Relações Étnicos-Raciais” (MELO, 2019); “Formando psicólogos/os para as relações raciais: avanços e contradições nos cursos de Psicologia da Bahia” (KHOURI, 2019); “Onde se Esconde O Racismo Na Psicologia Clínica? A Experiência da População Negra na Invisibilidade do Binômio Racismo e Saúde Mental” (DAMASCENO, 2018); “Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil” (DAVID, 2018); “Do laço social ao corpoema: enlaces entre negritude e psicanálise” (OHNMACHT, 2019).

Nessa direção, seguimos também outras produções que trouxeram experiências não acadêmicas, porém valiosíssimas ao tema, o que foi corroborado por Farias e David (2020), ao relatarem experiências que irão demonstrar que a clínica psicológica e a psicanálise não respondem às necessidades das pessoas negras, quando em psicoterapia. Sugerem o deslocamento ético da demanda apontando para a epistemologia, referindo-se às técnicas ou aos manejos mais condizentes com tais demandas.

As pesquisas indicaram, também, que o tema das relações raciais ganhou um certo escopo, confirmando já existir uma produção importante na temática racial na psicologia, visando a sua descolonização, haja vista o texto provocativo de Maria Lúcia da Silva (2017), embora tal produção ainda seja pequena. Nesse texto, ela se perguntou sobre a ausência do tema das relações raciais numa instituição formadora “[...] como uma instituição historicamente comprometida com as questões da sociedade brasileira podia ainda não ter pautado o tema?” (SILVA, Maria Lúcia da, 2017, p. 72), referindo-se, assim, ao silenciamento sobre o racismo. Então, tomamos de empréstimo a indignada pergunta para ampliar e pensar como a psicologia brasileira, uma ciência fortalecida há muito e uma profissão firmada no Brasil há pelo menos 60, ainda não priorizou o tema como pauta cotidiana e tema fundante? Nos é relevante inquirir.

Como uma visão de oásis em deserto podemos, ainda, sugerir o que apontaram Farias e David (2020) no livro “O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise”, organizado pela mesma Maria Lúcia da Silva, autora da pergunta incômoda, porém urgente que, junto com outras autoras, Noemi Moritz Kon e Cristiane Curi Abud, o estruturaram. O livro, lançado no ano de 2017, teve como mérito, tal como apontaram os autores David e Farias (obra citada), reunir “um conjunto amplo de possibilidades e debates críticos acerca do enfrentamento ao racismo no Brasil” (p. 2), dentro da ciência psicológica. Entendo que as questões para psicanálise, mostradas por Maria Lúcia da Silva, como “desafios para a agenda de pesquisa e atuação” (SILVA, Maria Lúcia da, 2017, p. 73), na verdade são questões para psicologia clínica brasileira.

No mesmo caminho da minha pesquisa, veio a pesquisadora Maiara Benedito (2018), quando em sua dissertação intitulada “A relação entre Psicologia e Racismo: as heranças da clínica psicológica” indica que psicólogos não-negros teriam sim dificuldades para escutar as questões raciais trazidas por pacientes negros, tratando com muita resistência o tema. Relatou que na sua experiência de psicóloga ouvira muitas vezes: “Acho que você, por ser uma psicóloga negra, pode me entender um pouco mais”. Seus estudos e pesquisa buscaram compreender como tais profissionais tratariam ou não da temática do racismo, nos seus “atendimentos de intervenção psicológica, como terapia e escuta clínica”. Apontara, na sua experiência em São Paulo, observando que a maior carência para a compreensão do problema racial seria uma formação que abordasse o problema do racismo aqui no Brasil. Aqui surge a questão do papel das instituições formadoras e seu silêncio!

Nessa mesma trilha, Jamille Georges Reis Khouri (2019), em sua pesquisa “Formando psicólogas/os para as relações raciais: avanços e contradições nos cursos de Psicologia da Bahia”, questiona as formações em psicologia, trazendo essa possibilidade da formação não responder, a contento, às necessidades da sociedade brasileira em relação ao racismo. Jamille Georges Reis Khouri (2019) e Maiara Benedito (2018) evidenciaram o problema grave da psicologia não dar conta do tema do racismo.

A adoção do projeto da modernidade pela psicologia já mostrou a serviço de quem ela esteve enfatizando seu caráter excludente e elitizado. Tal lógica nos levou a pensar, como sugere Ana Lucia Francisco (2012), ao refletir sobre o exercício da profissão de psicologia no país que, de fato, a psicologia e a clínica psicológica precisam voltar-se aos problemas sociais, na medida em que esses trazem demandas de sofrimento. Sugere que “os desafios que se abrem, hoje, ao psicólogo clínico (**à psicologia clínica**) – compreendido como agente de mudança

voltado, também, às questões sociais mais amplas” (p. 17), a exemplo dos processos de racismo e seu enfrentamento são complexos.

A autora afirma ainda que:

[...] contextualizar a psicologia clínica a partir da modernidade porta um sentido quando recordamos suas condições de emergência, desenvolvimento e legitimação como prática profissional. Pode-se dizer que a psicologia clínica, e aqui é preciso estabelecer uma distinção entre ela e a psicanálise, “nasce” no âmago de uma sociedade em que as descobertas tecnológicas avançam aceleradamente, permitindo ao homem (**ao ser humano**) um domínio de si e da natureza jamais experimentado. Firmam-se paradigmas, estabelecem formas de organização da sociedade, elabora-se um projeto capaz de permitir tanto a livre circulação de bens e serviços como a emancipação dos indivíduos, projeto que pelos seus desequilíbrios internos, acaba por privilegiar a aliança mercado-tecnologia. E desta visão tecnicista não ficou ileso a psicologia; ao contrário, ela gerou um conjunto de práticas e de construções teóricas que, hoje, nos parecem problematizáveis. (p. 18) (**acréscimo e grifo nosso**)

Luiz Claudio Figueiredo e Ines Loureiro (2018) sugerem, nessa mesma linha, uma reflexão sobre a psicologia no contexto do projeto da modernidade ainda que passe pelo debate sobre o que se considera ou não científico, na relação entre teoria e prática. Quanto a estas últimas, a reflexão trará a noção de uma efetivação do trânsito entre as duas dimensões, salientando que:

No âmbito da clínica psicológica as coisas parecem se complicar ainda mais uma vez que a prática mobiliza conhecimentos teóricos e representacionais, mas também saberes experienciais que ainda não acederam à representação (ou jamais se converterão em teoria) e que permanecem atuando em nível tácito (p. 92).

O referido autor e a referida autora continuam abordando o modo como a psicologia, sobremaneira a psicanálise, para mencionar apenas dois deles, “(...) rejeita a cisão entre mente-corpo, assim como não separa o momento da representação/teorização e o da intervenção” (p. 93). Colocaram que, tendo a psicanálise a atividade clínica em suas raízes, seria ela aquela que não poderia deixar, portanto, de negar o intervalo entre o representar e o intervir, afastando-se de todas as epistemologias ditas “contemplativas”. Para estas autoras como vimos, o conhecimento como representação verdadeira deveria estar isento de todo compromisso e interesse prático. Interesse puramente teórico deveria suceder o da “aplicação”.

O autor e a autora sugerem ainda que seriam os psicanalistas e marxistas, contudo, aqueles que acreditariam que *é intervindo que se conhece*. A representação teria uma eficácia imediata que não se confundiria com a aplicação tecnológica. Com isso, existiria a estreita vinculação do representar com o intervir, significando, também, uma impossibilidade de conceber que a dimensão cognitiva do conhecimento seria separadamente distante das questões éticas (FIGUEIREDO; LOUREIRO, Ines, 2018).

Entende-se que Figueiredo e Loureiro (2018) chamaram a atenção para a postura ética, o que na nossa compreensão remeteria para um compromisso ético político do fazer clínico. Indicam, no que se refere à ciência moderna, que foi a prática psicanalítica que passou por um “drama” axiológico em seu campo de concepção. Lembram que tal prática seria oriunda de posições iluministas, racionalistas ou românticas. Não fechando a questão, ressaltam que a psicanálise sofreria leituras antagônicas desde que seu fundador era vivo. A psicanálise contribuiu “para abalar as concepções de sujeito liberais e românticas, bem como para pôr em xeque o projeto epistemológico moderno (da modernidade) tornando-se uma ‘pedra do sapato’ das epistemologias” (FIGUEIREDO; LOUREIRO, Ines, 2018, p. 95).

Essa concepção de ciência moderna, da qual a psicologia seria herdeira, trouxe um amplo debate sobre as ciências como produção de conhecimento objetivo que hoje se reatualiza. Qual seja, decolonial do conhecimento, visto que se questiona o que fora epistemologicamente trazido das experiências eurocêntricas, portanto da colonização. Na perspectiva decolonial, o conhecimento da modernidade ou pós-modernidade deveria ser pensado como o da atualidade que considera os diversos saberes, como salientou o professor José Jorge de Carvalho, da Unb (2018), fora do acadêmico.

Com isso, é importante a reflexão que nos trouxe João Leite Ferreira Neto (2004) ao dizer que:

A discussão sobre as “práticas de si” atuais no campo “psis” desloca-se, portanto, de um âmbito puramente epistemológico para o âmbito da política e da ética. Afinal, as modernas hermenêuticas técnicas e leigas de si enfatizam práticas de si em detrimento da formulação estrita de novos códigos de conduta. Majoritariamente, portam uma ênfase disciplinar, normalizadora, que opera a partir de modelos subjetivos identitários na via da semelhança, ao contrário do projeto foucaultiano de uma ética implicada num contínuo processo de mutação, num desprender-se de si mesmo, na invenção de outros modos de subjetivação individuais e coletivos pela via da diferença. Foucault afirmava não a busca interior de um verdadeiro eu, mas o movimento de diferenciar-se de si mesmo, modificar-se continuamente num processo de resistência contra as subjetivações modeladas. (p. 49)

O autor faz referência ao encontro do tema em Foucault, na leitura grega da ética e bem importante para a atuação em saúde mental. Todavia, acrescentamos a essa reflexão a leitura do conceito afrocentrado na ideia de “Maat” da filosofia africana, que significa: “O nome que definia o conjunto de princípios morais e éticos orientadores da conduta, na vida cotidiana, do povo e dos governantes de Kemet, devendo ser seguido em todos os momentos, fosse nos âmbitos familiar, comunitário, nacional, ambiental ou religioso” (LOPES; SIMAS, 2020, p. 54).

Maat contém o conjunto que representa um sistema filosófico em Kemet ou Egito¹⁷, como “a ciência da verdade”, o qual valorizava os princípios básicos como o da verdade, da ordem, do equilíbrio, assim como o da harmonia. Preserva-se, também, o da justiça, além da retidão e da reciprocidade que foram adotados pelo soberano, que era o faraó, o qual, segundo a tradição, recebera tais valores do “Ser Supremo Rá ou Amon”. Os autores Nei Lopes e Luiz Antonio Simas (2020) trazem, ainda, que o grande objetivo da sociedade kemetica (ou egípcia) era, sobretudo, a perspectiva da manutenção do Maat, que simbolizava tais ricos valores. Esse princípio configurava-se como o pilar fundamental do equilíbrio da sociedade kemetica, representando ou simbolizando a figura da própria deusa – Maat – a qual tinha o mesmo nome do princípio e que lhe emprestara.

Trazendo a psicologia para o pensamento decolonial há que se considerar uma outra história, sem negar os fatos do surgimento descrito numa certo tempo e local, mas reconhecendo outras vozes na consolidação do pensamento clínico ou do fazer psicológico nessa construção. Daí partimos dessa ideia de recontar a história oficial, porém não anotada (e nem notada dentro de um pensamento ainda em base cartesiano, o “científico”). Logo, a necessidade de ir aos princípios egípcios leva a isso.

Foucault (2020) discute uma dimensão do nascimento da clínica que nos fez refletir sobre o diálogo médico-paciente, o transpondo para essa clínica que se apresenta. A clínica das vozes racializadas. Por isso, ouçamos a clínica naquilo que ela nos produz, quando as sujeitas mulheres dizem “*estar aqui é alentador porque não preciso explicar minha dor e minha trajetória*”. Essas são falas de mulheres negras que chegam à nossa clínica e se sentem aliviadas: finalmente, alguém que me entende! Essas são as falas de mulheres silenciadas pelo racismo, machismo, de mulheres lésbicas e trans ao fazerem menção à clínica que acolhe suas demandas, ouvindo-as e falando sobre a regra do possível. Aqui é o lugar de fala. Nossa intencionalidade é entender quem chega com um sintoma como alguém sujeita de sua própria

¹⁷ Egito foi o nome imposto pelo colonialismos ao Kemet.

história, não como um ser passivo, “mero objeto” da análise clínica, como sugeriu Romagnoli (MOREIRA, Jacqueline de Oliveira *et al.*, 2007).

Michel Foucault (2020) evidencia a possibilidade de uma clínica modificada quando, no campo médico modificado, há uma outra proposição no momento dialógico na relação com o paciente, em detrimento da doença, o que sugere uma mutação do saber médico. Sugere, também, que “o aparecimento da clínica, como ato histórico, deve ser identificado com o sistema dessas reorganizações” (p. 17), sendo uma nova estrutura que revela como observar o sujeito da clínica.

A clínica surge dentro do saber médico sustentando tal prática médica, mas apontando ser impossível “diagnosticar sem antes descrever os sintomas/sinais e conhecer os antecedentes da enfermidade” (MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; NEVES, Edwiges de Oliveira, 2007, p. 610). A clínica precisava escutar o enfermo para saber das enfermidades. Portanto, a clínica nasceria da escuta, só sendo possível conhecer a partir daquele que pode falar lhe trazendo a queixa do sintoma. Conclui-se que sem a escuta atenta não há clínica!

As autoras trazem a ideia do nascimento da psicologia nas ciências humanas, mas vinculada aos interesses da classe dominante e ligada às “práticas higienistas” que serviram ao incremento do racismo. Evidenciam que essa psicologia se destinará a um público que se enquadraria no projeto cartesiano de ser humano racional, sendo que “uma de suas tarefas era sustentar e manter o individualismo” (MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; NEVES, Edwiges de Oliveira, 2007, p. 615). A terapia da alma seria inspirada no modelo da terapia do corpo, retirada totalmente do modelo médico, desejando ser, de fato, reconhecida como ciência. Isso tornaria a psicoterapia “um campo privilegiado da clínica psicológica” (obra citada) tida como a forma terapêutica reconhecida como a mais adequada para tratar das “mazelas humanas” diante de outras tentativas que falharam.

Esse processo de pensar as formas pelas quais a psicologia clínica teria se desenvolvido, leva-nos a refletir sobre sua constituição no Brasil. Dessa feita, podemos trazer aqui as experiências dessa clínica voltada ao campo do sofrimento psíquico, pois, como assinalam as autoras Jacqueline de Oliveira Moreira, Roberta Carvalho Romagnoli e Edwiges de Oliveira Neves (2007, p. 615), “Os “problemas psicológicos”, uma vez que são imateriais, só se apresentariam através da fala, sobre a qual o psicólogo se “debruçaria” a fim de traçar uma linha de tratamento (diagnóstico, prescrição e prognóstico)”.

As autoras sugerem ser possível uma clínica do social, na qual sua potência política estaria voltada ao fazer clínico não individualista, que a caracterizaria como tal. Como sugerem Moreira *et al.* (2007), a clínica social:

[...] não se refere somente ao atendimento das camadas pobres da população nem diz respeito apenas aos novos espaços possíveis de atuação em que os psicólogos estão se inserindo. É, antes de tudo, a clínica de qualquer lugar, de qualquer público, que insiste em combater a massificação, que cada vez mais estaria presente, buscando cada vez mais a invenção, “na singularidade de cada cliente, na particularidade de cada inserção profissional”. (p. 619)

Com isso, tanto o cliente/paciente quanto o fazer profissional constituiriam a clínica. Pensamos que a constituição de uma clínica da potência seria aquela que se faz, por exemplo, antirracista a partir da capacidade da psicóloga de compreender as narrativas de quem lhe procura, tendo em vista os condicionantes sociais quando relata fatos de racismo ocorridos – é a possibilidade de entender e ressignificar os fatos tirando do indivíduo a responsabilização (ou culpabilização) da opressão racial. A profissional exerce uma empatia que cura as dores das angústias do sujeito em questão, como sugerem Keidann (2015) quando fazem referência ao processo de avaliação na primeira entrevista para início do ato psicoterapêutico: “Os instrumentos de avaliação de que dispõe o terapeuta são os reconhecimentos do estado de sua mente, suas teorias, seus conhecimentos, sua instituição e empatia e, sobretudo, sua própria angústia” (KEIDANN, 2015, p. 179).

Como caminho, pensamos ser relevante evidenciar que “se faz necessário compreender que a escuta clínica é uma postura ética e política diante do sujeito humano. Não é o local que define a clínica e, sim, a posição do profissional e os objetivos de libertação e potencialização dos sujeitos” (MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; NEVES, Edwiges de Oliveira, 2017, p. 620). Para tanto, construir esse fazer clínico requer incluir-se na realidade brasileira, descolonizando-se dessa origem individualista. Ao descolonizar-se, falamos da colonialidade, um processo que reflete como chegaram aqui os colonizadores invadindo um país onde já existiam povos, não respeitando a realidade local, impondo um saber fazer, saber poder autoritário e destrutivo. Existiria a psicologia dos povos originários? Existiria a subjetivação? Questionam-se os colonizadores do saber.

Sim, observamos que já existiria o que se poderia denotar com um modo próprio de ser, destruído pelo colonizador, mas não de um todo capturado, posto que houve resistência. Há que constituir uma clínica do processo do quilombismo (NASCIMENTO, Beatriz, 2007; NASCIMENTO, 1980), em que o afrocentramento seria pensar o coletivo. A saúde mental,

portanto, a clínica precisa pensar-se grupal, coletiva e dialogal. Ubuntu: “eu sou porque nós somos”. Em uma postura que busca priorizar o nós e vós, em detrimento do indivíduo considerado, porém não priorizado. Para isso, o trabalho grupal salientado por Frantz Fanon (2020), com a sociogênese, e Guerreiro Ramos [1949]/(2020), com o psicodrama, precisa ser contemplado.

Percebe-se que, em geral, as mulheres se sentem mais seguras diante de outras mulheres, na acolhida às suas queixas de violações sofridas. Não que os homens não possam, não que as pessoas brancas não possam. Podem e devem, desde que apreendam a lógica de acolher e escutar as demandas que lhes chegam. Ouvir com a voz de quem chega. Há que se pensar em outra postura ético-politicamente assentada na escuta e partilha. A clínica aprende com os indivíduos, tomemos Freud como exemplo. Afinal, ele sugeriu que o modo do médico se inclinar aos sujeitos era definido também pela sua capacidade de escuta, não o contrário.

Pensando a realidade do Brasil, no país já existiriam há muito tempo, por exemplo, desde do final do século XIX e início do século XX, as práticas psicológicas no campo da clínica e da psicologia social, que faziam uma ação no campo da saúde mental e do fazer psi. Dentre dessas práticas, fizemos um apanhado em nossa pesquisa encontrando a ocorrência de vozes que não foram ouvidas e precisam ser cartografadas para serem resgatadas do silenciamento e/ou apagamento impostos, como já trazido por David e Farias (2020).

Refletir sobre uma clínica antirracista significa pensá-la engajada na postura potência, aquela engajada na postura atenta aos problemas sociais que rebatem na vida das pessoas e grupos, sendo comprometida com a temática da violência racial para desvelá-la e promover seu enfrentamento. Esta clínica deverá pautar-se como uma clínica, tal como indicado por Neusa Santos (1983), ao fazer referência à baixa produtividade dos estudos relacionados à vida emocional da população negra, considerando a “constatação inequívoca da precariedade, no Brasil, de estudos sobre a vida emocional de negros e da absoluta ausência de um discurso, nesse nível, elaborado pelo negro acerca de si mesmo” (p. 17). E pensar que Neusa Santos (1983) fez referência a isso há quase quatro décadas, sendo ainda um ponto focal atualíssimo. Não houve o avanço necessário na academia, embora a intelectualidade negra tenha produzido bastante nesses últimos quarenta anos.

Tomando de empréstimo outras reflexões produzidas por Danielle Vasconcelos Teixeira e Maria Elizabeth Barros de Barros (2009) ao problematizarem a psicologia do trabalho e a Clínica da Atividade, podemos dizer que uma clínica antirracista será aquela que convocará para uma ação clínica pensada a ação terapêutica de forma crítica. Sendo “marcada por sua instabilidade” (p. 83) a partir de suas próprias reflexões, devendo ser vista aqui como a “A

clínica como experiência de desvio, do *clinamen*” (p. 83). Portanto, sugerem ser “(...) aquela que faz bifurcar um percurso de vida na criação de novos territórios existenciais, novos processos de atuação” (p. 85). Nesse caminhar associando-me com esse pensamento trago das autoras:

Nesse sentido, para nós, uma clínica da produção da subjetividade não busca meramente a solução de problemas, mas a criação de novas questões, numa experimentação analítica das formas instituídas. E, assim, a clínica deve se dar sempre numa relação com acontecimentos que ultrapassam a vivência individual, abrindo-se para a história, para a política, para o plano coletivo. Uma clínica histórica que indica um plano de engendramento da realidade. Uma clínica comprometida com este plano de produção sempre coletivo, indissociável do domínio da produção de subjetividade. Nessa perspectiva, a clínica se dá num espaço a ser construído, diz respeito a uma outra clínica, clínica da diferença, da experimentação, de práticas que são sempre social e historicamente construídas. (TEIXEIRA, Danielle Vasconcelos; BARROS, Maria Elizabeth Barros de, 2009, p. 85)

Nasceu a psicologia assim, historicamente voltada (desde seus primórdios) para alguns poucos, a partir de uma perspectiva mecanicista, biologizante, incluindo-se neste espaço as ciências clínicas. Nessa direção, a clínica psicológica seria a herdeira do modelo médico em essência, de cuidar da doença, devendo o profissional responsável por ela explicá-la para, em seguida, poder realizar sua intervenção, trazendo a ideia do “remediar, tratar, curar [...]” estando esta “por um bom tempo, distante das questões sociais” (MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; NEVES, Edwiges de Oliveira, 2007, p. 613). Perguntamos, então, quando é que ela esteve perto dessas questões sociais? Reafirmando uma contradição, o próprio texto das autoras traz que a “Psicologia, em sua origem, inclusive a Psicologia clínica, está atrelada a uma perspectiva individualista” (MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; NEVES, Edwiges de Oliveira, 2007, p. 614), fora da preocupação coletiva ou social.

Isso mostra a necessidade de repensá-la, principalmente nesses tempos de transformações rápidas pelas quais passam os indivíduos e a sociedade. Sugere-se, nesta tese, que sejam revistos os pressupostos que sustentam as abordagens clínicas, adotando um olhar decolonial que os problematiza e questiona a quem essa clínica se dirige. Em sua origem, a clínica foi forjada na Europa, em meados da colonização ainda em curso, conforme já dito anteriormente. Uma clínica que emerge da lógica médica de diagnosticar corpos enfermos e, como sugere João Leite Ferreira Neto (2004), é preciso pensar a clínica não como área de uma atuação qualquer, mas como um posicionar-se em uma perspectiva do *ethos* do cuidado. Para

este autor, é preciso historicizar a emergência da psicologia clínica no Brasil, que se apresentou como uma clínica elitizada, caminhando com as posições autoritárias, por exemplo, do governo militar pós-golpe de 1964, posto que, dentre as profissões liberais, a psicologia se estruturou como profissão regulamentada em 1962 (Conselho Federal de Psicólogo – CFP), nascendo institucionalmente voltada para as classes dominantes e as elites econômicas, alheia aos problemas sociais do país.

Questionamos onde estavam os desvalidos, os negros, os indígenas, os gays, as lésbicas, as mulheres que reivindicavam direitos, as crianças ainda em instituições denominada de orfanatos, crianças cunhadas de menores e pivetes, assim como as pessoas com deficiência e a população em situação de rua? Os militantes políticos da esquerda que se insurgiram, naquele momento, iriam para onde? Para os porões das prisões ou da loucura nos hospitais psiquiátricos. A clínica fazia-se opressora e calava vozes, contradizendo-se com a perspectiva de que a clínica nasceu para falar e fazer falar, lembrando Freud (1895) e as vozes das históricas.

Isso sugere a exigência de se pensar politicamente a clínica, sobretudo em um período de fortalecimento do biopoder e de silenciamento de grupos marginalizados e periféricos. Reiteramos as reflexões de Foucault (2010) sobre biopoder, e Mbembe (2018) com a noção de necropolítica, ao sugerirem que não se tocava na vertente dos vulnerabilizados, trazendo que, nesse período, podemos refletir sobre as pessoas negras, para as quais nunca houve lugar de fala, só de cala (!), impondo o negar-se a si mesmo, o lugar do não ser.

A clínica psicológica, bem como seu campo de análise, permanece como *o campo* de atuação privilegiado do fazer psi, voltada às classes sociais dominantes, em que pese a penetração da psicologia nos mais variados setores da sociedade, nos dias hoje. Sua atuação se dá, por exemplo, nas práticas da psicologia social, questionando a realidade do país, psicologia da saúde, incluindo-se saúde mental, psicologia comunitária, psicologia educacional, psicologia jurídica ou do campo da justiça e segurança, das organizações sociais, entre outras. É pertinente refletir a clínica psicológica ou psicoterápica além de sua vertente mais comum, que é o atendimento individual, em consultórios, em ambulatórios, por entendermos ser o aspecto do cuidado a característica principal da atuação de profissionais dessa ciência, mesmo que esta atuação não se dê nos espaços tradicionalmente tidos como “espaços ou campos” clínicos.

Ferreira Neto (2004) constatou que “o fazer da clínica” se tornou a forma do fazer psi por excelência, tanto do ponto de vista real, quanto no imaginário social. Para ele, a clínica passou a ser psicologia no país, o que é uma distorção, pois a psicologia é muito mais que o fazer clínico. A psicologia seria uma ciência do social, tendo em vista a singularidade dos sujeitos, afinal “toda psicologia é social” (FREUD, 1921/1976; LANE, 1978).

A reflexão sobre o *ethos* do cuidado e de suas possibilidades exige que a clínica psicológica seja pensada em sua dimensão crítica e social, de modo a acolher e produzir questões capazes de torná-la “uma clínica aliada à potência”, como aponta Sonia Mansano (2016). Uma clínica do cuidado para além de uma lógica tradicional. Nossa caminhada permite questionar o que justificaria uma clínica antirracista?

Entendemos que as consequências do racismo justificariam esta formulação ou posicionamento, como nos provoca Maria Lucia Silva (2017), ao levar em conta que a maior vitória do racismo seria pensar “sua dimensão psicológica, na medida em que sua lógica é reduzir, invisibilizar, criminalizar subalternizar inferiorizar pessoas, grupos e povos, reduzindo-os a uma condição sub-humana” (p. 82).

O racismo é o dispositivo que o colonialismo inventou para justificar a não humanidade dos sujeitos escravizados. A partir dessa perspectiva, pensamos na possibilidade de redimensionar a ação clínica em direção a uma ciência e a uma prática psicológica que contemplem as questões históricos sociais, respondendo por um espaço de atuação para além do *setting* da relação indivíduo-indivíduo e do sofrimento reduzido ao intrapsíquico. Doravante, propomos pensá-la em uma outra perspectiva, como uma clínica de outra vertente, como *psicológica anti*. Aqui, sugere-se *antirracista* inspirada na compreensão sócio genética e nas abordagens psicossociais (FANON, 2005), clínica grupal, na vertente da clínica ampliada, da clínica de rua, clínica peripatética, do plantão psicológico, entre outras práticas que promovam a necessidade de compreensão e enfrentamento das questões raciais e, sobretudo, por elas definidas.

Quanto a um dispositivo que define o negro como não sujeito, a partir de um ideal de ego que não é explicitado como um ego de pessoa negra, dirá Neusa Santos (1983) que para se saber negro é preciso se compreender nesse lugar, tornando-se negro ou seja: “saber-se negra é viver a experiência de ser sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em sua potencialidade” (p. 18).

Para tanto, é saber-se negra!

Escolhemos trazer uma clínica que, pensada como questão de pesquisa, teve por objetivo, nesta tese, problematizar a clínica psicológica buscando compreender limites e possibilidades do acolhimento desta clínica para pessoas negras que reportaram ao racismo nas suas narrativas. Para isso, fez-se necessário compreender o processo de construção do racismo estrutural brasileiro, sugerindo-se uma compreensão interseccional (COMBAHEE RIVER

COLECTIVE [A COLETIVA DO RIO COMBAHEE], 1977; CRENSHAW, Kimberle, 1988, 2009). Nessa perspectiva, o racismo apareceria como uma vertente de discriminação que causaria a apartação da sociedade brasileira, colocando as pessoas negras na condição de subalternas e pessoas brancas na condição de privilegiadas. Isso estimula construções subjetivas racializadas da população negra e racistas da população branca, o que define o lugar e o não lugar dos sujeitos.

É preciso pensar nos fundamentos epistemológicos da clínica psicológica no processo da decolonialidade. Repensemos a clínica! Afinal, de onde vem a clínica e a quem se destinaria? Desta feita, localizar uma clínica na psicologia é situar primeiro esta ciência no seu fazer clínico, repensando também a própria psicologia. Figueiredo e Inês Loureiro (2018) fazem esse percurso sobre nossa ciência, referindo-se ao paradoxo contraditório da psicologia, cotejando seu fazer em um plano epistemológico. O que os autores sugerem é que, para além de qualquer ponto de vista ou perspectiva epistemológica, precisamos considerá-la pela sua ética. Esta deverá ser a perspectiva da psicologia como um todo e da psicologia clínica em particular. As autoras continuam referindo que “(...) os saberes psicológicos são *intrinsecamente diversos*” (FIGUEIREDO; LOUREIRO, Inês, 2018, p. 83), portanto, problematizáveis. As reflexões trazidas pelo estas autoria nos levaram a pensar que somente ouvindo pessoas negras que vivenciaram situações de racismo, a partir de suas narrativas, poderíamos compreender como a psicologia deverá se constituir em uma clínica que acolhe tais relatos.

Essas narrativas podem ajudar a nos posicionar frente ao racismo que permeia todas as estruturas sociais do país e que chega também à nossa ciência. A provocação maior seria refletir onde a psicologia esconde seu racismo? Até porque, nunca custa lembrar que o racismo nos atravessa há séculos, estando em todas as instituições brasileiras, nas lógicas reais e simbólicas, naturalizando-se. A psicologia, como ciência e profissão desde 1962 instituída como tal, estaria permeada por conceitos e pré-conceitos racistas.

Tais experiências refletem na clínica o que a sociedade brasileira é, pois, em termos raciais, estamos vivendo em uma sociedade racista. Podemos considerar sua estrutura como um todo, tomada pelo racismo, como aponta Abdias do Nascimento (2016), atuante desde a década de 1930 contra o racismo brasileiro, observando como colocara em seu livro *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (1978). Nesta obra, reimpressa em 2016, analisou quão inalterada permaneceria a realidade do povo, mantendo-se ainda no Brasil a estrutura sociorracial ou racista, desde o pós-abolição. Repudiando a estrutura racista da sociedade dissera que essa repulsa profunda e definitiva englobaria algo como o inteiro complexo da sociedade brasileira estruturada pelos interesses racistas e capitalistas do

colonialismo. Situação ainda vigente nos dias atuais, entendendo o autor que tais estruturas manteriam “raça negra em séculos de martírio e inexorável destruição” (p. 136).

Insistiu que existiria uma inviabilidade imediata de uma revolução de caráter verdadeiramente popular e democrática no país, que fosse capaz de alterar a realidade mudando de modo radical as estruturas existentes no Brasil. Ponderou ainda que essas estruturas de “poder e dominação na economia, na política e na estrutura social” (p. 136) dificilmente mudariam sem resistência. Sugeriu que seria uma revolução transformar o sujeito “branco” brasileiro, erradicando os “fundamentos racistas da sua cultura”. Tristemente pode-se contatar que “As estruturas das relações raciais não se têm modificado desde os tempos coloniais até os dias presentes. Ontem eram os africanos escravizados. Hoje são os negros discriminados” (p. 44).

Para estas problematizações, estruturamos a referente tese em temas que balizaram o nosso caminhar, compreendendo sua “estrutura” como uma tese posicionada, portanto, cartografando. Pensando o processo de colonização na psicologia e na clínica psicológica, entendeu-se aqui ser necessário definir o processo. Os estudos decoloniais salientaram acerca da elaboração de outra episteme na formulação do conhecimento (GROSFOGUEL, 2018; QUIJANO, 2005). Seguimos Abdias na busca por revoluções transformadoras.

Nesse processo, pensando uma episteme outra, devemos buscar onde a psicologia clínica se inseriu, sendo necessário pensar sua origem em uma perspectiva africana ou afrocentrada, assim como de uma psicologia preta (esta última, um termo de origem norte-americana). São conceituações e posicionamentos éticos, estéticos e políticos que trazem as vozes silenciadas no mundo. Afinal, se da África é a origem da humanidade é de lá também que são as questões de ser humano que não cabe em si. Esse fazer, na lógica da filosofia africana, acontecerá sempre na coletividade, onde esta psicologia ancestral nos embasaria. Quais fontes nos seriam possíveis? Como acessá-las? Nas práticas comunitárias do ubuntu, que traçam um caminhar coletivo e na cosmovisão afrocentrada, seria um caminho. Aqui no Brasil seriam as histórias relatadas do comportamento cultural e simbólico dos povos para cá trazidos, via sequestro (os negros). Mesmo nessa violência do desterramento forçado, estas pessoas não esqueceram. A árvore do esquecimento não fora suficiente para o apagamento, não as fez esquecer sua força coletiva e ancestral, de sobrevivência secular. Afinal, há muito dessas culturas em nós, afro-brasileiras (os), negras (os) brasileiras (os).

Quanto a isso, Renato Araújo da Silva (2022), doutor em arqueologia pela Universidade de São Paulo e pesquisador no Museu Afro Brasil, define a árvore do esquecimento relatando:

Reza a história oral que na África ocidental, possivelmente onde atualmente fica a República do Benim, na rota dos escravos de Uidá, os escravizados, antes de serem levados à força para as Américas tinham de dar voltas em torno de uma árvore (9 voltas os homens e 7 voltas as mulheres). Esta árvore ficou conhecida como “Árvore do Esquecimento” porque essas “voltas” simbolizariam o “esquecimento” ao qual seriam submetidos aqueles que a partir daquelas voltas, deveriam esquecer sua língua, suas práticas religiosas, seu modo de vida, seus hábitos e costumes, por fim, a sua liberdade (LAW, 2005). A maioria dos escravizados que fazia esta travessia não levava praticamente nada consigo, exceto aquilo que pudesse conter um corpo em grilhões. Mas este mesmo corpo negro, ainda que violado, fez essa travessia dotado de memória. E seus descendentes, centenas de anos depois, puderam refazer esta viagem de trás para frente a fim e levar para África aspectos formais e culturais mesclados nas Américas e, também, recuperar no continente africano esses mesmos elementos ora perdidos para serem ressignificados e duplamente resgatados aqui. (p. 214)

Fazer o pensamento decolonial se expressar na psicologia significaria trazer à história a produção negada, nesse sentido apagada pelo racismo que silenciou uma rica produção. Pelo pensamento decolonial, entendeu-se aqui a reflexão do sul global. Saindo da captura do “racismo/sexismo epistemológico institucional” como se referiu Grosfoguel (2018), apoiamos na compreensão da colonialidade como captura do pensamento pela hegemonia existente de grupos explorados e escravizados. Problematizamos o receio para trazer que decolonialidade na nossa compreensão passaria pela desconstrução de epistemologias hegemônicas para considerar a episteme africana que nos fortalece como povo afrodescendente e negro, da América Latina, como bem sugeriu Lélia, aquela que nos trouxe a ideia, já descolonizante e decolonial (GONZALEZ, Lélia, 2020).

Sua ideia chega como um imperativo “Eu proponho o (termo) de *amefricanos* (“amefricans”) para designar *todos nós*” (p. 134), ou seja, todos que foram subtraídos do termo americanos. Ela dirá das implicações políticas, culturais e subjetivas da categoria *amefricanidade*, ponderando os negros e os povos originários, que estavam aqui antes das invasões colonialistas. Ultrapassariam as limitações territoriais, conjugando a América como um todo, pois para ela seria pensar o continente além do seu caráter puramente geográfico ou como a categoria da amefricanidade incorporando todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural, refletindo sobre a adaptação, sua resistência, bem como a reinterpretação e criação de novas formas de ser. Ou seja, uma América que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos americanoafrocaribenhos.

Paralelo a isso, compreendemos o que definiram as mulheres negras, as feministas, que disseram do pensamento interseccional como um dispositivo que explicaria nossa realidade

(CARNEIRO, Sueli, 2018 [1995]; GONZALEZ, Lélia, 2020; BAIRROS, Luiza, 2012; CRENSHAW, Kimberle 1989; bell hooks, 2020; DAVIS, Angela, 2017). Grosfoguel (2018) sugere o conceito decolonial como a descolonização do “saber e poder”. Já Maldonado-Torres dirá que “a decolonialidade se refere à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmico e simbólicos” (p. 36) sobre os povos. Refletimos a colonialidade, na ideia da modernidade, como o processo de aprisionar os sujeitos colonizados consistindo em três dimensões, quais sejam: a colonialidade do saber, do poder e do ser como componentes fundamentais. Quanto à ideia do colonizado, Fanon (2006) nominou os sujeitos nessa condição como os condenados, quando aprisionados na ideia da colonização.

Decolonial, note-se aqui a conceituação. Listamos, então, as experiências individuais, institucionais e coletivas que trazem o tema do racismo como mote a ser refletido na saúde mental. Notamos que, embora potentes, ainda são experiências isoladas fora do campo da formação. Continuamos a formar psicólogas (os) que pensam a clínica do século XXI com base nos séculos anteriores. É preciso trazer as contribuições de autores e autoras que fizeram a clínica psicológica do lugar da escuta das vozes silenciadas, para nós, com efeito nessa tese, trazer as vozes racializadas. Essas são vozes das pessoas negras que as formularam, bem como das pessoas negras que a ela acessaram, aqui no campo da escuta da pesquisa clínica (no capítulo Caminhos Metodológicos – hodós metá necessário).

Mas é Frantz Fanon, o pensador do século XX, quem vai escancarar a ferida colonial ocidental como a ferida colonial sobre o mundo. Inaugura a reflexão sobre a esquizoanálise, sobre a abertura dos hospitais psiquiátricos e o quanto a ferida colonial expõe o racismo europeu. Com uma obra magistral (*Os Condenados da Terra* (2005[1961]), “*Pele negra, Máscaras Brancas*” (2008 [1952]) trouxe para nós a ideia da dor colonial quando, entre 1953 e 1959, trouxera a experiência da abertura à humanização psiquiátrica nos hospitais da Tunísia e da Argélia. Contudo, tal experiência será apresentada também em seu livro “*Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*” (2020), quando teremos a possibilidade de ver coletada e reunida suas experiências, por meio de artigos científicos, além do relato de tese em psiquiatria, quando poderemos conhecer sua prática no hospital de Blida-Joinville, local onde trabalhou entre os anos 1953 e 1956. Para ele, dedicamos um capítulo (*Rupturas Operadas nas Ciências Modernas, Contribuições de Frantz Fanon para uma Clínica Antirracista*) em que nos ajuda a compreender no ponto de vista da saúde mental, em uma postura ético-política como ouvir as vozes caladas nos processos de colonização racista. Assim como Freud, ele traz realidade – de homem de um tempo da colônia – que é a realidade do homem negro oriundo de um país colonizado e infantilizado pelo europeu comum, pelo governo francês. Até hoje precisamos

perguntar qual a voz da Martinica, seu local de origem? E qual a voz da Argélia ou da Tunísia, entre outras? Todas presentes nessa rica experiência trazida por Frantz Fanon.

Mesmo com vozes silenciadas, pessoas falaram e falam sobre essa psicologia. Traremos essas vozes e, embora existam referências de psicólogas negras e não negras falando sobre racismo, por uma afirmação ético-política traremos as (os) intelectuais negras (os) que representam o silenciamento epistêmico imposto a tais pessoas.

Por exemplo, o projeto da modernidade, ainda presente no século XX, pensava a objetividade definida nas ciências, disso decorreu a busca por esta linguagem científica, universal, uma busca incessante pela ideia da cientificidade subordinado às certezas (in) políticas que perduram até hoje (FIGUEIREDO; LOUREIRO, Ines, 2018). Assim, a noção daquilo que chamamos a criação do psicológico ou a “invenção do psicológico” consequência da crise do século XIX, que abalaria o “projeto epistemológico” colocando em “xeque o sujeito como fundamento autofundante” (p. 32).

O projeto da modernidade não contemplou a todos, os vulnerabilizados nunca foram incluídos no seu projeto. Aliás, há que se questionar (perguntar) qual o projeto os contemplou? O conceito de civilização e modernidade expressam uma ideia da colonialidade – a periferia e o centro, o atrasado e o avançado, o letrado e o iletrado, o da cidade e o do interior, o da cidade e o do campo, o civilizado e o selvagem. O sujeito e o outro... O segundo, nessa frase, será considerado o cidadão de segunda classe, a se espelhar no sujeito, ou seja, no primeiro da frase.

No projeto da modernidade, havia a dúvida ou impasse entre subjetividade e objetividade, universalidade e singularidade, trazendo a crítica ao psicologismo, mas sem fugir muito dele (FIGUEIREDO; LOUREIRO, Ines, 2018). Afinal, a colonialidade não foi uma preocupação para intelectuais na modernidade com honrosas exceções, como profere Joaze Bernadino (2018) ao resgatar Du Bois e dizer que o problema do século XX seria o que toca nas relações raciais, ao dizer que seria, o problema da linha da cor, ou seja, um problema de raça.

O objetivo aqui foi também trazer intelectuais e estudiosos da saúde mental no campo psicológico para o “espaço da discussão e construção (ou invenção) da Memória que estamos nomeando de atlântico negro” (BERNADINO, 2018, p. 249). O autor trouxe esta ideia de resgate ao referir-se a Guerreiro Ramos, o que aqui o fizemos para trazer uma parte da produção na psicologia brasileira em uma clínica aberta, falando do silenciamento “imposto por história hegemônica do pensamento” (p. 249).

Bernadino (2018) (referindo-se ainda a Guerreiro Ramos) dirá que “Estudar a patologia do branco brasileiro era uma maneira político-epistemológica de converter aquele que sempre

fora sujeito do conhecimento em objeto de estudo. Em outras palavras, isso significava retirar o privilégio do branco de converter os negros em objeto de estudo” (p. 259).

Sendo assim, fez (e fará) refletir ainda ao fazer menção a Ramos (1957) sobre o fato de que a patologia social do branco iria se constituir em uma inversão de tal problema, pois, em vez de ser “um problema de negro”, o autor em questão trouxe a fala sobre o “problema do branco” com o único propósito de demonstrar, daquela, a sua enfermidade psicológica. Isso espelharia “o que significa fazer do outro um problema” (BERNARDINO, 2018, p. 259).

Toda esta reflexão da década de 1950 do século passado será trazida para o debate, firmando uma posição decolonial de fato, fugindo aos modismos acadêmicos. Trazemos novamente as reflexões provocativas de Bernardino *et al.* (2018) alertando que precisamos “estar atentos e fortes” quando argumentam a “favor da decolonialidade como um projeto político acadêmico” (p. 10) inscrito nos 500 anos de luta, por exemplo, da população africana. Solicitam o resgate das lutas dos povos originários, quilombolas e das mulheres entre outros, dizendo que é preciso trazer a produção “periférica”, a exemplo dos movimentos de jovens nas periferias, de negros e de intelectuais contra-hegemônicos nos dias de hoje.

Nós reafirmamos o seu chamado dizendo que, para o posicionamento ético-político desta tese como decolonial, trouxemos autoras negras e autores negros que sustentaram o pensamento psi, mesmo sofrendo o apagamento que a epistemologia embranquecida impôs. Isso transformou o percurso cartográfico dessa tese em um percurso antirracista. Tais autoras (es) são as (os) aquelas, abaixo referidas (os), a partir da cartografia de uma linha do tempo.

Trazemos as vozes de formuladoras (es) pioneiras (os) não citadas nas formulações apresentadas nos estudos cotidianos, como referenciais, na formação, por exemplo. Destes nomes, destacamos Frantz Fanon, o martinicano que formula temas que dão base à esquizoanálise e da revolução psiquiátrica humanizando saberes na terapêutica utilizada. Sendo um psiquiatra (com olhar e psicanalista) revolucionário que primeiro definiu o processo de colonização como adoecedor, iremos dedicar a ele um capítulo à parte nessa tese, para melhor compreensão do seu pensamento. Tornemos as experiências locais e visíveis.

No Brasil, o resgate de vozes não levadas em conta fez parte de um processo de revisão das práticas psis e das experiências que já posicionavam uma psicologia atenta aos reclames de escutas de pessoas negras. Quanto a isso, Clélia Prestes (2020), em seu artigo sobre saúde mental no campo psi, faz menção à experiência de Juliano Moreira (1872 – nascido ainda no período da escravidão – 1933) que, como o inovador no campo psicológico, tido como pioneiro da psiquiatria no país, também um dos pioneiros a trazer a psicanálise para o campo do possível em países tropicais, trouxe “como parte de uma reforma da teoria e prática psi” um modo de

olhar para o paciente psiquiátrico realizando uma reforma que foi além das estruturas físicas (1904), indo aos campos da ação e do olhar sobre os pacientes psiquiátricos. Ainda hoje não se escuta sua voz no campo da psicologia e da psiquiatria. Ele foi um precursor também da psicologia brasileira.

5.1 VOZES NÃO ESCUTADAS (OU VOZES SILENCIADAS)

5.1.1 Voz de Juliano Moreira (1893 – 1933)

Das vozes brasileiras sobre saúde mental frente ao racismo, podemos destacar as vozes das mulheres negras, daquelas que não se sentiram ouvidas e nem consideradas. Vozes que realizaram ações e produziram conhecimentos no campo psicológico e até hoje não foram levadas em conta de maneira satisfatória e merecida. Tais vozes já realizavam (e realizam) uma escuta de outras vozes que problematizavam nas suas angústias e dores o racismo sobre si. Foram e são aquelas (es) que escutaram/escutam as pessoas negras nas suas angústias e “devolvendo”-lhes a possibilidade da fala.

Dentre estas, podemos apontar (trazendo-as como exemplo) em uma ordem cronológica, porém não fechada. Dessas vozes, abrimos exceção para dois homens como vozes também silenciadas. Das primeiras vozes, podemos ver **Juliano Moreira** (1872 – 1933), já citado, importante figura que, no final do século XIX e nos anos de 1920 (do século XX), seria precursor no campo psi da humanização na psiquiatria, tido como o fundador da psiquiatria moderna no país humanizando o atendimento nas práticas psiquiátricas. Foi o precursor e promotor da psicanálise no Brasil (PRESTES, Clélia, 2020). Ele abriu aos “loucos” o espaço do manifestar-se, ou seja, o lugar de fala. Realizou modificações que revolucionaram na forma de fazer a psiquiatria que tiraria do “doente mental” o estigma do louco perigoso. Juliano Moreira pode ser visto como aquele que humanizou o tratamento psiquiátrico, como a parte das figuras revolucionárias no campo psicológico brasileiro.

Menino negro, que surgiu ainda no período da escravização, nasceu Juliano Moreira na Bahia em 1873, sendo a referência importante para pensarmos a fundação da psiquiatria tida como moderna, no Brasil ainda “atrasado”. Ele foi o responsável por congregar em uma escola de psiquiatria o pensamento moderno, trazendo a revisão das práticas psiquiátricas. Desde cedo, recebe a carga do desamparo a que são submetidos os escravizados ou seus descendentes,

perdendo sua mãe Galdina Joaquina do Amaral, ainda criança. Era uma mulher negra que criava o filho sozinha, trabalhando na casa de Luís Adriano Alves de Lima Gordilho (o Barão de Itapuã). Precoce, Juliano Moreira conseguiu aos 13 anos entrar na Faculdade de Medicina da Bahia, como um feito relevante que precedia em três anos o processo da abolição da escravatura, ocorrido em 1888 (PRESTES, Clélia, 2020).

Além de sua inteligência, chama a atenção um adolescente negro entrar no curso de medicina três anos antes da abolição da escravatura. Isso se deu inclusive porque recebeu apoio do Barão de Itapuã, médico e professor na mesma faculdade, que, como padrinho, investiu em cursos preparatórios e contribuiu para que o menino negro entrasse. Quando se forma, em 1891, sua tese de conclusão, sobre sífilis, recebe divulgação e elogios em publicações científicas francesas. (PRESTES, Clélia, 2020, p. 55)

Juliano Moreira é salientado por Prestes em seu artigo “Não sou Eu do Campo Psi? Vozes de Juliano Moreira e Outras Figuras Negras” (2020) como o precursor da psicanálise no Brasil, citando os trabalhos de Sigmund Freud. Ela o definiu como uma “Figura excepcional ao longo de toda a sua história”. O ineditismo da citação ao pai da psicanálise ocorreria em uma conferência realizada no 1899, o que fez como algo inédito 10 anos antes de outras citações terem sido feitas no país. O período da institucionalização da psicanálise no Brasil também traria Juliano Moreira como referência.

Outros estudiosos da vida de Juliano Moreira (FACCHINETTI, 2015; CASTRO, 2020; VENANCIO, 2005) trouxeram que, naquele momento histórico, teríamos essa figura de grande importância, sendo não só precursor dos estudos da psicanálise, mas sobretudo o modernizador da psiquiatria. Em 1907, funda com outros colegas a Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, sendo seu diretor até a data de sua morte em 1933.

Aparece Juliano Moreira, então, desde o final do século XIX, como pesquisador negro, contestando os absurdos do racismo científico e argumentando que distúrbios psíquicos não são causados por elementos étnico-raciais, nem relativos ao clima tropical, mas por determinantes sociais. (PRESTES, Clélia, 2020, p. 57)

Tendo iniciado e realizado brilhantes estudos entre 15 e 16 anos, contestou as ideias eugenistas e racistas de Nina Rodrigues, demonstrando a luta contra aquilo que foi denominado na época como as degenerações nervosas e mentais. Para ele, seria preciso combater de fato problemas como o alcoolismo, a sífilis e as verminoses, além das condições precárias da vida

de pessoas que precisavam lidar com condições sanitárias e educacionais precárias e adversas. Para Juliano, tal como ressalta Ronaldo Ribeiro Jacobina em seu artigo “Nem Clima Nem Raça: a visão médico-social do acadêmico Juliano Moreira sobre a Sífilis Maligna Precoce” (2014), tais situações seriam as condições do sofrimento e não a degenerescência da raça “miscigenada”. Juliano Moreira mostrou que os trabalhos de higienização mental dos povos, desenvolvidos naquele momento, não deveriam ser afetados “por ridículos preconceitos de cores ou castas” (JACOBINA, 2014, p. 457) referia-se ao preconceito de raça.

Impulsionou a criação de laboratórios em hospitais e clínicas trazendo o tema da psicanálise, em uma época na qual ainda não se discutia sequer Freud no Brasil. Foi responsável por transformações no modelo de atendimento psiquiátrico, com enfoque mais humano, mais próximo das pessoas ali inseridas.

Seus feitos pioneiros levaram seus colegas a utilizar a teoria freudiana, justificando que a psicanálise já se estendia por alguns outros países e que aqui os médicos ainda estavam esperando ser amplamente adotada pelas bandas de cá. Em 1927, a primeira sociedade brasileira de psicanálise (primeira na América Latina) se instalou em São Paulo. No ano seguinte, surgiu a do Rio de Janeiro, tendo Juliano Moreira como um dos primeiros nestas contribuições, senão o precursor do estudo das relações raciais o Brasil.

5.1.2 Voz de Virgínia Leone Bicudo (1910 – 2003)

Em seguida, trataremos **Virgínia Bicudo** que, em 1941, realiza pesquisa na área de saúde mental tendo como um grupo da pesquisa pessoas negras, pais de crianças em um espaço de clínica que visava, segundo ela, ao ajustamento de personalidade dessas crianças no campo afetivo (BICUDO, Virgínia, 2010). A primeira psicanalista brasileira, já atuando na década de 1930, precisamente em 1937, entrará em contato com o tema da psicanálise ao ser também primeira mulher analisada pela psicanalista Adelheid Koch. Virgínia Bicudo insere-se, ainda em 1938, como uma visitante psiquiátrica no serviço de educação na educação de São Paulo (CHOR, 2010). Em 1940, começa a ensinar na Escola Livre de Sociologia e Política – ELSP). Com isso, seu pioneirismo no tema da clínica psicanalítica toma corpo para nós.

Nosso trabalho traz a lista de autoras e autores que fizeram o que Virgínia fez, naquilo que Silva (2011) diz, ao citar algo inovador, ao referir que “Ela – **Virgínia Bicudo** – deixa o sujeito social falar – o que não significa dar-lhe voz, pois ele já a possui – para que ele enuncie, clara ou obscuramente, a construção social da qual faz parte” (SILVA, 2011, p. 438) (**acréscimo**

e destaque nosso). O autor fez referência aqui ao modo como ela trouxe a voz dos seus entrevistados nesse que é o trabalho pioneiro sobre as relações raciais no país, a partir da narrativa desses entrevistados. Virgínia Bicudo enfatizou os processos pós-abolição desse ajustar dramático do negro e do mestiço à nova ordem social. Ordem ainda de um processo de adaptação com estratégias dolorosas de ajustamento, “como a autonegação, o constrangimento e controle social” (p. 438) que traziam as feridas dolorosas da não adaptação e a constatação da inferiorização do sujeito negro independentemente do que produzia para ser alçado ao patamar de sujeito.

Virgínia Bicudo, trazida como a “socióloga, psicóloga e psicanalista” por Deivison Faustino (2020), será também aqui referenciada por nós como a primeira psicóloga social do Brasil. Será levado em conta o que os seus estudos suscitaram, transportando-nos às questões adicionais na reflexão sobre as atitudes de pretos e mulatos, discutindo o indivíduo, bem como o sujeito social em questão no “âmbito psicológico e das relações sociais” (SILVA, 2011, p. 441). Faustino (2020) discorreu, ainda, que ela realizou tais estudos e pesquisas no período entre 1941 e 1944, assim como chegou “defendendo sua tese em 1945”, abrindo a possibilidade de pensar as relações raciais no campo além do sociológico, o campo psi, fato também sugerido por Prestes (2020). Podemos pensar que os seus estudos trouxeram explicitamente “o mulato e o preto”, mas valendo dizer que se o branco foi uma personagem oculta, pode entender que era “um ausente extremamente presente” (PRESTES, Clélia 2020, p. 441).

A importância de Virgínia Leone Bicudo para a psicologia brasileira é muito maior que se possa supor, assim como seu apagamento demonstrado no silenciamento sobre sua obra e sua importância, problematizando como o racismo dentro das ciências e da academia é ainda uma constante. Sua obra teria para nós uma relevância singular, poderíamos associá-la aos estudos de Fanon, que representou uma revolução para o mundo, com impactos nas formulações sobre saúde mental e racismo. Assim, quem sabe ela talvez fosse estudada mais a fundo. Por outro lado, ela teria a importância de estar na galeria das psicanalistas que foram desbravadoras no país. Por ser a primeira psicanalista negra brasileira a ser analisada, a primeira psicóloga clínica e psicóloga social, afinal, do campo das ciências sociais e da educação, fortaleceu a psicologia social, especialmente na América Latina e brasileira, como vertente importante de interface na ciência psicológica (CFP, 2021; PRESTES, Clélia, 2020; FAUSTINO, 2018; SILVA, 2011; CHOR, 2010). Seria também a primeira psicanalista não médica no país que traz à tona a reflexão sobre a análise “leiga”. Podemos transportar a questão da psicoterapia (e /ou psicanálise) ser realizada para e por pessoas negras.

Sua relevância, também no nível institucional, para ajudar a estruturar o sistema Conselhos ocorreu porque foi integrante do primeiro plenário do Conselho Federal de Psicologia, sendo uma das conselheiras a integrá-lo. A ata de sua posse, um registro histórico, datada de dezembro de 1973, trouxe a memória da psicologia brasileira. Tal versão apareceu agora e relembra sua importância com o Prêmio “Profissional Virgínia Bicudo – Práticas Para Uma Psicologia Antirracista”, oferecido pelo órgão que ela integrara como uma das fundadoras e que tem por objetivo “regulamentar a participação no Prêmio Profissional Virgínia Bicudo “Práticas para uma Psicologia Antirracista” (CFP, 2021). Além disso, objetiva identificar, valorizar e divulgar estudos e ações de psicólogas, tanto trabalhos individuais quanto coletivos e de grupos que envolvam “a Psicologia e as Relações Étnico-Raciais, fundamentadas nos Direitos Humanos e que tenham impacto na saúde mental, na redução das desigualdades sociais e no posicionamento antirracista” (CFP, 2021). O Conselho Federal espera com a realização desse prêmio também “fomentar a divulgação de estudos e ações exitosas no campo da psicologia e das questões raciais”¹⁸.

O Prêmio Profissional com seu nome, do Conselho Federal de Psicologia, busca o resgate dessa pioneira esquecida por tanto tempo, bem como enaltecer sua valiosa contribuição para a psicologia brasileira. Confirmou-se em um órgão de tamanha relevância, seu pioneirismo no debate das relações raciais no campo psi, conforme lembram autores como Clélia Prestes (2018, 2015), Reis Fihos (2005, 1988), Faustino (2018) e Janaina Damaceno Gomes (2013) em sua tese “Os Segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo” (1945 – 1955), (2015).

Nos campos psi e das ciências sociais, estudiosas demonstraram que a situação frisada por Virgínia Bicudo em relação aos estudos sobre racismo era, de fato, o que mostrava também Abdias de Carvalho (1940). Podemos pensar como na atualidade o discurso que observamos ainda traz considerações sobre as relações raciais afirmando a possibilidade destas relações terem sido construídas sem tensões, apoiando-se na lógica de democracia racial, termo este combatido por Abdias desde o século passado. Existiu a crença de que seríamos o país da igualdade no século passado, o que faria de nós a experiência de um “laboratório de boas práticas” para as relações raciais, integração e para miscigenação. A democracia racial seria a prova da falta de tensão racial no Brasil. Destacamos o Projeto Unesco (1952), do qual Virgínia fez parte, como o momento em que isso não se sustentou para as intuições locais e

¹⁸ EDITAL Nº 1/2021 Processo nº 576600005.000045/2021-48 EDITAL DE CONCURSO Nº 1/2021 DO.

internacionais. Os movimentos negros já denunciavam, desde 1940, lutando até hoje para confirmar que o Brasil seria uma das sociedades mais racializadas, portanto racista, do mundo. Fato confirmado, na prática, pelo visitante do Projeto Unesco (COSTA, Maria Conceição, 2010).

A tentativa dos estudos da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) com o *Projeto UNESCO* (1950) veio desmascarar a democracia racial brasileira e a proposta de integração pela miscigenação adocicada. A UNESCO convidou Virgínia Bicudo para desenvolver um trabalho cujos objetivos eram mostrar “os sentimentos e os mecanismos psíquicos de defesa manifestos nas atitudes relacionadas à cor” entre alunos de escolas públicas na cidade de São Paulo. Ela observou que o preconceito não apareceu nas entrevistas e concluiu, mostrando já o seu pensamento de psicanalista, que “os sentimentos hostis relacionados com a cor podem ter sido censurados e, portanto, camuflados” (BICUDO, Virgínia, 2010, p. 25).

Maria Conceição Costa (2010) ressaltou em uma análise crítica que quem estudasse as relações raciais após a Segunda Guerra Mundial, período em que o conceito de raça (MUNAGA, 2008, 2010; GUIMARÃES, 2003) trouxe muitas dores ao mundo ocidental europeu, poderia ter a ilusão de que seria o Brasil um país de boas práticas, dado não haver tensão racial. Ou seja, no Brasil não existiria o racismo como ocorria na África do Sul, com o apartheid, nos Estados Unidos, com as leis da segregação racial. Para isso, como modelo escolheu-se o nosso país por considerá-lo um “laboratório” em que se demonstraria a possibilidade da convivência sem tensão racial, isso que chamavam boas práticas para as tais relações raciais. Maio (1999; COSTA, Maria Conceição, 2010) descreveu tal projeto “como um agente catalisador, ao patrocinar uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil entre os anos 1951 e 1952, trazendo para a agenda internacional o que Arthur Ramos¹⁹ entendia ser o “laboratório de civilização”” (aspas do original), referindo-se à experiência brasileira.

Nesse período, em 1945, podemos compreender **Virgínia Bicudo** inaugurando o pensamento psicológico, ao falar na sua tese de sociologia, sobre a saúde mental. Pode-se dizer, ligeiramente, que Bicudo antecipou em quase uma década uma discussão fundamental sobre os

¹⁹ Arthur Ramos finalizou o delineamento de um plano de trabalho no qual estava previsto o incremento de investigações sociológicas e antropológicas no Brasil, assumindo em 1949 a direção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Neste período, finalizou o delineamento de um plano de trabalho no qual estava previsto o incremento de investigações sociológicas e antropológicas no Brasil. Em junho de 1950, a 5ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, realizada em Florença, aprovou a realização de uma pesquisa sobre as relações raciais no Brasil, mas Arthur Ramos, seu idealizador, havia falecido oito meses antes, sem chegar a definir com maiores detalhes o tipo de estudo que tinha em mente. No entanto, é notável que, mesmo sem sua participação no desenho definitivo da investigação, suas preocupações a respeito do Brasil estavam presentes tanto na versão final do Projeto UNESCO quanto nos resultados das diversas pesquisas realizadas em seu âmbito (MAIO, 1999).

“processos sociais e os processos mentais” que seriam estudos também caros a outro brilhante investigador do tema, o martinicano Fanon (FAUSTINO, 2018). Isso é posto por Silva (2011) quando sugeriu também que, como a construção de uma argumentação sobre o negro, Virgínia Bicudo anteciparia, em ao menos quase dez anos, o que fez Fanon. Este último, o psicanalista e revolucionário martinicano, ao descrever em seu clássico estudo “Pele Negra, Máscaras Brancas”, de 1952, tal situação, desnudou o tema aliado aos estudos sobre os sujeitos colonizados. Bicudo realizou sua pesquisa inovadora, sendo a primeira pessoa também na América Latina a fazer análise, uma pessoa negra, uma mulher negra.

Ao estudarmos a obra de Virgínia Bicudo, como nos sugere Faustino (2015), podemos considerar a obra de Fanon a partir da sua tese de doutorado em medicina, que fora rejeitada em Lyon/França, como aponta Silva abaixo, constituindo-se em seu grande tema no livro “Peles Negras, Máscaras Brancas” (2008). Nesta produção teórico-política Fanon teceria a discussão sobre “os processos de interação entre brancos e negros, nos mais diversos níveis psicossociais” como aponta Silva (2011, p. 442) em seu artigo que nos leva ao resgate da memória de Virginia; níveis estes aliados ao tema do problema da colonização a que foram submetidos os negros na Martinica (Caribe), assim como os argelinos e demais povos africanos. Virgínia trouxe as relações raciais levando em conta “os processos sociais e psicológicos” (BICUDO, Virginia, 2010, p. 157) nas reflexões sobre as condições e as relações de pessoas negras entre si e com pessoas brancas.

5.1.3 Voz de Guerreiro Ramos (1915 – 1982)

Seguimos destacando a relevância de outro homem brasileiro, o sociólogo **Guerreiro Ramos**. Em 1949, o jornal o Quilombo publicou sua experiência com grupoterapia, texto republicado recentemente em obra organizada por Maria Célia Malaquias (2020). Nesse texto, Ramos relatou a força dessa ação, trazendo as origens desse tema. Disse-nos o sociólogo tido como o maior intelectual da sociologia no século XX, com sua experiência na luta contra o racismo, sobre a importância do psicodrama e sociodrama produzidos por pelo J. L. Moreno (1889 – 1974), como uma técnica possível de possibilitar as catarses das pessoas negras frente ao racismo.

Introduziu o psicodrama, no Brasil, surgindo com o Teatro Experimental do Negro (TEN) no Rio de Janeiro, ainda na década de 1940, de onde surgiu o que, nas palavras de Elisa Larkin Nascimento (2020), significaria: “o psicodrama emerge, então, do interior do

movimento social de combate ao racismo” (p. 17). O TEN criou o Instituto Nacional do Negro e, por meio deste, preconizava os seminários de grupoterapia por meio do psicodrama ou sociodrama, que tinha por objetivo, segundo a autora, oferecer oportunidades tanto terapêuticas quanto psicológicas para seus participantes. Nesse sentido, discutia criticamente sobre os aspectos da “realidade social abordada no ato terapêutico” (p. 22).

Guerreiro Ramos (2020) vem relatando que Abdias Nascimento, uma das maiores referências na luta contra o racismo brasileiro, denunciou a farsa da democracia racial ainda na década de 1940 do século passado, quando após a 2ª guerra mundial o Projeto Unesco (já citado) tentara compreender se o Brasil seria uma boa prática nas relações raciais na sociedade. Nesse sentido, trouxe Guerreiro Ramos que, ao criar o Teatro Experimental do Negro (TEN), Abdias Nascimento criou um departamento de estudos e pesquisas denominado “Instituto Nacional do Negro”, no qual o próprio Guerreiro Ramos era o coordenador. Começam as atividades com o “Seminário de Grupoterapia”, em que se observava a viabilidade do grupoterapia com base no psicodrama, constituindo-se em um espaço de catarse e reflexão das sequelas consequentes do processo escravização vivido no Brasil.

Esses traumas seriam consequências da vivência do não lugar para as pessoas negras, que ele observara como “uma vivência de ausência de um lugar, de uma identidade fragmentada” (p. 37). Ramos (2020) refletiu também a importância do psicodrama no teatro por trazer que:

Até hoje o drama diz respeito, em sua concepção comum, às peças elaboradas para serem representadas num palco. Todavia, um exame mais acurado do conceito, à luz de recentes resultados da psicologia social e da sociologia, torna imperativo redefinir o drama, reivindicar para o termo um significado mais amplo. (RAMOS, 2020, p. 37)

O autor referiu que o comportamento social não é inato, mas fruto de aprendizado social sendo a síntese dos papéis a serem aprendidos (p. 37). Em virtude disso, pode reforçar que a “A essência da sociedade é o drama “ (p. 38), concluindo daí que a psicologia e sociologia moderna revelariam as possibilidades quase ilimitadas, no seu entendimento, isso daria modelação deliberada do processo da vida social, bem como da autoinstrumentalização da personalidade humana.

Ele diria que “o psicodrama é, ao mesmo tempo, um método de análise das relações humanas e um processo terapêutico psicológico. Aliás, ordinariamente é difícil separar o intuito analítico do intuito terapêutico” (p. 38). Temos aqui as bases para a psicologia de grupo no

Brasil, porém não ouvidas pela psicologia. Continuou dizendo da importância do teatro para o psicodrama quando dizia que “o palco representa a miniatura da sociedade, em que se materializa o problema psicológico” (RAMOS, 2020, p. 38).

Na psicanálise, o caso é exposto, preferencialmente, de modo verbal. No psicodrama, concretizava-se efetivamente a constelação de relações de que o indivíduo é participante. A análise deste tipo operaria com elementos mais numerosos e fidedignos do que os colhidos na hipótese, no narcossíntese e na psicanálise. Por outro lado, “ensejar-se-ia aí, ao paciente, a possibilidade de lutar não apenas na dimensão imaginária e verbal, mas em todas as dimensões, com seus temores e ansiedades” (p. 38). Seria, porém, a catarse o mecanismo fundamental do psicodrama. Eis o motivo a partir do qual Aristóteles deveria ser considerado o precursor do método psicodramático, já que foi ele, o filósofo grego, quem descobriu que a tragédia, pela compaixão e pelo terror, provocaria um processo de libertação própria a tais emoções. E também identificou esta espécie de libertação interior com a palavra *catarse*, sendo uma metáfora poética tirada da medicina, pela qual era curioso, observa Pero de Otelho (RAMOS, 2020).

Guerreiro Ramos (2020) traria os estudos do drama e da tragédia, referindo que no teatro foi Shakespeare quem trouxera, além de Aristóteles. O fez com a tragédia Hamlet, quando o herói imaginou um verdadeiro psicodrama falando de emoções, culpa, remorso e purgação psicológica. Afirmou que “o teatro é, assim, uma forma particularíssima do drama” (p. 38).

Guerreiro Ramos escreveu sobre Grupoterapia, Psicodrama e Sociodrama, baseando-se na criação de Jacob L. Moreno, sociólogo e psicoterapeuta judeu austríaco, radicado nos E.U.A, (MAIO, 1996) nos anos 1950, por ser este o criador da técnica, contribuindo com uma nova interpretação do significado do que seja o drama. Deste modo, seria por meio do psicodrama que faria a referência ao método que analisará as relações humanas em um processo de terapêutica e psicológica dramatizada (RAMOS, 2020). Para nós, Guerreiro Ramos falou, com sua rica contribuição, não só à psicologia clínica, como também à psicologia social (GUIMARÃES, 2004; MAIO, 1996), sendo também aí não escutado!

As consequências da abolição, uma farsa e falsa ideia de liberdade para negros escravizados, na verdade colocou à própria sorte milhares de pessoas sem a menor condição de sobrevivência. Estes eram seres humanos analfabetos e famintos que ficaram a perambular nas cidades, nas ruas e nas periferias. Tal situação trouxe o problema do abandono dessa população, iniciando a formação das favelas, especialmente as cariocas. Foram locais onde negros “libertos” na condição de pobreza exposta, de prostitutas, de bêbados, ladrões e desempregados, todos pobres, foram amontoados em cortiços (CUNHA, 1986 apud MOTTA, 2010). E esta

população abandonada seria aquela que, “entre 1948-1950”, teria a possibilidade conhecer o psicodrama por meio do trabalho de Guerreiro Ramos (MOTTA, 2010).

É importante recontar a história das ações antirracistas na psicologia, não são atividades marginais, sendo marginalizadas pela negação epistemológica. Trazendo para nós que é urgente “desalienar o campo psi e descolonizar suas atuações” (PRESTES, Clélia, 2020, p. 73). Afinal, continuou Prestes (2020) ao trazer que “Vozes não faltam”. Elas precisariam ser ouvidas. Ela trouxe uma linha do tempo das principais autoras brasileiras que falaram do racismo no campo psi e o quanto esses nomes foram invisibilizados ou falando com figuras coadjuvantes e não como protagonistas, se não como titulares da história da psicologia brasileira. Sugere ser um “daltonismo” a partir do qual só enxergaram a cor do poder, trazendo sempre referenciais brancos.

É nesse sentido que Clélia Prestes (2020) trouxe que existiriam silêncios, assim como silenciamentos, cegueiras, daltonismos e invisibilizações. Processos que tornam as ações desse campo alienadas em relação ao contexto socio-histórico de violências físicas, simbólicas, patrimoniais, psicológicas que atingem a População não-branca e levam aos diagnósticos e tratamentos delirantes por estarem descolados da realidade. Desqualificam as demandas, tomam efeitos por causas e promovem novas violências.

5.1.4 Voz de Neusa Santos Souza (1948 – 2008)

Em meio às vozes silenciadas, será na década de 1980 que teremos a figura de **Neusa Santos** (1982), aquela que foi resgatada pelo movimento negro (a quem ajudou a criar) tida por quem conhece sua obra como uma das grandes expoentes do tema, no campo da psicologia das relações raciais e da psicanálise. Uma das primeiras e maiores psicanalistas deste país. Ocorreu, como mostra o psicólogo Tiago Cabral (2020), que Neusa falou, “mas quase não foi ouvida”.

Clélia Prestes (2020) também ajudou a desvendar os fatos do silenciamento sobre Neusa e outras autoras que foram vozes também silenciadas. Trata-se de outra pioneira, baiana de nascimento, que foi para o Rio de Janeiro seguindo “os passos de Juliano Moreira”, formando-se em medicina na mesma universidade que ele estudara, também tendo como um dos objetivos, nessa da mudança, estudar com mais profundidade a psicanálise (PRESTES, Clélia, 2020). A dissertação de Neusa Santos, um trabalho ímpar no processo dos estudos sobre o tornar-se negro, depois transformada em seu livro magistral, é uma referência que é “até hoje, o mais conhecido sobre psicologia e negritude” (PRESTES, 2020, p. 65), o Tornar-se Negro (1983).

Já para Rafael Aiello Fernandes (2018), estudioso atual sobre a figura dessa psicanalista, seria importante levar em conta a relevância de Neusa Santos pontuando a distância desta dos estudos de Virgínia Bicudo, o que se deveu ao próprio desconhecimento da obra de Bicudo no campo da saúde mental, que ficou confinada ao acervo da biblioteca de sociologia da USP, em São Paulo, por cinco décadas. A biblioteca da Escola Livre de Sociologia e Política guardava um tesouro que teria influenciado muitas gerações se fosse algo publicizada há mais tempo. Só em 2010, pode-se saber de Virgínia Bicudo e, nesse sentido, mesmo sem conhecer a obra de Bicudo, Neusa traz reflexões importantes quanto ao papel da psicologia e da psicanálise, referindo assim Fernandes (2018), ao hiato de discussão existente entre estas autoras. O estudioso fez referência a Neusa “como uma voz solitária, porém essencial” (FERNANDES, 2018, p. 65).

Destaca-se o livro “Tornar-se Negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social”, obra estudada pelo movimento negro desse a década de 1980, quando fora lançado. O Movimento também ajudou a divulgá-la, a despeito da academia, quando a autora trouxe a percepção sobre a condição de ser negro no Brasil. A partir dessa confirmação de uma sociedade que tem um racismo que institui para a pessoa negra os referenciais brancos, como ideal de ego (PRESTES, 2020). Neusa formulou um estudo no campo da psicanálise quando sugeriu que o sujeito negro demonstraria o ideal de ego como sendo branco. Na prática, isso seria a ideia do racismo introjetado e a negação de si. Ela tematizaria sobre um negro que, imerso na ideologia imposta pelo branco, passaria a tê-la como sua, “como ideal a ser atingido”. Nesse caminho, “[...] O figurino é branco, em suas diversas matizes” (p. 34).

Foi inovadora também sobre a realidade ao juntar a análise das relações de classe (pelo materialismo histórico) e as “relações raciais, pela psicanálise, especialmente os conceitos de complexo de Édipo e ideal de ego” (PRESTES, Clélia, 2020, p. 34). Neusa trouxe nesse, que será o estudo mais importante sobre o tema, refletindo nessa formação de um ideal de ego branco, para as pessoas negras, ideal esse fundado nessa dupla opressão, tanto de classe quanto de cor (SANTOS, 1983), portanto de raça. Aqui apareceram suas aproximações com Frantz Fanon.

Em relação à Neusa Santos, Kwame Yonatan Poli dos Santos (2020) reforça a referência ao seu majestoso “Tornar-se negro” que contém um importante questionamento da autora sobre a omissão da psicanálise brasileira em relação à temática das relações raciais, já na década de 1980. Continua sugerindo que esse fato traz um silenciamento “conivente com o racismo estrutural, ou na melhor das hipóteses, podemos fazer um paralelo com o conceito freudiano de narcisismo das pequenas diferenças” (SANTOS, 2020, p. 7). De maneira que muitos

psicanalistas sofreriam desse tal narcisismo das grandes indiferenças, pois adotaram um sotaque europeu. Sotaque colonizado que lhes possibilitou construir as bases psicanalíticas locais, sem conseguir fazer a escuta dos efeitos dessa colonialidade que lhes atravessa e que atravessaria também a realidade do Brasil. Foram três séculos de escravização a que fomos submetidos, sendo a grande vítima de fato a população negra.

Já na década de 1990, abriu-se um espaço para que a psicologia fosse balanceada por vozes que traziam e produziam experiências de enfrentamento ao racismo, as quais denomino como pioneiras, todas negras e opto aqui por trazer vozes femininas, em uma defesa do lugar das falas. Vozes negras que produzem conhecimento e não são utilizadas como referências na psicologia, na formação acadêmica, nem no nível da graduação e nem da pós-graduação.

5.1.5 Voz de Maria Aparecida (Cida) Bento

Na década de 1990, o estudo das relações raciais foi mexido por **Cida Bento** ao trazer o tema da branquitude para a cena das relações raciais. Sua dissertação, de 1992, baseada nos estudos sobre os trabalhadores negros, trouxe o desvelar das práticas discriminatórias sobre este público, com o título **Resgatando a minha bisavó: discriminação racial no trabalho e resistência na voz dos trabalhadores negros**, pesquisa no Mestrado em Psicologia Social (da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992). Trouxe o tema das relações de trabalho e as reações então decorrentes, de modo a tornar visíveis as experiências de discriminação racial no mercado de trabalho. Em paralelo, resgatou também a resistência negra. O estudo discutiu o tema nas dimensões relacionais da discriminação, identificando a persistência e continuidade da ação discriminatória branca e da resistência negra.

Continuando seus estudos nas relações raciais, aprofundou ao ponto que, em 2002, tais investigações foram balanceadas quando Cida Bento inaugurou a pesquisa e o estudo da branquitude na psicologia brasileira, trazendo a tese sobre os “Pactos Narcísicos do Racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público”, defendida na USP, São Paulo. Na referida obra, introduziu o debate de que “no Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se com o branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais” (BENTO, Cida, 2002, p. 25).

Descreverá o processo em que o branco pouco aparecerá, excetuando-se quando apareceu como “o modelo universal de humanidade” (p. 25), sendo “alvo da inveja e do desejo

dos outros grupos raciais não brancos” (p. 25). Sendo encarados, então, os negros “como não tão humanos” (p. 25) assim. Sugeriu, portanto, que ao estudar o branqueamento pode constatar que foi um processo inventado e mantido pela branquitude. Será essa “[...] elite branca brasileira” que vai evidenciando como o racismo e o estudo da branquitude serão trazidos como um problema do negro brasileiro (BENTO, Cida, 2002). Sendo assim, sugeriu que “[...] a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado” (p. 26).

Dialogando com o movimento negro, nessa argumentação, ela vai refletir que “o foco da discussão seria sempre o negro e haveria um silenciamento tremendo sobre o branco” (BENTO, Cida, 2002, p. 26). Enfatizou a dificuldade de responsabilização do branco. Dirá Bento (2002) existir “uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (p. 26).

Não focando no branco e no tema da branquitude, seriam evitadas as discussões das diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, sugerem seus estudos, o branco terá o privilégio real e simbólico da brancura, o que finaliza magistralmente não é e nunca seria pouca coisa.

Nesse pacto narcísico da branquitude, sugeriu também a defesa de seus privilégios raciais. Organizando o clássico livro “Psicologia Social do Racismo” com Iray Carone (2002) conseguiu juntar um grupo de pessoas que traziam a temática nas suas formulações. Este livro foi fruto da sua pesquisa daquele doutorado em psicologia na USP, em que discutiu sobre o processo do branqueamento e da branquitude, demonstrando “como o ideal da brancura compromete a maturidade psicológica do povo brasileiro, enquanto atrapalha a integração dos tais elementos formadores desta sociedade” (PRESTES, Clélia, 2020, p. 69).

Nessa coletânea de importantes textos sobre o tema, conseguiu trazer o rico prefácio de Kabengele Munanga, assim como um texto de Isildinha Batista Nogueira (a quem faremos alusão abaixo), que é outra referência dentro da psicanálise e nas relações raciais. Entretanto, foi Cida Bento que trouxe o incômodo tema da branquitude para a branquitude, os brancos sendo racializados dentro da psicologia brasileira, no campo da formação e da pesquisa (levou o tema para academia há duas décadas, porém sem ter a ressonância merecida). Trouxe a ênfase no pacto narcísico da branquitude, de modo muito similar ao que trouxera Guerreiro Ramos, ainda na década de 1940, sobre a patologia do branco e que será atualizada por Cuti (2018).

Nesse estudo, Cida Bento (2002) salientou como os brancos saíram do processo de escravização “com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo” (BENTO, Cida, p. 27), no caso dos negros. Trazendo ainda que “há benefícios concretos e simbólicos em que se evita caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil” (p. 27). Sugeriu que existiria “silêncio e cegueira” (p. 28) que permitiriam não se evidenciar os negros e nem lhes indenizar pelo período de exploração com a escravização. Daí concluiu ser tão relevante colocar em pauta, quanto à política compensatória ou de reparações, ainda de ações afirmativas, taxadas de benevolente até hoje e extremamente difíceis de ser implantadas no país. Este é um tema com o qual Cida Bento vem lidando há pelos menos 30 anos, pensando as relações de trabalho e o lugar da pessoa negra, no campo das ações afirmativas.

Destacou-se que existiriam benefícios simbólicos positivos sobre si (o branco) para qualquer grupo que precisasse de referências positivas para o fortalecimento de sua autoestima e autoconceito, o que valorizaria o próprio grupo, por mencionar os brancos. Nesse sentido, isso ocorreria com as pessoas brancas e não com as pessoas negras (BENTO, Cida, 2002), com estas últimas ocorreria o inverso pelo processo de desqualificação e desumanização.

A autora acima citou Fanon na lógica do medo em relação ao negro demonstrado pelo branco. O negro ameaçador que, na lógica da branquitude, seria sempre uma ameaça, vide o elemento suspeito, sempre pronto *a aprontar*. Entretanto, Bento (2002) relatou também que, para a compreensão da branquitude, “bem como o processo do branqueamento, poderia se “entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, acerca do silêncio, fiel guardião dos privilégios” (p. 39).

A branquitude se protege como referência sem nem ao menos ter que pensar nisso, em um processo narcísico em que os semelhantes se protegem e o diferente, o outro, surge como a ameaça, como o perigoso constante. Bento (2002) trará as ideias de René Kaës (1997), psicanalista grupal (francês) que fez referência ao processo do grupo na ideia da fuga e luta, destacando o artifício da “fantasia” coletiva quando atacar ou ser atacado constituiria o inimigo em alvo da discriminação racial.

Além disso, falando do **narcisismo e brancura**, traria a crítica ao privilégio, assim como ao pacto da branquitude e ao pacto narcísico, incluindo aí aqueles estudos **bem-intencionados**, os progressistas que, a despeito do racismo existente, não pontuaram a discriminação racial em seus estudos ou reivindicações. Nesta crítica, ela incluiu “psicólogos e psicanalistas” (BENTO, Cida, 2002, p. 41) que, assim como os investigadores dos problemas

sociais, o faziam sem levar em conta os 400 anos de histórico racial do país, definindo lugares de privilégio aos brancos e de miséria, discriminação e violência racial aos negros.

Sua leitura do narcisismo lembra o que falara Ramos (1945) ao fazer referência à patologia do branco brasileiro. Nesse sentido, fez menção ao que Guerreiro Ramos nominou como ideal de brancura em um país já na década de 1940, majoritariamente negro, e contraditório e absurdamente racista. Ela teceu críticas à postura sobre ser o racismo brasileiro **um problema do negro**, na lógica do branqueamento e seu texto apontou para o problema do branco. Falou de branquitude defendendo ser o branqueamento um problema que atinge todos (BENTO, 2002). Sua obra cobraria uma responsabilização dos brancos, demonstrando o que também ressaltamos aqui, ou seja, que a psicologia não escutou como deveria essas vozes.

Bento (2002) descortinou o tema da branquitude problematizando como bem o fizera Guerreiro Ramos, sendo preciso reforçar, ao falar da patologia do branco, mas ela trouxe à cena também o tema das ações afirmativas no mercado de trabalho e para a psicologia. Ela foi uma inovadora trazendo a voz e sendo a criadora da instituição CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, uma organização não-governamental que produz conhecimento, atuando no desenvolvimento e execução de projetos voltados para a promoção da igualdade de raça e de gênero, sobretudo no campo da educação. Criado em 1988, por Cida Bento, Ivair Alves dos Santos e Hédio Silva Júnior, profissionais de outras áreas além da psicologia, colocou como uma das tarefas “trazer o debate sobre a desigualdade racial no trabalho para o movimento sindical, para as empresas e para o poder público, buscando o combate ao racismo e a promoção da equidade de raça e gênero” (CEERT, 2020, p. 2). Cida Bento vem sendo nesses 34 anos no CEERT a inovadora no tema das relações raciais e das ações afirmativas no e para o local do trabalho.

Cida Bento²⁰, psicóloga e ativista social, é hoje uma das 50 pessoas mais influentes do mundo no campo da diversidade, sendo assim definida em 2015, pela revista inglesa *The Economist*. Naquele ano, figurou ao lado de nomes como Bill Gates, Hillary Clinton, Angelina Jolie, assim como Wade Nobels, Oprah. No Brasil, sua influência hoje é significativa por ser a maior referência no tema da branquitude. Agora em 2022, quando psicologia brasileira completa 60 anos de regulamentação, recém-lançou seu livro **O pacto da branquitude**.

²⁰ Instituto Humanitas Unisinos – IHU e de suas atividades, desde sua origem, em setembro de 2001, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, em São Leopoldo. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/617769-ha-um-pacto-que-faz-brancos-sempre-preferirem-brancos-entrevista-com-cida-bento#>

5.1.6 Voz de Isildinha Nascimento

No caminhar ainda na década de 1990, teremos a figura de **Isildinha Nascimento**, psicanalista que, no ano de 1998, defendeu a tese sobre o corpo negro, a primeira sobre o tema do racismo e psicanálise. Tornou-se, desde então, a principal figura a atuar na psicologia como psicanalista em referência, sobre psicanálise e racismo desde então, assim como teorizando sobre o corpo negro como um corpo marcado pelo racismo. Psicóloga, psicanalista com o nome de Santa milagrosa cujo corpo não se deteriorava ao morrer, Isildinha fala de corpo.

Isildinha Nascimento foi uma das psicanalistas com experiência e contato com Felix Guattari, quando foi à França, sendo estimulada por ele para falar sobre sua negritude e a psicanálise. Fez intercâmbio ainda em 1984, na La Borde, em Paris, estimulada por Suely Rolnik, então sua orientadora no mestrado na PUC, São Paulo. Visitou a La Borde para fazer um estágio com Maud mannoni. A La Borde é uma clínica psiquiátrica que foi fundada em 1953, situando-se próxima à comuna de Cour-Cheverny, no Vale do Loire, na França. A clínica permanece ainda em funcionamento, sendo considerada a clínica modelo no campo da psicoterapia institucional. Trouxe tal experiência para fortalecer sua clínica psicanalítica no Brasil. Anos depois, retorna à França para fazer sua formação nos Ateliers de Psychanalyse, em Paris, com Radmila Zygourys, também uma das fundadoras daquela instituição²¹ (NOGUEIRA, Isildinha Baptista, 2020).

Esta autora trouxe a ideia de que o sujeito é, inevitavelmente, social. Definiria seu espaço da intersubjetividade, no qual tal sujeito se constituiria. Para ela, as relações parentais serão as que estarão nas relações em que o social também se fará presente. Por meio do discurso as atitudes podem ser confrontadas na ordem social em que deverão estar presentes, isto é, “na linguagem que constitui a dimensão simbólica” (NOGUEIRA, Isildinha Baptista, 1998, p. 19). É, portanto, a linguagem o local em que os sentidos sociais serão cristalizados.

Em seus estudos e na prática de atendimento, Isildinha Nogueira (1998) sugeriu que o “racismo, contrariamente ao preconceito, é a expressão da violência. É um ato, não uma interdição que se coloca *a priori*, como forma de proteger seja lá o que for” (p. 96). Sendo assim, seria de dentro do universo de terror, no qual ainda o sujeito negro acredita que as

²¹ Especial "Associações Livres", organizado pelo Psicanalistas pela Democracia. Organização: André Costa, Bruno Fedri, Denise Mamede e Paulo Endo. Disponível em: <https://youtu.be/LvGG4qsi-cM>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ameaças racistas não se voltarão contra ele e nem se cumprirão. Ainda assim, seu pavor ante ao racismo não desapareceria, porque, como frisou a autora, será em seu corpo negro que ele trará “o significado que incita e justifica, para o outro, a violência racista” (NOGUEIRA, Isildinha Baptista, 1998, p. 97).

Sugeriu-nos que:

É justamente porque o racismo não se formula explicitamente, mas antes sobrevive num devir interminável, enquanto uma possibilidade virtual, que o terror de possíveis ataques (de qualquer natureza, desde física à psíquica) por parte dos brancos cria para o negro uma angústia que se fixa na realidade exterior e se impõe inexoravelmente”. (p. 97)

Na sua trajetória, trouxe que “os pacientes que me procuram vêm por indicação de outros profissionais ou analistas que me conhecem; eles não sabem da minha cor, estão sob a influência de quem os indicou, computando minha eficiência enquanto analista. Quando se deparam com minha presença física acontece o inesperado” (NOGUEIRA, 1992, p. 120). No momento em que a cor da pele da analista se presentificou, ela relatou três casos diferentes em que verificou como sua presença física envolveu significações, a partir do significante “corpo negro”. Em texto recente, resgata a ideia sobre ideal de ego branco no sujeito negro, ao falar do racismo no tema do inconsciente e da cor. Trará os escritos do inconsciente negro tendo referencial branco, o referencial de ego. Esta experiência veio agora a culminar no seu livro “A Cor do inconsciente: Significações do corpo negro”, lançado no ano de 2021.

5.1.7 Voz de Maria Lúcia Silva

Temos ainda a psicóloga e psicanalista **Maria Lúcia da Silva**, pioneira e uma revolucionária nas relações raciais e no enfrentamento ao racismo. Atua há mais de 40 anos (desde 1975) na psicologia como ação técnica e política, assim como Jesus Moura. Juntas estiveram na comissão organizadora do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil, ocorrido na USP em São Paulo, em 2010. Esse encontro resultou na construção da Anpsinep – Articulação Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as). Provocativa, Lucia Silva, com a veia formadora e pedagogicamente estruturada em uma ação técnica, mas sobretudo, ético-política, já incomodava na reflexão sobre o fazer das instituições. Suas falas eram voltadas às

psicanalistas. Sua atuação na clínica-política, quando iniciou sua atividade profissional em 1985, permitiu adquirir experiência para nos dias atuais poder tocar no ponto crucial em que questionará: Como pode? Como poderia a psicanálise se calar? Como poderia a ausência? E o silenciamento? Como poderia a psicologia não... As mãos foram lavadas em relação aos problemas alheios? O racismo seria um problema do outro, justificando tanto silêncio?

Lucia Silva ou simplesmente Lucinha, como é conhecida, em 1988, já psicóloga há vários anos, fundou com outras ativistas negras, o Geledés – Instituto da Mulher Negra, a ONG da qual foi presidente de 1988 a 1994. Foi por meio do Geledés que ela conheceu, em 1989, o Projeto Nacional de Saúde das Mulheres Negras, sediado em Atlanta para participar de um encontro de três dias com cerca de 200 mulheres negras. O encontro ocorreu na cidade de Dahlonga, localizada em Atlanta no estado da Geórgia, Estados Unidos. Encontrou-se com mulheres de outra cultura, foi quando compreendeu mais ainda o impacto destrutivo do racismo posto para mulheres negras norte-americanas. Observou a importância das mulheres no enfrentamento ao racismo, tanto para si quanto para suas famílias, com problemas semelhantes lá e aqui no Brasil. Em seguida, ainda nos EUA, foi para Nova York na sede do Projeto quando aprimorou o seu olhar sobre a metodologia da experiência vivenciada.

Passando 15 dias fora do país, ao retornar criou o Projeto “Construindo nossa Cumplicidade”, que durou três anos, consistindo em um espaço de trocas e reflexões sobre o impacto do racismo na vida das mulheres negras que participavam do processo, assim como suas condições de vida e suas perspectivas. Tinha por objetivo compartilhar e elaborar coletivamente as experiências vividas.

Em 1994, na cidade de São Paulo, saindo de sua supervisão clínica, conheceu Marilza de Souza Martins com quem passou a dialogar. Na companhia de mais outras duas psicólogas, resolveram criar o Grupo AMMA Psique e Negritude, objetivando a promoção e reflexões aprofundadas “no interior do Movimento Negro” sobre as vivências do racismo e as marcas deixadas sobre a militância, buscando compreender “os efeitos psicológicos no processo de desenvolvimento dos indivíduos, o impacto nas relações raciais e na luta pela verdadeira emancipação da população negra” (SILVA, 2011, p. 3). Além de Seminário de Direitos Humanos, em 2011, passaram a compor o quarteto que cria o Amma, em 1995, as psicólogas negras Ana Maria Silva, Marilza de Souza Martins e Silvia de Souza. Surgiu um espaço em que as psicólogas pudessem refletir “sobre a questão da psicologia e a questão negra”. Construíram uma instituição com uma clínica voltada para o atendimento de pessoas negras.

Essa rica experiência trará, em 2000, a criação de algo maior, quando o grupo foi ampliado se transformando, então, no Instituto AMMA Psique e Negritude, que nasceu com “a

missão de contribuir com a desconstrução do racismo introjetado e a promoção de diálogos interétnico-raciais” (INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE, 2008b, p. 12), pensando o tema do racismo e a psicologia. Lucia foi a presidente do Instituto Amma em dois períodos, o primeiro de 2008 a 2011 e depois de 2016 a 2019, quando ajudou a torná-lo conhecido como a referência na formação e práticas antirracistas, no campo da psicologia, saúde mental e da clínica. A instituição, totalmente voltada ao tema das relações raciais na psicologia, estruturou-se formando profissionais psis. Ao final de 2019, ela passou a presidência para outras pessoas, quando se tornou conselheira do Instituto, mantendo-se na tarefa de formar outras psicólogas na temática da clínica psicológica voltada para compreender e enfrentar o racismo.

Compreendeu e sempre pontuou o papel da psicologia nesse processo de conhecer sua condição histórica e de que era preciso pensar as especificidades sem perder as singularidades. Ademais, organizou uma produção teórica na qual juntou (e até hoje organiza) autores e autoras que buscariam o olhar sobre a saúde psíquica a partir das condicionantes do racismo estrutural brasileiro. Participou do Programa de Combate ao Racismo Institucional no processo de formação de servidores públicos, construindo a metodologia para a identificação e abordagem do racismo institucional, ação ocorrida em Salvador com as Secretarias da Prefeitura Municipal, nas instituições públicas e, em Recife, com a prefeitura e o Ministério Público de Pernambuco. Organizou a pauta para implantação dos programas, formando pessoas com seus textos produzidos pelo Amma. Em 2008, organizou com Jussara Dias “Os efeitos psicossociais do racismo” (Psiquê e Negritude) uma publicação do Instituto Amma Psiquê e Negritude cujo conteúdo foi resultado da formação piloto voltada para psicólogos, educadores, trabalhadores da área da saúde em geral e militantes do movimento negro” (p. 11).

Atualmente, Maria Lúcia continua trabalhando na área clínica como psicoterapeuta e psicanalista, sendo especialista em trabalhos com recorte de gênero e raça no campo da psicologia e psicanálise. Como formadora e coordenando ações na Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) do Brasil, segue realizando atividades no campo de projetos ético-políticos de saúde mental voltados à população negra. Mantém uma atuação direcionada ao debate crítico da visão psicanalítica sobre racismo, com metodologia que estimula as pessoas negras a se perceberem levando em conta não só suas vivências, mas também o quanto o preconceito racial pode interferir em seus pensamentos ou visão sobre si mesmo.

Lucia passou a oferecer várias contribuições à psicologia brasileira nesses anos de atuação, ajudando o Sistema Conselho a refletir sobre o tema quando, em 2000, a comissão de direitos humanos do Conselho Federal de Psicologia – CFP pautou o tema do enfrentamento ao

racismo. Em 2001, o CFP convidou as três psicólogas negras, as três Marias, a elaborarem o tema. Maria Aparecida Bento, Maria de Jesus Moura e Maria Lucia da Silva passaram a construir a campanha de 2002 do CFP, “O Preconceito Racial Humilha, a Humilhação Social faz Sofrer”, sendo o marco que institucionalmente definiu que o sistema falaria do tema do preconceito racial, mas a categoria da psicologia e as instituições formadoras não. A campanha definiu que todo ser humano tem o direito de não sofrer desnecessariamente, sendo o racismo um mal social, violando direitos constituídos. Um marco importante foi considerar o racismo como um fator que agride subjetivamente as pessoas, humilhando a todos os que são atingidos por ele. Além disso, ressaltou a importância de levar em conta que combater o racismo solicita postura ética e política.

As três Marias se encontraram no sistema Conselhos e realizaram ação de direitos humanos para falar sobre o racismo. Deram a ideia da campanha trazendo para a categoria a reflexão sobre os efeitos do racismo na subjetividade da sociedade brasileira. Mostraram os diversos caminhos que seguem, como o racismo é o fator desencadeador de sofrimento nas pessoas negras. Silva falou “[...] me encontro com elas” (<https://www.youtube.com/watch?v=FXwoTBYE88c&t=419s>), as outras psicólogas, para realizar a ação na psicologia desde então. Assim, em atuação juntas ou separadas, devem ser reconhecidas como referenciais, ainda hoje, na temática das relações raciais na psicologia brasileira.

Sendo uma figura de destaque nesta ação, outra realização importante de Maria Lúcia foi ter fundado o Instituto AMMA – Psique e Negritude (1995), hoje, única instituição na psicologia que desenvolve estratégias para identificação, elaboração e desconstrução do racismo e seus efeitos psicossociais. Além disso, uma de suas tarefas importantes foi, nos anos de 2004, ajudar a desenvolver atividades de implantação das ações afirmativas a partir da inclusão dos programas de racismo institucional a serem realizado em 2005 em algumas cidades do país (Recife e Salvador).

Além do trabalho no Instituto, Maria Lucia da Silva desenvolveu várias outras ações como a formação por meio de cursos, seminários, oficinas temáticas, além da sua participação em debates, pesquisas e vídeos documentários temáticos em que relata suas experiências, fortalecendo a reflexão do tema na psicologia. No Amma, trouxe a rica experiência de planejamento e coordenação de projetos institucionais com foco psicossocial em trazer a questão étnico-racial na relação com saúde física e mental, no campo da saúde. No momento, desenvolve com Jussara Dias, parceira de caminhada nessa luta, o fortalecimento institucional no Amma e na Anpsinep, visto que faz parte da coordenação executiva.

5.1.8 Voz de Maria de Jesus Moura

Nos anos 1990, em um caminhar sobre vozes negras, **Jesus Moura**, outra psicóloga que despontou na temática racial, atuou dentro da categoria da psicologia e com o Sistema Conselhos. Em 1997, com seu trabalho sobre identidade racial, cujo título é “Dijina Diuva: a possibilidade do resgate da identidade cultural do negro brasileiro”, seu texto de finalização da Especialização em Psicologia Clínica de Orientação Analítica pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) inaugura o tema na psicologia clínica. Texto pioneiro sobre psicologia e relações raciais no Nordeste, em que buscava resgatar o significado de nomes próprios de origem africana. Seu trabalho fora orientado por uma psicanalista lacaniana, professora Edilene Freire (Unicap), assim como despontou também no pioneirismo da psicologia clínica e psicanálise “atuando sobre” esta temática. Nesse mesmo período, tornou-se também especialista em Psicologia Clínica pelo Conselho Federal de Psicologia.

Esta memória será estabelecida nos inúmeros relatos de experiência que ela trará nos vídeos e atividades dentro do Sistema Conselhos de Psicologia, composto pelo CFP²² e, localmente, pelo Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco – CRPPE. Além disso, seu pioneirismo se deu também em um serviço voltado às vítimas de racismo, o SOS Racismo da Ong Djumbay, voltado à escuta e acolhimento no âmbito psicológico, social e jurídico. Em seguida, com o MPPE – Ministério Público de Pernambuco, apoiou a organização do GT racismo, por meio de um convênio com a Djumbay. Desse convênio, surge também um diálogo/assessoria com as comunidades quilombolas do estado de Pernambuco.

É importante retornar à memória de 1999, tornando-se referência nos estudos das relações étnico raciais em Pernambuco e no Brasil, dedicando-se ao atendimento de mulheres negras vitimadas pela violência doméstica e o caráter racial aí presente.

Em 2002, foi a profissional que, com Edmar Carrusca, conselheiro do CRP 01/DF (vídeo CRPSP, 2016, História da Psicologia e as Relações Étnico Raciais) quem colaborou com a construção da Resolução CFP N° 18/2002. Esta Resolução estabeleceu que, dentro das normas do CFP/CRPs, não poderiam psicólogas e psicólogos, para a sua atuação, contribuir com o preconceito e a discriminação raciais, ao contrário, deveriam combatê-los.

²² Disponível em: http://www.crp.org.br/portal/comunicacao/2016_08-memoria-racial/2016_08-memoria-racial.html. Acesso em: 15 fev. 2022

No encontro da Comissão de Direitos Humanos do CFP, em 2002, ainda antes da construção da resolução, o CRP 02 evidenciou o tema da questão racial e o compromisso da psicologia em falar do tema da Campanha “Preconceito racial humilha e humilhação social faz sofrer”.

Dando corpo ao texto da Resolução, ambos deram ao sistema a ideia da normativa que orientasse a categoria na compreensão da dimensão do racismo e das práticas que o mantinham como promotores de sofrimento psíquico. Tal resolução é até hoje a única normativa, dentro de um conselho de classe, a falar abertamente da estrita explicitação de profissionais atuarem no combate ao racismo, sendo, portanto, a pioneira no país.

Integrou e coordenou as comissões de Direitos Humanos e Enfrentamento ao Racismo do CRP 2, desde 2002 até 2020. Foi a primeira psicóloga a coordenar o grupo de pesquisa dentro da academia em Pernambuco, em um curso de psicologia, sendo também coordenadora do Núcleo de Estudo em Relações Raciais Dandara dos Palmares – NUDARA, no Centro Universitário Estácio do Recife, de 2017 a 2019. Foi uma das idealizadoras do I Psinep – I Encontro Nacional e uma das fundadoras da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es), com Lucia Silva, ocorrido em 2010, na USP, em São Paulo.

Nesses anos na docência, formou e influenciou gerações de estudantes, hoje profissionais de psicologia que estão na militância, pesquisa e atendimento no tema das relações raciais, na luta pela psicologia antirracista e satisfazendo o público negro com um olhar também antirracista na clínica psicológica.

Prestes (2020) ajuda a compreender a trajetória de Jesus Moura trazendo o relato de que fora ainda no início dos anos 2000, por meio da ação do Conselho Federal de Psicologia, que lançou a campanha nacional, já citada acima, intitulada “O preconceito racial humilha, a humilhação social faz sofrer” (CFP, 2002). Para a autora, seriam ampliados os debates sobre racismo na psicologia, ao longo do território nacional. Dentro do sistema Conselhos de Psicologia não se pode falar de relações raciais ou enfrentamento ao racismo sem ouvir o nome de Jesus Moura.

Em 2001, às vésperas da profissão completar 40 anos de regulamentação, Jesus participou da primeira atividade do CFP em que o tema das relações raciais se voltou para a categoria. Foi lançado um prêmio do qual ela integrou a Comissão Julgadora, o Prêmio Monográfico “Arthur Ramos – Pluralidade Étnica: um desafio à psicologia brasileira”, cujo resultado sairia em 2002. Nesta ocasião, foram premiados trabalhos com o tema das relações étnicos raciais, porém, ao olharmos detalhadamente o tema do prêmio e dos seis (6) trabalhos

vencedores²³, três na categoria de profissionais e estudantes de psicologia, foi possível notar que parecia haver uma lógica do “bom tom”, existente ainda em alguns lugares, de não se falar diretamente do tema racismo. No entanto, Moura já falava o sim, de combate ao racismo, o que é firmado em seus trabalhos acadêmicos, confirmando em sua atuação no pioneiro programa SOS Racismo/PE, já citado acima, da e na Ong Djumbay, entidade do movimento negro pernambucano.

É ainda na mesma Ong Djumbay que atuaria como a psicóloga social, realizando atividades de formação e elaboração de atividades voltadas à escuta para casos de racismo e como isso rebatia no sofrimento mental. Sua atuação profissional, também formadora no tema da avaliação psicológica, já considerava as questões raciais na avaliação posicionada contra o racismo, algo desconhecido e não problematizado na psicologia até o presente. Em 2004, foi uma das Fundadoras do Observatório Negro – Oneg, em Pernambuco, onde atuará na formação e formulação sobre temas importantes como autoestima das trabalhadoras domésticas e ações afirmativas. O Oneg funcionou de 2004 a 2014, tendo Jesus Moura atuando nas ações políticas e psicossociais. No Observatório Negro, realizou cursos e atividades de formação, firmou atividades de apoio psicossocial, a exemplo das trabalhadoras domésticas.

Jesus Moura participou do I Seminário de Psicologia Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia em 2002, seminário pioneiro e em um ano de reflexões ímpares na temática do enfrentamento ao racismo. Em 2009, tornou-se mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Jesus Moura tem uma larga experiência na docência e nas políticas públicas, com participação na gestão e organização de programas e serviços voltados aos grupos vulneráveis, como exemplo, na política da Assistência Social do Recife, quando participou da implantação e coordenação do Centro de Referência Clarice Lispector (Gestão 2003-2004), voltado ao acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica e sexista.

²³ Categoria Psicólogo: 1º lugar A Mestiçagem Enquanto um Dispositivo de Poder e a Construção de Nossa Identidade Nacional Emanuel Mariano Tadei Carapicufba - SP Formação: Universidade de São Marcos - 1995 2º lugar Pluralidade Étnica e Abertura para a Diferença como Desafio à Psicologia Brasileira Sandra Maria da Mata Azerêdo Belo Horizonte - MG Formação: Universidade Federal de Minas Gerais - 1969 3º lugar Da Cultura ao Inconsciente Cultural: Psicologia e Diversidade Étnica no Brasil Contemporâneo Fernando Cesar de Araujo Belo Horizonte - MG Formação: PUC/MG – 1988. Categoria Estudante: 1º lugar Pluralidade Racial: Um Novo Desafio ao Psicólogo Caio Maximino de Oliveira Bauru - SP Instituição: Universidade Estadual Paulista - UNESP/ Bauru - 3º termo 2º lugar Da Cultura do Dentro à Etnicidade do Fora: o Devir como Desafio à Psicologia Brasileira Édio Ranieri da Silva Blumenau - SC Instituição: Universidade Regional de Blumenau - 7º semestre 3º lugar Reflexões Étnicas sobre o Processo Formativo a partir de uma Perspectiva Psicológica Gerson Alves da Silva Júnior Maceió - AL Instituição: Universidade Federal de Alagoas – 4º ano (JORNAL DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – Ano XVII Nº 72 – agosto de 2002).

Anos depois, confirmou em sua dissertação, defendida em 2009, o que vinha constando ao longo de sua carreira, quando observava que “as demandas raciais não eram ouvidas ou consideradas pelos profissionais da área de psicologia” (CRP, 2010, p. 14).

Ainda esteve na implantação e coordenação do CEAV – Centro de atendimento a famílias vítimas de violência (Gestão 2005-2006) na cidade de Olinda/PE, quando também participou da implantação do serviço de apoio às mulheres, o Centro de Referência Márcia Dangremon (2007). Participou da implantação e na coordenação da unidade em Recife, além de ter assessorado um núcleo em Jaboatão, do Programa Atitude, voltado ao atendimento de usuários de drogas nos anos de 2010 a 2012. Atuou como colaboradora da Comissão de Direitos Humanos do CRP-PE, desde 2002. Esteve também representando essa instituição no Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH) e no Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PEPDDH), ambos em Pernambuco. É membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, gestão 2020 a 2022, que é composta majoritariamente por mulheres negras. Nesta comissão, esteve também nas Gestões 2006-2009 e 2016-2019, respectivamente.

Professora universitária há mais de 25 anos, lecionando Psicologia Social, Políticas Públicas e Direitos Humanos, Avaliação Psicológica, além de atuar na supervisão clínica em Plantão Psicológico e Clínica Social. É membro-fundadora da ANPSINEP, onde exerce a função de coordenadora nacional, compondo a gestão da coordenação executiva. Ademais, coordenou o II Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais e Subjetividades (Psinep), realizado em 2014, no Recife/PE.

Foi também em 2016 na Faculdade Guararapes – Uni FG em que criou o Grupo de Educação das Relações Raciais, quando desenvolveu o grupo de estudo, realizou o I SERES – Seminário de Estudos das Relações Étnico-Raciais e Subjetividades, preparado e realizado pelos estudantes do grupo – cada um fazendo uma fala sobre o tema na perspectiva dos seus cursos: Psicologia, Serviço Social, Engenharia, Direito, Educação Física e Gastronomia. Realizou o “Chá Preto!”, atividade desenvolvida mensalmente no hall de entrada da faculdade com a presença de um convidado para falar sobre o tema, intervenções artísticas e de cultura negra.

Sócia-fundadora do Ilê Pis – espaço de cuidado e acolhimento racial, instituição que realiza atendimento, supervisão e formação em saúde mental e psicologia clínica, desde 2016. O espaço é referência hoje em atendimento psicológico e estudos das práticas clínicas antirracistas e antilgbtqifóbica, congregando profissionais negras e brancas na atuação dessas pautas.

Hoje, 20 anos após o 1º prêmio, o CFP lançou outro prêmio, nos 59 anos da psicologia, intitulado Prêmio Profissional Virgínia Bicudo, justificando buscar “fomentar a divulgação de estudos e ações exitosas no campo da Psicologia e sua interface com as questões raciais” (CFP, 2021).

O prêmio teve como objetivo a identificação, além da valorização e divulgação de estudos, produções na categoria que pudessem mostrar as ações que desenvolvessem como psicólogas (os), além de grupo de coletivos que envolveriam a Psicologia no campo das Relações Étnico-Raciais. Busca ações no campo dos direitos humanos que tenham impactado na saúde mental da população, além de impactar na redução das desigualdades sociais, trazendo um posicionamento antirracista. Este prêmio resgatou a figura de Virgínia Leone Bicudo para a psicologia, já citada aqui, como a aquela que inovou nos estudos das relações raciais no Brasil.

5.2 A CLÍNICA ANTIRRACISTA – CONCEITUANDO-SE NAS NARRATIVAS

A clínica antirracista figura como a definição nesta tese em relação ao que as pessoas listadas fizeram ao longo de suas trajetórias, no século XX, assim como continuam fazendo no século XXI. Moura, Silva, Nogueira e Bento são quatro “gigantas” na luta contra o racismo nos últimos 40 anos da psicologia brasileira. Vale frisar que a partir de suas trajetórias existe uma atuação antirracista, denominada aqui como clínica psicológica antirracista, que podemos definir como aquela que vai olhar o racismo como estruturante porque temos uma psicologia ainda alheia aos problemas brasileiros, embora também influencie na psicologia social, sobretudo Cida Bento. Uma clínica antirracista é uma clínica posicionada ético-politicamente, como elas fazem, sobretudo Maria Lucia Silva (São Paulo), Maria de Jesus Moura (Pernambuco) e Isildinha Nogueira (São Paulo), porque suas formulações trazem um fazer clínico posicionado. Trazer suas vozes é uma urgência.

Nesta tese, definimos a clínica antirracista a partir das experiências relatadas por estas psicólogas, em seu fazer. O que é confirmado nas ações que realizam nas suas experiências. Encontramos nessa pesquisa que há sim um fazer clínico posicionado, falta a academia considerá-las referências pelo seu fazer saber da prática política, dado que, por não estarem na academia, nas grades de estudos da graduação e pós-graduação, trariam um posicionamento decolonial. Este seria considerar o conhecimento da prática do fazer psi, conforme a defesa de José Jorge de Carvalho Carvalho e Joaze Bernardino-Costa (2018) ao pontuarem que

conhecimento decolonial é o que se faz fora da academia, sendo tão importante quanto. As psicólogas citadas consideram a realidade brasileira como impactada pelo racismo estrutural que, operado pelas instituições (portanto, por meio do racismo institucional), impactará a vida da sociedade de várias formas.

A clínica antirracista é aquela que leva em conta a dimensão do racismo impactando na saúde mental da população, impactando brancos e negros, com agravos que diferentemente serão evidenciados no modo destes sujeitos se apresentarem socialmente. Pondera também a saúde mental do brasileiro negro fragilizada, moral e socialmente. Focaliza a dimensão do racismo no impacto da saúde mental com seus agravos, na vida da população negra, como fator gerador de condições de miséria que subalternizaram as pessoas negras, tirando-lhes a dimensão de humanidade no olhar do branco. Vai compreender também que a subjetividade do povo brasileiro é estruturalmente definida pelas relações desiguais provocadas pelo racismo que opera na estrutura/base da sociedade.

Para uma clínica ser antirracista, não poderá dimensionar nada no sujeito negro brasileiro sem levar em conta que este é violentado no corpo e na alma 24 horas por dia, sendo perseguido, humilhado, agredido, violentado em uma ação de despersonalização, desqualificação e aviltamento da possibilidade de ser sujeito de direito. Assim, tal clínica condenará a patologia do branco (RAMOS, 1940; ABDIAS, 1940; FANON, 2008; BICUDO, Virgínia, 2010), definida no cinismo social do racismo que vive o privilégio sem culpa. Por outro lado, oprime sem medo a pessoa negra. Definirá que pessoas negras não vivem o vitimismo, mas a perseguição física e simbólica (BENTO, Cida, 2002) da tortura racial. Singularizará a dimensão do sofrimento ético político pluralizando na sociedade e nas instituições sua efetivação. Tira dos sujeitos negros a culpa de não ser. A despersonalização que é mortal, moral e fisicamente. A clínica do sujeito como aquele que fala e é escutado!

Afinal, vejamos, o racismo coloca o negro em posição de inferioridade social e isto pode conferir forte adoecimento psíquico. O desnudar do racismo é fator de saúde, pois é negada em sua existência o tempo todo. E sua negação levará o sujeito negro ao adoecimento numa ideia do *per si*, quando é importante ter em mente que o adoecimento causado pelo racismo vem de condições sociais que afetam de fora a pessoa negra. Mas quem é o racista, senão o branco, patologicamente adoecido? É preciso dizer e nominar o “não dito”, que impactará nas pessoas negras no sentido de trazer um processo de sofrimento psíquico ou adoecimento mental manifestando-se como não verbalizado, como o não explicitado e não dito de fato, vira o maldito. Trazemos o que pontua José Moura Gonçalves Filho (2018) na obra já citada de Maria Lucia Silva, quando mostrará que aquilo que atinge o corpo negro será o golpe que o atingirá

tanto no próprio físico, quanto de modo simbólico, que suscitará as situações de angústia. Para o autor, é preciso salientar que “Ninguém deve duvidar de que o nome para tudo isso é angústia, o mais estranho dos sentimentos humanos” (p. 146).

Afirmo que a psicologia não deu vozes, mas existem vozes que gritam e fazem sangrar as palavras (NOGUEIRA, 2108; SILVA, Maria Lucia, 2018), pois a dimensão racial é condicionante da psicologia brasileira na clínica ao manter sua surdez e emudecimento dos sujeitos, visto que precisa ser por meio das escutas de tais sujeitos que falam à clínica, que ela deverá combater seu racismo estrutural e institucional.

Ouçamos o que diz José Thiago dos Reis Filho que, desde 1988, clama por ouvir as vozes racializadas, atuando em Minas Gerais. Desconstruir a psicologia que contribuiu com a opressão racial no país é assumir compromisso e racializar suas práticas, um compromisso da psicologia antirracista é um posicionamento ético-político. Por isso, Reis Filho, em 2005, dirá ainda que:

A escuta de um negro não difere da de qualquer outro sujeito, o que não traz nenhuma especificidade. Entretanto, há aí, segundo acredito, uma particularidade. As situações de preconceito e discriminação vividas historicamente pelos negros falam dessa particularidade. Quando um analisante negro diz que foi interpelado, revistado ou batido pela polícia e que isso se deve à sua cor não é fantasia. É dado da realidade: as estatísticas que fazem recorte racial apontam isso. Os assassinatos e os crimes, em geral, são a segunda causa de morte no Brasil: estes acometem principalmente a população das periferias. A cor preta é para ser a-batida (p. 14).

O autor acima sugere que se ouçam as vozes, trocando aquelas que se calaram diante do racismo por aquelas que clamaram, ousando denunciá-lo na psicologia e na psicanálise, nas clínicas principalmente.

Outras produções sobre o tema das relações raciais no campo da saúde mental estarão disponíveis nas décadas de 2000 a exemplo dessas autoras aqui relacionadas, embora algumas estejam na atuação desde as décadas de 1980/1990. Algumas dessas expõem sua produção no sistema Conselhos, na academia com esforço, no campo da formação e pesquisa, bem como no movimento social. Citamos como exemplo outras vozes contemporâneas àquelas autoras. São atuais como as de Maria da Conceição Nascimento (2005, 2019), Maria Celia Malaquias (2004, 2020), Marizete Gouveia (2008, 2018), Simone Cruz (2008), Veridia Machado (2012), Eliane Silvia Costa (2009, 2012), Valdisa Mata (2009) Conceição Costa (2007, 2010), Clelia Prestes (2009, 2013), Ana Luísa Dia (2013), Roberta Frederico (2014), Willivane Ferreira Melo (2010

– em memória), Elisabete Figueroa (2011), Jaqueline Gomes de Jesus (2015), Jeanne Tavares (2017), Lilian Alves (2021) entre outras.

Como resultado, pretendeu-se demonstrar a produção de autoras negras da Psicologia ainda não vistas nos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil, todas vezes posicionadas no fazer psi ético-político. Além de autoras e autores na atualidade, esta tese trouxe as pesquisas encontradas como a produção mais atualizada dos últimos cinco anos (2015 – 2020), como atuais e que falarão ao tema da psicologia e da clínica em uma perspectiva das relações raciais, tendo como princípios a interseccionalidade e a decolonialidade para uma intervenção antirracista. São os textos de Rosane de Souza Miranda (2015), Eliana Costa Xavier (2015), Ana Paula Musatti Braga (2016), Monica Feitosa Santana (2017), Robenilson M. Barreto (2017), Raul Alves Barreto Lima (2018), Emiliano de Camargo David (2018), Carolina Monte Lague (2018), Ana Veronica de Alencar (2018), Maira de Souza Benedito (2018), Rafael Aiello Fernandes (2018), Pedro Oliveira Obliziner (2018), Clélia Rosane dos Santos Prestes (2018), Marizete Gouveia Damasceno (2018), Janaina Ribeiro Rezende (2019), Kenia Soares Maia (2019), Taiasmin da Motta Ohnmacht (2019), Carlos Vinicius Gomes Melo (2019), Paula Rita Bacellar Gonzaga (2019) que representam uma base importante na produção de relações raciais em psicologia, porém seguem ainda não visibilizados e continuam fora da indicação na formação em psicologia. Mesmo que tenhamos a definição teórica de trazer autorias de pessoas negras que pesquisaram e pesquisam o tema, na pesquisa proposta encontramos várias pessoas de cores e matizes diferente. Todavia, priorizamos as vozes negras silenciadas.

Quero aqui demonstrar que as vozes silenciadas foram também das pessoas que produziram no campo psi estudos sobre a população negra e o quanto o racismo epistêmico as silenciou ao longo destes séculos de Brasil racista. Mas, para de clientes/pacientes, nos consultórios que optam por “escuta de uma pessoa preta” em um processo de representatividade ao escolherem psicoterapeutas negras, há que se considerar que as pessoas trazidas nas referências teóricas já produzem há algum tempo sobre o tema sendo estas também silenciadas pela academia, pela profissão e pela sociedade. A luta pela decolonização é grande. Apontamos que, desde a década de 1925/1930 do século passado, há uma elaboração pequena (numericamente falando), porém potente da expansão do ouvir-se o sofrimento no campo da clínica da saúde mental.

Mesmo que já exista hoje, como uma produção infinitamente maior, ainda não há a escuta adequada na clínica aos escritos efetuados sobre o tema, mas ainda não há a escuta adequada de que o racismo causa sofrimento mental em brancos e negros, com rebatimento

destrutivo na identidade negra, assim como o quanto isso é danoso para a população negra e para a sociedade brasileira.

Mesmo que a referida produção seja da intelectualidade negra, concordamos que existiram escritos também de pesquisadores e estudiosas brancas (os), porém muito aquém do esperado, em um país composto por 56% de uma população negra. Estes não foram considerados. É oportuno afirmar que uma clínica antirracista e decolonial se faz presente e necessária, pela presentificação de uma situação social que aponta relações desiguais, as quais a clínica precisa responder, como mostra o jovem intelectual Kwame dos Santos (2020), das vozes atuais. Ele assim resume: “clínica e política são indissociáveis, e a psicanálise trata da política do desejo do sujeito, atuando nos processos de subjetivação presentes no campo social, uma vez que a política é o campo de forças” (p. 3).

No tocante à clínica política, é importante trazer que esta será também uma clínica do social, portanto, psicossocial. Sendo a potência política da clínica o voltar-se a um fazer clínico não individualista, pensando a coletividade, afinal seria aquela, como nos sugerem Jacqueline de Oliveira Moreira, Roberta Carvalho Romagnoli e Edwiges Neves (2007, p. 619) que:

[...] não se refere somente ao atendimento das camadas pobres da população nem diz respeito apenas aos novos espaços de atuação em que os psicólogos estão se inserindo. É, antes de tudo, a clínica de qualquer lugar, de qualquer público, que insiste em combater a massificação, cada vez mais presente, e buscar cada vez mais a invenção, na singularidade de cada cliente, na particularidade de cada inserção profissional.

E nos surge sempre a questão (de fora, obviamente): o que faz uma clínica antirracista? Ela traz a capacidade da psicoterapeuta de compreender o quanto o racismo é fator de adoecimento mental, necessitando assim apurar a escuta, com risco e agravos. Possibilita a escuta das narrativas de quem lhe procura, quando relata fatos de racismo ocorridos – é a possibilidade de entender e ressignificar os fatos tirando do indivíduo a responsabilização (ou culpabilização), o que faz a opressão racial. A profissional exerce uma empatia que “cura” as dores das angústias do sujeito em questão, como ressaltam Keidann (2015) quando mencionam o processo de avaliação na primeira entrevista para início do ato terapêutico. Sugerem que “Os instrumentos de avaliação de que dispõe o terapeuta são os reconhecimentos do estado de sua mente, suas teorias, seus conhecimentos, sua instituição, empatia e, sobretudo, sua própria angústia” (p. 179).

A partir dessas vozes, que me provocaram a ação, falo nesta tese. Entro na militância das relações raciais, ainda em 2004, com Jesus Moura no Observatório Negro, em que

trabalhamos temas da formação em psicologia das relações raciais, ações afirmativas e sobre as profissionais do trabalho doméstico. Em 2010, fundamos Anpsinep, andamos com Lúcia Silva e tantas outras, em um congregar com mais de 200 participantes, oriundos de 14 estados brasileiros, desde o Pernambuco, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Pará, além de países como Angola e Estados Unidos (SILVA, Lucia, 2011).

A lista de autoras (es) negras aqui salientadas significa uma apresentação da escrita contra-hegemônica do conhecimento. Afinal, a cisão realizada pelos pressupostos da ciência na modernidade em que corpo e mente, sobretudo a que coloca a razão e emoção em lados opostos, significa nesses tempos o silenciamento do conhecimento produzido.

6. RUPTURAS OPERADAS NAS CIÊNCIAS MODERNAS, CONTRIBUIÇÕES DE FRANTZ FANON PARA UMA CLÍNICA ANTIRRACISTA

*“Preto sujo!” Ou simplesmente: “Olhe, um preto!”
Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido
nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na
origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio
a outros objetos (FANON, 2008, p.103).*

No processo da colonialidade, para falar da descolonização na clínica, pensando os processos de saúde mental, deve-se pensar em uma clínica que dê conta do racismo como um uma clínica da des/construção. Para isso, não se pode deixar de citar uma das vozes silenciadas ou não ouvidas e esta foi, sem dúvida, a voz de Frantz Fanon, que nos apresentou a clínica do trauma. Entretanto, a clínica do trauma não seria outra senão a clínica que falasse da colonialidade. Entendeu-se que seria preciso descolonizar a ideia de uma clínica psicológica que ponderasse os processos subjetivos *per si*. Ou seja, não se poderia ter uma clínica que olhasse a individualidade dos sujeitos sem considerar quem seriam esses sujeitos, de onde vieram e por onde passam seus sofrimentos. Apoiamo-nos na ideia da sociogenia de Fanon, considerando a realidade cruel sobre as pessoas e o que as faz adoecer.

A clínica que Fanon construiu foi a clínica da potência (MANSANO, Sonia Regina, 2016), uma vez que foi aquela que aliou a possibilidade de realizar uma análise política e cultural do contexto em que viviam as pessoas e que, com a psicologia, o aproximaria de uma compreensão do que, na época, se denominava “alienação mental”. Nesse sentido, compreendemos que trouxe sua experiência se referindo às subjetividades em sofrimento, levando-o a um contato direto com aqueles que ele, Fanon, denominava como os deserdados, e nisso reside sua atualidade (CHERKI, Alice, 2002).

Assim, falar da clínica contra colonialidade é falar do caminho percorrido e construído por Fanon. Um caminho que trouxe o trauma colonial como mote para pensar a saúde mental em um campo revolucionário. Afinal, sem a libertação das pessoas do ponto de vista físico e político, não poderia existir a libertação de almas. Sem a libertação dos corpos, não poderia haver libertação das mentes, não existiria a dignidade dos sujeitos. Nesse sentido, seguimos o seu pensamento sobre a necessidade da descolonização e, para isso, os enfrentamentos seriam necessários em vários campos. Para compreender as formas como a clínica psicológica contemplaria as vozes racializadas, escutemos Fanon, o “preto sujo” de uma França racista.

Então, para seguir a trilha desse processo de mudança, é preciso considerar que o processo da modernidade na clínica seria atravessado pela colonialidade. Todo o conceito de modernidade é colonizador! Essa é a conclusão a que chegamos nos estudos de colonialidade (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL; CARVALHO, 2018; QUIJANO, 2005). A partir dessa perspectiva, podemos trazer as experiências que definirão o que é ou não moderno, o conceito de civilizatório, de científico, de objetivo, já que serão as experiências definidas a partir do olhar daquele que definiu sobre o outro tal posicionamento. E quem foi este que definiu tal olhar e tal posição senão o colonizador? É próprio se instituir que, desde o século XV, emerge essa percepção sobre povos, a partir da cultura do europeu, o que se deu no processo de expansão ou invasão de outros continentes.

Ao chegar de fora invadindo terras alheias, a cultura europeia passou a definir culturas milenares, saberes ancestrais como saberes atrasados. Reduzindo-as ao conceito de um outro lugar, ao se encontrar com modos de vida que lhes pareceram estranhos e diferentes dos seus, o europeu as diminuiu. Alheias a si, tais culturas foram nominadas como atrasadas ou primitivas, desde então reduzidas às colonizadas.

Utilizando a força bruta, assim foi com a colonização e com as invasões justificando que se fizeram necessárias. Para compreender esse processo, é necessário recorrer a Fanon (2008) em sua afirmação de que toda “descolonização é sempre um fenômeno violento” **também!** (p. 51) (**acréscimo e destaque nosso**). Porque no fenômeno da colonização, o colonizador ou o colono, como o denominou Fanon, precisou destruir o colonizado a tal ponto que ele fosse banido da humanidade, utilizando para isso a violência. Isso posto sobre o colonizado, sua essência foi dita como a-moral e a-ética, pois o colonizado passou a ser visto como o agressor. Com isso, o colono passa a denominá-lo como “uma espécie de quintessência do mal” em uma lógica maniqueísta “Às vezes, esse maniqueísmo vai até o fim da sua lógica e desumaniza o colonizado. Na verdade, ele o animaliza. E, de fato, a linguagem do colono quando fala do colonizado é uma linguagem zoológica” (!) (FANON, 2008, p. 59).

Pensar a colonialidade e os traumas daí advindos se fez mais que necessário, faz-se um imperativo.

Foi nesse mesmo sentido que Frantz Fanon, em seus escritos, sugeriu que não se pode pensar uma clínica sem descolonizar-se da episteme branca eurocêntrica, sendo necessário conhecer o pensamento que ajudaria tal clínica e, por consequência, a psicologia a descolonizar-se.

Cabe aqui dizer que foi ele, das vozes necessárias ao nosso tempo, um dos maiores pensadores do século XX que foi silenciado pelo racismo. Frantz Fanon descreveu sua realidade

escrevendo uma obra em tempos revolucionários, como ele também foi. Período em que a África passava por processos de rupturas, em que países ali se insurgiam contra os colonizadores, fomentando guerras (de insurreições). Para conhecê-lo, vamos trazer sua história. Frantz Omar Fanon nasceu em 20 de julho de 1925 e morreu em 1961, aos 36 anos. Uma vida curta, para uma longa escrita! Uma vida breve, porém, fecunda. Oriundo de uma das colônias francesas no Caribe, era filho de uma família de classe média de Forte de France, então, a capital da Martinica, esta ainda hoje tida como um departamento ultramarino insular francês (FAUSTINO, 2015). Embora tenha tido uma vida breve, legou-nos uma grande história vivida em tempos de transformações mundiais, tais como a 2ª grande guerra. Foi durante a mesma segunda guerra que Fanon alistou-se, com outros amigos, na brigada antinazista do Exército Francês para lutar contra a invasão alemã (FAUSTINO, 2015). Ocorre que, sendo ele martinicano de nascimento, não era um francês de verdade e esta experiência daria origem aos seus maiores relatos sobre o processo de conviver com a colonização e o racismo, sobretudo, sobre si.

Ainda conhecendo a trajetória de Fanon, sabemos que após a experiência no exército francês ele foi estudar medicina em Lyon, no interior da França, quando iniciou os estudos de psiquiatria forense, especialização que seria a profissão que atenderia aos seus interesses em investigações de ciências naturais e humanas. Além de psiquiatra, ele foi também um ativista político, um autor profundo, que muito produziu, sendo um dos maiores pensadores da saúde mental do século XX, porém não escutado como deveria. Discorreu sobre as questões da descolonização, racismos e a psicopatologia da colonização, com seus impactos sobre os indivíduos e grupos. Suas obras, desde então, inspiraram numerosos movimentos de libertação anticolonial em países da África.

Dessas experiências, Fanon refletiu sobre o processo de colonização que se abateu sobre os sujeitos, analisando, ironicamente, que a saída seria o colonizado rir disso, dessa percepção sobre si, imposta pelo invasor, o colonizador. Por ser humano e não um animal, o colonizado deveria, para este autor, postar-se como quem “sabe que não é um animal e colocar-se contra” (p. 59). Nesse processo de insurgir-se contra a colonização, indo até a luta revolucionária, Fanon o fez também ao romper com esse projeto trazendo a lógica da saúde também para aqueles que eram os desertores, os deserdados. Os tais condenados, os quais se insurgiram contra a colônia e lutaram por libertação. Os condenados reagiriam à sua condenação? Fanon relata que foi nessa hora, ao saber-se não animal, que o colonizado descobriu sua humanidade e começou, portanto, a afiar suas armas para enfim fazê-las triunfar (FAUSTINO, 2005). Mas a resistência do colonizado foi minada pelas tentações vindas do colonizador, de fazê-lo moderno ao lhe impor

valores ocidentais, portanto, “civilizados”. Houve uma capitulação, portanto, da alma do colonizado para “aceitar docilmente” as mentiras sobre si, impostas (ou inculcadas) do colonizador.

Refiro o pensamento de Fanon como decolonial. Entretanto, faço com todo o cuidado trazendo a reflexão de Maldonado-Torres (2022) ao dizer que se referiu a “Fanon como um pensador decolonial”. Ainda que o próprio Fanon não tenha usado tal termo, “porque desenvolveu cuidadosamente o conceito de descolonização como um processo criativo de dispensar e repensar, bem como desfazer e refazer, no caminho para uma nova ideia e prática de ser humano” (p. 4). Maldonado-Torres (2022) sugere, assim, que ele (Frantz Fanon) entenderia essa prática como uma reconstituição dessa teia aberta de inter-relacionamentos humanos, os quais teriam como meta a ampliação das relações de dar e receber desinibidas e livres de soluções que fazem parte daquilo a que o próprio Fanon se referiria como o “mundo de você”, o qual estaria no cerne da ideia de decolonialidade.

Maldonado-Torres (2022) continua e menciona que a obra de Frantz Fanon se constituiu como um grandioso e importante referencial para os “[...] estudos negros e africanos, estudos étnicos, estudos pós-coloniais e pensamento decolonial, entre outras áreas” (p. 4). Continuará o autor ajudando-nos a compreender a realidade, apontando o trabalho de Fanon em direção à decolonialidade:

precedeu, antecipou, preparou o terreno e continua a servir de guia e inspiração para muitos teóricos contemporâneos da antinegitude, colonialidade e decolonialidade. Um dos meus principais argumentos aqui é que o trabalho de Fanon oferece lições valiosas na tarefa de criticar a colonialidade do secularismo e que essas lições permanecem relevantes hoje. Uma parte importante dessas lições é que a decolonialidade não é simplesmente um tópico de investigação, mas parte de uma virada decolonial mais abrangente que envolve a descolonização abrangente do conhecimento, poder e ser. (MALDONADO-TORRES, 2022, p. 4)

Compreendo que Fanon se afastou do projeto da modernidade ao trazer os aspectos da cultura que foram importantes nos cuidados da saúde mental, considerando que a colonização significou para os povos colonizados uma tal ferida colonial, violenta e traumática. Nesse campo, ponderou com outros autores, os quais estão nos relatos de suas experiências abaixo, que a colonização produziu muito sofrimento e também se prestou a ser “uma grande provedora dos hospitais psiquiátricos” (FANON, 2010 apud FAUSTINO, 2015, p. 56), portanto causadora e promotora de profundos sofrimentos psíquicos.

Nesse sentido, quando pensamos em uma psicologia clínica descolonizada, somos levados a refletir que a colonização na nossa ciência fora também um fenômeno violento no Brasil, ao menos sobre aqueles a quem a psicologia tentava compreender, na sua gênese. Esses sempre sendo considerados problemáticos, tais como as crianças que não aprendiam; as pessoas em sofrimento psíquico, sobretudo em hospitais psiquiátricos; trabalhadores precisando ser ajustados aos seus trabalhos, mulheres “descompensadas”, entre outros. Quanto a isso, podemos olhar para Virgínia Bicudo (2010) e pensar como ela descortinou tal problema ao falar das dificuldades das pessoas negras, crianças e adultas, quando dos seus estudos, sobretudo com crianças no espaço escolar, ainda na metade do século passado, em São Paulo. Entretanto, para amparar melhor essa reflexão, será ainda em Fanon que nos apoiaremos para observar o fenômeno da descolonização do pensamento. Nisso, pensar a descolonização passa por compreender, primeiro, o processo da colonização.

Fanon chegou como aquele que trouxe a “luta anticolonial como um ato político de rebelião” (FAUSTINO, 2020, p. 35), isso a partir da ideia de sociogênese (ou a partir da ideia política do seu papel, como alguém racializado e colonizado?). Significando que ele era um psiquiatra preocupado com as dimensões sociais, econômicas, culturais e subjetivas para a compreensão do sujeito em adoecimento psíquico, dos sujeitos colonizados, essa que não seria uma condição natural. Desse modo, a sociogênese, cunhada por ele, sugeriria que serão os fatores sociais aqueles elementos que tornarão inteligíveis, tanto para compreensão do sujeito em adoecimento psíquico quanto para a compreensão do sujeito colonizado, os fatores que fazem com que se adoença. O que, para nós, seria a compreensão de todos os sujeitos em condições subalternas, será para Frantz Fanon “a não observação das raízes econômicas e sociais das neuroses psíquicas o que levaria, na maioria das vezes, a diagnósticos equivocados” (FAUSTINO, 2020, p. 37), referindo-se aos pacientes psiquiátricos. Isso nos remete à ideia de que a sociogenia de Fanon incita a pensar na interseccionalidade, ou seja, a sociogenia de Fanon dialoga com o princípio da interseccionalidade do feminismo negro ao conjugar os processos de opressão a partir de raça, gênero, classe e poder (COMBAHEE RIVER COLECTIVE, 1977; CRENSHAW, Kimberly, 1989, 2002; COLLINS, Patrícia Hill, 2021; AKOTIRENE, Carla, 2018).

Fanon (2008) ressalta que, apesar da análise que empreendeu na introdução do seu livro “Pele Negra, Máscaras Brancas” (2008) “ser de caráter psicológico”, para que ocorresse a desalienação da pessoa negra, seria preciso levar em conta que isso seria o que influenciaria nessa súbita tomada de consciência das realidades, tanto econômicas quanto sociais. Isso posto, “Só **haveria** complexo de inferioridade após um duplo processo: - inicialmente econômico - em

seguida pela interiorização ou melhor pela epidermização dessa inferioridade” (FANON, 2008, p. 28) (**destaque nosso**). A pessoa percebe que é negra e pobre.

O psiquiatra, pensador, revolucionário e intelectual atuante trouxe, com alguns outros parceiros, uma vasta experiência no campo da saúde mental, tensionou e abalou o fazer psiquiátrico com suas experiências na Argélia e Tunísia, países colonizados, além da França, o país colonizador. Suas experiências nessas passagens permitiram a humanização do cuidado àqueles a quem denominavam (e ainda nominam) como louco. As questões psiquiátricas aqui serão relatadas a partir das práticas clínicas que realizou com seus colaboradores, destacando-se Charles Geronimi, François Tosquelles – seu mentor; Azoulay e Slimane Asselah (1957); J. Sourdoire (1957), Alice Cherki [1957]/(2007) e Lucien Lévi (1958), conforme aponta nos seus estudos e relatos psiquiátricos (FANON, 2020).

Faustino (2015) lembra a importância de Tosquelles para Fanon, ao relatar que este último, ao terminar seus estudos de psiquiatria forense, escolhendo ampliar sua formação, buscou a residência médica com o importante psiquiatra François Tosquelles (1912 – 1994), aquele que também inovou o fazer médico. Esses estudos realizaram-se no hospital Psiquiátrico de Saint Alban (na região montanhosa de Lozère, na França), onde, além do trabalho clínico, Fanon realizou pesquisa, escrevendo seus trabalhos e desenvolvendo a investigação científica durante dois anos, tempo em que ficou ao lado de Tosquelles que, na época, era o diretor do hospital.

Vindo da experiência do exílio, após passar por um campo de refugiados, fugido da guerra espanhola, ainda durante a 2ª guerra mundial, o psiquiatra catalão François Tosquelles (1912 – 1994) entra na França e trabalha no Hospital de Saint Alban. Lá, vai ter contato com Lucien Bonnafé, que foi um psiquiatra também ligado à resistência, só que agora era a resistência francesa ao nazismo, sendo ligado ao Partido Comunista Francês – PCF. Esse encontro possibilitou que ambos trouxessem ações que se conjugaram e tornaram Saint Alban um espaço diferente, inovador, o que Heliana de Barros Conde Rodrigues (2007, p. 609) vai denominar como:

um espaço de alguma liberdade em meio à opressão: as portas do asilo são abertas e os pacientes convivem com as comunidades camponesas locais, intercambiando alimentos e modos de vida; participantes da resistência francesa, dentre eles integrantes do movimento surrealista, fazem do hospital lugar de refúgio e front de luta, mas, igualmente, espaço de criação estética, produzindo, junto com os internos, ateliers de pintura, literatura, teatro etc.

Continua a autora nos guiando ao dizer que aquela experiência ganhou o nome de “Psicoterapia Institucional”, em 1952, em num artigo de G. Daumezon e P. Koechlin e que fora, posteriormente, apontado como um dos começos da Análise Institucional-AI francesa. O que se apregou foi que, para o hospital exercer sua função – de cura – como uma instituição psiquiátrica, necessitaria ser, antes de mais nada, ela própria uma instituição curada, “mediante uma democratização das relações entre técnicos e enfermos. Nesse momento, as práticas grupais aparecerão como um dos principais recursos para a terapêutica da instituição e dos institucionalizados” (p. 609).

Nesse caminho, a autora Rodrigues (2007) apresenta Tosquelles, relatando que o médico-residente no hospital Pere Mata foi também aluno de Emilio Mira y López. Era um interessado em psicanálise, além de militante de esquerda que se voltou ao estudo das obras de pessoas revolucionárias e “fora da curva”, tais como: “Freud, Marx, Reich, Politzer e dos primeiros trabalhos de Lacan”. Ainda durante o período da guerra civil espanhola, como já apontado, “participou da reorganização dos serviços psiquiátricos, observando curas espontâneas: sentindo-se úteis na luta antifascista, os pacientes superavam inclusive seus sintomas mais graves” (RODRIGUES, Heliana de Barros Conde, 2007, p. 608). Pode-se muito bem compreender a importância de Tosquelles para Fanon e a ligação de ambos.

Faustino (2015) se apoia em Gordon (2015) para dizer que, para Frantz Fanon, Tosquelles apontou possibilidades concretas de superação de alguns problemas já identificados em sua obra “Pele Negra, Máscaras Brancas” (FANON, 2008). Seriam aquelas questões referentes às alienações psíquicas, questionando se estas tiveram sua origem em uma sociedade que militou contra a humanidade das pessoas, bem como se a superação desses problemas passaria pela mudança social, ou seja, pela transformação da sociedade (FAUSTINO, 2015).

Para Faustino (2015), a posição clínico-política de Fanon se tornou nítida nos futuros experimentos clínicos por ele realizados em Blida, na Argélia e, posteriormente, na Tunísia, assim como sobre as “posições teóricas e políticas que estabelecerá durante esse período” (P. 36). O autor aponta que tal relação de proximidade foi importante ao ponto de manterem uma forte ligação entre os dois, mesmo após o estágio de Fanon, proximidade que chegou a provocar um cuidado tal que, no período em Fanon estivera no exílio, François Tosquelles manteve-se ajudando financeiramente sua família.

Da experiência de Fanon e Tosquelles [1953]/(2020), irão propor que o hospital psiquiátrico deveria ser uma instituição desalienante, o que é reafirmado em seus estudos sobre indicações terapêuticas aos pacientes. Essa proposta rompeu com o pensamento tradicional de uma ortodoxia que calcava e aprisionava os sujeitos na sua doença mental, ao passo que ambos,

em seus estudos e métodos, trouxeram a socioterapia e a terapia institucional como o método que defendia a possibilidade de libertação. Assim, a socioterapia e a psicoterapia institucional foram apresentadas como modos de fazer.

Podemos compreender que, para que as rupturas operadas nas ciências modernas levassem a escuta das vozes desacreditadas ou subalternizadas, assim como para o fazer da ciência, isto não seria possível sem as contribuições desse autor, Fanon. Ocorre que, por décadas, a voz de Fanon, mesmo revolucionária e trazendo a voz dos sujeitos à tona, fora também silenciada, embora muitos tenham bebido e até se embriagado dessa voz prematuramente calada por um câncer. O seu modo de operar a psiquiatria, buscando ouvir homens e mulheres no tocante ao que é necessário para sua cura, leva-nos a refletir sobre o quanto a saúde mental teria ganhado se Fanon fosse ouvido há tempos, ao influenciar uma reforma psiquiátrica descolonizada e antirracista. Para ele, seria possível descortinar a saúde mental frente ao adoecimento psíquico quando ocorresse a libertação do colonizado, pois a própria colonização já seria fator adoecedor. Só existiria saúde mental no processo da descolonização de países, povos e de libertação das pessoas. Só há saúde em liberdade!

Observamos que o racismo que se abate sobre o sujeito negro, por si só, já é fator adoecedor, causador de sofrimento psíquico, antes mesmo que o ato aconteça, como uma pré-visualização do que acontecerá. Isso é observado por nós, nos processos de ansiedade que se constroem nesses indivíduos, já antevendo ou prevendo que algo de ruim vai lhe acontecer. Porque sabedor do olhar do outro, o branco, que lhe diz onde deve ir e como se portar e isso não é maluquice, senão a experiência prévia do ocasionamento de um ato racista. As experiências que chegam à clínica do consultório já dizem isso: “Vou sair? Tenho que pensar 10 vezes na roupa que usarei, afinal, serei perseguida nas lojas, na rua, no shopping e se tiver malvestida e, quando bem vestida, serei até vista, mas com um certo desdém. Afinal, Nêga metida entrando em loja de rica, portanto, de branca”, não é bem-vinda! Isso é sentido todo dia e toda hora. Deixa sair de casa que a paz reinante termina para as pessoas negras, o medo é uma presença constante.

Podemos compreender que Frantz Fanon contribuiu com a ruptura dessa ideia de uma episteme moderna, como sugere Faustino (2015, p. 40) ao dizer que “O racismo é para Fanon tanto um produto quanto um processo pelo qual o grupo dominante lança mão para desarticular as possíveis linhas de força do dominado, destruindo seus valores, sistema de referências e panorama social, pois, uma vez desmoronadas as linhas de forças já não ordenam”.

Isso significou que, sim, o racismo quebrando a moral da população negra, portanto do dominado, triunfaria nas colônias. Trago como exemplo a fala da entrevistada **Tereza de Benguela**:

*No contexto da ruptura, da violência (**doméstica**), esse recorte (**o racial**) foi muito evidente pra mim que sempre militei, que sempre fui muito atenta aos recortes sociais. Era algo que influenciava bastante e quando expus para ela (**a terapeuta branca**) a situação, ela me falou sobre vitimismo, sobre eu estar me colocando de sofrimento excessivo e naquele momento, naquela situação não havia interferência o fato da relação ser uma relação interracial e eu me levantei da cadeira e saí no meio da sessão!*

*Não consegui dar continuidade ao processo... Pouco tempo depois conversando um colega de trabalho ele me indicou algumas profissionais da área e foi quando comecei a fazer um acompanhamento (**com uma terapeuta negra**). Estou até hoje fazendo, tendo acompanhamento, vejo necessidade mesmo.*

Afinal, quanto a isso, o projeto a modernidade se constituiria em si mesmo um projeto colonizador, portanto um projeto racista, por ser seu *eixo estruturante* aquilo que ele denominou de racismo colonial, pois para ele “todas as formas de exploração se parecem” (FANON, 2008, p. 87). Faustino (2015) lembra, ainda, o que pontuou Fanon, que “Sim (!), a compreensão do que seria a civilização europeia, com seus representantes dignos dessa missão, portanto, considerados os mais qualificados para tal ‘missão’, seriam os ‘responsáveis pelo racismo colonial’” (P. 58).

Ao iniciar sua primeira obra, **Pele Negra, Máscaras Brancas**, Fanon, um jovem psiquiatra de apenas 26 anos, disse “que esta obra é um estudo clínico”, ele o faz trazendo a possibilidade do método da pesquisa e do estudo serem o narrável, o narrado pelo sujeito. Isso ficou mais evidente para mim ao ler a dissertação, recém-saída do forno, da minha irmã-amiga Lilian Alves (2021), quando ressalta que:

Frantz Fanon, ao abrir mão do método, faz uma convocação para que possamos acompanhá-lo em seu *estudo clínico* investindo nossa atenção para a experiência vivida da pessoa negra inserida na catastrófica, aprisionante e desumanizadora realidade colonial, ao passo que busca produzir vias de assunção em massa para a construção de um novo humanismo (p. 53).

Fanon relatou tal processo, referindo-se ao colonizado, exemplificando como este último começa a sair de tal condição, resistindo às amarras da colonização, o que chamaríamos hoje de colonialidade (conforme já referido). No processo de descolonização, o colonizador também demonstraria seu temor do colonizado se libertar, pois, este último, saindo do processo de colonização, portanto, de opressão, poderia – na desculpa do opressor – voltar a ter valores atrasados, regredindo, após sair da opressão colonizadora. Mas há que se perguntar, valores atrasados para quem? De que referência se partiu para definir o que seja o atrasado ou o

moderno? Valores antigos viriam à tona. O temor seria que o colonizado, saindo dessa condição de subalterno, trouxesse de volta “suas coisas” de preto, de colonizado, de periférico. Então, o colonizador propõe que, embora o colonizado saia desta condição, deixando de ser colonizado, que tais sujeitos mantivessem valores ocidentais, preservando-os. Com isso, produzindo nesse sujeito – o colonizado – uma rigidez. Esta ideia da modernidade seria uma ação racista, além de uma proposta cínica, do libertar-se sem liberdade.

Fanon (2008) dirá que ao colonizado cabe o que lhes propõem todos aqueles a quem queriam aprisionar, sugerindo que se mantivessem firmes no propósito de se descolonizar observando que este desdenha daquele – o opressor – que queria lhe impor seus valores, deixando-o mentalmente colonizado – mesmo indo embora. Vamos, mas nossas preces ficam! Seria esta a ideia absurda. Fanon (2008, p. 60) observa que:

Propõem-lhes valores seguros, explicando-lhe abundantemente que a descolonização não deve significar regressão que é preciso apoiar-se em valores experimentados, sólidos, garantidos. Ora, acontece que quando um colonizado ouve um discurso sobre a cultura ocidental, ele pega sua machadinha, ou pelo menos verifica se ela está ao alcance da mão. A violência com qual se afirmou a supremacia dos valores brancos, a agressividade que impregnou o confronto vitorioso desses valores com modo de vida ou de pensamento dos colonizados fazem com que, por uma justa contrapartida, o colonizado tenha um riso irônico quando se evocam diante dele esses valores. **Os tais valores cinicamente sugeridos manterem-se (acréscimos e destaque nosso).**

O colonizado reage e ri do pensamento do senhor que o subestima. Frantz Fanon sugere que, para construir uma outra episteme na saúde mental, sobretudo no campo da psicologia (acrescento), seria preciso levar em conta o que apontou ao fazer referência à ferida ou ao trauma colonial, tema este fundante nos seus escritos. O projeto da ciência moderna seria sempre um projeto colonizador reafirmamos, portanto, traumático ao colonizado.

Pensando-se francês, quando ainda não se percebia colonizado, Frantz Omar Fanon, nascido martinicano, também não se percebia negro, subalterno (ou, de fato, colonizado). Vale frisar que “a estrutura da Martinica pregava uma armadilha, em que ficava evidenciado o fato de muitos negros da elite, não identificarem suas raízes africanas, eles incorporavam a cultura francesa como se esta fosse a deles próprios” como apontou Gustavo de Andrade Durão (2016, p. 102). Fanon era, então, um negro da elite martinicana. Pobre iludido...!

Quanto à França... Lá, a racialidade ou racialização lhe toma como um soco no estômago, ao que ele respondeu: “Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas

coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos. Enclausurado nesta objetividade esmagadora, implorei ao outro!” (FANON, 2008, p. 103).

Buscando o olhar libertador do outro que o extraíra do mundo, ao mesmo tempo que lhe entregou esse mundo. Nessa perspectiva, ele percebeu o outro, o qual viria “através de gestos, atitudes, olhares” (p. 103). Furioso com tal experiência, ele exigiu explicações, mas dissera que de nada adiantou, então, ele *explodiu* na indignação. Diria mais uma vez, com uma voz que nos parece gritante: Olhem, “aqui estão os farelos reunidos por um outro eu”! (p. 103).

Tomando consciência de sua condição, Fanon (2008) percebeu que seria mais fácil ser um negro que não se expõe, pois, para ele, enquanto o negro estivesse em casa não precisaria aparecer, e exceção seria que “por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro” (p. 103). Ou seja, ao saber do seu devido lugar continuaria existindo, nesse caso “o momento de “ser para-o-outro”, referindo-se à fala de Hegel. Para Fanon (2008), isso significou que “qualquer ontologia se torna irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada” (p. 103). No momento, chegam até nós ainda muitos relatos de pessoas negras que são praticamente aniquiladas quando saem da periferia, principalmente se forem jovens. Vide as notícias que nos chegam, todos os dias, “*mataram mais um na comunidade tal...*”. São as favelas, as vielas, os becos onde moram os jovens negros. Dizemos a juventude negra quer viver, respirar²⁴, não esqueçamos os George Floyd (2020/EUA), os condenado de Fanon, os condenados pela política migratória eugenista (vide guerra da Ucrânia – migrantes brancos – migrantes negros sendo tratados de forma diferente). Os deserdados de hoje, os condenados, estão em todos os lugares, pois estão nos lugares de exclusão, inclusive em países desenvolvidos e ricos. O condenado de hoje pelo racismo estrutural, da segurança pública do nosso país e sua mentalidade presente na sociedade brasileira, é a população negra, com recorte letal sobre a juventude negra.

Afinal, corpos negros eram os não civilizados nos estudos de Fanon, corpos negros são os matáveis, descartáveis na realidade de cá, são sempre **os elementos suspeitos**. Vejam os tristes exemplos expostos diariamente nos jornais locais, como estes aqui abaixo, são os condenados modernos:

²⁴ Campanha de 2021, de 15 de agosto a 15 de setembro, da Articulação Nacional de Psicólogas (as) Negras (as) e Pesquisadoras (es) – Anpsinep: A Juventude negra quer viver – “Corpo marcado, corpo tombado: sem vida não há saúde mental” publicizou mais uma vez o tema. @anpsinep.

As vítimas são Alexandre dos Santos, 20 anos, Patrick Sapucaia, 16, e Cauê Guimarães — que não teve a idade divulgada (Salvador/Bahia, 2022, *Jornal Correio Braziliense*, março, 2022)²⁵.

Estudante de engenharia Lucas de Lima Paiva, de 20 anos, sendo espancado em meio a um grupo de pessoas (Paulista/PE, 2021 – G1-Globo, março, 2021)²⁶;

Jefferson Guilherme da Costa Santos, de 20 anos, morreu após ser baleado pela polícia durante abordagem na Grande BH (Belo Horizonte/MG, 2021 – G1-Globo, agosto, 2021)²⁷;

Jovem negro morto por segurança em bar se dedicava aos estudos e sonhava ser biólogo, diz pai: 'Menino promissor'. Vitor Nascimento Carvalho, de 21 anos, foi assassinado na madrugada de sábado (6), em Sorocaba (SP), após uma briga generalizada no local. Polícia Civil investiga o caso; suspeito não se apresentou à polícia. – G1-Globo, novembro, 2021)²⁸;

'Como confunde marmitta com revólver?', diz mãe de jovem negro morto pela Polícia Civil no Morro do Piolho, na Zona Sul de SP. Fabiana Hoytil da Silva falou ao g1 que filho, Gabriel Hoytil Araújo, de 19 anos, não estava armado quando foi baleado na cabeça por policiais em ação contra tráfico na comunidade. Testemunhas disseram que 'não houve troca de tiros'. Agentes alegam que atiraram para se defender. – G1-Globo, outubro, 2021)²⁹.

A partir dos dados acima, voltando ao processo de racialização sobre si, ao perceber-se racializado, Fanon (2008) reclamou que parecia que este fato não fazia referência a uma ação e nem a atenção “daqueles que escreveram sobre a questão colonial” (p. 103), ou seja, dos senhores, dos brancos.

Elaborei, abaixo do esquema corporal, um esquema histórico-racial. Os elementos que utilizei não me foram fornecidos pelos “resíduos de sensações e percepções de ordem sobretudo tátil, espacial, cinestésica e visual”, mas pelo outro, o branco, que os teceu por meio de mil detalhes, anedotas, relatos.

²⁵ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/03/4989663-tres-jovens-sao-mortos-em-acao-da-pm-em-comunidade-de-salvador.html>. Acesso em: 20 set. 2022

²⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/02/10/policia-conclui-inquerito-sobre-caso-de-estudante-negro-que-foi-vitima-de-injuria-racial-e-agressoes-em-marina.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2022

²⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/08/02/pm-matou-meu-filho-inocente-diz-mae-de-jovem-morto-a-tiros-em-acao-policia-na-grande-bh.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2022

²⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2021/11/09/jovem-negro-morto-por-seguranca-se-dedicava-aos-estudos-e-sonhava-em-ser-biologo-diz-pai-menino-promissor.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2022

²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/21/como-confunde-marmitta-com-revolver-diz-mae-de-jovem-negro-morto-pela-policia-civil-no-morro-do-piolho-na-zona-sul-de-sp.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2022

Eu acreditava estar construindo um eu fisiológico, equilibrando o espaço, localizando as sensações, e eis que exigiam de mim um suplemento. “Olhe, um preto!” Era um estímulo externo, me futucando quando eu passava. Eu esboçava um sorriso. “Olhe, um preto!” É verdade, eu me divertia.

“*Olhe, um preto!*” O círculo fechava-se pouco a pouco. Eu me divertia abertamente. “*Mamãe, olhe o preto, estou com medo!*” *Medo! Medo!* E começavam a me temer. Quis gargalhar até sufocar, mas isso tornou-se impossível. Eu não aguentava mais, já sabia que existiam lendas, histórias, a história e, sobretudo, a historicidade que Jaspers havia me ensinado.

Então o esquema corporal, atacado em vários pontos, desmoronou, cedendo lugar a um esquema epidérmico racial. No movimento, não se tratava mais de um conhecimento de meu corpo na terceira pessoa, mas em tripla pessoa. No trem, ao invés de um, deixavam-me dois, três lugares. Eu já não me divertia mais.

Não descobria as coordenadas febris do mundo. Eu existia em triplo: ocupava determinado lugar. Ia ao encontro do outro... e o outro, evanescente, hostil, mas não opaco, transparente, ausente, desaparecia. A náusea...(P. 105).

Esta experiência racial o traumatizou.

Deivison Faustino (2015), em sua rica experiência sobre os estudos de Fanon, relata em sua tese intitulada “**Por que Fanon? Por que agora?**”: **Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil** que, na época em que estudava na França, o psiquiatra martinicano teria contatos com intelectuais importantes em sua formação “francesa”, uma formação que supostamente o tornaria europeu. Tornaria? Fanon teve “contatos” com Jean Lacroix (defensor do personalismo), o filósofo Merleau Ponty (professor que ensinava em Lyon e depois transferiu-se para o College de France). Fanon também teve contato com as ideias de renomados pensadores discutidos na França, nessa época, tais como Freud, Jung, Adler, Sartre, Jaspers, Lacan, Marx, Hegel, Nietzsche, sendo algumas das ideias importantes nas suas formulações futuras. Segundo o autor da tese, foi ainda essa “sua grade teórica que lhe possibilitava refletir sobre a condição psíquica e social dos martiniquenhos e outros povos colonizados que conhecera anteriormente” (FAUSTINO, 2015, p. 33).

Omar Fanon também entrou em contato com as ideias revolucionárias do processo da descolonização de países africanos, indo morar e trabalhar na Argélia. Nesse momento, ele estava em meio aos processos das lutas pela independência de países da África, fato efervescente na segunda metade do século XX. Período também do debate em torno do pan-africanismo, que foi o pensamento doutrinário político que defendia o processo da irmandade africana, apontando a libertação do próprio continente africano, tirando dali seus seculares

colonizadores. Promoveria, assim, além da libertação do continente africano, a possibilidade até do estabelecimento de um Estado que poderia levar a um processo de unificação de todo o continente. Pode-se compreender que o trabalho desenvolvido por Fanon influenciou a ponto de alterar a perspectiva da África, chegando também a influenciar na luta pela independência por meio dos mais vários movimentos em alguns países do continente.

Faustino (2015) cita o filósofo jamaicano Lewis Gordon (2015), estudioso da obra de Fanon e responsável por difundir-la ao redor do mundo, como aquele que ajudou a compreender que Fanon não seria um “médico pequeno burguês” (FAUSTINO, 2015, p. 35); ao contrário, já lá na sua memorável obra “Pele Negra, Máscaras Brancas”, ele declararia certa opção “pela transformação radical do mundo e a sua recusa em resumir sua vida a de um médico” (P. 10), digamos assim, medíocre. Como apontou Fanon (2008), conheceu mais de perto aqueles que seriam impactados do colonialismo na estruturação da mente, ou seja, na psíquica humana ao se mudar para Argélia em 1953, onde assumiu a direção de um hospital psiquiátrico na cidade de Blida, que ficava a trinta milhas de distância da capital Argel.

Sobre Fanon, diria ainda Gordon (2008, p. 11), que “é mais conhecido como um revolucionário”, talvez porque seu livro mais famoso tenha sido até hoje **Os condenados da terra** (no original, *Les damnés de la terre*, de 1961), mesmo tendo sido publicado postumamente, após ser escrito durante mais ou menos dez semanas, momento em que Fanon já sofria com a leucemia. E também pela trajetória ligada aos movimentos de libertação de países do continente africano, já citados acima. Mas escrever rápido uma obra memorável não foi uma novidade para este jovem médico, que escrevera o também grandioso “Pele Negra, Máscaras Brancas” ainda muito jovem, aos 25 anos e que após o texto ser rejeitado o levava a substituí-lo, escrevendo sua tese **Um caso de doença de Friedreich com delírio de possessão: alterações mentais, modificações de caráter e distúrbios psíquicos e déficit na herodegeneração espinocerebelar** (LYONS, 1951)³⁰ em alguns dias!

Esta admirável capacidade de fazer coisas rápidas e *revolucionantes* levou Gordon (2008) a estranhar que se falasse desse jovem intelectual, morto prematuramente aos 36 anos, referindo-se a um pensamento inicial ou posterior em sua obra. Refere-se lindamente a Fanon:

Há um ditado do povo akan (na região do Golfo da Guiné) que ensina que os sábios já são sábios de nascença, não se transformam em sábios, referindo-se assim às pessoas que já nascem “velhas”. A outra dimensão desta observação é que tais pessoas morrem jovens. Mesmo quando elas vivem quase um século, como no caso de W.E.B. Du Bois, suas ideias permanecem tão vivas

³⁰ Troubles mentaux et syndromes psychiatriques dans l'hérido-dégénération spino-cérébelleuse. Un cas de maladie de Friedreich avec délire de possession (LYON, 1951).

que seus autores parecem estar perpetuamente jovens. Fanon é uma dessas pessoas. Seu trabalho não pode ser dividido em “inicial” e “posterior”, porque em cada um dos momentos ele permanece maduro e vivo (GORDON, 2008, p. 12-13).

Continua exaltando a força desse jovem espírito sábio que, ao publicar *Pele Negra, Máscaras Brancas*, deixou algo grandioso, uma referência aos estudos das relações raciais como uma:

[...] Obra clássica do pensamento sobre a Diáspora Africana, do pensamento psicológico, do pensamento da descolonização, da teoria das ciências humanas, da filosofia e da literatura caribenha foi recebida ao mesmo tempo com escândalo e com indiferença. O ambiente em que a publicação ocorreu estava dominado pelo mundo latino, tanto francófono, quanto hispanófono ou lusófono, ou seja, um mundo em que o racismo contra os negros era considerado uma doença peculiar das sociedades anglófonas, especialmente nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália e África do Sul. O retrato exibido neste livro revelava uma história diferente. Mostrava como a ideologia que ignorava a cor podia apoiar o racismo que negava. Com efeito, a exigência de ser indiferente à cor significava dar suporte a uma cor específica: o branco (GORDON, 2008, p. 14).

É por isso que, para falar de uma ação/atitude antirracista, há que se considerar os escritos de Fanon, os quais trouxeram sua perspectiva de como, de fato, pode-se ter atitudes clínicas antirracistas. O livro *Pele Negra Máscaras Brancas* seria o marco dessa pontuação, considerado ou saudado por vários autores, além de Gordon, como a obra que nos trouxe o “marco do século XX para os estudos das relações étnico-raciais, racismo, colonização, descolonização, antirracismo, abusos psiquiátricos e interfaces entre estudos da subjetividade e da política” (NOGUEIRA, 2020, p. 7). O mesmo ocorre em “*Alienação e Liberdade. Escritos Psiquiátricos*” (2020).

As experiências de trabalhador de saúde mental com os colonizados o levou a desenvolver essas ideias revolucionárias, atendo-se ao processo de psiquiatrização e fazendo a crítica ao que isso significou, levando em conta o estado da “pessoa louca” como consequente também das condições socioculturais. Para Nogueira (2020), Fanon realizou uma análise crítica do “projeto colonial racista”, o qual tentou colocar o negro dentro do “mundo civilizado” (p. 8), estudou seus dispositivos de vendas daquilo que denominou as máscaras brancas, as quais entendemos que fariam este olhar enviesado definir quem seria o negro, olhando-se como branco; afinal, o referencial do espelho era o sujeito branco. Isso adocece as pessoas negras, dificultando a autoaceitação.

Compreendemos que Fanon desmascarou a hipocrisia europeia colonialista, ao trazer o racismo presente na e da França, sobretudo voltado às suas colônias. Gordon (2008, p. 14), trazendo ainda sobre este aspecto, dirá que:

Embora fosse um fato perturbador para o típico leitor francês, a má-fé prevalecia através de uma rejeição não-empírica de sua suposta falta de validade: eles simplesmente diziam que o racismo não existia (apelo à evidência) recusando examinar a evidência. A reação à *Peau noire, masques blancs* evidencia um problema com que se defronta a maioria dos estudiosos que examinam as questões relacionadas aos negros. Como W.E.B. Du Bois observou, em vez de estudar os problemas enfrentados pelas pessoas negras, as próprias pessoas passam a ser o problema. O resultado é, como Fanon subsequentemente argumentou, uma exigência neurótica de que os estudos sobre o negro pudessem existir se houvesse acordo de que o negro não existe. O mesmo se aplica ao pensamento negro. Fanon oferece uma crítica incisiva à negação do racismo contra o negro na França e em grande parte do mundo moderno. Embora outros escritores também tenham criticado tal comportamento, existem características singulares na análise de Fanon que fizeram com que seu trabalho sobrevivesse ao século XX.

Para efeito didático, faremos aqui a distinção proposta por Gordon (2008, p. 14) sobre tais características, com base em Frantz Fanon:

- ✓ Primeiro: ele examina a denegação como algo sintomático em muitas pessoas negras;
- ✓ Segundo: rejeita a tese estrutural ao admitir a tese existencial da contingência e das exceções. Em outras palavras, Fanon não considera todo o mundo como sendo racista;
- ✓ Terceiro: examina o problema em seus níveis subterrâneos e, ao fazê-lo, revela seu significado para o estudo do homem;
- ✓ Quarto: aborda questões disciplinares e problemas de dominação no âmbito epistemológico, na esfera do conhecimento, radicalizando assim sua crítica;
- ✓ Quinto: oferece discussões originais sobre a dinâmica da liberdade e do reconhecimento no cerne das relações humanas; E,
- ✓ Sexto: mas em último lugar, Fanon propõe um conjunto de mecanismos retóricos que implementam as muitas maneiras de abordar o problema (p. 14).

É evidente a admiração de Gordon sobre a obra de Fanon ao dizer que O livro *Pele Negra, Máscaras Brancas* *fala por si mesmo!* Ele continua a ponderar:

Mas também é um livro que *fala através de si mesmo e contra si mesmo*. Fanon literalmente põe em cheque a maneira como entendemos o mundo e também provoca um desconforto na nossa consciência que aguça ansiosamente o nosso senso crítico. **Ler este livro é uma experiência desafiadora.** Temos indiscutivelmente que nos valer de uma série variada de

recursos intelectuais, aí incluindo recursos emocionais (2008. p. 14) **(destaque nosso)**.

Gordon avisou que ler Fanon seria uma experiência desafiadora, referindo-se ao “Pele Negra, Máscaras Brancas”. Com isso, nossas entrevistas (de)mo(n)stram que suas narrativas são denúncias em si, então, ler seus relatos nem sempre será fácil.

No estudo da colonialidade e da violência, Fanon traz a ideia da metrópole fazendo política com sua língua, seu jeito de ser, até porque a “colonização é racista, o racismo é colonial, um alimenta o outro” (NOGUEIRA, 2020, p. 10). As riquezas das suas reflexões e ações sobre a saúde mental não poderiam se descolar da sua realidade de colonizado, que vivera na metrópole e lá aprendeu, a duras penas, quanto era um sujeito de segunda classe por ser de um lugar menor e por ter uma cor maldita, era negro e martinicano.

Suas experiências de ouvir e ver o colonizado como sujeito atravessariam toda a obra. Foi fundamental conhecer as experiências da socioterapia, expostas na sua obra “Alienação e Liberdades – escritos psiquiátricos” onde demonstrou a prática da humanização sobre os sujeitos, os colonizados, presos e rebeldes, os quais serão denominados “os condenados” e também loucos.

Fortíssima foi sua fala sobre a colonização e seu mal-estar sobre o rebatimento disso nos colonizados, pois, para ele, o veneno da colonização era tão perverso que se fazia presente tempos depois, o que Gordon (2008, p. 15) traduz ao dizer:

Fanon argumentava que a colonização requer mais do que a subordinação material de um povo. Ela também fornece os meios pelos quais as pessoas são capazes de se expressarem e se entenderem. Ele identifica isso em termos radicais no cerne da linguagem e até nos métodos pelos quais as ciências são construídas. Trata-se do colonialismo epistemológico.

Gordon (2008) ressaltou que, para Fanon, a virulência da colonização não expurgaria tal veneno tão cedo, nem mesmo após a nação colonizadora abandonar seu projeto de dominação, retirando-se do país colonizado. Existiria uma introjeção desses valores também nos indivíduos ali deixados, isso seria a introjeção ou processo de assimilação que Nogueira (2020) salientou como algo que apareceria nos estudos e experiências de Fanon. Foi destacada também a ideia de que a colonização seria algo tão perverso, que incide sobre as mentes e alma do colonizado ou o condenado. Tal ação aconteceria a partir da perversidade do branco, o que Fanon ponderou como “a toxidade da colonização é uma política enraizada no psiquismo”

(NOGUEIRA, 2020, p. 19). Com isso, esse autor mostrou que Fanon fez uma “psicopolítica”, ou seja, explicou o sofrimento psíquico do colonizado a partir da violência sobre si, discorrendo sobre a saúde mental desse colonizado frente ao processo de racialização e do racismo.

Ainda sobre a colonização e seus males, o autor de “Pele Negra, Máscaras Brancas” relata a experiência do europeu chegando a lugares da África com seus males, tomando como exemplo Madagascar³¹. No relato, Fanon (2008) estava em um diálogo crítico com Octave Mannoni, um psicanalista e etnólogo francês que morou por mais de duas décadas em Madagascar e traçara observações com as quais Fanon não concordara, sobre os “fenômenos psicológicos que regem as relações nativo-colonizador” (p. 83). Para aquele autor de *Psychologie de la colonisation*³² (um livro publicado em 1950), o racismo estaria entremeado pelas relações interpessoais, ao passo que Fanon lembrou que foram as estruturas sociais e políticas que definiram a nocividade do racismo, assim como do colonialismo. Fanon (2008) disse, portanto, que “o racismo colonial não difere dos outros racismos” (p. 87). Na mesma linha, continuou ponderando que “Sim, a civilização europeia e seus representantes mais qualificados” foram os in-“responsáveis pelo racismo colonial” (p. 88).

Para Fanon (2008, p. 93), por exemplo:

O branco, chegando a Madagascar, tumultuou os horizontes e os mecanismos psicológicos. Todo o mundo já o disse, para o negro a alteridade não é outro negro, é o branco. Uma ilha como Madagascar, invadida de um dia para o outro pelos “pioneiros da civilização”, mesmo que esses pioneiros tenham se comportado da melhor maneira possível, sofreu uma desestruturação. [...] O branco, ao desembarcar em Madagascar, provocou uma ferida absoluta. As consequências dessa irrupção europeia em Madagascar não são apenas psicológicas, pois, todo o mundo já o disse, há relações internas entre a consciência e o contexto social.

Para Fanon (2008), o branco obedece a um complexo de autoridade, a um complexo de chefe, enquanto o **negro** (o malgaxe³³ – no original) obedeceu a um complexo de **inferioridade**

³¹ A **República de Madagascar** (Repoblikan'i Madagasikara em malgache; République de Madagascar em francês) é um estado independente localizado na **ilha de Madagascar**, no sul da África, próximo a Moçambique. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-13864364>. Acesso em: 26 mar. 2022.

³² *Psychologie de la colonisation*, um livro publicado em 1950, renomeado depois para Próspero e Caliban: A Psicologia da Colonização. Nova York: Frederick A. Praeger, 1956. Rpt. da *Psychologie de la Colonization*. Paris: Seuil, 1950.

³³ Malgaxe – Segundo o Dicionário Michaelis – Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (on-line) o Malgaxe é o habitante ou quem nasceu na ilha de Madagascar antiga República Malgaxe) , país situado no oceano Índico na costa leste da África. Podendo ser também a língua falada pelos nativos da ilha de Madagascar. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/MdVq0/malgaxe/>. Acesso em: 21 ago. 2022. Para aprofundar o tema indicamos: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042006000100002>.

(dependência – no original), disse Fanon (p. 94 – em “Pele Negra, Máscaras Brancas”, com acréscimos em destaque meu e de Cida Bento – com sua licença).

Segundo O. Manoni, existiria uma assimilação dos povos daquela região, os malgaxes, aos seus colonizadores, colocando-se na condição de inferiores. Fanon rebateu dizendo que, de certa forma, foi o racista que criou o inferiorizado (obra citada), foi o racista quem criou o negro num processo de subjugação. Para nós, conhecer Mannoni é saber de Maud Mannoni, esposa de Octave, uma conhecida psicanalista infantil, autora do famoso livro “A Primeira Entrevista em Psicanálise” (2005).

Para Nogueira (2020), Fanon conectou “**sempre** política e subjetividade” (p. 16) (**acréscimo em destaque nosso**). Isso demonstra, para nós, um projeto ético político no processo de acompanhar e acolher os condenados da terra, os loucos, os banidos sociais, desde a colonização até o momento como aqueles que foram e são os deserdados das políticas públicas. Isso fica exemplificado, como demonstra nos dias atuais, o Padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua (em São Paulo, 2022), no cuidado aos habitantes (moradores) quando fala da aporofobia³⁴. Diz-nos que, ao ver uma pessoa dormindo ao relento no frio de São Paulo ou do Recife, se está diante de uma crise humanitária. Afinal, os malgaxes tiveram suas terras invadidas em Madagascar e os nossos “moradores de rua” tiveram, muitas vezes, as suas negadas desde sempre. Alguns nasceram na rua e hoje morrem nela de frio³⁵.

Fanon propõe o sociodiagnóstico por compreender o quanto a realidade que se abateu sobre o sujeito negro colonizado feria sua autoestima, destruindo seu modo de ser humano. Para Nogueira (2020), a *sociogenia* seria um “conceito” central para o entendimento e a análise do racismo e o processo de colonização. O autor continua a sugerir que o sociodiagnóstico em Fanon enxergou a colonização como um fenômeno dentro da realidade dos sujeitos, portanto um “fenômeno” sócio-histórico. Esta não seria uma questão individual, mas sim embasada no colonialismo que trouxe o saber poder para desumanizar e alienar esses sujeitos negros. Este ser coisificado, negado na sua condição de sujeito, negando suas subjetividades (LIMA, Fátima, 2018), na sua humanidade.

³⁴ Aporofobia: O Prof. Flávio Rocha de Deus nos trará que o conceito é um neologismo criado pela filósofa Adela Cortina, que cunhou tal denominação. Para a filósofa espanhola, seriam as coletividades, principalmente as nacionalistas que, possuindo “uma sistêmica aversão às pessoas pobres, fenômeno este que ela conceituou como “Aporofobia”, derivado da palavra grega aporos (ἀπορος), usada para nomear aqueles que não possuem recursos (DEUS, 2020, p. 3). DEUS, F. R. DE. O conceito “aporofobia” de Adela Cortina: reflexões sobre a sistêmica aversão aos pobres e a pobreza. *Anãnsi: Revista de Filosofia*, v. 2, n. 1, p. 123-136, 13 jul. 2021.

³⁵ Ao final dessa tese em menos de um mês, duas pessoas em situação de rua, morrema de frio em São Paulo, a cidade mais rica do país. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/brasil-urgente/ultimas/duas-pessoas-em-situacao-de-rua-morrem-em-sao-paulo-apos-madrugada-gelada->. Acesso em: 21 de ago 2022.

Para compreensão do tema, referimos o que traz Fatima Lima (2020), citando Sylvia Wynter (2001), que “em conversas com a noção de sociogenia em Frantz Fanon, **Wynter** formulou a ideia de princípio sociogênico” (p. 86 [3]). Desenvolveu a possibilidade de que, contrastando com o princípio genômico, precisaria ressaltar sua dimensão. Afinal, o princípio sociogênico apareceria como “lei”, que foi aplicável transculturalmente desde que tivesse por base um sistema humano fortalecido sobre ordens instituídas de um modo tal que os sujeitos, “no âmbito sociogênico”, fossem produzidos como os “condenados” (aspas no original). Estes tais condenados, produzidos nessas situações em que o colonialismo está posto, seriam os homens sem linhagem, escravizados historicamente, os “vendidos” de hoje, as/os faveladas/os, as/os desempregadas/os, entre outras/os” (LIMA, Fátima, p. 86).

Ainda assim, Lima reforçou que a estudiosa Wynter (2009 apud LIMA, 2020) apontou “a possibilidade de produzir outras narrativas e disputar outra ideia de humano e de mundo” (p. 86). Pode-se concluir que Wynter, ao trazer tal argumento, possibilitou a teorização da sociogenia de Fanon concebendo a noção de seres humanos como tal, com suas experiências de humano e não como ser meramente biológico, sobretudo como quem tem suas experiências baseadas em histórias e significados reais e simbólicos, gerados dentro de contextos culturalmente específicos, a exemplo dos muçulmanos que ele, Fanon, encontrou no hospital de Blida.

Ao lermos a obra de Fanon, esta nos ajudou fortemente a refletir sobre a alienação da pessoa negra, principalmente em “Pele Negras, Máscaras Brancas”, a partir do processo de um diagnóstico que possibilite a saída do sujeito negro da condição de alienação e dessa visão do mundo branco como sendo o referencial. Fátima Lima (2020) traz, ainda, que “esse sociodiagnóstico” foi “fundamental para entendermos os limites que os modelos explicativos sobre subjetividade apresentam diante das vidas negras” (p. 87). Afinal, as vidas negras e suas subjetividades importam!

Para Fanon (2008), não seria possível o sociodiagnóstico sem a compreensão da realidade e da cultura das pessoas, o que ele demonstrou em sua experiência no hospital psiquiátrico na Argélia e na Tunísia. Seria preciso considerar estas pessoas na sua singularidade, mas sobretudo na realidade em que viviam. Ele questionou esse “projeto racional ocidental no qual as experiências subjetivas negras se deram a partir da hegemonia branca” (LIMA, Fatima, p. 88). Isso seria explicado nessa nomeação da pele negra sob a máscara branca. Ou seja, para civilizar o negro, seria preciso utilizar a máscara branca (NOGUEIRA, 2020), um processo de imposição e assimilação. Mas não esqueçamos que foi a branquitude quem nomeou e formulou “com sua violência brutal” a ideia do negro (a) como o outro subalternizado (a), o fazendo

também em um “movimento marcado pela subalternização, pela inferiorização, pela objetificação e pela coisificação dos modos de vidas e subjetividades negras (LIMA, Fátima, p. 89).

Para a autora acima, a noção de descolonização, a partir do pensamento de Grada Kilomba (2019), define que a descolonização do eu significaria o desfazer do colonialismo, visto que ocorreria a conquista da autonomia por parte do colonizado (o que envolveria a independência e autonomia como conquistas. A mesma autora refere estar localizado no pensamento de Neusa Santos (1983) a formulação no torna-se negro, confrontando-se com a ferida narcísica. Para Kilomba (2019 apud LIMA, Fátima, 2020), a descolonização é o desfazer do colonialismo e conquistar a autonomia. Nesse campo, compreendemos como a necessidade de introjeção de valores da pessoa negra ocorre em um processo de colonização e subalternização quando tais valores são arrancados violentamente.

Foi o movimento negro, ou seja, o ativismo negro antirracista que trouxe Fanon ao país ao recepcioná-lo de braços abertos na década 1980 (NOGUEIRA, 2020), assim como a psicanalista Neusa Santos ainda na mesma década. Aquele autor era reconhecido desde a década de 1950, por lutadores, intelectuais e movimentos de libertação, entre outros, na Europa e no continente Americano como, por exemplo, o movimento negro nos EUA, os Panteras Negras, bem como por ativistas brasileiros. Parece-nos uma contradição, porque no Brasil, ele também era conhecido ao menos desde as décadas de 1960, 1970 e 1980, por intelectuais, como aqueles do movimento de libertação (no campo filosofia e pedagogia) na América Latina. Entretanto, sua produção tomou corpo para nós só nos últimos tempos, sendo ainda incipiente na psicologia brasileira. Não era citado.

Importa-nos o que sugere Faustino (2020), um dos maiores intelectuais brasileiros e estudioso da obra de Fanon, no país, chamando a atenção e também sugerindo que, além desses movimentos citados acima, outros movimentos, outras organizações e intelectuais também beberam da fonte de Fanon. Vai destacar alguns que vão desde Spivak, passando por Stuart Hall, Zizek, Judith Bultler, entre eles, Dusses e Steve Biko, bem como movimentos na África do Sul. Ou seja, foram intelectuais que estudaram e foram influenciados pela obra de Frantz Fanon. Com isso, indica que são vários os modos de perceber, atuar e falar de Fanon, proposições e perspectivas, em intelectuais também tão diversos que, sobre seus diferentes modos de atuar nos “pressupostos teórico e epistemológicos”, sustentaram suas reflexões e posições distintas, observadas na obra de Fanon. Faustino (2020) vai sugerir que nos caminhos com a obra desse genial martinicano “vários estudiosos têm chamado a atenção para a existência de distintos “fanonismos”” (p. 78), ao menos no Brasil.

Na sua experiência diversa em hospitais psiquiátricos, ocorrerá o rompimento de Fanon com o pensamento ocidental, trazendo práticas que reconhecem o sujeito na sua plenitude e realidade. Ao trazer para nós sua célebre frase “**Ao lado da filogenia e da ontogenia, há a sociogenia**” (FANON, 2008, p. 28) (**destaque nosso**), ele afirma um pensamento que se contrapõe à ideia reducionista, refletida pelo próprio Freud em suas formulações teóricas. Esse mesmo autor indica que, “reagindo contra a tendência constitucionista em psicologia do fim do século XIX” (p. 28), veio por meio da psicanálise exigir que fosse levado em consideração, naquele momento, o fator individual. Sugere que Freud irá “substituiu a tese filogenética pela perspectiva ontogenética” (FANON, 2008, p. 28), ao abandonar o estudo das espécies ou grupos, truncando-o pelo estudo dos indivíduos no seu processo de desenvolvimento. Fanon (2008), por sua vez, em suas investigações sobre a alienação dos sujeitos no processo colonizador, ressalta que “a alienação do negro não é apenas uma questão individual” (p. 28), mas também uma questão sociológica, sociogênica, portanto, sociocultural, que denominara de um processo de sociogenia. Indo além de social, vai ao sociocultural, bem como ao simbólico, ao que Sylvia Wynter formula como a ideia *de princípio sociogênico* (LIMA, Fátima, 2020).

Trazendo para nós o pensamento de Sylvia Wynter, ainda podemos dizer que, como sugere Ashley J. Bohrer (2020 – traduzida por Leonardo S. Araújo), ela faz parte de um grupo de pensadoras que compõe “A linha feminista da tradição decolonial que propõe uma das mais instigantes concepções históricas e teóricas do capitalismo. (...) As pensadoras do feminismo decolonial compreendem o quão profundamente o capitalismo” (p. 273) será um todo que esteve permanentemente entrelaçado à colonização, ao heteropatriarcado, tanto quanto ao cissexismo e ao racismo. Wynter nos ajudará a compreender o pensamento de Fanon revelando que

[...] uma disputa central dessa linha dentro do pensamento anticapitalista **que** é a reconceitualização não apenas do capitalismo como uma estrutura de dominação, mas também de como os movimentos sociais que o enfrentam devem se orientar, teórica e politicamente. Embarcar numa trajetória feminista e decolonial de práxis anticapitalista demanda, portanto, não apenas uma análise renovada do que é o capitalismo e como ele funciona, mas também da sua história e das geografias diferenciadas de seu desenvolvimento. (BOHRER, 2020, p. 273)

O que pode parecer, hoje, uma obviedade, não era tão evidente nos anos de 1950, quando parte considerável dos livros e textos de Frantz Fanon foram visitados por Wynter (LIMA, Fátima, 2020), e que sua ideia conservara a noção de sociogenia em Frantz Fanon para falar do

princípio sociogênico (citado acima), como algo que leva à reflexão e à análise da realidade noutra perspectiva. Assim, sua escrita propõe que questionemos a pura definição biológica da realidade e a cultura daquela época, trazendo a reflexão do que significa ser humano naquele/neste mundo ainda colonizado.

Silvia Wynter³⁶ (2001) é uma intelectual, romancista, cubana de origem jamaicana, que nasceu em 11 de maio de 1928. Mesmo que tenha crescido e sido educada em Kingston (Jamaica), foi depois estudar em Londres e em Madrid. Seus estudos na área de literatura a levaram, como escritora, a escrever romances e roteiros para programas de televisão (BBC) na década de 1960. No ano de 1963, Wynter retornou à Jamaica, que passara pelo processo recente de independência, passando a lecionar na Universidade das Índias Ocidentais (UWI). No referido momento, ajudou a fundar o *Jamaica Journal*, um dos principais jornais anglófonos do pensamento intelectual caribenho, período também em que escreveu várias peças, incluindo *Maskarade* e *1865: Ballad of a Rebellion*. Nesse caldo intelectual pós-colonial da ilha jamaicana, a autora escreveu um importante ensaio: "Devemos aprender a sentar juntos e falar sobre um pouco de cultura: reflexões sobre literatura e crítica das Índias Ocidentais".

No momento em que Wynter começou a explorar a questão teórica colocada pela historiadora caribenha Elsa V. Goveia, autora de "O Marco Social" (1970), relativo ao porquê da premissa da inferioridade negra e da superioridade branca, foi também o momento em que surgiram os questionamentos dos intelectuais nos Estados Unidos para acompanhar o movimento pelos direitos civis no final dos anos 1950 e 1960. Foi nesse contexto da chamada para estudos negros, que Wynter foi convidada a lecionar na Universidade da Califórnia em San Diego (UCSD). Lá, Wynter foi nomeada para ensinar e desenvolver um novo programa interdisciplinar, Literatura e Sociedade no Terceiro Mundo. Três anos depois, na Universidade de Stanford, Wynter foi nomeada presidente do Programa de Estudos Africanos e Afro-Americanos (AAAS), bem como professora do Departamento de Espanhol e Português. Ela atuou como presidente do programa AAAS até 1982 e continuou a ensinar em Stanford até sua aposentadoria como professora emérita em junho de 1994.

Silvia Wynter (2001), agora citada por Karen M. Gagné (2018), argumentou que ao fazer a afirmação de que "além da filogenia e da ontogenia está a sociogenia" Fanon, no seu livro "Peles Negras, Máscaras Brancas" (FANON, 2008), teria rompido de modo efetivo com o sistema de conhecimento mantido naquele período de 1950, com o modelo das disciplinas

³⁶ Disponpível em: <https://www.encyclopedia.com/history/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/wynter-sylvia>. Acesso em: 21 mar. 2022.

acadêmicas, então vigentes. Sendo assim, a autora continuou ao colocar a questão do que seria “a definição puramente biológica” da cultura da época, que definiria o significado de poder ser, de fato, humano. Isso seria a ruptura operada por Fanon permanecendo como um espaço que possibilitou o deslocamento necessário da “concepção ocidental/europeia/bioeconômica” do que seria o ser humano, por meio da qual o Eu exigiria um Outro para chegar a tal definição, em direção a uma concepção híbrida de querer a natureza-cultura (LIMA, Fátima, 2020).

Karen M. Gagné (2018) sinaliza referindo-se à relação de Fanon – Wynter, que

Da afirmação de Fanon de que “ao lado da filogenia e ontogenia está a sociogenia”, Wynter desenvolve o conceito de “princípio sociogênico” (às vezes escrito como “princípio sociogenético”) para se referir a e para contrastar com o conteúdo puramente biológico do “princípio genômico” usado para definir os códigos “específicos da espécie” da vida puramente orgânica. A concepção de Fanon do humano se torna para Wynter verdadeiramente revolucionária – revolucionária por provocar uma alteração permanente ou uma ruptura. Esta nova concepção, de acordo com Wynter, era perturbadora para a ordem de conhecimento vigente assim como rupturas intelectuais anteriores como aquelas efetuadas por Copérnico (e Colombo) no século 15 e por Darwin no século 19.

Nas suas palavras, existem três revoluções intelectuais que definem o nosso mundo “moderno”: o copernicano, o darwiniano e o fanoniano. Esta última revolução, Wynter argumenta, ainda não foi completada (GAGNÉ, 2018, p. 47).

A autora citada acima continua afirmando que, para Sylvia Wynter (1982), a última revolução ainda não foi completada, o que seria um problema para nós. Não se ouvira Fanon o suficiente, então!

Na perspectiva de Wynter (1982), um feminismo decolonial precisa de “um modelo de referência autônomo” (p. 13), o que significa um modelo que evita a reprodução daquela fantasia morfogenética já referida. Quando o feminismo liberal se mobiliza contra a “supremacia masculina” (p. 13), ou o feminismo marxista-leninista se mobiliza contra a “supremacia capitalista” (p. 13), Wynter esclarece que a cada um dos movimentos escapam os “múltiplos modos de supremacia” (p. 13) que se interligam na estrutura da *classearquia*, reproduzindo lógicas reducionistas, pelas quais um desses modos de sujeição parece primário ou fundamental em relação a todos os demais (WYNTER, Sylvia. 1982).

Esta tese traça um caminho que se quer interseccional, porque acredito que não se pode pensar as opressões sem as lições das feministas negras, ao dizerem que temos que considerar as intersecções entre estas opressões. Tendo em vista que raça, gênero, classe e poder não se

dissociam ao analisarmos a realidade da população negra, sobretudo a realidade das mulheres negras no Brasil. Nisso, conjugar também que o racismo se acirra no encontro com capitalismo se retroalimentando, visto que tal sistema sócio-econômico-político se fortaleceu na escravidão da população negra. Portanto, também na negação da humanidade dessa população.

É um achado o encontro que a pesquisa e leitura me proporcionaram com os textos de Sylvia Wynter, dialogando com Frantz Fanon, principalmente no que diz respeito à perspectiva de que um feminismo decolonial precisa de “um modelo de referência autônomo” (1982, p. 13). Nessa perspectiva, Wynter Bohrer, Ashley J. (2020) sugere:

Ademais, uma disputa central dessa linha dentro do pensamento anticapitalista é a reconceitualização não apenas do capitalismo como uma estrutura de dominação, mas também de como os movimentos sociais que o enfrentam devem se orientar, teórica e politicamente. Embarcar numa trajetória feminista e decolonial de práxis anticapitalista demanda, portanto, não apenas uma análise renovada do que é o capitalismo e como ele funciona, mas também da sua história e das geografias diferenciadas de seu desenvolvimento. Ainda que outras tradições do pensamento anticapitalista tenham se debruçado sobre algumas dessas linhas, é na tradição feminista decolonial que se encontram as manifestações mais instigantes, multifacetadas e urgentes dessa práxis. Para lançar luz a essa aproximação, procuro traçar o desenvolvimento do feminismo anticapitalista decolonial no trabalho **de Sylvia Wynter e Sayak. (acrécimo em destaque nosso)**

[...] Ao fazer isso, argumento que a tradição feminista decolonial possui recursos filosóficos e históricos cruciais para entender a emergência do capitalismo e sua resiliência de maneiras que transcendem às limitações de boa parte da tradição marxista-feminista contemporânea. (p 14)

Quando Fanon descrevia em seus estudos e práticas sobre a necessidade de estabelecer um processo do sociodiagnóstico, já apontava para uma análise da realidade, observando-se um processo de ruptura operado por Frantz Fanon com a episteme da modernidade. Isso aparece também em Wynter ao dizer da ruptura necessária das feministas rumo a um caminho decolonial de práxis anticapitalista, o que nos leva a dizer que Fanon inaugura uma práxis anticolonialista e antirracista, pois seria “como um fenômeno histórico-social” (NOGUEIRA, 2020, p. 15), que ele proporia o sociodiagnóstico político. A sociogenia seria um fenômeno para analisar o racismo e a colonização, o sociodiagnóstico enxergaria a colonização como algo perverso.

“O reestabelecimento da sanidade não deixa ser um projeto político” (NOGUEIRA, 2010, p. 18). Portanto, necessário e urgente desde lá, idos de Fanon, até aqui, 2022 no Brasil. Sendo hoje uma necessidade quando as pessoas negras querem falar reivindicando seu lugar de

fala. Dessa feita, podemos refletir que se uma pessoa nascesse em uma terra explorada, já devastada por este senhor – o colonizador – já nasceria com sua sanidade em risco, pois “a colonização pode acarretar baixa autoestima ou outras percepções de si igualmente nefastas” [...] Liberdade e sanidade andam juntas”, dirá Nogueira (2020, p. 19) e continua refletindo que “As patologias psicológicas decorrentes de um mundo branco produzido como único e verdadeiro acabam por impor transtornos de uma outra ordem às pessoas negras” (p. 10).

Fanon ao propor a experiência da socioterapia – o faz pensando na

criação de uma neossociedade no hospital psiquiátrico, proporcionando a transformação do hospital em sociedade, com multiplicidade de laços, deveres e possibilidades para que o paciente assuma papéis e cumpra funções, o que constitui, sem sombra de dúvida, uma virada decisiva em nossa compreensão da loucura. Utilizamos esse método com especial intensidade em Bilda. (Argélia) (FANON, 2020, p. 89)

Afirma que “a socioterapia arranca-o (*referindo-se ao paciente*) de seus fantasmas e o obriga a confrontar a realidade num novo registro” (p. 89), saindo do seu narcisismo, do isolamento de si. Nascia uma clínica da escuta aos doentes, não uma clínica interpretativa, mas da escuta de quem fala (e é ouvido!). Uma clínica fanoniana da descolonização do indivíduo. Clínica essa anticolonial, porque libertária, antirracista porque atualizada.

O hospital como possibilidade de vir a ser, não como um lugar fechado foi a proposta fanoniana. Refere-se à importância do hospital dia, na medida em que o paciente mantém um contato com seu cotidiano – mantendo assim uma rotina – isso nos remete à ideia da clínica peripatética, bem como sugere que o sujeito mantenha sua vida com a humanização do hospital psiquiátrico. Remete-nos, também, à ação psicossocial da clínica realizada nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS (no Brasil) ou da clínica ampliada, que rompe, há muito, com os laços da hospitalização que confina, pois, seu pioneirismo foi demonstrado ao abrir as portas dos hospitais aos usuários e a seus familiares. Algo comparável a um período de licença do paciente em seu trabalho, pois ficaria o dia no hospital e à noite, como fazia no cotidiano da vida, volta do trabalho para casa; no caso, está voltando do campo do cuidado com sua saúde mental para sua casa.

Para Fanon e Charles Geronimi (2020), o processo de internação levaria ao rompimento do narcisismo do paciente e isso o crucificaria em suas tentativas hedônicas, levando-o engajar-se “de maneira traumatizante no caminho da regressão, do perigo e da angústia” (FANON, 2020, p. 94-95). No tocante à revolução, na relação do paciente com processo de hospitalização, as mudanças implantadas por Fanon levaram-no a demonstrar as muitas maneiras de fazer ouvir

a este paciente, que teria sim voz. Ele trouxe a importância da família para o paciente psiquiátrico, partilhando no processo de internação, na relação com a prática do hospital dia. As pessoas não perderiam sua identidade nem quebrariam seu cotidiano. Este foi um relato em que ele e Geronimi partilharam sua experiência com a "formula do hospital dia" em Túnis/Tunísia.

Eles trouxeram a experiência inaugurada pela escola anglo saxã como "uma modalidade de assistência e terapêutica à doença mental" (termo utilizado à época), a experiência do hospital dia levaria a criação do "Centro-Dia de Neuropsiquiatria de Túnis" (FANON; GERONIMI, 2020). Esta "prática" pareceu-lhes uma modalidade encorajadora o suficiente para ser implantada no Hospital Geral Charles – Nicolle (hospital geral de policlínica). Reafirmam, para mim, que tal defesa fortaleceu a ideia de que hospital dia seria a preconização de uma ação que anteciparia o que seria hoje um CAPS, conforme já referido acima. Naquele período de inovações, a psiquiatria estaria distante da prática médica geral e, ao ser reincluída no hospital geral, traz, para eles, a compreensão que "a reintrodução da psiquiatria na medicina corrige, de maneira substancial, os preceitos amplamente enraizados na opinião pública e transforma o louco em paciente" (FANON; GERONIMI, 2020, p. 86). Humanizando-o, portanto.

Seus relatos falariam também da importância da família de pacientes e como o terapeuta se apoiaria nela para promover o bem-estar daquele, o que chamaram de cura. Foram os precursores de um serviço humanizado, incluindo a família no processo terapêutico de pacientes psiquiátricos, sob seus cuidados. "Permitiu-se, nas suas observações, perceber que o paciente teria uma realidade multirrelacional" (FANON; GERONIMI, 2020, p. 96). Fanon e Geronimi fizeram referência ao trabalho de grupo dizendo que todos e "cada indivíduo", ou seja, cada paciente exporia ali suas dificuldades e todos os membros das famílias seriam levados a opinar, participando e intervindo sobre o que o paciente "adotou diante delas" (FANON; GERONIMI, 2020, p. 98).

Em uma ocasião, ainda em 1953, Fanon recusou-se a atender e internar uma paciente sem que ela soubesse o que se passava. Este foi o caso de uma freira, existindo ali o respeito à autonomia, bem como o respeito ao direito de saber ser sujeito em processo e/ou em tratamento psicoterapêutico. Referiu-se à experiência da freira para exemplificar. A autonomia da paciente era tida como um processo mais lento e difícil, porém, mais eficaz.

Nas suas práticas, problematizou também o uso do eletrochoque – terapêutica de Bini – denominada naquela época, chamando a atenção para o seu uso e o cuidado quanto aos abusos prováveis com tais técnicas. São inúmeros os exemplos do modo de fazer o hospital psiquiátrico ser mais humanizado aos indivíduos – o texto traz esses exemplos o tempo todo. Dirá Fanon

(2020) que “o médico e a plasticidade material e humana do “serviço” devem se adaptar a essas investidas e facilitar sua superação” (p. 112). Freud (2020) havia sugerido isso bem antes, ao apontar que além da terapêutica seria a personalidade ou o modo de fazer do médico (ou analista), o que traria a possibilidade da cura ao paciente. Por isso, sugere Fanon (2020) que será “[...] a organização do grupo de (**con**)vivência em que o paciente está inserido e engajado deve estar pronto para evoluir paralelamente à “reconstrução” do eu e do mundo do paciente, o que só é possível por meio da integração do ateliê e da vida coletiva e espontânea do hospital” (p. 112).

Trazendo suas inovações, Fanon referiu-se, em 1953, ao psicodrama e às terapias de grupo, a exemplo do que fizera Guerreiro Ramos aqui no Brasil, com sua experiência no Teatro Experimental do Negro – TEN (1945) quando os sujeitos negros foram olhados na possibilidade de existirem. Assim como Fanon, Guerreiro Ramos realizou com sua experiência no TEN (1945) algo inovador, dizendo que este era “um movimento [...] como uma das iniciativas de maior gravidade e profundidade na vida cultural do país” (p. 35), sempre com Abdias Nascimento, seu criador, o qual estruturou cuidado e acolhida aos atores negros, em um processo catártico, bem como com uma poderosa intuição tanto artística quanto sociológica.

E continuou dizendo que transformaram o TEN em um “experimento psicossociológico” afirmando, naquele momento, que

A técnica social do TEN pode ser chamada de grupoterapia. Ela encontra similar técnica do *psicodrama* de do *sociodrama* de J.L.Moreno, que dirige dois teatros psicoterapêuticos em Beacon Hill e em Nova York. O TEN não é orientado truculenta e agressivamente contra o preconceito de cor. Ao contrário proclama, pela palavra de seu criador, não ser esta a tática acertada a ser usada em “nossa” questão racial, tão diferente da norte-americana. Ele é um campo de polarização psicológica, onde o homem encontra oportunidade de eliminar as suas tensões e os seus recalques. (RAMOS, 1945, p. 36)

Quanto à terapia de grupo, Fanon (2020) reflete os “dispositivos do tratamento de pacientes psiquiátricos” (p. 116). Já para Fraçoise Tosquelles teria a função de tirar o sujeito de si, ao afirmar que “o hospital psiquiátrico deve ser uma instituição desalienante” (FANON, 2020, p. 117), como o fora o teatro para Guerreiro Ramos aqui.

Fanon e Jacques Azoulay (2020), este último outro parceiro importante, ao relatarem a experiência em saúde mental, trazem que, a princípio, seria fracassada uma experiência com homens muçulmanos naquele hospital psiquiátrico. Fazem uma crítica à experiência de “assimilação” (p. 182), já apontada por O. Manonni, afirmando que tal assimilação não

significaria reciprocidade. Para nós, soou como a imposição colonial. Dessa feita, eles trouxeram a rica experiência de conhecer a realidade cultural local e, assim, poderiam intervir no campo da saúde mental, reiterando o respeito à tradição.

Ambos reconhecem que tal fracasso se deveu ao fato de não olharem aqueles homens a partir de suas possibilidades e potencialidades. Afinal, a atuação com homens muçulmanos num hospital psiquiátrico, onde se queria um processo de “assimilação” cultural à força, com ação violenta e colonialista não poderia dar certo. É preciso adentrar às culturas, respeitá-las e aquela que não fora ouvida, estaria no processo da colonialidade, à época, exposto à colonização.

Quando ambos trazem a rica experiência de conhecer a realidade cultural local para poder intervir no campo da saúde mental, relatam as práticas com os muçulmanos internados no Hospital Psiquiátrico Blida-Joinville (em Argel). Reforçam que seriam homens originários de uma tradição, no caso, a muçulmana, resgatando que “antes da conquista francesa” seria “a terra **que** era propriedade coletiva e a noção de riqueza estava vinculada à noção de terra útil. Uma terra arável, onde a posse de um “arado ou de uma carroça significaria muito” (182). Fanon e Jacques Azoulay (2020) vão trazer que aqueles que possuíam tais objetos eram os verdadeiros proprietários rurais. Donos da terra, portanto, donos de si.

A experiência sobre a pouca posse dos homens muçulmanos, tendo um arado como referência, levou-me a observar lembrando a música do velho cancionista nordestino Luiz Gonzaga, uma linda, porém triste canção, que em seus versos fala de algo similar a esta realidade, quando se refere ao Sertão de Canindé³⁷. A canção diz que, no Sertão, ter um burrico significa ter um status social de ser, tal qual o muçulmano internado e desterrado na sua própria casa, em Argel. Na música de Gonzaga, em relação ao pobre ou rico, é dada a partir do referencial de possuir um burrico:

[...] No sertão de Canindé
 Artomove lá nem sabe se é home ou se é muié
 Quem é rico anda em burrico
 Quem é pobre anda a pé...³⁸

³⁷ O Sertão de Canindé é uma região socioeconômica no estado brasileiro do Ceará, que compreende os municípios de Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti.

³⁸ Ai, ai, que bom. Que bom, que bom que é. Uma estrada e uma cabocla. Cum a gente andando a pé. Ai, ai, que bom. Que bom, que bom que é. Uma estrada e a lua branca. No sertão de Canindé. Artomove lá nem sabe se é home ou se é muié. Quem é rico anda em burrico, Quem é pobre anda a pé. Mas o pobre vê nas estrada. O orvaio beijando as flô, Vê de perto o galo campina. Que quando canta muda de cor. Vai moiando os pés no riacho. Que água fresca, nosso Senhor. Vai oiando coisa a grané. Coisas qui, pra mode vê. O cristão tem que andá a pé. Composição: Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira.

Naquele caso, o referencial de ser saudável ou assimilável era ser comparado ao colonizado que, naquela experiência, era o branco francês. Mas Fanon (2020) rompeu com isso ao demonstrar na sua memorável carta ao ministro residente/governador-geral da Argélia (1956), sua posição crítica ante a situação, afirmando que:

A Loucura é um dos meios que o homem tem de perder a sua liberdade. E posso dizer que, colocado nesta intersecção, medi com horror a amplitude da alienação dos habitantes deste país. Se a psiquiatria é a técnica médica que se propõe permitir ao homem deixar de ser estranho ao que o rodeia, devo afirmar que o Árabe, alienado permanente no seu país, vive num estado de despersonalização absoluta. O estatuto da Argélia? Uma desumanização sistematizada. (s/p)

Sem conhecer as realidades daquelas pessoas colonizadas pela França, nem ele, um também colonizado, poderia ajudá-las na integração a sua saúde mental. Boa vontade de nada valeria, o importante é saber-se ser quem se é, conhecê-los para entendê-los na sua singularidade.

Em relação ao diagnóstico, sociodiagnóstico ou diagnóstico político, podemos compreender, voltando ao problema do erro metodológico que, ao tentar enquadrar os homens muçulmanos nos padrões de saúde ocidental, portanto, padrões de saúde colonizados, Fanon conseguiu perceber que não seria a maneira adequada de “tratá-los”. Seus padrões socioculturais eram outros, concluindo, com Azouly, que as iniciativas deveriam ser precedidas de um processo da “investigação tenaz, concreta e real das bases orgânicas da sociedade autóctone” (FANON; AZOULAY, 1956 apud FANON, 2020, p. 182).

Buscou-se ressaltar que o “método da remissão da cura” (FANON, 2020, p. 182) não se mostrou possível ou até eficaz, pois dado que, sem levar em conta a realidade sociocultural dos pacientes, em especial daqueles homens, na prática do que ele, Fanon, denominou a socioterapia, tendo em vista que nas bases da sociogenia estariam todos os esforços fadados ao fracasso.

Portanto, levam-nos também à reflexão sobre a assimilação, processo defendido por O. Mannoni, não considerando que o colonizado era despossuído de vontade calando-se pela violência do colonizador. Não por sua opção em ser colonizado. Essa assimilação a que se referia o psicanalista francês, olhando como o de fora, observando o processo do povo, por exemplo, africano da ilha de Madagascar, lugar onde atuava. Podemos nos apoiar em Fanon e dizer que, não sendo este processo de assimilação passivo, mas constituído em bases não da reciprocidade, entre colonizador-colonizada, senão da imposição! Fanon e Azoulay

[1954]/(2020, p. 192) ressaltam que “há toda uma cultura que deve desaparecer em benefício de outra”, quando colonização ou invasão ocorre. Processo esse, sabemos ao longo da história, que fora sempre de dor, desraizamento e muita violência.

A reflexão a respeito do quanto não levaram em conta os homens muçulmanos, no caso, trouxe a possibilidade de rever modos de escuta. Afinal, o relato de situação de racismo diz que sem uma escuta atenta ao rebatimento do racismo não se faz uma clínica inclusiva, potente e atenta aos tempos presentes. O racismo estrutura, com suas bases, toda a sociedade, causando muito sofrimento psíquico às pessoas, precisando ser considerado e rebatido nessa escuta. A escuta precisa ser a de fortalecer para resistir aos processos de violação de direitos. A clínica precisa ser potente para fazer o paciente/cliente/usuário resistir aos ataques sobre si. O fortalecimento da voz é uma tarefa da clínica política.

Daí a questão: O que isso tem a ver com clínica antirracista?

No caminho do erro metodológico, ao tentar enquadrar os muçulmanos em uma perspectiva da saúde mental ocidental, Fanon sugeriu que isso também seria a gênese do pensamento contra a pessoa norte africana. Um pensamento que podemos definir como preconceituoso.

Em seu texto “Dimensões Sociais do Sofrimento Psíquico”, Fanon (2020), trouxe as experiências diversas da saúde mental, a partir desse olhar colonizador do ocidente. Relatou como as experiências europeias impostas aos povos da África não lhes serviam, a partir do exemplo imposto à Argélia, com a experiência de Blinda-Joinville. Apresentou relatos com vários autores, bem como da socioterapia. Esses destacaram comparações com muçulmanos e europeus, por exemplo, embora todos estivessem na Argélia, demonstrando os erros dessas práticas. Logo, sugere:

[...] foi a tomada de consciência da dupla alienação decorrente tanto dessa tirania da subjetividade como daquilo que Piaget denominava sociocentrismo que nos permitiu orientar as pesquisas numa direção completamente diferente. Adotamos uma postura humilde diante da cultura que se oferecia a nós. Chegamos a ela temerosos e atentos. E as poucas notas indistintas que, no início, despertaram nosso interesse formaram pouco a pouco um todo coerente. (FANON, 2020, p. 172)

Suas contribuições para o campo da saúde mental, com foco na psiquiatria, a partir de suas experiências na Argélia e na Tunísia (tanto em Blida quanto em Manouba) construíram-se a partir de seu aprendizado com François Tosquelles, cuja proposta é a de uma abordagem da psiquiatria institucional e da socioterapia, na qual o objetivo não era amordaçar a loucura, mas

questionar e ouvir a ela, possibilitando “dar voz” aos pacientes (assim como às enfermeiras). Todos precisavam falar e ser ouvidos, mesmo que rompessem com a “tradição tosquelliana da psicoterapia institucional ao radicalizar os seus pressupostos antimanicomiais” (FAUSTINO, 2022, p. 32).

Nota-se que o rompimento de Fanon com a modernidade ocorreu porque ele rompeu com colonialismo, denunciando-o como um campo racista e, como o faz ao tornar-se negro na França, quando uma criança lhe aponta e diz “mamãe olhe um negro” (Pele Negra, Máscaras Brancas, 2008). Ele rompe porque o faz ao desdizer o saber ocidental imposto aos africanos desde a colonização brutal iniciada no século XV e firmada em chancela de 1885, na Conferência de Berlim, com a partilha da África. Como faziam, os países da partilha, ao comerem o queijo suíço da ganância colonialista, portanto, racista! Dividir para explorar e espoliar melhor! Este saber que se dizia o único, o referente porque se autoproclamou o saber poder. Afinal, legitimava-se em um conhecimento a partir da autoimagem europeia.

[...] O saber ocidental constrói uma nova consciência planetária constituída por visões de mundo, autoimagem e estereótipos que compõem um “olhar imperial” sobre o universo. Assim, o conjunto de escritos sobre a África, em particular entre as décadas do século XIX e meados do século XX, contém equívocos, pré-noções e preconceitos decorrentes, em grande parte, das lacunas do conhecimento quando não do próprio desconhecimento sobre o referido continente. Os estudos sobre esse mundo não ocidental foram, antes de tudo, instrumentos da política nacional, contribuindo de modo mais ou menos direto para uma rede de interesses político-econômicos que ligavam as grandes empresas comerciais, as missões, a áreas de relações exteriores e ao mundo acadêmico. (HERNANDEZ, Leila Maria G. L., 2005, p. 17-18)

O sentido da sua prática revolucionária transpareceu nos modos de trazer sua prática como psiquiatria, com os procedimentos terapêuticos inovadores, como nos sugere Sílvio Cesar Camargo (2020) ao dizer sobre a dimensão de tais práticas.

Por um lado, uma forte dimensão humana na lida intersubjetiva com o outro, dimensionando as causações sociais e culturais do sofrimento psíquico, de outro lado, uma intervenção técnica sobre o corpo do doente, confluindo para uma prática psiquiátrica predominante na década de 1950 em diversos países do mundo. (p. 325)

Para este autor, a prática médica de Fanon, em termos “institucionais”, incidiu em uma experimentação de “cuidado” incomum ocorrida na Tunísia, quando foi criado um “centro-dia de neuropsiquiatria”, no qual ele atuou por cerca de dois anos. Relata o que seria o centro dia,

que consistiu na experiência na qual os pacientes em sofrimento psíquico poderiam passar o dia, recebendo ali a medicação e todos os cuidados, bem como “desenvolvendo atividades socioculturais de convívio, voltando para suas casas no fim da tarde. Na ótica de Fanon, isso “possibilitaria aos enfermos uma não completa alteração de sua vida social” (CAMARGO, 2020, p. 235), manter a rotina de vida para manter-se saudável. Existiria ainda a contradição da época de que iriam sugerir ser aquele “um aspecto progressista das práticas ocorridas no hospital de Túnis” (ob. Citada), contraditoriamente, mesmo considerando na avaliação da época que aconteciam as experimentações medicamentosas correntes como a utilização do “eletrochoque, a insulino-terapia e mesmo a terapia do sono, assim como a utilização de sais de lítio” (CAMARGO, 2020, p. 236).

O autor da resenha continua (CAMARGO, 2020) a apontar que “Com um olhar mais próximo da Antropologia, Fanon e seus colaboradores discorrem sobre as peculiaridades do sofrimento psíquico das populações do norte da África, em especial dos muçulmanos” (p. 235). Seria aquele que acabou se opondo às ideias das naturalizações biologicistas ainda comuns nos países europeus “acerca das supostas singularidades, inclusive de caráter, dos norte-africanos”, destacando-se peculiaridades culturais e religiosas que incidem sobre a representação da loucura entre alguns povos africanos, especialmente os muçulmanos. Supostamente este teria uma essencialidade que o tornaria perigoso, diferente do europeu, o último objetivo acordado, portanto, humano!

Em seu texto, Fanon (2020) trouxe como o “muçulmano magrebino teria também um olhar distinto diante da figura social do louco” (p. 254). Ele trouxe um “entendimento completamente distinto daquele da psiquiatria moderna sobre as doenças mentais” (p. 255). Para aquela sociedade, a loucura seria possível e aceitável.

A partir das experiências de Fanon, na busca por descolonizar o enfermo, no processo de colonização penso ser urgente beber dessa fonte e trazer para nós a construção de uma prática local constituindo, assim, uma psicologia clínica brasileira. Uma clínica que aprenda a fazer escutando as periféricas, as juventudes vulneráveis, as crianças abandonadas. Uma clínica posicionada e implicada. Creio que precisamos de um *ethos* brasileiro... O *ethos* do cuidado!

Psicologia afrocentrada (NOBEL, 2009), necessariamente sem ser uma psicologia de *guetificação*, uma psicologia que beberia das fontes e das vozes racializadas e indo à sabedoria africana para trazer a África que há em nós brasileiras (os). Posso refletir a partir da ideia de autores estudiosos de Fanon (FAUSTINO, 2020), mas “Fanon é importante para a compreensão do colonialismo como subjugação mental” (p. 95). Para tanto, valho-me de Neusa Santos para

pensar e perguntar como tornar-se negro em um país que nega o negro, negando o racismo que lhe é próprio (falando de Brasil, que estruturou e fundou sua sociedade racista e racializada).

O autor acima (FAUSTINO, 2020) ressaltou que Bolden e Nobles “apoiam um projeto de uma psicologia afrocentrada” (p. 96) para eleger Fanon como principal formulador de um método interdisciplinar para abordagem ecológica do colonialismo interno. A partir daí, propõem uma abordagem psicológica anticolonial que considere o “significado singular de ser africano” (FAUSTINO, 2020, p. 96) e confronte o racismo em suas dimensões “desafricanizadoras” superando, assim, os limites eurocêntricos da psicologia ocidental, voltada à manutenção de uma sociedade desigual. Ouçamos o que salienta Fanon!

7. CONSTRUINDO OUTROS CAMINHOS POSSÍVEIS (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Este trabalho se constitui como um ponto de partida. Logo, é um trabalho inconcluso, aberto às sugestões, a ser superado, ampliado, revisto. Seu princípio é um chamado a iniciar outras jornadas. Não esgota nada, mas pretende começar a busca pela clínica posicionada, por uma psicologia decolonial, com uma *episteme* brasileira. Pesquisar como a clínica psicológica acolheu as queixas de racismo foi o mote do nosso caminhar cartográfico.

Procuramos compreender se os pressupostos teóricos e práticos das abordagens em clínica psicológica poderiam ou não contemplar as populações historicamente marginalizadas, especificamente a população negra. Como a clínica acolheu pessoas que a ela se dirigiram com queixas de experiências do racismo. Nossa conclusão é de que a clínica não contemplou, pois ainda se encontra alheia a tais queixas. Mesmo que não exista uma produção significativa sobre o tema da psicologia e do racismo, sobre antirracismo não há nada proposto, sendo um conceito a ser definido e assimilado pela psicologia, com já feito na tese. Ainda assim, nota-se que a psicologia não utiliza, como deveria, a produção acadêmica já existente sobre racismo.

No levantamento do estado da arte, observamos que, sim, um referencial teórico existente possibilitaria o estudo das relações raciais na academia, seguindo o que preconiza a Lei nº 11.645³⁹, de 10 março de 2008, que ampliou a Lei 10.639/2003 (embora as leis toquem no Ensino Fundamental e de Ensino Médio, defendemos que sejam ampliados ao Ensino Superior). Isso possibilitaria ajudar a suprir a lacuna sobre o tema das relações raciais na psicologia, por isso, todo ensino deveria conhecer a realidade brasileira a partir da história africana e indígena. As produções existentes e as clássicas que abordam o tema não são utilizadas e sequer reconhecidas. Queremos dizer que os textos de Virgínia Bicudo, Neusa Santos, Cida Bento, Jesus Moura, Maria Lucia e Isildinha Nogueira (denominada por mim

³⁹ “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

como as clássicas), só para citar as mais conhecidas, sequer são introduzidas nas grades curriculares dos cursos de graduação em Psicologia, quiçá nas pós-graduações, o que nos diz de uma ausência importante.

O problema de pesquisa justificou-se tendo em vista não só a produção acerca do tema do racismo e da psicologia, mas pela sua total ausência na clínica que se coloca à escuta das vozes racializadas. Apoiado na própria narrativa de pessoas que não se viram acolhidas em seus relatos/sofrimentos até encontrarem profissionais negras, o que fora confirmado na prática das autoras aqui citadas como algumas dessas profissionais. O que nos diz de uma ausência importante ao não considerar que tais autoras (es), mesmo de fora da academia produzem conhecimento. Nesse sentido a academia não exerce o pensamento decolonial como preconiza, estando ela ainda fechada em si mesma. Ouçamos as vozes das autoras que ouviram as mulheres ao longo de suas trajetórias, que escutaram as vozes dos movimentos sociais e das mulheres das narrativas aqui trazidas (as narrantes).

Buscamos também pensar o fortalecimento de pessoas negras que sofreram situações de racismo e como se dera a acolhida na clínica dos consultórios. Como as principais autoras Cida Bento e Maria Lucia da Silva, que falam hoje da psicologia antirracista e da clínica, não são ainda leituras obrigatórias na psicologia brasileira? Consideramos o não querer ver, o não querer escutar essas vozes necessárias ao nosso tempo.

As análises das narrativas, das falas locais, ligadas ao tema, levaram-nos a concluir que a clínica tem ausência do debate racial. O “problema” racial, se é que existiria algum para tal fazer clínico, caso levemos em conta o modo como a clínica atuou, seria de fato uma questão a ser colocada por essa clínica. Não ocorrendo escuta nem acolhida, as vozes seriam caladas, como de fato foram. Não existiu rebatimento, mas silenciamento.

Quanto ao percurso do caminhar na tese (pesquisa realizada) sendo cartográfico, foi realizado na prática, “fazendo”. Foi uma tese posicionada e vivida. Começamos na busca por problematizar como a clínica psicológica lida com seus impasses, como compreende seus limites e possibilidades na acolhida às pessoas negras que, ao terem sofrido racismo a vida toda, reportariam tais fatos em suas narrativas na clínica. Pensamos em uma ação terapêutica posicionada na perspectiva interseccional. A compreensão dos processos de construção do racismo brasileiro rebateu na clínica psicológica, perguntamo-nos como ocorreu tal rebatimento? Respondemos que não ocorreu, nem no todo e nem com deveria.

O racismo que rebateu na clínica já fizera antes na psicologia como um todo. E é como campo de ciência que reflete uma prática profissional que a psicologia calou-se e fez calar as

peças negras no tema do racismo. A nossa ciência omitiu-se diante de um problema que estrutura as relações sociais no país, bem como estrutura sua própria prática como profissão.

A este respeito consideremos o que sugere Fanon (2008) quando ele adverte que a colonização nos causou traumas, mas também trouxe um modo de caminhar para o futuro, pois legou que “A explosão não vai acontecer hoje. Ainda é muito cedo... ou tarde demais. Não venho armado de verdades decisivas” (p. 25), mas de possibilidades de vir a ser.

Ao perguntarmos se a clínica psicológica contemplou as vozes racializadas em um país racista, buscamos compreender os modos e o porquê de seu silenciamento. O racismo estrutural da sociedade também o é na psicologia brasileira (ALMEIDA, 2018; NASCIMENTO, 2016). E esta ainda não venceu seu próprio racismo. A clínica é um lugar embranquecido, classista e privatista, portanto, colonizada e racista. Outro problema seria a percepção individual ou subjetiva das dificuldades que a ela chegam. Um indivíduo não é um indivíduo, senão um conjunto de experiências vividas ao longo de sua vida, essencialmente em um país cheio de vicissitudes e complexidades como o Brasil. O que a psicologia social já aponta, ao considerar que os problemas sociais nos configuram (FANON, 2008; BENTO, Cida, 1992; CAMINO *et al.*, 2001; BARÓ, 1996; OLIVEIRA, 2003; CORTEZ, 2003; SPINK, Mary Jane; MEDRADO; LANE, Silvia, 2006; BARÓ, 1996; OLIVEIRA, 2003; WETHERELL, Margareth; POTTER, J, 2003, 1987, 1996; COSTA, Maria Conceição, 2010, 2007; RAMOS, 2020; LANE, Silvia, 1984), e que o social rebata no individual e vice-versa.

Refletimos também sobre como aconteceu o acolhimento de suas angústias, a partir da condição de pessoas negras, no processo de autoidentificação ou autodeclaração desse pertencimento racial e, nessa direção, o importante papel político da clínica no campo da saúde mental.

Como já dito, nessa tese tivemos como intenção inicial compreender o racismo que atingiu as pessoas negras, e como rebateu ou foi compreendido pela psicologia clínica a partir das construções subjetivas dessas pessoas. Entendemos que não foi compreendido por todas, a não ser pelas psicólogas negras e poucas não negras, as últimas com consciência e letramento racial (SCHUCMAN, Lia Vainer, 2012). Nesse sentido, encontramos mais psicólogas negras com a compreensão do manejo clínico sobre situações de racismo, dos efeitos do racismo e seus rebatimentos sobre as pessoas negras, dado que no Brasil ser branco já é, por si só, uma condição de privilégio. Ou seja, os brancos não refletem sua racialização e muito menos seu racismo, mas as terapeutas negras pesquisadas sim, refletem sobre o tema, sobretudo quando atuam como psicoterapeutas e na clínica. Confirmamos isso na produção teórica encontrada nos capítulos Psicologia e Racismo: um Descritor Importante para uma Clínica Antirracista (o

caminhar no estado da arte) e em Uma outra História da Psicologia Decolonial e Antirracista: as vozes não ouvidas e na constatação de que desde Juliano Moreira (PRESTES, Clélia, 2020) e Virgínia Bicudo (2010) há uma perspectiva da clínica psicológica, qual seja, refletir o racismo brasileiro e seu rebatimento na saúde mental da população (DAVID, 2018).

Não existiria necessidade de uma clínica exclusiva, mas tão somente a expansão da compreensão do fenômeno racismo estrutural e seus rebatimentos na psicologia clínica brasileira. Há necessidade da empatia, com a saída do campo do privilégio e do pacto narcísico (BENTO, Cida, 2022).

Isso posto, acreditamos que essa não compreensão passa a reiterar esse processo de humilhação racial, incidindo nas subjetividades de pessoas negras e brancas, inibindo um processo terapêutico pela incapacidade da (o) terapeuta de avançar nessas questões, o que refletiria seu próprio racismo. Além disso, a não compreensão acaba reproduzindo o racismo em um processo de revitimização das pessoas negras, como atestamos nas narrativas.

O problema da pesquisa trouxe questões (problematizações) complexas e nossas palavras-chave ajudaram a aproximar um construto teórico que dialogou com outros campos do saber como a sociologia, antropologia, história, filosofia para apoiar a psicologia nas lacunas existentes. Buscamos nessa tese (e ao longo da pesquisa) pensar a realização de uma clínica, mas não uma clínica que interpretasse. Ao contrário, tratou-se de pensar como a clínica que se institui a partir de trocas e de conquistas de lugares. Pode-se rever na construção de dispositivos que possibilitem que os sujeitos – também da pesquisa – se vejam nas trajetórias terapêuticas, frente ao racismo que experienciaram, em suas funções de ouvidas e ouvidoras, ou seja, clientes/pacientes e terapeutas.

Ademais, como aconteceu o reconhecimento desse “fenômeno” estrutural da sociedade brasileira sendo causador de sofrimento psíquico? Como se pensou proporcionar, desse modo, o fortalecimento para a superação e o enfrentamento ao racismo? A clínica surgiria aí como possibilidade de ação interventiva para buscar compreender tais narrativas, a partir de oferta de práticas psicológicas. Nosso desejo, então, foi o de perceber e fundamentar, construir ou constituir uma psicologia antirracista, sobretudo uma psicologia fortalecedora do sujeito negro, a partir das mulheres negras. Potente para si, como ciência e prática psicológicas e para as políticas públicas.

A clínica ainda está alheia às questões raciais, tendo só ações de ativistas, de psicólogas que têm o letramento racial (SCHUCMAN, Lia Vainer, 2012). Logo, não há uma clínica feita, no geral, denominada antirracista, o que há são ações antirracistas de parte da militância da psicologia que já lida com o tema das relações raciais, por uma condição de interesse individuais

ou coletivos. Também por serem profissionais de coletivos ligados ao movimento negro, ao movimento de mulheres, sobretudo, mulheres negras interseccionais, portanto ao movimento social (sociedade civil). Ações que, em sua grande maioria, são realizadas por profissionais negras e negros que também sentem na pele a racialização perversa presente na sociedade brasileira, operando nas suas instituições.

A clínica antirracista é um conceito faltante e pressupõe um posicionamento ético – estético, político. Entretanto, por ser faltante precisa agora ser constituída como tal. Podemos considerar que há uma clínica que nega o racismo. Não só pessoas negras podem atender, mas pessoas negras com consciência racial, com compromisso ético-político com as transformações sociais. É preciso estudar a branquitude, a patologia social do branco, além do pacto narcísico e o que as constitui (BENTO, Cida, 2022; SCHUCMAN, Lia Vainer, 2018; CUTI, 2017; RAMOS, 2020) dentro da própria psicologia. Todas as profissionais de psicologia podem e devem escutar as queixas de racismo, para tanto precisam assumir um lugar de ausência da escuta, a necessidade do letramento racial, bem como do privilégio branco para uma escuta posicionada.

As contribuições ao tema são aquelas encontradas nas leituras das autoras abaixo, sendo todas posicionadas naquilo que Fanon possibilitou nominar colonialismo adoeecedor, fazendo frente a isso. São autoras como Neusa Santos (1982), Virgínia Bicudo (2010), Isildinha Baptista (1998), Cida Bento (1992), Maria de Jesus Moura (2009), Maria Lucia Silva (2018).

Podemos concluir que a clínica antirracista está posta para questionar, tensionar, não para se voltar ao atendimento unicamente às pessoas negras. A psicologia não dá conta da reflexão sobre o racismo, daí precisarmos estudar outras ciências que nos ajudem a compreender a realidade desconstruindo o que está posto, necessitamos dos estudos de história, sociologia, política, entre outros.

Uma clínica antirracista é aquela que autoriza o sujeito a falar, falar sobre o racismo, denunciando-o, tendo em vista um agravo à saúde mental. Considera que o racismo é causador de sofrimento psíquico e que rebate na ciência psicológica, tornando-a uma ciência colonial e excludente, portanto, branca e racista!

No processo decolonial, ponderamos o que foi produzido na clínica ao longo de 70 anos (ver a partir de Juliano Moreira) até hoje, entendendo a clínica como inclinar-se à escuta livre de amarras e resistências. Considero, então, que a prática social constituída pelas profissionais que listei nesta tese demonstram uma escuta posicionada política e eticamente. Embora essas profissionais sejam referências, são indicações não excludentes, podendo ter outras referências,

não citadas aqui e que também construíram a clínica antirracista. Isso porque o antirracismo é prática, é ação, constituindo-se na *práxis* (DAVIS, Angela, 2018).

Uma clínica antirracista em que se compreende os impactos do racismo nos agravos da saúde mental das pessoas negras, na qual profissionais demonstram uma postura de enfrentamento ao problema com acolhida das queixas, realizações de ações de combate e denúncia. O racismo como condicionante da miséria, da falta de condições de acesso à vida, com rebatimento negativo nessa mesma vida, causa ansiedade, depressão.

Aquelas que não tinham vez começam a falar reivindicando “lugar de fala” espaço de expressão. Os esquecidos levantaram a cabeça e começaram a falar (LORDE, Audre, 2019/1984; RIBEIRO, Djamila, 2017; GONZALEZ, Lélia, 1978).

Na clínica antirracista, não existe um jeito específico de atuar, mas um modo de construir uma práxis a partir o compromisso ético, estético e político que aponta para aquilo que Clélia Prestes coloca como imperativo, por não existir neutralidade, mas pela importância da imparcialidade de profissionais. Segundo a autora, o que precisamos “é de uma psicologia que inclua a questão racial nas teorias e práticas” (Folha de São Paulo, junho de 2022), como ela mesmo já o faz. Uma psicologia que incluía as condicionantes sociais do racismo estrutural como fundamentais para compreendermos a necessidade de uma formação antirracista, na construção de uma psicologia brasileira e decolonial, bem como de uma sociedade sem racismo.

Não se quer aqui criar ou instituir uma nova forma de fazer a clínica, mas implicar a psicologia e as profissionais para que compreendam a dimensão do racismo nas suas práticas. Não se quer criar uma clínica específica voltada para a população negra, o que se quer é a compreensão da dimensão do racismo estrutural no sofrimento psíquico com seus agravos e consequências, enseja que a clínica antirracista se configure “como uma política da produção de subjetividade, da criação de si, como *clinamen*, que não só produz desvios como também se desvia em seus percursos, produzindo bifurcações, desestabilizando o já-dado, nos fornecendo potência de intervenção” em todos os lugares (TEIXEIRA, Danielle Vasconcelos; BARROS, Maria Elizabeth Barros de, 2009, p. 85).

É preciso escutar as autoras que discorreram a sobre a clínica a partir da leitura de Frantz Fanon, sendo autoras que definimos como as clássicas contra-hegemônicas, e já citadas na fundamentação teórica dessa tese: Virgínia Bicudo, Neusa Santos, Lucia da Silva, Isildinha Baptista, Jesus Moura, as quais já fazem (e faziam) uma clínica antirracista, brasileira e descolonizada, portanto decolonial. Afinal, é possível compreender como “a vertente psicológica entende que Fanon traz contribuições para pensar como a psicologia poderia entender as relações raciais” (CHAVES, 2019, p. 32). Decolonial porque o fazem a partir das

suas práticas cotidianas, como aponta Maria Lucia da Silva. As quais não são referências na academia, precisando que sejam urgentemente adotadas para uma prática decolonial, para uma prática clínica antirracista posicionada ética e politicamente, na qual sem o *ethos* do cuidado não será possível. Reafirmo que sem ler Fanon essa clínica não se sustenta e sem essas autoras, menos ainda. Isso é importante para que tanto a psicologia quanto a clínica psicológica seja sejam fontes de acolhida às pessoas em sofrimento causado pelo racismo.

E, além de ouvir as vozes silenciadas, há que se ouvir a pessoa brasileira, aqui priorizada como a população negra (afrodescendentes), como protagonista, sobretudo os povos originários e tradicionais para a construção dessa *episteme* decolonial. Aprendendo, portanto, a escutar o dito na realidade e aprendendo também como fazer a psicologia, sobretudo a clínica que use a rede e embale-se no samba regado a feijoada. E que traga os escritos de Carolina Maria de Jesus⁴⁰, Conceição Evaristo⁴¹, Inaldete Pinheiro⁴², Joy Thamires⁴³, Bispo do Rosário, Solano

⁴⁰ Carolina Maria de Jesus foi uma escritora mineira nascida em 14 de março de 1914. Apesar de ter apenas dois anos de estudo formal, tornou-se escritora e ficou nacionalmente conhecida em 1960, com a publicação de seu livro Quarto de despejo: diário de uma favelada, no qual relatou o seu dia a dia na favela do Canindé, na cidade de São Paulo. Morreu em 13 de fevereiro de 1977. Hoje é considerada uma das mais importantes escritoras negras da literatura brasileira. “O seu livro Quarto de despejo traz as memórias de uma mulher negra e favelada (como diz o subtítulo) que via a escrita como forma de sair da invisibilidade social em que se encontrava”. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/carolina-maria-jesus.htm>. Acesso em: 20 out. 2022.

⁴¹ Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em Belo Horizonte, em 1946. Mestre em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* (2011), na qual estuda as obras poéticas dos afro-brasileiros Nei Lopes e Edimilson de Almeida Pereira em confronto com a do angolano Agostinho Neto. Literafro – portal da literatura afro-brasileira - Grupo de Interinstitucional de Pesquisa Afrodescendências na Literatura Brasileira, constituído em 2001 e sediado no Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade – NEIA, da Faculdade de Letras da UFMG. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 20 out. 2022.

⁴² Inaldete Pinheiro de Andrade é do Ro Grande do Norte, mas vive em Recife desde os 20 anos, onde cursou Graduação em Enfermagem e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Desde jovem participa ativamente de ações em prol da igualdade racial e do respeito às diferenças. Foi uma das fundadoras do Movimento Negro na região e participa de organizações da sociedade civil voltadas para a defesa dos direitos humanos. Pesquisadora e militante, tem se dedicado ao resgate da multifacetada herança africana presente em nossa formação. Seus trabalhos vêm contribuindo para a constituição de uma bibliografia voltada para o ensino da História e das culturas africana e afro-brasileira, notadamente em suas manifestações pernambucanas e nordestinas. Filiada à União Brasileira de Escritores (UBE), tem em seu currículo a produção de mais de uma dezena de livros, alguns ainda inéditos, destacando-se escritos voltados para crianças e jovens, sempre com foco na valorização da afrodescendência enquanto individualidade e coletividade. é hoje uma das maiores escritoras negras brasileira /pernambucana. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/297-inaldete-pinheiro-de-andrade>. Acesso em: 10 ago. 2022.

⁴³ Joy Tamires, poetisa pernambucana, escritora, autora do livro Terra Preta e integrante do Coletivo Periféricas. Fonte: Portal Alma Preta Jornalismo, 2021.

Trindade⁴⁴, Odailta Alves⁴⁵, Miró da Muribeca⁴⁶ (o poeta marginal recém-falecido, em Recife). Bem como uma *episteme* que ouça os desvalidos, as putas, da população LGBTQIA+, crianças em situações de abandono, ou seja, aqueles e aquelas para os quais a clínica não foi pensada, essencialmente para aqueles que ela virou as costas, negando que o racismo existe (bem como outras formas de opressão)!

⁴⁴ Poeta, pintor, teatrólogo, ator e folclorista, Solano Trindade (Recife, 1908-1974) foi uma figura muito importante no cenário cultural brasileiro. Engajado na valorização da cultura popular afro-brasileira tanto quanto nas questões políticas (ele foi um dos precursores do ativismo negro no Brasil). Disponível em: <https://www.oficinapalimpsestus.com.br/solano-trindade/>. Acesso em: 20 out 2022.

⁴⁵ Odailta Alves – poetisa, escritora, autora do Livro Clamor Negro, produtora cultural e representante do Comitê das Mulheres Negras Metropolitadas.

⁴⁶ João Flávio Cordeiro da Silva (Recife, 6 de agosto de 1960 — 31 de julho de 2022), conhecido pelo pseudônimo de Miró da Muribeca, foi um poeta brasileiro.[1][2] Miró era poeta performático das ruas. “Entre o lirismo e a periferia, escolheu os dois. Subverteu a rima e cunhou uma estética poética popular, urbana, periférica, negra e social, que levou Miró até para fora do Brasil”. Secretaria de Cultura e a Fundação de Cultura Cidade do Recife. GI – Globo, 31/07/2022.

REFERÊNCIAS

- A COLETIVA DO RIO COMBAHEE (COMBAHEE RIVER COLECTIVE). Manifesto Uma declaração Negra Feminista, abril de 1977 (How We Get Free: Black Feminism and the Combahee River Collective). **Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n.1, 2019, p.197-207. Disponível em: file:///C:/Users/psiso/Downloads/combahee%20river%20zine.pdf. Acesso em: 2014; 2015; 2019; 2020 2021 e 2022.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** – 1ªed. Rio de Janeiro: Editora Jandira, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ALVES-MACHADO, Lilian. **Escrevivências clínicas: violência sexual na vida de meninas negras – um triplo trauma**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Pró-reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-graduação. Curso Mestrado em Psicologia Clínica, 2021.
- Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(res) - ANPSINEP. **Carta de Recife**. Unicap, 2022.
- ARRAES, Jarid. “Meu psicólogo disse que racismo não existe”. **Revista Fórum**. 2015. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/meu-psicologo-disse-que-racismo-nao-existe/>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>. Acesso em: 18 fev. 2018.
- CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. 2002. **Revista Estudos Feministas**, nº 1, 2002, sob a coordenação de Luiza Bairos, da Universidade Católica de Salvador . Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- BARÓ, Ignacio Martín. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n.1, p. 7-27, 1996.
- BARROS, Letícia Maria Renault de; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. O problema da análise em pesquisa cartográfica. In: KASTRUP V.; PASSOS, E. **Cartografar é traçar um plano comum**. Fractal, Rev. Psicol., v. 25, n. 2, p. 391-414, maio/ago. 2013.
- BAUER, W. Martin; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BENEDITO, Maiara de Souza. **A relação entre psicologia e racismo: As heranças da clínica psicológica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BENTO TEIXEIRA, Maria Aparecida Silva. **Resgatando a minha bisavó Discriminação racial e resistência nas vozes de trabalhadores negros**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo, 1992.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público** (Tese de Doutorado). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray.; BENTO, Maria Aparecida Silva. (org.). **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, p. 25 – 58, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia Social do Racismo: Estudos Sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo. **Sociologia**, v. IX, n. 3, p. 196-219, 1947. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1945-2010.

BICUDO, Virgínia Leone. Virgínia Bicudo: uma história da psicanálise brasileira. **J. psicanal.**, São Paulo, v. 44, n. 80, p. 65-77, jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352011000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 abr. 2019.

BOHRER, Ashley J. Na Direção de um Anticapitalismo Feminista e Decolonial: María Lugones, Sylvia Wynter e Sayak Valencia. **Hypatia**, v. 35, 2020, p. 524-541. Disponível em: <https://www.encyclopedia.com/history/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/wynter-sylvia>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BRAGA, Ana Paula Musatti. **Os muitos nomes de Silvana: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes** / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. 87 p. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/indice_de_vulnerabilidade_juvenil_a_violencia_2017_desig/. Acesso em: 10 jan 2021.

CAMARGO, Sílvio César. Resenha: Fanon, Frantz. Alienação e liberdade. **Revista Novos Rumos NORUS**, v. 8, n. 14, p. 324-328, 2020.

- CAMINO, Leôncio *et al.* A Face Oculta do Racismo no Brasil: uma Análise Psicossociológica. **Revista Psicologia Política**, São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia Política – ABPP, v. 1, n. 1, jan./jun. 2001.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n.3, p. 965-986, 2014.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social (1995). In: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte: Letramento, p. 89 -101, 2018.
- CARONE, Iray; NOGUEIRAN, Isildinha Baptista. Faíscas Elétricas na Imprensa Brasileira: a questão racial em foco. In: CARONE, Iray.; BENTO, Maria Aparecida Silva.; NOGUEIRAN, Isildinha Baptista (org.). **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, p. 163 – 180, 2002.
- CARVALHO, José Jorge de. **Encontros de Saberes e cotas epistêmicas: um movimento de decolonização do mundo acadêmico brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES - CEERT . **Quem Somos**. Home - CEERT, 2020. Disponível em: <https://ceert.org.br/>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- CHAVES, Murilo Mangabeira. **A luta por autodeterminação: desracialização e descolonização no pensamento de Frantz Fanon**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, 2019.
- CHERKI, Alice. Prefácio à edição de 2002. In: FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. p. 7-21.
- CHERKI, Alice (1957). **Frantz Fanon: portrait**, Seuil, 2007.
- CHERKI, Alice.; BERGH, Sylvia I. Frantz Fanon: um Retrato. **Boletim de Arqueologia da Diáspora Africana**, v. 10, n. 1, 2007 . Disponível em: <https://scholarworks.umass.edu/adan/vol10/iss1/28>. Acesso em: 18 nov. 2021
- COLLINS, Patricia Hill.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. **Resolução CFP Nº 018/2002**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2002.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Lei 4119/62**. Regulamenta a profissão de psicólogo. Conselho Federal de Psicologia, 1962.
- COSTA, Bernardino-Costa; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

COSTA, Maria Conceição. **Identidade Racial e Violência**. Direitos Humanos pra Quem? Severina Santana (org.). Conselho Regional de Psicologia. 2ª Região. Comissão de Direitos Humanos. III Seminário de Direitos Humanos-Recife: EDUPE, 121 – 127, 2007.

COSTA, Maria Conceição. **Relações raciais e ações afirmativas em textos jornalísticos da cidade do Recife**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

COSTA, Maria Conceição. Racismo Institucional na Segurança Pública Brasileira: uma reflexão sobre a cor da pele como fator de suspeição e violência policial. In: LINS, Fernando.; MENEZES, Jacqueline.; FARIAS, Sandra.; MENEZES, Walfrido. (orgs.). **Ideias e Saberes**. Recife: Editora Libertas, p. 233 – 248, 2015.

COSTA, Maria Conceição.; FRANCISCO, Ana Lúcia. Do Poder das Bruxas ao Poder Político: trajetória das mulheres negras no exercício de poder. **Anais...** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499401253_ARQUIVO_ARTIGOFAZENDOGENERO.pdf. Acesso em: 25 jan 2019.

CRENSHAW, Kimbely. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago, Legal Forum, 14, 1989.

CRENSHAW, Kimbely. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, n 1, 2002, sob a coordenação de Luiza Bairros, da Universidade Católica de Salvador. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.,~~

CUTI, Luiz Silva. Quem Tem Medo da Palavra Negro. In: KON, Noemi Moritz.; SILVA, Maria Lucia.; ABUD, Cristiane Curi (orgs.). **Racismo e o negro no Brasil - questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, p. 197 – 214, 2017.

DAMASCENO, Marizete Gouveia. **Onde se Esconde o Racismo na Psicologia Clínica? A Experiência da População Negra na Invisibilidade do Binômio Racismo e Saúde Mental**. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, 2018.

DAVID, Emiliano de Camargo; FARIAS, Márcio. Pode a psicologia escutar? Reflexões sobre a demanda negra. Psicanálise e questões raciais. **Correio Appoa**, p. 301-302, 2020.

DAVID, Emiliano de Camargo. **Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000 [1980]

DIAS, Jussara.; SILVA, Maria Lucia. Por uma Clínica Interventiva contra o Racismo. In: SILVA, Maria Lucia.; FARIAS, Marcio.; OCARIZ, Maria Cristina.; STIEL NETO, Augusto (orgs.). **Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, p. 209 -218, 2018.

FACCHINETTI, Cristiana; CASTRO, Rafael Dias de Castro Die Psychoanalyse als psychiatrisches Werkzeug: Die Rolle Juliano Moreira (1900-1930). In: Santos-Stubbe, Chirly; Theiss-Abendroth, Peter; Stubbe, Hannes. (Org.). **Psychoanalyse in Brasilien: Historische und aktuelle Erkundungen**. 1ed. Gießen: Psychosozial-Verlag, 2015, v. 1, p. 01-24.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, Máscaras Brancas - PNMB**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Alienação e Liberdade. Escritos Psiquiátricos**. São Paulo: UBU Editora: 2020 [1953; 1956;1959].

FARIAS, Marcio. Formação de povo brasileiro e a questão negra: uma leitura psicossocial. In: SILVA, Maria Lucia (orgs.). **Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018. p. 79 – 66.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **“Por que Fanon? Por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2015.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Sarte, Fanon e a Dialética da Negritude: diálogos abertos e ainda pertinentes. **Revista EntreLetras (Araguaína)**, v. 11, n. 2, maio/ago. 2020.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **A disputa em torno de Frantz Fanon - a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos**. São Paulo, Editora: Intermeios. 2020.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **A Frantz Fanon e as encruzilhadas: Teoria, política e subjetividade, um guia para compreender Fanon**. São Paulo, Ubu Editora; 1ª edição. 2022.

FAUSTINO, Deivison. Frantz. Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **SER Social**, v. 20, n. 42, p. 148-163, 15 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SERSocial/article/view/14288>. Acesso em: 23 mar 2021.

FERNANDES, Rafael Aiello. **Racismo e Psicanálise em Produções Acadêmicas**. Doutorado (Tese Centro de Ciência da Vida). Programa de Estudos Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2018.

FERREIRA NETO, João Leite. **A Formação do Psicólogo. Clínica, Social e Mercado**, São Paulo: Escuta, 2004.

FIGUEIREDO, Luiz Claudio; LOUREIRO, Ines. **Os saberes Psis em Questão: sobre o conhecimento em psicologia e psicanálise**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/pensarcomfoucault/leituras/o-sujeito-e-o-poder.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz Terra, 2016.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2020.

FRANCISCO, Ana Lucia. **Psicologia Clínica: prática em construção e desafios para a formação**. Curitiba, Editora CRV, 2012.

FREUD, Sigmund [1895]. Projeto para uma psicologia científica. In: _____ Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Tradução e direção de Jayme Salomão. 23 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v.1, p. 395-506.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e Análise do Eu e Outros Textos (1920-1923)**. Tradução Paulo César de Souza. Editora: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. **Fundamentos da Clínica Psicanalítica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020 [1895; 1905]

GERMANO, Idilva Maria Pires. Aplicações e implicações do método biográfico de Fritz Schütze em Psicologia Social. **Anais... XV ENABRAPSO**. Universidade Federal do Ceará. Disponível em: www.abrapso.org.br. Acesso em: 3 dez. 2020.

GOMES, Janaina Damaceno. **Os segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)**. Tese (Doutorado Ciências Humanas). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2014.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da Crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**: Belo Horizonte, v. 34, 2018.

GONÇALVES FILHO, José Moura. A Dominação Racista: o passado presente. In: KON, Noemi Moritz.; SILVA, Maria Lucia.; ABUD, Cristiane Curi (orgs.). **Racismo e o negro no Brasil - questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, p. 143 – 160, 2017.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. **A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo: produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Flávia Rios e Marcia Lima (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2020.

GORDON, Lewis R. Introdução. In: FANON, Frantz. **Pele negra, Máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. ISBN 978-85-232-0483-9. p. 11 – 17.

GORDON, Lewis R. **What Fanon said: a philosophical introduction to his life and thought**. Nova York: Fordham University Press, 2015.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 81, p. 99-114, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000200009. Acesso em: 18 nov 2020.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 29, n. 1, jun. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517. Acesso em: 12 nov. 2019.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Intelectuais negros e formas de integração nacional. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 271-284, 2004.

HISTÓRIA da Psicologia e as Relações Étnico Raciais. **Projeto Memória da Psicologia**. Disponível em: http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/2016_08-memoria-racial/2016_08-memoria-racial.html. Acesso em: 05 fev. 2022.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro. Sobre Fundamentos da Clínica. In: FREUD, Sigmund. **Fundamentos da Clínica Psicanalítica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 7 – 15, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O Mapa da Distribuição Espacial da População, segundo a cor ou raça – Pretos e Pardos**. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/sociedade_e_economia/mapas_murais/brasil_pretos_pardos_2010.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE. **Os Efeitos Psicossociais do Racismo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008a.

INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE. **Identificação e abordagem do Racismo Institucional**. Programa de Combate ao Racismo Institucional – PCRI. DFID – Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional – PNU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. AMMA: São Paulo/SP, 2008b.

JACOBINA, Ronaldo R. Nem Clima Nem Raça: A Visão Médico-Social do Acadêmico Juliano Moreira sobre a Sífilis Maligna Precoce. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 38, p. 432-465, 2014.

JOVCHLOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, p. 90 – 113, 2008.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 25, n. 2, p. 391-414, maio/ago. 2013.

KASTRUP, Virginia; TEDESCO, Silvia; PASSOS, Eduardo. Editores Associados (organizadores deste volume) Editorial. **Dossiê Cartografia: Pistas do Método da Cartografia**. Fractal, Rev. Psicol., v. 25, n. 2, p. 391-414, maio/ago. 2013.

KEIDANN, Dal Zot. **Psicoterapia de Orientação Analítica: fundamentos teóricos e clínicos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

KHOURI, Jamille Georges Reis. **Formando psicólogos/os para as relações raciais: avanços e contradições nos cursos de Psicologia da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano** (Português). Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LADSON-BILLINGS, Gloria. Discurso racializados e epistemologias étnicas. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Atmed, p. 259 – 280, 2006.

LANE, Silvia T. M. **A Psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LIMA, Fátima. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada. **Arq. bras. psicol.** [online], v.72, n.spe, pp. 80-93, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.80-93>. Acesso em: 12 abr 2022.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Filosofias africanas: Uma introdução**. 4ª edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

MACHADO, Lilian Alves; COSTA, Maria Conceição. Escrivências da violência contra Mulheres negras: guerreiras ou sobreviventes? In: **Corpo de Mulher Soberania de Mulher**. Paraná: Perfil Editora Ltda, p. 33 – 63, 2022.

MAIO, Marcos Chor. A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos. In: MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade** [on-line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, p. 179-193, 1996.

MALAQUIAS, Maria Célia. **Psicodrama e Relações étnico-raciais: Diálogos e Reflexões**. Editora: Summus, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Analítica da colonilidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas**. In: BERNARDINO-COSTA, Nelson Joaze.; MALDONADO-TORRES, Ramón Grosfoguel (orgs.). In COSTA, Bernardino-Costa; MALDONADO-

TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. A respeito do conceito de potência na prática clínica: leituras deleuzianas. **PsicolArgum**, jan/mar, v. 34, n. 84, p. 29-38, 2016.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: Editora. N 1, 2018.

MELO, Carlos Vinicius Gomes Melo. **Atuação dos/as Profissionais de Psicologia no Tema das Relações Étnicos-Raciais** (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2019.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; NEVES, Edwiges de Oliveira. O Surgimento da Clínica Psicológica: Da Prática Curativa aos Dispositivos de Promoção da Saúde. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 608-621, 2007.

MOTTA, Julia Maria Casulari. 1970: o Congresso que redefiniu o campo do Psicodrama brasileiro. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 119-128, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932010000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 mai. 2021.

MOURA, Maria de Jesus. **A produção de sentidos sobre violência racial no atendimento psicológico a mulheres que denunciam violência de gênero**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUSATTI-BRAGA, Ana Paula. **Os muitos nomes de Silvana: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras** (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2015.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Teatro Experimental do Negro: berço do psicodrama no Brasil**. In: MALAQUIAS, Maria Célia. **Psicodrama e Relações étnico-raciais: Diálogos e Reflexões**. Editora: Summus, p. 17 – 28, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980 [1940].

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. 3. ed. Com textos de Wole Soyinka, Florestan Fernandes, Elisa Larkin Nascimento. São Paulo: Editora Perspectiva, IPEAFRO. 1978-2016.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. In: RATTS, Alex. **Eu Sou Atlantica**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 1982-2007. p. 109-115.

NOBLES, Wade W. Sakhusheti. **Retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado**, 1997. Disponível em: www.anpsinpe.org/cfp. Acesso em: 15 mar. 2021.

NOBLES, Wade W. Sakhu Sheti – retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade. Uma abordagem epistemológica inovadora**. Coleção Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira, n. 4. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 277-297.

NOGUEIRA, Isildinha Batista. **Sem rumores na floresta de folhas: a narrativa de J.A. um homem a sobra de um tempo perdido**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica - PUC. São Paulo: PUC, 1991.

NOGUEIRA, Isildinha Batista. **Significações do Corpo Negro**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo - USP, 1998.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. Cor e Inconscientesocial. In: KON, Noemi Moritz.; SILVA, Maria Lucia.; ABUD, Cristiane Curi (orgs.). **Racismo e o negro no Brasil – questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, p. 121 – 128, 2017.

NOGUEIRA, Isildinha Batista. **A Cor do inconsciente: Significações do corpo negro: Detalhes do produto**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2021.

NOGUEIRA, Renato. Apresentação – Fanon: uma filosofia para reexistir. In: FANON, Frantz. **Alienação e Liberdade. Escritos Psiquiátricos**. São Paulo: UBU Editora., p .7 – 19, 2020.

OHNMACHT, Tiasmin da Motta. **Do laço social ao corpoema: enlaces entre negritude e psicanálise**. (Dissertação em Psicologia e Psicanálise). Universidade Federal do Rio Grande Do Sul – UFRGS, 2019.

OLIVEIRA FILHO, Pedro de. **Estratégias do discurso racista: a justificação da desigualdade e a defesa de privilégios raciais em discursos de brancos**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica – PUC. São Paulo, 2003.

PASSO, Eduardo.; KASTRUP, Virginia. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 25, n. 2, p. 391-414, maio/ago. 2013.

POTTER, Jonathan. Análise do Discurso e Psicologia Discursiva. In: CAMIC, P.M.; RHODES, J. E.; YARDLEY, L. **Qualitative research in psychology: expanding perspective in methodology and design**, v. 1, p. 73-94. Washigton: American Psychological Association, 2003.

PRESTES, Clélia R. S. Ressignificação da identidade e amor como resistência à violência racial, em favor da saúde psíquica. In: SILVA, Maria Lucia.; FARIAS, Márcio.; OCARIZ, Maria Cristina.; STIEL NETO, Augusto (orgs.). **Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018. p. 169 – 176.

PRESTES, Clélia R. S. Não Sou Eu do Campo Psi? Vozes de Juliano Moreira e Outras Figuras Negras. **Revista da ABPN**, v. 12, p. 52-77. Ed. Especial – Caderno Temático: “III ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es”, 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p. 227-278.

RAMOS, Guerreiro. Escritos Diversos em Torno do Psicodrama. In: MALAQUIAS, Maria Célia. **Psicodrama e Relações étnico-raciais: Diálogos e Reflexões**. Editora: Summus, p. 35 – 56, 2020 [1945-1949].

REIS FILHO, José Tiago dos. **Negritude e Sofrimento Psíquico: uma leitura psicanalítica** (Tese de Doutorado). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando. (Feminismos Plurais), 2017.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. "Sejamos Realistas. Tentemos o Impossível!: Desencaminhando a psicologia através da Análise Institucional. **História da psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro, 2007.

ROLNIK, Suely. **A diferença no divã: uma perspectiva ético/estético/política em psicanálise**. Palestra proferida na mesa redonda "Psicanálise e poder", no III Fórum brasileiro de Psicanálise: Diferença faz diferença? Belo Horizonte, 1994.

SADEI, Christian; FERRAZ, Gustavo Cruz; ROCHA, Jerusa Machado. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. In: PASSO, Eduardo.; KASTRUP, Virginia. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 25, n. 2, 2013.

SAKAMOTO, Leonardo; CAMARGOS, Daniel. **Mulher é resgatada após 72 anos de trabalho escravo doméstico no Rio**. Colunista do UOL e Colaboração para o UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/05/13/mulher-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-escravo-domestico-no-rio>. Acesso em: 13 mai. 2022.

SALRODI, Nina. PREFÁCIO. In: BEZERRA JR, Benilton. **Projeto para um psicologia científica: Freud e as neurociências (Para ler Freud)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; 1ª edição, p. 13 – 21, 2013.

SANTOS, Neusa. **Tornar-se Negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1983.

SANTOS, Kwame Yonatan Poli dos. **Relações Raciais: Uma Questão Para Psicanálise?** 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PortoArte/article/view/109897/59824>. Acesso em: 12 out 2021.

SCHUCMAN, LiaVainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da USP, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e Privilégio. In: SILVA, Maria Lucia.; FARIAS, Marcio.; OCARIZ, Maria Cristina.; STIEL NETO, Augusto (orgs.). **Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, p. 137 – 149, 2018.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. **A história da Psicologia Moderna**. História da psicologia moderna. São Paulo: CengageLearning, 2016.

SILVA, Mario A. M. da. Reabilitando Virgínia Leone Bicudo. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 435–445, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5604>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SILVA, Maria Lucia; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; STIEL NETO, Augusto (orgs.). **Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018.

SILVA, Maria Lucia da. O Racismo no Brasil – questões para psicanalistas brasileiros. In: KON, Noemi Moritz.; SILVA, Maria Lucia.; ABUD, Cristiane Curi (orgs.). **Racismo e o negro no Brasil - Questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, p. 71 – 90, 2017.

SILVA, Maria Lúcia da. **Psique e Negritude**. [S.l.]: Tupi Produções, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FXwoTBYE88c&t=419s>. Acesso em: 9 nov. 2020.

SILVA, Édio Raniere da. Psicologia clínica, um novo espetáculo: dimensões éticas e políticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 21, n.4, Brasília, dez.2001.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Reabilitando Virgínia Leone Bicudo. **Soc. estado.**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 435-445, ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000200020&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 abr. 2021.

SILVA, Renato Araújo da. Era uma vez a lembrança de uma árvore chamada "do esquecimento". **Cadernos do LEPAARQ /**. Conexões Atlânticas: Arqueologias do Colonialismo, v. 19, n. 37, 2022.

SILVA, Maria Lúcia da Silva; DIAS, Jussara. Por uma clínica interventiva contra o racismo. In: Maria Lucia da Silva, Marcio Farias, Maria Cristina Ocariz, Augusto Stiel Neto (Orgs.). **Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, p. 209 -218, 2018.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano**. São Paulo: Cortez, p. 209 - 218, 2003.

PASSO, Eduardo; KASTRUP, Virginia. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 25, n. 2, p. 391-414, maio/ago. 2013.

TEIXEIRA, Danielle Vasconcelos; BARROS, Maria Elizabeth de Barros. Clínica da atividade e cartografia: construindo metodologias de análise do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n.1, p. 81-90, 2009.

TORRES, Nelson Maldonado. **Is Decolonial Theory Secular?:** Lessons from Frantz Fanon. 27/02/2022. Disponível em: https://contendingmodernities.nd.edu/decoloniality/decolonial-secular-fanon/?fbclid=IwAR1TsOL6LHPURCxhjcM6EqU_NtZYOZFY4MxWHSujNu_y2swCEhH9ZHLMNu4. Acesso em: 3 mar. 2022.

VENANCIO, Ana Teresa A. As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.36, jul./dez. 2005.

VÍDEO História da Psicologia e as Relações Étnico Raciais. **Projeto Memória da Psicologia**. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/2016_08-memoria-racial/2016_08-memoria-racial.htm. Acesso em: 9 mar. 2022. Acesso em: 18 jul 2021.

WETHERELL, Margareth; POTTER, Jonathan. **How to analyse discourse**. London: Sage, 1987.

WETHERELL, Margareth; POTTER, Jonathan. Attitudes, social representations and discursive psychology. In: WETHERELL, M. **Identities, groups and social issues**. London: Sage Publications (In association with the open university), p. 115 – 138. 1996.

WYNTER, Sylvia. **Biografia** (auto?). Encyclopedia.com, 2001. Disponível em: <https://www.encyclopedia.com/history/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/wynter-sylvia>. Acesso em: 21 mar. 2022.

ANEXOS

ANEXO 1 – Quadro Teórico

Quadro 1 – Trabalhos encontrados a partir do descritor: Psicologia e Racismo

Ano de Defesa	Tipo de Documento	Área	Título/Autoria
2015	1. Dissertação	Psicologia UFC	<u>As práticas de preconceito e de tolerância no contexto escolar: o outro como questão.</u> Mourão, Lorrana Caliope Castelo Branco.
2015	2. Dissertação	Psicologia Social	Normas sociais e racismo em crianças aracaJuanas de 5 a 8 anos de idade. Huber, Tavane Nascimento.
2015	3. Dissertação	Psicologia social UFS	<u>A influência da cor da pele nas representações sociais sobre beleza e feiura.</u> Santos, Eleonora Vaccarezza.
2015	4. Dissertação	Psicologia cognitiva - UFPE	<u>Alteridade, racismo e representações sociais: o caso do ebola no Brasil.</u> Danfá, Lassana.
2015	5. Tese	UFPB Psicologia social	<u>Racismo no contexto da saúde: um estudo psicossociológico</u> Miranda, Rosane de Sousa.
2015	6. Tese	Psicologia URGs	<u>Orgulho e preconceito: o desenvolvimento de atitudes raciais implícitas e explícitas em crianças de Porto Alegre e Salvador.</u> Sacco, Airi Macias.
2015	7. Dissertação	Psicologia UFSCAR	<u>Estabelecimento de classes de estímulos equivalentes com estímulos significativos: investigando a atitude racial preconceituosa.</u> Mizael, Tárcita Medrado.
2015	8. Dissertação	Psicologia PUCRS	<u>Tá dentro, não tá fora?: subjetividade, interseccionalidade e experiências de adoecimento de mulheres negras com doença falciforme.</u> Xavier, Eliana Costa.
2015	9. Dissertação	Psicologia social - PUC SP	<u>Relatos de imigrantes africanos na cidade de São Paulo sobre preconceito.</u> Farias, Marcio.
2015	10. Tese	Psicologia Cognitívia	<u>Dos nós em nós: um estudo acerca das categorizações raciais com crianças do ensino fundamental em Camaragibe-PE.</u> Duarte, Rebeca Oliveira
2015	11. Tese	Psicologia UFSCAR/SP	<u>Das margens, escritos negros : relações entre literatura periférica e identidade negra por</u> Santos, Elisabete Figueroa dos.
2016	13. Dissertação	Psicologia UNIFOR	<u>O projeto de ser na imigração: uma pesquisa fenomenológico-existencial.</u> Carvalho, Sandra Maria Rocha de
2016	14. Tese	Psicologia UFBA	Processo de Socialização de Crianças e o Desenvolvimento Moral das Mães: estudos sobre expressão de conteúdos e traços estereotípicos de crianças brancas e negras acerca da cor de pele. Almeida, Saulo Santos Menezes de.
2016.	15. Dissertação	Psicologia UNICEUB/DF	<u>A escola e seu papel na construção de diferentes identidades sociais.</u> Barreto, Ana Luiza Cruz Sá

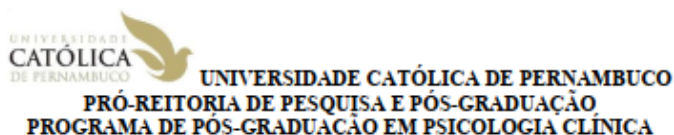
2016	16. Tese	Psicologia clínica-USP	Psicologia	<u>Os muitos nomes de Silvana: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras.</u> Braga Ana Paula Musatti
2016	17. Tese	Psicologia social PUC-SP		<u>Discursos étnico-raciais proferidos por pesquisadores/as negros/as na pós-graduação: acesso, permanência, apoios e barreiras.</u> Silva, Marcos Antonio Batista da.
2016	18. Dissertação	Psicologia social		<u>Racismo e humor : o impacto de piadas nas expressões de racismo.</u> Araújo, Camilla Lima de.
2016	19. Dissertação	Psicologia UFRRJ		<u>Aspectos psicológicos do Zé Pelintra na cultura do Rio de Janeiro.</u> Souza, Adriano Lima de.
2016	20. Dissertação	Psicologia social UFPB		<u>Xingamento ou preconceito? Um estudo sobre o preconceito racial no futebol brasileiro.</u> Ferreira, Andreza Silene Silva.
2016	21. Tese	Psicologia UFBA		<u>Pele negra sem máscaras brancas: o julgamento da boa aparência em seleção de pessoal.</u> Paim, Altair dos Santos.
2016	22. Tese	Psicologia social UFPB		<u>O papel de representações sobre raça e classe social no preconceito e discriminação.</u> Lima, Tiago Jessé Souza de
2016	23. Tese	Psicologia social UFPB		<u>Relações entre preconceito religioso, preconceito racial e autoritarismo de direita: uma análise psicossocial</u> Cavalcanti, Ana Paula Rodrigues
2016	24. Tese	Psicologia UFES		<u>O povo Guarani da América Latina e relações interculturais nas mídias sociais virtuais: uso e apropriação na construção de redes de cooperação.</u> Macedo, M. D. C.
2017	25. Dissertação	Psicologia social e institucional UFRGS		<u>Ensaio sobre o morrer : como escrever sobre algo que não se fala?</u> Isoppo, Rodrigo Schames.
2017	26. Dissertação	Psicologia UFC		<u>Implicações psicossociais do preconceito e do racismo em estudantes africanos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.</u> Mendonça, Francisco Wesley Oliveira
2017	27. Dissertação	Psicologia UFMG		<u>Nós queremos reitores negros, saca?: trajetórias de universitários negros da classe média na UFMG.</u> Ricardo Dias de Castro.
2017	28. Dissertação	Psicologia PUCCAMP		<u>Escola Pública e Relações Étnico-Raciais: o papel da Psicologia.</u> Feldmann, Mariana.
2017	29. Dissertação	Psicologia social PUC-SP		<u>A Praça Sete Jovens e a expansão do poder punitivo.</u> Aguiar, Claudia Cristina Trigo de
2017	30. Dissertação	Psicologia UNESP		<u>Da política socioeducativa à (des) regulação da vida de jovens negros brasileiros.</u> Ribeiro, Igo Gabriel dos Santos.
2017	31. Dissertação	FUSC – Psicologia		<u>Batalha das mina: o rap como território de lutas em Florianópolis.</u> Petry, Heloisa
2017	32. Dissertação	Psicologia PUC RS		<u>Relações comunitárias e aspectos psicossociais da imigração haitiana no Rio Grande do Sul.</u> Weber, João Luis Almeida.
2017	33. Dissertação	Psicologia social UFSE		<u>A discriminação da mulher negra no setor industrial sergipano entre 2007 e 2014: uma análise dos impactos da norma de responsabilidade social empresarial.</u> Silva, Valdenice Portela.
2017	34. Dissertação	Psicologia social USP		<u>Muito além da cor da pele: psicologia, saúde mental e relações étnico-raciais em serviços públicos de saúde do município de Suzano, São Paulo.</u> Santana, Monica Feitosa
2017	35. Dissertação	Psicologia UFSC		<u>Entre fronteiras: re-existência Laklânô/Xokleng em uma universidade pública.</u> Viana, Iclécia

2017	36.	Dissertação	Psicologia do Deenvolvimento e aprendizagem UNESP	<u>Bullying: características desencadeadoras na opinião de universitários. Galli, Mariana Vicente</u>
2017	37.	Tese	Psicologia social USP	<u>Trabalho e território de haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte: precariedade e resistência. Barros, Carolyne Reis</u>
2017	38.	Dissertação	Psicologia UFPA	<u>Contribuições psicanalíticas para a compreensão do preconceito racial: Um estudo de caso. Barreto, Robenilson M.</u>
2018	39.	Tese	Psicologia clínica PUCSP	Os feminismos e suas vozes: uma leitura junguiana das experiências de mulheres participantes de coletivos feministas. Lima, Raul Alves Barreto.
2018	40.	Dissertação	Psicologia social e institucional UFRGS	<u>Cadernos negros: tramas entre políticas públicas, juventudes, relações étnico-raciais e formação em psicologia. Carvalho, Julia Dutra de</u>
2018	41.	Dissertação	Psicologia UFRN	<u>A polícia militar e o denominado "crime organizado" na gestão da periferia urbana: notas acerca das experiências juvenis. Brito, Gabriel Miranda.</u>
2018	42.	Dissertação	Psicologia da educação e aprendizagem PUC SP	<u>Significações constituídas pelas equipes gestoras sobre as relações de igualdade racial na escola. Freitas, Elenir Fagundes Santos</u>
2018	43.	Dissertação	Psicologia UFBA	<u>"A gente não tem nosso canto, não tem um lugar": práticas discursivas sobre a assistência religiosa de matriz africana no cárcere. Gomes, Djean Ribeiro</u>
2018	44.	Dissertação	Psicologia da saúde UEPB	<u>Marcas da negritude: Estudo sobre as relações intersubjetivas do trabalho de professoras negras. Alencar, Ana Verônica de.</u>
2018	45.	Dissertação	Psicologia experimental PUC-SP	<u>Análise do comportamento e o negro no Brasil: avaliação de um procedimento de formação de classes equivalentes de estímulos relacionadas ao viés racial em adultos negros e brancos... Jardim, Pedro Henrique.</u>
2018	46.	Dissertação	Psicologia social PUC-SP	<u>Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil. David, Emiliano de Camargo</u>
2018	47.	Dissertação	Psicologia social USP	<u>A relação entre psicologia e racismo: As heranças da clínica psicológica. Benedito, Maiara de Souza.</u>
2018	48.	Tese	Psicologia social USP	<u>Psicologia política e relações étnico-raciais: a discussão do "princípio da guerra" no contexto brasileiro da luta política por equidade social. Nogueira, José Roberto Netto.</u>
2018	49.	Tese	PUC-CAMPINAS Doutora em Psicologia	<u>Racismo e Psicanálise em Produções Acadêmicas. Fernandes, Rafael Aiello.</u>
2018	50.	Dissertação	Psicologia social UFSE	<u>Ameaça do estereótipo em jovens negros na escolha profissional. Santos, Israel Jairo.</u>
2018	51.	Dissertação	Psicanálise UFRGS	<u>Crônicas do sinal fechado: mergulhos na dor e no amor. Lague, Carolina Monte</u>
2018	52.	Dissertação	Psicologia USP	<u>O sujeito entre o ser e o não-ser: uma teoria do reconhecimento em psicanálise. Pedro Oliveira Obliziner.</u>
2018	53.	Dissertação	Psicologia UFC	<u>Isso é uma guerra: a produção de sentido de jovens da periferia de Fortaleza sobre os homicídios juvenis. Cavalcante, Ana Jéssica de Lima.</u>
2018	54.	Dissertação	Psicologia institucional UFES	<u>"Ninguém Nasce Homem: Torna-Se Homem": A Produção Dos Gêneros E A Precarização Da Vida - Problematizando as masculinidades em jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Bernabe, M. F.</u>
2018	55.	Dissertação	Psicologia institucional UFES	<u>Relações Étnico-Raciais Na Formação Inicial de Professores de Química do IFES. Loureiro, C. B.</u>
2018	56.	Tese	Psicologia social USP	<u>De contos a depoimentos: memórias de escritoras negras brasileiras e moçambicanas. Ianá de Souza Pereira</u>

2018	57. Dissertação	Psicologia UFC	<u>Juventudes e violência urbana: trajetórias de sujeitos em cumprimento de medida socioeducativa na cidade de Fortaleza.</u> <u>Pinheiro, Jéssica Pascoalino</u>
2018	58. Tese	Psicologia social USP	<u>A promoção da saúde sexual e reprodutiva no ensino médio: os desafios do cenário de escolas que atendem comunidades quilombolas.</u> <u>Valeria Nanci Silva</u>
2018	59. Tese	Psicologia social USP	<u>Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver.</u> <u>Prestes, Clélia Rosane dos Santos</u>
2018	60. Tese	Psicologia Clínica e Cultura, Instituto de Psicologia UNB	<u>Onde se Esconde o Racismo na Psicologia Clínica? A Experiência da População Negra na Invisibilidade do Binômio Racismo e Saúde Mental.</u> <u>Marizete Gouveia. Damasceno.</u>
2019	61. Tese	Psicologia social USP	<u>Atuação Dos/As Profissionais De Psicologia No Tema Das Relações Étnicos-Raciais.</u> <u>Carlos Vinicius Gomes Melo.</u>
2019	62. Tese	Psicologia (Dpto de psicologia, psicologia clínica) PUC RJ	<u>Nascer e Crescer Negro no País do Branqueamento: os efeitos do racismo na subjetividade infantil.</u> <u>Kenia Soares Maia.</u>
2019	63. Dissertação	Mestrado em Psicologia UFS	<u>Riso, humor e racismo: narrativa de exclusão.</u> <u>Santos, Fabyanne Wilke Costa.</u>
2019	64. Dissertação	Psicologia UFCE	<u>Examinando disparidades na sentença: vieses e categorização grupal por motivações ideológicas e de preconceito.</u> <u>Almeida Segundo, Damião Soares de</u>
2019	65. Tese	Psicologia social USP	<u>."Atleta negro, psicólogo branco": racialização e esporte na visão de profissionais de psicologia.</u> <u>Marcio Antonio Tralci Filho</u>
2019	66. Dissertação	Psicologia social PUCSP	<u>Formando psicólogas/os para as relações raciais: avanços e contradições nos cursos de Psicologia da Bahia</u> <u>Khoury, Jamille Georges Reis.</u>
2019	67. Dissertação	<u>Psicologia, Processos Culturais e Subjetivação FFCLRP-USP/Ribeirão</u>	<u>Saberes em diálogo: produção e transmissão de conhecimento em uma comunidade de religião afro-brasileira e sua inter-relação com o universo escolar.</u> <u>Jesus, Mariângela Santos de.</u>
2019	68. Dissertação	Psicologia/psicanálise – UFRGS	<u>Do laço social ao corpoema: enlaces entre negritude e psicanálise .</u> <u>Ohnmacht, Tiasmin da Motta.</u>
2019	69. Dissertação	Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação PUCSP	<u>Dimensão subjetiva das relações raciais na vivência do processo de escolarização.</u> <u>Santos, Sara Pereira dos</u>
2019	70. Dissertação	Psicologia Social PUCSP	<u>A música como potencialização do convívio social: a formação de um grupo de samba com jovens com autismo “Suspeitei desde o princípio”.</u> <u>Souza, Alexandre Vieira de</u>
2019	71. Dissertação	Psicologia UFAM	<u>Memórias, cotidianos e histórias: retalhos de identidades de mulheres negras em construção;</u> <u>Silva, Andreza Cristina da Costa.</u>
2019	72. Tese	Psicologia UFPE	<u>A construção do morto indigente no Instituto Médico Legal de Pernambuco: "afinal de contas de quem se trata?"</u> <u>Nascimento, Rebeca Ramanay Santos</u>
2019	73. Dissertação	Psicologia UFC	<u>Testemunhas da necropolítica: implicações psicossociais dos homicídios juvenis no cotidiano de suas mães.</u> <u>Rodrigues, Jéssica Silva</u>
2019	74. Dissertação	Educação/Psicologia UFG	<u>Indústria cultural, narcisismo e o ódio nas redes sociais.</u> <u>Xavier, Lilian Martins Patrício.</u>

2019	75.	Tese	Psicologia social USP	<u>Metamorfoses identitárias de lideranças religiosas não iorubás inspiradas no convívio com lideranças religiosas iorubás . Frias, Rodrigo Ribeiro</u>
2019	76.	Tese	Psicologia social USP	<u>Educação medicalizada e infância: histórias vividas por família da classe trabalhadora em uma UBS de São Paulo. Rezende, Janaína Ribeiro de.</u>
2019	77.	Tese	Psicologia – UFMG	<u>"A gente é muito maior, a gente é um corpo coletivo" : produções de si e de mundo a partir da ancestralidade, afetividade e intelectualidade de mulheres negras lésbicas e bissexuais... Paula Rita Bacellar Gonzaga.</u>
2019	78.	Tese	Psicologia Social USP	<u>Conflitos sociais mediados nas narrativas de futuro para jovens negras residentes nas periferias de São Paulo e de Goiânia. Carlos Eduardo Mendes</u>
2019	79.	Dissertação	Psicologia institucional - UFES	<u>Processos de subjetivação, corpos negros e cabelos crespos: estudantes negras em aliança. Almeida, P. P.</u>
2019	80.	Dissertação	Psicologia –UFMG	<u>Trajetórias em diáspora : a experiência de universitárias haitianas de Belo Horizonte. Camila Rodrigues Francisco</u>
2019	81.	Dissertação	Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem UNESP	<u>Criminalização da LGBTfobia: uma análise comportamental de projetos de lei. Teixeira, Raphael dos Santos</u>
2019	82.	Tese	Psicologia UNESP/Assis	<u>A inquisição virtual: um estudo sobre a moralidade nos sites de redes sociais, por Kadooka, Aline</u>
2019	83.	Dissertação	Psicologia social - UFPB.	<u>A psicologia social do complexo de vira-lata: conciliando distintividade positiva e justificação do sistema. Santos, Marcos Francisco dos.</u>
2020	84.	Dissertação	Psicologia UFS	<u>A escola no enfrentamento ao racismo. Carvalho, Daniela Melo da Silva.</u>
2020	85.	Dissertação	Psicologia social PUCSP	<u>Significações de mulheres pretas inseridas no mundo do trabalho em posições de prestígio social. Santos, Winnie Nascimento dos.</u>

ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Termo de Consentimento Livre e Explicado

Convidamos a Sra para participar como voluntária da pesquisa Clínica Psicológica Antirracista: uma nova episteme para uma psicologia brasileira decolonial, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Profa. Dra. Ana Lúcia Francisco, residente e domiciliada à Rua Dr. Geraldo de Andrade, nº 75, apto 1102, Espinheiro, Recife/PE – CEP: 52.021-220 – Telefone (81) 99978.5624 e e-mail: ana.francisco@unicap.br para contato do pesquisador responsável (inclusive ligações a cobrar).

Também participa desta pesquisa a pesquisadora: Maria Conceição Costa. Telefone para contato: (81) 99982.0668 e está sob a orientação de: Profa. Dra. Ana Lúcia Francisco, acima referenciada.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos as explicações (esclarecimentos) forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa:** objetiva problematizar a clínica psicológica, buscando compreender limites e possibilidades desta clínica para o acolhimento de pessoas negras que reportam ao racismo em suas narrativas. Para isso entrevistaremos mulheres negras, em psicoterapia, que serão convidada a participar da pesquisa colaborando a partir de um encontro coletivo, para relatarem suas experiências, isso ocorrerá em grupo e individualmente, se necessário, em atividade de forma presencial ou online. O encontro ocorrerá uma vez por semana, com duração de 4 horas, cada, sugerindo-se a gravação, após autorização, a fim de não perdermos o conteúdo dos relatos. Quando houver encontro presencial, garantimos o compromisso de seguirmos todos os protocolos previstos pelas normas sanitárias relativas à Covid-19, quando serão disponibilizados álcool 70%, álcool em gel, máscaras descartáveis, distanciamento social com um metro de espaço entre pesquisadora e colaboradoras, além de ser um encontro realizado em espaço amplo e arejado.
- **Esclarecimento do período de participação do voluntário na pesquisa, início, término e número de visitas para a pesquisa.**
A metodologia da participação na pesquisa ocorrerá num encontro em que 04 pessoas em psicoterapia com psicoterapeutas também negras, sendo assim autodeclaradas. Noutro momento as psicoterapeutas serão ouvidas também. Nesse encontro, em os dois grupos, mesmo em momentos distintos, as participantes relatarão suas experiências com o fato de experienciarem uma psicoterapia e como observaram a acolhida na sua demanda de relato de racismo. A qualquer momento a Sra. poderá desistir de participar e retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem qualquer prejuízo. Sempre que desejar poderá solicitar mais informações sobre a pesquisa utilizando o contato telefônico da pesquisadora e, se necessário acessar o próprio Comitê de Ética em Pesquisa.
- **RISCOS diretos para o voluntário**

ANEXO 3 – Termo de Consentimento e Confidencialidade

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

- **Título do Projeto:** Clínica Psicológica Antirracista: uma nova episteme para uma psicologia brasileira decolonial
- **Pesquisador Responsável:** Ana Lúcia Francisco
- **Instituição/Departamento de origem do Pesquisador Responsável:** Universidade Católica de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em Psicologia
- **Telefone para contato:** (81) 3034-6030
- **E-mail:** ana.francisco@unicap.br

A Pesquisadora do Projeto Profa. Dr^a. Ana Lúcia Francisco acima identificada assume o compromisso de:

- Garantir que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP), hospedado na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e que os dados coletados serão armazenados pelo período mínimo de 5 anos após o término da pesquisa;

- Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados serão estudados e divulgados apenas em eventos ou publicações científicas, de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificá-los;

- Garantir o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais, além do devido respeito à dignidade humana;

- Garantir que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;

- Assegurar que os resultados da pesquisa serão anexados na PLATAFORMA BRASIL, sob a forma de RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA.

Recife, 23 de fevereiro de 2021.



Profa. Dr^a. Ana Lúcia Francisco
Pesquisadora Responsável

ANEXO 4 – Anuência



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA - MESTRADO

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos, para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisador (a) **Maria Conceição Costa** a desenvolver o sua pesquisa com o título **Clinica Psicológica Antirracista: uma nova episteme para uma psicologia brasileira decolonial**, sob a coordenação/orientação da Profa. Dra. **Ana Lúcia Francisco**, cujo objetivo é problematizar a clinica psicológica, numa perspectiva interseccional, buscando compreender limites e possibilidades desta clinica para o acolhimento de pessoas negras que reportam ao racismo em suas narrativas, no **Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica – Doutorado – Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP**.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Local, em 25 / 02 / 2021 _____.

Véronique Donard, Coordenadora do PPGPSI



Nome/assinatura e **carimbo** do responsável onde a pesquisa será realizada

ANEXO 5 – Carta de São Paulo/2010



Carta de São Paulo

Nós, participantes do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil (I PSINEP), reunidas(os) nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2010, na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, reafirmamos nosso entendimento de que o racismo constitui uma das questões mais fundamentais para a compreensão dos processos de exploração e dominação instalados na sociedade brasileira. Tal condição exige que todos os esforços sejam empreendidos no sentido de elucidar seus mecanismos que, engendrados em uma história marcada por séculos de escravização, resultaram em padrões de relações raciais que ocultam perversamente a violência sistemática imposta historicamente à população negra.

O racismo à moda brasileira constitui um dos mais sofisticados e enigmáticos mecanismos que, operando por meio da violência sistemática e silenciada, produz e torna cada vez mais agudas as desigualdades sociais, que no Brasil têm também um viés eminentemente racial. Estes aspectos se encontram fortemente inscritos nas dinâmicas institucionais que regem o funcionamento da sociedade brasileira, marcada em seu imaginário pelo mito da democracia racial, condição responsável pela configuração de formas de subjetivação social que naturalizam práticas correntes pautadas no racismo, na discriminação e no preconceito.

A psicologia brasileira, em seus processos históricos de institucionalização, não fugiu a essa regra. Originalmente pautada na epistemologia das concepções eugenistas e racistas, em seu desenvolvimento posterior suas práticas mantêm a cumplicidade com o mito da democracia racial, caracterizando-se por uma importante omissão frente à temática das relações interraciais. Em função disso, a psicologia negligencia o estudo dos aspectos subjetivos envolvidos nos processos identitários, auto-valorativos e no sofrimento psíquico decorrentes das práticas racistas vigentes na sociedade brasileira. Com raras e honrosas exceções, a produção científica e profissional da psicologia brasileira não se interessou pela temática das relações raciais e não reconheceu essa dimensão trágica do racismo, tão relevante e presente como fonte de agravos à saúde mental de quase metade da população do país, constituída pelos afrodescendentes.

Todavia, assistimos hoje a um importante e positivo deslocamento na questão racial em nosso país. Fruto do processo de organização e mobilização do movimento negro, que luta contra o racismo e pela promoção da igualdade racial, os esforços empreendidos ao longo de décadas vêm, afinal, obtendo alguns resultados, logrando uma inserção das temáticas relativas a essa questão na agenda da sociedade e do Estado. A presença de algumas ações afirmativas, tais como as cotas nas universidades, a aprovação, ainda que com muitos limites, do Estatuto da Igualdade Racial, a implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, vão impondo o reconhecimento da existência do racismo e da necessidade de combatê-lo.

Dentre essas conquistas, algumas políticas públicas começam a traduzir o reconhecimento das reivindicações históricas dos segmentos excluídos da população brasileira, majoritariamente negra, e a necessidade do seu atendimento, solicitando, para tal, o envolvimento da psicologia, como ciência e profissão, e marcando uma nova etapa da sua existência, caracterizada pelo compromisso social. No interior desse movimento de revisão da sua condição elitista, organizações formadas por psicólogas(os) militantes da causa negra buscam ampliar o espaço do debate crítico, apontando, inicialmente pela via das relações com os Direitos Humanos, uma urgência de que a questão racial receba a merecida importância na produção científica e na agenda política da psicologia brasileira.

ANEXO 6 – Carta de Recife/2022



Carta de Recife

Nós, participantes do I Fórum Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) realizado durante o XII Congresso de Pesquisadoras(es) Negras(os) (COPENE), reunidas(os) no dia 14 de setembro de 2022 na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), em Recife, ratificamos o compromisso o compromisso por uma Psicologia antirracista firmado durante o I Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil (I PSINEP), realizado no ano de 2010, em São Paulo.

A Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) – ANPSINEP, neste ano de 2022, completa 12 anos. Desde a sua fundação no I PSINEP, tem desenvolvido diversas ações que representam marcos históricos na luta antirracista, por meio da mobilização de psicólogas(os), estudantes de psicologia, instituições de ensino e movimentos sociais por uma sociedade mais justa, igualitária e menos desigual para a população negra. Destacamos as ações e campanhas voltadas para a defesa da vida e da saúde mental da população negra, sobretudo das juventudes negras periféricas, vítimas dos sistemas de segurança pública e de justiça que operam por meio da seletividade penal encarceradora, que ceifam existências e interrompem sonhos e projetos de vida.

A ANPSINEP se inseriu e atuou no Sistema Conselhos de Psicologia, possibilitando a construção de referências técnicas, de resoluções, maior presença de psicólogas negras nas gestões do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e o tensionamento para que a agenda da psicologia e das relações raciais fosse inserida nos debates políticos do fazer profissional da categoria. Ressaltamos a importância do resgate e reafirmação constante do compromisso social da Psicologia por todos os CRPs na perspectiva dos direitos humanos e no enfrentamento ao racismo, sobretudo nos territórios marcados pelo alto índice de mortes pela violência de Estado.

Após a primeira década, a Anpsinep afirma-se para a sociedade como uma entidade integrante do Movimento Negro Brasileiro organizando e atuando nacionalmente. Estes dez anos foram marcados por diversas ações voltadas para o enfrentamento do racismo que, de maneira eficaz, se atualiza e se mantém ativo, estruturando o Estado, as instituições, as relações sociais e as subjetividades da população brasileira. Neste ano de 2022, alertamos para o sofrimento psíquico e as misérias que marcam a existência do povo negro, agravadas com o advento da pandemia de Covid-19, em março de 2020.

ANEXO 7 – Resolução 018/2002

11/06/2020

Resolução do Exercício Profissional 18 2002 do Conselho Federal de Psicologia BR

RESOLUÇÃO CFP Nº 18/2002

Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971 e pelo Decreto 79.822;

CONSIDERANDO a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde se lê: "todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade humana" e a "Declaração de Durban", adotada em 8 de setembro de 2001, que reafirma o princípio de igualdade e de não discriminação;

CONSIDERANDO a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial;

CONSIDERANDO que o racismo é crime inafiançável e imprescritível conforme o art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO os dispositivos da lei 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;

~~CONSIDERANDO os artigos VI e VII dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional dos Psicólogos:~~

~~"Art.---~~

~~VI - O Psicólogo colaborará na criação de condições que visem a eliminar a opressão e a marginalização do ser humano.~~

~~[Art.]--~~

~~VII - O Psicólogo, no exercício de sua profissão, completará a definição de suas responsabilidades, direitos e deveres de acordo com os princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10/12/1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas;"~~

CONSIDERANDO os artigos I e II dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional dos Psicólogos:

I - O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II - O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada pela Resolução CFP nº 23/2007)

~~CONSIDERANDO que o art. 27 do Código de Ética do Psicólogo prevê a quebra do sigilo quando se tratar de fato delituoso cujo conhecimento for obtido através do exercício da atividade profissional;~~

CONSIDERANDO que o art. 10º do Código de Ética Profissional dos Psicólogos prevê a possibilidade de quebra do sigilo nas situações em que se configure conflito entre as exigências decorrentes do disposto no Art. 9º e as afirmações dos princípios fundamentais deste Código. (Redação dada pela Resolução CFP nº 23/2007)